RAQUEL DE AZEVEDO

A RESISTÊNCIA ANARQUISTA : UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

(1927 - 1937)



Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Área: História Social

Orientadora: Profª Drª **Maria Luiza Tucci Carneiro**

São Paulo

1996

SUMÁRIO

Abreviaturas 5

Agradecimentos 6

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO I - HISTORIOGRAFIA SOBRE O ANARQUISMO NO BRASIL 16

CAPÍTULO II - AS MÚLTIPLAS ALTERNATIVAS DE RESISTÊNCIA

2. 1. Memória e tradição anarquista 27

2. 2. Revoluções, disputas sindicais e repressão 30

2. 3. Anarquismo e Anarco-sindicalismo: a sustentação de uma polêmica 54

2. 4. Os sindicatos sob influência anarquista

2.4.1. Os princípios práticos da organização sindical 68

2.4.2. Estratégias de sobrevivência: os raios de conflitos 76

2. 5. A preservação da identidade nos grupos libertários 94

CAPÍTULO III - A TRAMA DAS IMAGENS 118

3.1. A auto-imagem libertária nos discursos e representações gráficas

3.1.1. Identidade e tradição 120

3.1.2. As ilustrações como recurso de resistência 125

a. O inferno proletário: miséria e opressão 130

b. O trabalhador robustecido na União do Proletariado 155

c. A alegoria feminina da Liberdade e da Revolução Anárquica 167

3.2. A imagem ameaçadora do anarquista na grande imprensa 181

3.3. O agitador violento sob o olhar do DOPS 195

a. Intolerância diante de outras correntes sindicais 198

b. Imagem aventureira do anarquista estrangeiro 200

c. Elemento sedutor e agitador da massa operária 202

d. O discurso violento contra as autoridades 205

e. Bombas de dinamite e atentados terroristas 208

CAPÍTULO IV - ESTADO, ANARQUISMO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ..213

4.1. A legislação trabalhista anterior aos anos 30 214

4.2.A ilusão da legalização dos direitos na perspectiva libertária 220

4.3. Os distantes benefícios sociais..... 226

4.4. A resistência ao controle sindical 236

CAPÍTULO V - AS GREVES ENQUANTO ESTRATÉGIA ANARQUISTA 245

5.1. A participação libertária nas greves 247

5.2. A grande imprensa: um contraponto ao discurso libertário

a. A desordem grevista 253

b. Greves pacíficas..... 254

c. Greves gerais e violentas..... 258

d. O direito de greve nos editoriais 261

5.3. A greve como expressão da rebeldia libertária..... 269

a. A dignidade de resistir 270

b. A greve geral redentora 275

c. A polêmica violência "justiceira"..... 277

d. A ação direta orientada pelo sindicato autônomo 283

CONCLUSÃO..... 289

FONTES 293

BIBLIOGRAFIA..... 297

ANEXO..... 309

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1 - "A Revolta !" 124
2 - "Frutos da civilização burguesa" 131
3 - "É assim o regime capitalista" 136
4 - "Sistema capitalista" 137
5 - "O moderno Prometeu" 139
6 - Da Constituinte vai sair esta monstruosidade: a tirania clerical-burguesa 141
7 - (Sem pagamento adiantado não haverá missas) 142
8 - (Quando o operário reclama... Quando o deputado reclama) 144
9 - "Nas prisões infectas da Rua dos Gusmões apodrecem operários..." 145
10 - "A Burla Eleitoral" 147
11 - "O Fascismo é a guerra e a morte" 149
12 - "Nazismo! A serpente que devora o povo alemão" 149
13 - "O soldado desconhecido" 153
14 - "Papai, não vás à guerra" 154
15 - "Só uma atitude decisiva do proletariado poderá impedir o avanço violento da Reação" ..157
16 - "1º Maio" 159
17 - "Com mais alguns golpes no princípio da autoridade, essa árvore daninha virá por terra..."161
18 - "1º de Maio" 163
19 - "Firmes, operários, senão ele escapa..." 164
20 - "Sindicato" 164
21 - "Os 18... (deixamos os 00 por conta do 'Século') de Niterói" 166
22 - Sindicalismo revolucionário 166
23 - "O homem das cavernas ressurgiu no fascismo para esmagar a Liberdade" 170
24 - "A cavalgada do Ideal" 173
25 - (Lei da Segurança) 175
26 - AIT 177
27 - "É preciso que a Civilização Libertária se levante sobre os escombros da sociedade capitalista" 179

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro geral dos sindicatos de empregados, oficialmente reconhecidos até dez. 1934 46
Número de sindicatos, segundo o ano de reconhecimeto, até Junho de 1938 47
Sindicatos anarquistas - Brasil - 1927 - 1937 73
Sindicatos independentes e sindicatos oficiais - São Paulo - Capital - 1927-1937 88
Grupos anarquistas - Brasil - 1927-1937 99
Gráfico de greves - Brasil : 1927-1937 249
Gráfico das greves por localidades: Brasil / São Paulo / Rio de Janeiro 249
Tabelas de greves: 1927 a 1937 309

ABREVIATURAS

AESP	- Arquivo do Estado de São Paulo
AIB	- Ação Integralista Brasileira
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
BOC	- Bloco Operário e Camponês
CCS	- Centro de Cultura Social
CGT	- Confédéracion Géneral du Travail
CGTB	- Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CNT	- Confederación Nacional del Trabajo
COB	- Confederação Operária Brasileira
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
FAI	- Federación Anarquista Ibérica
FORGS	- Federação Operária do Rio Grande do Sul
FORJ	- Federação Operária do Rio de Janeiro
FOSP	- Federação Operária de São Paulo
FUP	- Frente Única Proletária
LCI	- Liga Comunista Internacionalista
LOCC	- Liga Operária da Construção Civil
OESP	- *O Estado de S. Paulo*
PCB	- Partido Comunista do Brasil
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
UOFT	- União dos Operários em Fábricas de Tecidos
UOCC	- União dos Operários em Construção Civil (R. Janeiro)
UROCC	- União Regional dos Operários em Construção Civil (R. Janeiro)
UTG	- União dos Trabalhadores Gráficos
UTL	- União dos Trabalhadores da Light

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa, apesar de ter um aspecto solitário, também conta com a participação e solidariedade daqueles com quem convivemos e estudamos, deixando suas contribuições incorporadas ao resultado final.

Em primeiro lugar, quero agradecer à professora Maria Luiza Tucci Carneiro que, como orientadora, demonstrou profissionalismo, compreensão e dedicação com leituras atentas dos originais, indicações metodológicas fundamentais e estímulo constante.

Sou muito grata às colegas de orientação e amigas Regina Pedroso, Celina Kuniyoshi, Priscila Perazzo, Marcia Camargos, Ana Luiza Martins e Maria das Graças Ataide que compartilharam cursos, reuniões e coletas de dados nos arquivos.

Inestimáveis também foram o companheirismo e os debates com os amigos Sonia Teller, Adriano Duarte, Wagner Volpe, Flávio Nascimento e Silvio Amadeu, entre tantos outros.

A Nanami Sato devo um especial agradecimento pela dedicação na leitura e revisão do texto final, mas, sobretudo, pela amizade e pelas valiosas indicações.

Foram ainda importantes as críticas e sugestões oferecidas pelos professores que compuseram a banca no Exame de Qualificação, Maria Inez Borges Pinto e José Carlos Sebe, além das contribuições dos docentes de cursos realizados para a obtenção de créditos com indicações de leituras e debates de grande valia.

Os funcionários dos arquivos consultados não podem ser esquecidos, especialmente aqueles do Arquivo Edgard Leuenroth, do Centro de Apoio à Pesquisa em História e do Arquivo do Estado. E, ainda, o Centro de Cultura Social que, através das palestras promovidas, de sua biblioteca e de seus membros, forneceu informações de grande interesse.

É importante lembrar também do auxílio material possibilitado pela bolsa concedida pelo CNPq, sem a qual a reprodução da documentação e a aquisição de livros para a pesquisa seriam inviáveis.

Por fim, quero agradecer o apoio proporcionado pelos meus familiares. À minha mãe, pelo amparo afetivo, a meus irmãos, Rúi, pelas imprescindíveis aulas de computação, e Marlene, pelo estímulo e acompanhamento atento a cada passo do trabalho.

INTRODUÇÃO

"O dragão que está à entrada do palácio da Anarquia nada tem de terrível: é uma palavra apenas"
(Eliseu Reclus)

Anarquismo, greve e violência compõem imagens que caminham juntas no nível da mentalidade coletiva que caracteriza a História do Brasil Contemporâneo. O anarquista carregando uma "bomba de dinamite" prestes a explodir ou, em sua versão sindicalista, "incitando greves de contestação a toda e qualquer autoridade constituída", configura um quadro de violência iminente e ameaçadora. A controvérsia remete à própria etimologia da palavra **anarquia** a que se confere significado de desordem e de caos. Porém, o anarquismo -- enquanto movimento histórico que luta pela abolição de toda forma de coerção -- apesar de buscar reverter esta conotação negativa, mantinha-se atrelado ao estigma da **destruição** e da **violência**. A duplicidade existente no significado da palavra era considerada por Eliseu Reclus, um dos principais idealizadores da concepção libertária, como prejudicial à sua difusão mas, ao mesmo tempo, lhe conferia uma aura mágica:

> "A palavra «Anarquia» pode horrorizar os que só a consideram no sentido derivado, os que só vêem nela um sinônimo de desordem, de lutas violentas sem fim, mas temos nós culpa de não a considerarem no seu sentido primitivo, naquele que honestamente lhe dão todos os dicionários: ausência de governo?...
>
> Mas não nos desagrada que esta palavra, reivindicada por nós, tenha o condão de suspender por um momento aqueles que se interessam pelo problema social. - No reino da fábula, todos os jardins maravilhosos, todos os palácios encantados são guardados por dragões ferozes." ([1])

[1] RECLUS, Eliseu. "Anarquia". *A Plebe*. 4 mar. 1933, São Paulo, n. 16, p. 2. A grafia dos documentos citados no decorrer de todo o trabalho foi atualizada, pois não consideramos relevante a preservação da

Tais imagens violentas, estimuladas pelas instituições estatais e difundidas pelos meios de comunicação, contrastam com o movimento operário brasileiro que traz em sua essência um passado com traços míticos, em que seres exóticos e sonhadores tentam alcançar suas utopias enquanto trabalhadores estrangeiros radicados no Brasil desde o final do século XIX. Por outro lado, a construção de mitos também faz parte do universo libertário que possui um arsenal discursivo e simbólico próprio que, por sua vez, fornecia elementos para a construção de estereótipos por parte dos "ordenadores" sociais.

A distância temporal desses personagens e fatos passados alimenta o imaginário mítico reforçado por sua repentina e controversa desaparição da cena histórica no início da década de 20. Em princípio, é esta questão - *a do súbito declínio de um movimento que é historiado como vigoroso no decorrer de mais de vinte anos* - que nos mobiliza a estudá-lo em busca de traços de continuidade e rupturas no final dos anos 20 e início dos anos 30.

Como baliza para a desagregação das associações anarquistas, aponta-se freqüentemente o ano de 1922, quando surgiu seu grande concorrente, o Partido Comunista Brasileiro; somado a um segundo fator explicativo que seria a repressão policial sistematizada após as greves gerais de 1917 e 1919 e as revoltas tenentistas; além dos fatores internos ao próprio movimento anarquista que careceria de estrutura organizativa para garantir as conquistas trabalhistas.

Recolhendo referências esparsas na imprensa libertária, na grande imprensa e na historiografia que aborda o movimento operário brasileiro, propomo-nos a reconstituir um quadro da presença anarquista e anarco-sindicalista em grupos e sindicatos, estudando, através de fontes históricas específicas, as formas de organização que permitiram sua sobrevivência no período de 1927 a 1937.

Atentando para as expressões discursivas e visuais divulgadas naquela época pelos principais órgãos de comunicação libertária, procuraremos analisar elementos do imaginário que caracterizaram sua **identidade coletiva**. E, em torno desta identidade, buscaremos compreender sua **resistência** frente às novas circunstâncias que a realidade lhes oferecia. Dois fatores principais se apresentavam: a competição com a infiltração comunista junto ao meio operário e o surgimento da legislação trabalhista nos anos 30 que se propunha a institucionalizar os direitos operários, assim como controlar as associações sindicais. Perguntamos: como esses militantes anarquistas

---

forma original. Esta opção deveu-se também à variação das normas ortográficas e gramaticais existentes no período pesquisado.

percebiam o declínio de sua penetração junto aos trabalhadores e como adequavam suas formas de atuação frente ao novo jogo de forças sociais?

O apelo à greve como uma das formas privilegiadas de luta no discurso anarquista será contrastado com sua prática, modalidades e desenrolar cotidiano na relação com os sindicatos que se encontravam sob orientação libertária. Assim, pretendemos discutir o papel atribuído à violência, investigando se esta era um fator inerente à greve ou, simplesmente, uma conseqüência ocasional. Neste caso, tentaremos investigar se esta era uma das formas da estratégia anarquista para a transformação social, na medida em que se posicionava em meio à tensão entre greve reivindicativa e greve geral revolucionária.

Tomamos como objeto da pesquisa o discurso dos grupos anarquistas e anarco-sindicalistas, tendo como localização espacial, principalmente, a cidade de São Paulo. Entretanto, com o objetivo de dimensionar a presença anarquista em nível nacional, valemo-nos de remissões a associações libertárias de outras cidades e Estados brasileiros. Esta delimitação levou em consideração não só o fato de ser a capital paulista o local de maior concentração das organizações anarquistas, mas também o caráter descontínuo da documentação referente às associações sediadas em outras localidades do país.

Temos como ponto de partida os discursos libertários que procuraremos analisar segundo a codificação de sua realidade, identificando significados e valores inerentes ao seu universo sócio-cultural. A configuração da atuação anarquista será complementada com o recurso à análise do discurso da grande imprensa, principalmente no que diz respeito às ações grevistas que extrapolam o âmbito da imprensa alternativa e clandestina.

Assim, a demarcação do período em questão levou em consideração os limites da dinâmica interna do movimento sindical anarquista, correlacionada à dinâmica geral da sociedade. Deixamos de adotar as periodizações estabelecidas nas obras que tratam do movimento operário, visto que estas têm como referência o conjunto do movimento sindical ou parâmetros externos ao sindicalismo, como a legislação trabalhista e o desenvolvimento industrial. ([2])

---

[2] Podemos citar as fases demarcadas por Antonio Carlos Bernardo, quanto à constituição do sindicato de resistência:
a. *Fase embrionária* (1853-1901): eram criadas associações mutuais e de beneficência;
b. *Fase de transição* (1901-1906): coexistiam associações mutuais, beneficentes e de resistência;
c. *Fase de resistência* (1906-1929): predominavam os sindicatos de resistência;
d. *Fase ministerial* (a partir de 1930): iniciou-se a ingerência do Estado nas associações sindicais. Ver BERNARDO, Antonio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil 1930-1945*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 32. Outras periodizações tomam por parâmetro a legislação sindical, como VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 38-39 e o crescimento industrial, como em SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981, p. 15-17.

Considerando que, pelo fato de os congressos e greves das duas primeiras décadas do século serem apontados na documentação consultada como modelos exemplares, estes seriam referenciais imprescindíveis para se estudar o espírito de luta e a capacidade organizativa do sindicato anarquista nos anos 30. Tomado em bloco, o período de 1906 a 1924 era abordado pelos libertários como uma fase heróica do anarco-sindicalismo.

Os congressos operários nacionais realizados no Rio de Janeiro eram constantemente relembrados como marcos da afirmação das diretrizes operárias. O primeiro foi o *Congresso Operário de 1906*, no qual, apesar de não haver a hegemonia libertária, foram aprovadas suas teses de ação direta e rejeição das vias parlamentares para a conquista dos direitos trabalhistas. Está, entre as vitórias apontadas como marcos na História do Anarquismo no Brasil, o *Congresso de 1913* que alcançou hegemonia anarquista e consenso quanto à proposta de reivindicação pelas 8 horas de trabalho, culminando em 1917, com greves gerais em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Novamente, em 1919, novas greves gerais eclodiram, provocando, apesar da repressão estatal a esta corrente, um terceiro congresso em 1920, com expressão nacional.

Em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, iniciaram-se as cisões entre os sindicatos e, em julho de 1924, com a segunda revolta tenentista, estabeleceu-se uma **ruptura** devido ao fechamento dos principais órgãos anarquistas que passaram a atuar clandestinamente.

Somente a partir de 1927, com o encerramento do estado de sítio (1922-1926), iniciou-se a retomada da organização sindical, embora ainda com interrupções devidas à chamada Lei Celerada de agosto de 1927 ([3]), às Revoluções de 30 e de 32 e, por fim, ao Levante Comunista de 1935 e ao Estado Novo em 1937. Nos intervalos destas datas o movimento sindical reaparecia, enfrentando restrições devidas à repressão policial, às crises econômicas e às leis trabalhistas, descontinuidade e fragmentação características dos movimentos das classes subalternas diante das estruturas dominantes do Estado. ([4])

É justamente frente a este quadro de avanços e recuos da atividade anarquista no Brasil que pretendemos situar nossa problemática. Indagamos sua continuidade junto a frações do operariado e da intelectualidade que mantiveram suas convicções, da mesma forma que os sindicatos guardaram tradições e práticas anarquistas. A necessidade do estabelecimento de elos com o passado na retomada das antigas associações, na reafirmação das mesmas formas de

---

[3] *Decreto Legislativo nº 5.221*, de 12 de agosto de 1927. (Lei Criminal apresentada pelo deputado Anibal de Toledo que permitia o fechamento de sindicatos e jornais que incitassem à greve violenta).

[4] HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 30-31.

atuação e na revitalização das datas comemorativas e festivas demonstravam uma forma de **resistência**, principalmente frente às medidas governamentais que visavam a desmobilização dos trabalhadores através da repressão policial e do enquadramento legislativo da ação operária.

Tendo por foco a análise desta resistência anarquista, optamos por iniciar nossa pesquisa no ano de 1927, quando reaparecem registros da atuação libertária em São Paulo através de sua imprensa e de suas associações. A respeito do período de julho de 1924, data da segunda revolta tenentista, até o fim de 1926, quando foi encerrado o estado de sítio, há apenas referências esparsas na medida em que os sindicatos e a imprensa anarquista estavam impedidos de se manifestar em São Paulo.

A pesquisa sobre os conflitos e lutas libertárias desenvolvidas no período de 1927 a outubro de 1930 oferece parâmetros para comparação quanto aos espaços de manifestação permitidos pelas ações legislativa e repressiva do Estado posteriores à Revolução de 30.

O encerramento da experiência anarquista, enquanto manifestação pública, ocorreu em novembro de 1935, após o Levante Comunista. Houve, porém, tentativas isoladas de manifestação até a instauração do Estado Novo, em 1937, as quais pretendemos analisar como formas de resistência numa circunstância marcada por intensas restrições policiais.

As transformações provenientes das abordagens da Nova História e das reformulações das Ciências Humanas vêm possibilitando uma retomada dos estudos acerca do movimento operário em aspectos pouco abordados como, por exemplo, seu cotidiano, mentalidade e cultura. Em especial, o movimento anarquista que direciona sua atuação nestes planos, antes considerados periféricos, pode vir a ser objeto de análise numa história que não está mais centrada exclusivamente no Estado e nos deslocamentos da política institucional.

Na reelaboração dos novos problemas, abordagens e objetos, alguns conceitos essenciais são recuperados, na medida em que toda uma tradição de tendência predominantemente racionalista e totalizante desprezou e subjugou noções e realidades que a ela se opunham. Assim, o subjetivo, o irracional, o múltiplo, o empírico, o cotidiano, o vivido, o imaginário e o particular são conceitos reabilitados de sua negatividade, com a possibilidade de ocuparem lugar na produção do conhecimento. Trata-se, assim, da reformulação de critérios cognitivos que ampliam a noção do real e as dimensões do próprio conhecimento.

Busca-se, então, o rompimento com a postura etnocêntrica que tem, segundo Todorov,

as facetas da pretensão da universalidade e o particularismo de uma cultura. ([5]) A perspectiva de abertura para o reconhecimento da alteridade e da diversidade humanas amplia a compreensão de outras particularidades senão como verdadeiras, pelo menos enquanto tangíveis e viáveis.

A abordagem da ação anarquista, portanto, transforma-se sob a ótica de uma classe em formação cuja consciência está em seu **fazer-se**, segundo critérios e valores próprios que não se medem diante do que deveria ser sua consciência verdadeira ou sua missão histórica. Não serão as macro-estruturas econômicas, políticas e sociais que irão determinar sua ação, mas é o trabalhador, enquanto **sujeito coletivo**, que irá fundar as opções ideológicas tomadas através de sua leitura acerca das condições dadas. É a partir da experiência vivida que irão ser formuladas suas estratégias de luta mediadas por uma cultura, valores e princípios.

Neste sentido, E. P. Thompson nos fornece uma ampliação da noção de classes sociais, enfatizando o caráter histórico e cultural de sua constituição que se dá enquanto luta e consciência de classe como processo, em lugar da adoção da estrutura econômica como determinante único:

> "as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a luta. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônico, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo real histórico." ([6])

Este processo de constituição de classe, que se dá como experiência vivida no cotidiano das relações de produção e das relações sociais, tem como expressão fundamental a elaboração de uma cultura própria que possibilita uma identificação de classe a partir da cultura herdada e das experiências comuns. É do antagonismo e das diferenças que são forjados os valores e uma consciência de classe que a constitui enquanto tal. A classe como categoria estática e quantitativa não teria significado histórico.

Desta maneira, o conceito de classe, separado de modelos atemporais e teleológicos, participa da construção do imaginário e do discurso dos sujeitos coletivos, como elemento formador da identidade, especialmente nos movimentos sindicais. Esta seria uma forma mais ampla

---

[5] TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. 1, p. 22.

[6] THOMPSON, E. P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?". In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Critica, 1979, p. 37.

e fluida de abordagem das classes sociais que possibilitaria sua compreensão a partir da experiência dos sujeitos, como demonstra Maria Célia Paoli:

> "... encontrando não objetos, mas sujeitos com escolhas, vontades e representações próprias, os pesquisadores dos anos 80 estão construindo uma imagem de classe múltipla e diferenciada, que no entanto se articula através da noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único. (...)
>
> Em cada uma destas lutas e em cada acontecimento coletivo, os pesquisadores tendem a ver atores integrais, se fazendo sujeitos através de suas práticas. Não há mais (...) qualificações bipolares tipo 'espontâneo / consciente', 'lutas econômicas / lutas políticas', 'práticas de fôlego curto / amplo' -- pelo menos como qualificações prévias." ([7])

Para tanto, a exposição narrativa utilizada pela Nova História revela a capacidade de expressar o caráter concreto e vivido dos impasses e possibilidades não passíveis de serem captados por modelos genéricos e rígidos. Ela seria uma representação mais adequada da experiência vivida, podendo captar seu caráter temporal na historicidade das ações que se constroem de modo inacabado num movimento contingente, configurando as opções do sujeito.

A forma narrativa permitiria sobretudo a especificidade da expressão simbólica fundada em imagens, de modo que ela extrapola os limites da explicação, contendo um "excesso de sentido", na expressão de Paul Ricoeur. ([8]) A narrativa permitiria a compreensão daquilo que não pode ser explicado nas ações humanas, expressando-se através do discurso simbólico que transmite significados mais ricos e mais próximos da apreensão do universo cotidiano.

Em nosso trabalho, a narrativa irá surgir nas citações da imprensa anarquista, através das quais procuraremos viabilizar a expressão, embora de modo limitado, dos acontecimentos como experiências vividas em alguns de seus elementos cotidianos, como os conflitos ocorridos nas assembléias e greves.

Nesta exposição, teremos como eixo a análise das **formas de resistência**, desenvolvidas pelos anarquistas como meio para sua sobrevivência social, através de suas estruturas de organização em sindicatos e associações, de suas manifestações públicas e greves. Por outro lado, esta resistência ocorre enquanto afirmação de uma identidade que abrange princípios, atividades culturais e artísticas e que garante a coesão do grupo anarquista. Buscaremos, assim, localizar referenciais no interior do universo anarquista que permitam o estabelecimento de conexões entre

---

[7] PAOLI, Maria Célia e SADER, Éder. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)" In: CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 61.

[8] *Apud.* WHITE, Hayden. "A questão da narrativa na teoria contemporânea da história". *Revista de História*. Campinas, n. 2/3, 1991, p. 84.

suas práticas e os conflitos que se estabelecem ao seu redor.

Utilizamos como fonte a imprensa operária anarquista cujo principal órgão no período era o jornal *A Plebe*, somado aos periódicos dos sindicatos e federações sob influência anarquista. Estes jornais trazem informações sobre as atividades internas das associações, assim como sobre suas manifestações e greves. No caso destas últimas, funcionam não tanto como canal de informação, mas, antes, como comentários e avaliações sobre suas mobilizações, havendo, entretanto, o inconveniente de sua descontinuidade em virtude das fases repressivas em que a imprensa operária encontra-se impedida de circular.

Como forma de contraponto e de complementaridade, recorremos a dados da grande imprensa, principalmente *O Estado de S. Paulo*, que oferece informações mais pormenorizadas sobre as greves ocorridas no período, acompanhando-as em seu dia-a-dia. Além dos dados veiculados, o próprio discurso produzido por este periódico também constitui matéria de análise, quanto à sua posição ideológica e enquanto formador da opinião e do imaginário públicos.

Uma terceira fonte de pesquisa são os prontuários de sindicatos localizados no Acervo do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo - que contêm boletins e panfletos dos próprios anarquistas, assim como relatos de suas assembléias e manifestações, filtradas, porém, pela perspectiva desta polícia política que a elas presenciava sob o disfarce de militantes operários. Esta fonte, porém, em função da recente abertura dos arquivos do DOPS, no ano de 1995, não foi pesquisada em todas as suas possibilidades, dada a exigüidade do tempo disponível. Utilizamos apenas os prontuários dos principais sindicatos e federações anarquistas e de alguns militantes. ([9])

Com base na tipologia das fontes pesquisadas e diante das lacunas e abordagens da historiografia brasileira a respeito do movimento anarquista no país, organizamos esta monografia, fundamentando-a em alguns conceitos básicos que configuram a estrutura desta proposta: **resistência, identidade e tradição operária**. Assim, no primeiro capítulo, *"Historiografia sobre o anarquismo no Brasil"*, desenvolvemos um levantamento das obras que tratam do movimento libertário nas décadas de 20 e 30, seguido da análise da metodologia utilizada pela historiografia do movimento operário com relação aos estudos sobre o anarquismo.

---

[9] Utilizaremos a sigla DOPS para as referências ao Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, embora o mesmo tenha sofrido várias alterações em sua denominação desde a criação em 1924.

No Capítulo II, *"As múltiplas alternativas de resistência"*, procuraremos elaborar um quadro da presença anarquista no período que se estende de 1927 até 1937, distinguindo sindicatos profissionais e grupos de propaganda do ideário anarquista. Dentre estes últimos, apontaremos as diferenças entre os grupos anarquistas e anarco-sindicalistas, por meio do debate desenvolvido entre as duas tendências. A caracterização de suas formas de ação e de suas atividades culturais será apresentada, tendo em vista a afirmação de uma identidade que permitiu sua resistência e sobrevivência frente às outras correntes ideológicas que disputavam a hegemonia no meio operário e diante do Estado que passou a interferir na organização sindical.

No Capítulo III, *"A trama das imagens"*, trataremos das imagens veiculadas nos periódicos libertários, analisando a correlação existente entre o discurso verbal e visual, como forma de preservação de sua identidade. Estas imagens serão confrontadas com aquelas difundidas nos discursos da grande imprensa e da polícia que caracterizavam o anarquista como ameaça à ordem e estímulo à violência.

No Capítulo IV, *"Estado, Anarquismo e Legislação Trabalhista"*, procuraremos abordar a perspectiva anarquista diante da implementação da legislação sindical, enfatizando o contraste entre o discurso e as estratégias de ação. Serão confrontadas as diferenças entre a postura dos libertários quanto às leis elaboradas no final da década de 20 e aquelas propostas na década de 30.

Por fim, no Capítulo V, *"As greves enquanto estratégia anarquista"*, a freqüência das greves, suas reivindicações, seus resultados serão quantificados, tendo como objetivo o dimensionamento do conjunto. A presença dos sindicatos e federações anarquistas nestas manifestações, enquanto órgãos de impulso ou apenas como elementos de apoio, será analisada, tendo como fim primordial a compreensão do significado atribuído à ação grevista no interior da concepção libertária. O componente da **violência** é fator crucial nesta análise, na medida em que se apresentava como tema polêmico tanto no meio sindical quanto na divulgação da greve constituída em notícia pela grande imprensa e pelos relatos policiais. Tais discussões que às vezes se tecem no plano abstrato e genérico, procurarão ser inseridas no contexto de situações concretas quando, então, eclodem as greves e se avalia seus resultados.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA SOBRE O ANARQUISMO NO BRASIL

Praticamente não há obras que se aprofundem na pesquisa específica sobre anarquismo e o anarco-sindicalismo, nos anos 20 e 30. Se há várias pesquisas sobre a experiência libertária nas duas primeiras décadas do século, praticamente não há trabalhos sobre sua continuidade. O único autor que focaliza esta permanência é Edgar Rodrigues, em sua obra *Novos Rumos*. O autor traça o percurso do anarco-sindicalismo desde os primórdios, utilizando vasta documentação extraída de seu arquivo pessoal. Por meio de jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, depoimentos de operários e atas de congressos, narra a atuação anarquista espalhada por todo o país em suas disputas, principalmente com os comunistas. Esta documentação, porém, por sua própria natureza, apresenta-se de forma fragmentária, referindo-se aos anos compreendidos entre 1922 e 1946 ([10]), podendo, entretanto, ser aprofundada sua análise e sistematizados seus dados.

Por outro lado, a historiografia sobre o movimento anarquista no meio operário foi bastante profícua ao tratar de sua atuação nas duas primeiras décadas do século XX, constituindo a imagem de uma ideologia hegemônica no meio sindical. Entretanto, há questionamentos quanto a esta predominância no que diz respeito à totalidade do operariado, como é o caso de tese e artigo de Cláudio Batalha que demonstram não ter grande parcela dos trabalhadores abraçado ideologia alguma nem ter sido filiada a sindicatos. ([11])

Há, porém, grande número de estudos que proporcionam informações e análises sobre o anarquismo, demonstrando sua intensa atividade junto ao movimento sindical, o que não quer di-

---

[10] RODRIGUES, Edgar. *Novos rumos (pesquisa social 1922-1946)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976.

[11] BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Tese (Doutorado em História) Université de Paris I, Patheion-Sorbonne, jun. 1986 e "Uma outra consciência de Classe? O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje 1990*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 117-118. Esta questionamento também é indicado por Boris Fausto no texto: "Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão". *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 20, março 1988, p. 10 e Emília Viotti da Costa no artigo: "A nova face do movimento operário na Primeira República". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 2, n. 4, set. 1982, p. 223-225.

zer que constituísse a mentalidade do conjunto do operariado, que comportava diversos outros ingredientes culturais, extrapolando a parcela militante. O período analisado por tais estudos encerra-se antes da década de 30, focalizando o vigor do anarquismo até o início dos anos 20. ([12])

O anarquismo nos anos 30 é abordado, indiretamente, em obras que têm como objeto central o Partido Comunista Brasileiro, a legislação trabalhista, a atuação política dos trabalhadores ou o movimento operário em geral, como iremos comentar a seguir.

Entre os autores que centralizam a discussão na análise das disputas internas do PCB e de suas relações com organizações internacionais, ocorre um deslocamento do estudo da ação operária exclusivamente para a ação partidária. ([13]) Nesta perspectiva, Edgard Carone aponta a fraqueza do anarco-sindicalismo, nos anos 30, frente à expansão comunista, privilegiando a descrição dos passos do partido que tem, nas correntes divergentes, apenas inimigos frágeis:

> "Os anarcossindicalistas, que sofrem recuo no seu prestígio, voltam a se reunir na Federação Operária de São Paulo. (...) sua influência se exerce em operários de atividades manuais, pequenos sindicatos, o que comprova a fragilidade organizatória e representativa dos anarcossindicalistas. Mesmo assim, para os comunistas, eles aparecem como rivais a serem superados. (...) Estes sinais da ação anarcossindicalista não comprovam a renovação de sua vitalidade anterior, pois, continuamente, eles perdem terreno para os comunistas e reformistas." ([14])

O período dos anos 30 é analisado por outros autores como a fase da estruturação das leis trabalhistas, conforme verificamos nas obras de José Albertino Rodrigues ([15]) e Antônio Carlos

---

[12] Dentre os principais autores, cumpre citar: CAMPOS, Cristina Heblibg. *O sonhar libertário (movimento operário nos anos de 1917 a 1921)*. Campinas: Pontes, Ed. da UNICAMP, 1988; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1986; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Brasiliense, 1983, "O proletariado industrial na Primeira República". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1977, vol. 9: O Brasil Republicano e HARDMAN, F. e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982; MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo, 1906-1917*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; RAGO, Margarett. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária (os congressos operários)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979 e *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969; SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarco-sindicalismo: orientação do movimento operário brasileiro em 1906-1907*. Piracicaba, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/História), Universidade Metodista de Piracicaba, 1982 (mimeo).

[13] CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989; KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982; LOWY, Michael et al.. *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

[14] CARONE, E.. *Op. cit*, cap. 3: "Movimento operário: o PCB", p. 74-75.

[15] BERNARDO, Antonio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil: 1930-1945*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

Bernardo.([16]) Sai de cena o operário para entrar em seu lugar o Estado, como se deixasse de existir ação operária autônoma ou mesmo vinculada ao Ministério do Trabalho. A questão dos direitos trabalhistas deixa de ser assunto operário para ser incorporada à alçada governamental.

Outras obras, ainda, que têm por eixo a discussão da legislação trabalhista, abordam formas de resistência sindical, as quais apresentam grandes diferenças a respeito da presença anarquista em virtude da opção espacial pelo Rio de Janeiro ou por São Paulo.

A propósito do movimento operário do Rio de Janeiro, podemos citar o trabalho de Ângela de Castro Gomes que enfoca a criação e desenvolvimento da Legislação Trabalhista e sua penetração nas organizações sindicais. Quanto ao anarco-sindicalismo, apesar de seu crescente refluxo no Rio de Janeiro, a autora questiona a atribuição de sua limitação ao surgimento do PCB, apontando como fator preponderante a repressão policial desencadeada no início dos anos 20, com deportações e censura à imprensa sindical, seguidas pelo surgimento do Ministério do Trabalho. A resistência à legislação social teria ocorrido por parte dos anarquistas, principalmente em São Paulo, e dos comunistas até sua opção de atuação no interior do sindicato oficial, a partir de 1933. ([17]) Também enfocando a legislação trabalhista, entre outros temas, há ainda os trabalhos de Kazumi Munakata, que fazem breves referências aos sindicatos libertários nos últimos anos da década de 20, concluindo pelo impasse a que chegam em 1935 em face dos benefícios proporcionados pelas leis sociais e diante da necessidade de construir uma frente única proposta pelo PCB, que teria alcançado alguma ressonância nos meios operários, principalmente do Rio de Janeiro. ([18])

Por outro lado, tomando como referência o Estado de São Paulo, Azis Simão ([19]) e Ângela Araújo ([20]) enfatizam a presença anarquista na década de 30, defendendo a autonomia sindical frente ao Estado. O anarquismo seria uma das forças atuantes no sindicalismo, disputando

---

[16] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

[17] GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 138-148. A pesquisa organizada por Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. 1930-1970*. Rio de Janeiro: Acess, 1992, também fala do declínio do anarco-sindicalismo no Rio de Janeiro, com retornos de menor expressão nos anos 30 entre os metalúrgicos, principal categoria estudada na obra.

[18] MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. e *Algumas cenas brasileiras*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1982 (mimeo).

[19] SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado (suas relações na formação do proletariado de São Paulo)*. São Paulo: Ática, 1981

[20] ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994 (mimeo).

posições com os comunistas, socialistas, trotskistas, trabalhistas e com o sindicalismo oficial. Mencionando o número de sindicatos filiados à Federação Operária de São Paulo, de vertente anarquista, no início da década, que chega a 22 entre 1931-33, não se tem parâmetro para avaliar sua dimensão frente às outras correntes que passam a atuar também com minorias dentro dos sindicatos oficiais.

Outros trabalhos referentes ao movimento operário em São Paulo confirmam estes dados, porém, pelo caráter mais abrangente ou pela temática direcionada para aspectos específicos do movimento operário, fornecem dados preciosos para o conhecimento do período, sem se aprofundarem na análise da prática anarquista. É o caso dos trabalhos de Maria Auxiliadora Guzzo Decca e de Zélia Lopes da Silva sobre a disciplinarização do trabalhador nos anos 30, trazendo análises sobre as condições da vida operária e sobre a atuação anarquista nas greves de 1932. ([21])

Entre autores das décadas de 60 e 70 que tinham como objetivo a discussão da participação política do operariado, frente à preocupação de explicar a manutenção da estrutura sindical getulista, a atuação anarquista nos anos 30 é qualificada como ineficaz e anacrônica. Os anarquistas não teriam conseguido resistir à implantação da sindicalização oficial nem teriam possibilitado a alternativa da pressão político-partidária que o PCB, por sua vez, não obtinha face a sua penetração limitada no meio operário.

Para Leôncio Martins Rodrigues, a migração rural de operários sem experiência organizativa, o crescimento industrial e o apelo populista do governo são fatores que enfraqueceram o movimento operário e que levaram ao desuso a ação direta anarquista, a qual não consegue e ainda rejeita a constituição de partidos de massa para canalizar as manifestações operárias na nova conjuntura social e econômica. ([22])

Segundo o estudo de Maria Hermínia de Almeida, *Estado e classes trabalhadoras no Brasil*, os vários partidos, federações e frentes operárias, na década de 30, não obtêm sucesso, permitindo que o Estado exerça esta função organizativa através de seus órgãos legais que permitem, embora de forma reduzida e repressiva, a interferência do trabalhador na tomada de decisões. Os anarquistas alheiam-se desta atividade política, perdendo espaço para as outras correntes aglutinadas na Aliança Nacional Libertadora e para os sindicatos oficiais, em notório

---

[21] DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.

[22] RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

processo de retração, sem ascendência sobre o movimento sindical em 1935. ([23])

Ricardo Antunes, buscando identificar as manifestações políticas do proletariado, estuda as greves ocorridas no período de 1930 a 1935, tendo como objetivo a localização da "verdadeira consciência" operária. Tal intento não é alcançado pelo PCB devido ao caráter genérico de suas reivindicações que não lhe permitem impor-se como força hegemônica no meio operário. Os anarquistas, por sua vez, não conseguem conduzir politicamente o movimento, apesar de sua presença expressiva até 1934:

> "... pesquisa efetuada nas categorias mais significativas do operariado em São Paulo mostrou que não é verdadeira a afirmação segundo a qual os anarco-sindicalistas eram uma força secundária no início dos anos 30; ao contrário, pelo menos até 1934, eles ainda constituíam força significativa em termos de penetração no movimento sindical. Articulados e dirigidos pela Federação Operária de São Paulo (FOSP) -- entidade sindical existente desde décadas anteriores -- os anarco-sindicalistas repudiavam as normas restritivas impostas pelo Estado no início do governo Vargas. (...)
>
> Sua penetração no seio da massa assalariada é, como disse, ainda marcante e entre os anos 1930 e 1934 parece ser a maior força dentro do movimento sindical." ([24])

Por fim, discutindo as várias hipóteses sobre o refluxo da orientação anarquista nos sindicatos, Jaime de Almeida e John Dulles propõem análises do conjunto do movimento operário, traçando seu panorama desde o início do século e propondo-se a não privilegiar uma ou outra corrente, socialista, comunista ou anarquista. As causas da retração libertária são atribuídas à repressão aos sindicatos independentes e à transformação industrial que abandona os moldes artesanais propícios à ação anarquista. ([25])

Assim, as manifestações anarquistas nos anos 30 são discutidas pela historiografia, porém, em obras que têm uma amplitude maior de objetivos, constituindo-se em referências esparsas sobre a decadência anarquista que impossibilitam uma avaliação a respeito do peso de uma presença que é apontada mas não delimitada. Pretendemos, por este motivo, procurar recolher elementos que permitam um melhor balizamento da atuação libertária no meio sindical, embora tais dados sejam de difícil articulação face a sua fragmentação.

---

[23] ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930/45*. São Paulo, Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

[24] ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil - da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1988 (1ª ed.: 1982), p. 103-104.

[25] ALMEIDA, Jaime de. *Le mouvement ouvrier brésilien des années 1930*. Paris, Memoire présente au Departement Histoire, Université de Paris VIII, Maitrisse sous la direction de Marianne Debouzy, [1979] (mimeo); DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

As linhas metodológicas da historiografia do movimento operário brasileiro, assim como da produção sociológica a seu respeito, foram analisadas, periodizadas e criticadas com argúcia por diversos autores, tendo por eixo o estudo de Luiz Werneck Vianna. Este autor agrupa os diversos momentos dessa produção, apontando três fases: relatos memorialísticos de militantes, enfoque sociológico e interpretação política. ([26])

Maria Célia Paoli, em vários artigos ([27]), aprofunda a periodização, buscando novos referenciais para a pesquisa atual. A autora retroage à imagem heterônoma do trabalhador desde o início da República, com Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres, entre os mais destacados pensadores políticos da época, que apontavam a diversidade da composição do povo (cultural, étnica e regional), sua falta de capacidade para a solidariedade e para a ação política. A heterogeneidade aparecia como negatividade, necessitando, para a constituição de uma identidade, de um agente exterior -- o Estado. Anarquistas, socialistas e comunistas teriam compartilhado desta concepção, citando-se, entre os primeiros, Gigi Damiani que se queixa da falta de motivação política dos "operários nativos".

Ocorre o fenômeno que Marilena Chauí irá abordar como um aparente vazio que foi preenchido pelo Estado Getulista. Frente à ausência de uma burguesia nacional plenamente constituída e à falta de uma classe operária madura, autônoma e organizada, o Estado é apresentado por essa historiografia:

> "... como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituí-las como classes do sistema capitalista (...) Do lado de cima, o *vazio*, e do lado de baixo, o *desvio*, explicam-se na medida em que o capitalismo no Brasil é atrasado, tardio ou desigual e combinado face ao capitalismo internacional, de sorte que a conseqüência não se faz esperar: O Estado, fonte de modernização, terá que promover o desenvolvimento capitalista, *telos* da história mundial." ([28])

---

[26] VIANNA, Luiz Werneck. "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.3, 1978, p.9-24.

[27] PAOLI, Maria Célia e SADER, Éder. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira". In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional, 1987, p. 53-101; PAOLI, M. C. e SADER, Éder. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)" In: CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-65 e PAOLI, M. C. e SADER, Éder e TELLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v. 3, nº 6, p. 129-149, set 1983.

[28] CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In: CHAUÍ, M. e FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, pp. 20-21.

Nos anos 50, os estudos acadêmicos, seguindo a temática da modernização a partir de uma imagem paradigmática da classe operária virtual, apresentam em suas pesquisas o trabalhador de forma negativa: sem identidade social e política, sem racionalidade, sem consciência profissional, cabendo ao Estado autonomizado dos anos 30 a rearticulação dos interesses de classe. Sob esta ótica, temos os trabalhos de: Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Azis Simão. ([29])

Nas décadas de 60 e 70, realizando-se a crítica ao procedimento anterior, o cotidiano passa a ser focalizado como lugar de luta, tanto de dominação como de resistência. Com Francisco Weffort, o movimento operário é sujeito de sua própria história, criando formas alternativas de organização.([30]) No campo da Antropologia, José Álvaro Moisés aponta o espaço simbólico que engendra a relação de trabalho e de conflito ([31]) e Eunice Durham volta-se para o estudo do modo de vida operário enquanto expressão de escolhas culturais diversificadas. ([32]) Quanto aos historiadores, abre-se a perspectiva de buscar, para além da memória do vencedor, o movimento vivido no embate entre as classes e grupos sociais em suas multiplicidades de práticas, com Carlos Vesentini e Edgard De Decca. ([33])

Grande parte dos atributos em negativo conferidos ao conjunto do movimento operário no início do século podem ser estendidos à atuação anarquista no meio sindical. É o que ocorre com as imagens de um operariado fraco, desorganizado, imaturo, sem consciência de classe que tinha, entre as causas determinantes destas carências, a composição social de seus integrantes dentre os quais havia um grande percentual de estrangeiros imbuídos de ideologias deslocadas da realidade nacional.

Dois paradigmas principais produzem, com maior freqüência, esta perspectiva em negativo do anarquismo e do conjunto da classe operária, colocando-se na exterioridade deste movimento. Temos, segundo Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, um modelo partidário da tarefa

---

[29] LOPES, Juarez B.. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964; TOURAINE, Alain. "Industrialization et conscience ouvrière à São Paulo". *Sociologie du Travail*. Paris, v. 3, n. 4, p. 77-95, oct.-dec. 1961; CARDOSO, Fernando H.. "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social". *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 41, p. 98-122, mar.-jun. 1962; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966; RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968; SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.

[30] WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e Política*. São Paulo, Tese (Livre Docência em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972 (mimeo).

[31] MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protesto urbano*. São Paulo, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

[32] DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

[33] VESENTINI, Carlos A. e DECCA, Edgard. S. de. "A revolução do vencedor". *Contraponto*. São Paulo, n. 1, p. 60-69, 1976.

histórica do proletariado e um modelo estrutural do Estado e do Capitalismo:

> "Uma parte considerável da literatura sobre a história do movimento operário na América Latina pertence ao gênero tarefa partidária. Os autores avaliam se determinadas políticas são 'corretas' ou mais freqüentemente 'incorretas' do ponto de vista de uma teoria. (...) por trás dessas análises, explícita ou implicitamente, há uma tendência para explicar o curso dos acontecimentos na América Latina pelo que supostamente está faltando: a ausência de uma burguesia, por um lado, capaz de expressar um projeto universal para sua hegemonia, e por outro lado a ausência de uma classe operária madura, organizada, preparada para propor seu próprio projeto político. Essa falta deixa supostamente um vácuo de poder, que é então preenchido pelo Estado." ([34])

Muitas das conclusões das pesquisas realizadas sobre os primórdios da atuação anarquista no Brasil são pautadas por esta visão em negativo, ao tentar explicar o seu declínio. O anarquismo é focalizado pela ótica da **ausência** de centralização, da **falta** de participação político-parlamentar, da **carência** de organização, apesar de resultados concretos alcançados através de suas mobilizações, como é o caso da greve de 1917 que conquistou a jornada de 8 horas, embora sua efetividade tenha sido efêmera.

Mesmo nos trabalhos produzidos nas décadas de 70 e 80 que partem de uma perspectiva fundada nos discursos do próprio movimento anarquista, respaldando-se em sua imprensa recém-recuperada em arquivos, muitas análises retomam os preconceitos construídos no passado, realizando julgamentos da ação anarquista contrastada com modelos paradigmáticos.

Uma síntese das carências apontadas no movimento anarquista é apresentada em poucas linhas por Francisco Foot Hardman, que faz o balanço da atuação do movimento operário no período de ascenso ocorrido entre 1917 e 1920:

> "Toda a força revolucionária dos quadros libertários revelou-se nas lutas decisivas daquele momento. E nesta experiência viva da classe, todos os limites e fraquezas do anarquismo também foram postos à prova. A recusa em considerar a organização necessária do proletariado para a luta *política* contra o Estado; a negativa de organizar a classe em *partido* próprio, com vistas à tomada revolucionária do poder; o apego absoluto à chamada "resistência anticapitalista", que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; a exaltação de formas espontâneas de luta, de ações voluntaristas e heróicas, individualizadas e desvinculadas da massa; enfim, todos esses aspectos da teoria e prática dos anarquistas revelaram o impasse e o beco sem saída a que foi levado o movimento operário no Brasil, neste final dos anos dez." ([35])

---

[34] HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle". *Remate dos Males*, Campinas, nº 5, 1985, p. 96-97.

[35] HARDMAN, Francisco Foot. "Anarquistas e anarco-sindicalismo no Brasil", In MARANHÃO, Ricardo e MENDES JÚNIOR, Antonio (orgs.). *Brasil História: República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 320.

A historiografia mais recente questiona e contesta o caráter alienígena atribuído à ideologia anarquista em virtude da predominância de militantes estrangeiros, buscando os motivos de seu sucesso e difusão nos sindicatos brasileiros quando comparados a outras ideologias existentes no movimento operário europeu, como o socialismo e o comunismo. As respostas a esta questão são buscadas tanto no próprio discurso libertário quanto em fatores circunstanciais da organização política brasileira, como o sistema de exclusão da participação da classe trabalhadora, de acordo com Paulo Sérgio Pinheiro:

> "Esse viés esteve presente principalmente na crítica à importação dos temas e palavras de ordem européia pela militância anarquista. Entretanto, menos que a origem dessas palavras de ordem, o que conta é elas terem sido incorporadas por setores da classe operária no Brasil. Por outro lado, interessa saber de que modo essas formulações importadas serviram para a redefinição da sociedade para o movimento operário. Por não se ter dado relevância a esses aspectos, as manifestações da classe operária no início da Primeira República foram consideradas anômalas, ressaltou-se sua inadequação à sociedade brasileira, e por isso culpou-se a nacionalidade estrangeira das primeiras lideranças operárias."([36])

Por um lado, os libertários justificavam sua opção ideológica pelas condições de extrema exploração a que o trabalhador era submetido, mais opressivas do que nas indústrias européias. Seriam as próprias condições nacionais que teriam levado à necessidade de organização dos trabalhadores, os quais não estavam isolados da propagação das idéias no contexto mundial. Os anarquistas questionavam ainda a perseguição contra os sindicalistas estrangeiros mostrando que havia também grande número de empresários imigrantes nas indústrias brasileiras, não se atribuindo qualquer conotação de subversão ou de estranheza a suas idéias. Assim, o problema não se localizava na origem das idéias, mas em seu conteúdo.

No que se refere às formas de atuação pregadas pelo anarquismo, uma das faces das contradições que lhe são imputadas deve-se aos "erros táticos" ou "estratégias inadequadas". Porém, a principal crítica encontra-se no equívoco que está na raiz de sua proposta, ou seja, em sua rejeição à participação política. Ingenuidade, fraqueza, limitação de perspectivas - estes seriam os erros que levaram o anarquismo a decretar sua própria falência, carregando junto de si o próprio movimento operário em formação na primeira República.

Historiadores do anarquismo, como Hardman ([37]) e Maria Conceição P. de Góes ([38]),

---

[36] PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão". *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 14, out-dez 1975, p. 122.

[37] HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.* p. 320-321.

argumentam que as conquistas trabalhistas não alcançariam sua efetividade e garantia devido à abstenção política dos libertários que não atuavam no congresso, nem apoiavam parlamentares que se dispunham a defendê-los e nem lutavam pela conquista do poder. Suas reivindicações, circunscritas à esfera econômica e às relações privadas com as empresas, ao mesmo tempo que impediam sua projeção para o conjunto da sociedade, tampouco se constituíam em forças adversárias significativas para o Estado. O isolamento social resultante desta postura significou a recusa da cidadania que complementava a política de exclusão operária no Estado oligárquico, como afirma Hardman. Uma conseqüência oposta é inferida por Sílvia Magnani que aponta uma contradição na recusa dos libertários de atuação política embora tivessem como alvo de suas reivindicações o Estado como órgão que iria efetivar os direitos individuais e trabalhistas desejados. ([39])

Tal condição do movimento operário é atribuída por Boris Fausto à imaturidade das estruturas econômicas do período, criando-se assim um padrão modelar da ação sindical diante do qual as opções ideológicas dos trabalhadores são definidas de modo externo:

> "Os anos 1917-1920 serão os anos do apogeu do anarquismo e de sua crise. Centro do debate ideológico, os libertários prevalecerão no movimento operário, na maioria das ações coletivas. Isto equivale a dizer que não amadureceram na etapa de ascenso da conjuntura as condições que permitiriam colocar o problema da construção de um Partido." ([40])

Também os resultados das ações sindicais influenciadas pelo anarquismo são avaliados como ineficazes e débeis devido à descentralização das organizações e à afirmação da espontaneidade e autonomia das associações operárias. A falta de centralização e de liderança teria conduzido as mobilizações ao fracasso, especialmente nas greves gerais, como foi o caso em 1917, segundo análise de Sheldon Maram. ([41]) Boris Fausto aponta igualmente a ausência de liderança nessa greve que não foi assumida pelo editores de *A Plebe*, configurando a mesma aversão à centralização partidária que aparece aqui na ausência de centralização sindical:

> "Dois elementos se combinam no comportamento dos líderes anarquistas, em julho de 1917: a incapacidade de assumir um verdadeiro papel dirigente; a dificuldade em en-

---

[38] GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A formação da classe trabalhadora (movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 105.
[39] MAGNANI, Sílvia. *Op. cit.*
[40] FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 174.
[41] MARAM, Sheldon. *Op. cit.*, p. 89.

> contrar as vias para garantir ao menos o cumprimento das pequenas conquistas. Apesar dos apelos retóricos à organização, o ímpeto da torrente atrai esses homens, ainda ontem embalados em seu pequeno círculo pela vaga fraseologia da obra emancipadora final." ([42])

O espontaneísmo libertário é apontado como gerador não só da falta de adesão e de continuidade dos sindicatos em sua estrutura interna, assim como da participação restrita dos trabalhadores nas manifestações e greves propostas. Segundo Sheldon Maram, a fraqueza do movimento operário e sua desarticulação nas duas primeiras décadas do século deviam-se à inexistência de compromisso e de disciplina estimulados pelo anarquismo:

> "O apelo à unidade da classe trabalhadora não era o que atraía o trabalhador brasileiro ao movimento, e sim a não-obrigatoriedade de participação ativa. A própria estrutura dos sindicatos anarquistas evidenciava essa falta de compromisso. Os militantes estimulavam o voluntarismo e a persuasão e rejeitavam todo tipo de regulamentação burocrático-normativa. Portanto, os trabalhadores não se constrangiam em deixar de pagar as mensalidades ou mesmo de não participar das atividades sindicais. Em geral, eram aceitos contanto que não fossem fura-greves. É notável que o movimento socialista brasileiro mais radical do período exigisse tão pouco compromisso e disciplina. ([43])

A espontaneidade, entretanto, é tomada no aspecto negativo do voluntarismo, visando a desqualificação da organização e da consciência operária que estão em processo de formação. Atribui-se a rebeldia dos trabalhadores a motivações externas, especialmente econômicas, de forma mecânica. A idéia de espontaneidade é discutida por E. P. Thompson que questiona o reducionismo econômico inerente às análises dos motins do século XVIII, quando não se leva em conta, diante das motivações de fome e miséria, a mediação exercida pelo costume, pela cultura e pela razão de uma comunidade. ([44])

É nesta perspectiva de mediação da cultura operária que pretendemos situar a questão da "fraqueza" do movimento operário e do movimento anarquista. A interação com fatores circunstanciais, a elaboração de uma cultura própria e a adoção do ideário anarquista constituirão formas de enfrentamento do poder e de resistência à opressão. Embora os fatores externos participem das opções dos libertários, estes não seriam suficientes para a compreensão de sua ação, sem uma análise de fatores constitutivos internos que realizam a mediação das condições econômicas e políticas. A cultura seria o filtro através do qual estas condições seriam percebidas e transformadas.

---

[42] FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 204-205.
[43] MARAM, Sheldon. *Op. cit.* p. 163.
[44] THOMPSON, E. P. "La Economia 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". In: *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona: Editorial Critica, 1979, p. 64.

CAPÍTULO II

AS MÚLTIPLAS ALTERNATIVAS DE RESISTÊNCIA NOS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES

2.1. Memória e tradição anarquista

O anarquismo, enquanto concepção de vida e de prática social, transcende a atuação sindical. De sua visão de mundo que tem como núcleo a defesa vital da **liberdade**, decorrem propostas quanto à postura antiautoritária diante do trabalho, da relação amorosa, da religião, do Estado, da cultura, da educação, da alimentação etc. Como exemplos de atividades em que se concretizam estes ideais, são bastante difundidos a propaganda anticlerical, o amor livre nas comunidades e as encenações teatrais.

A imprensa libertária, mesmo aquela produzida por sindicatos, tem como constante os discursos que visam a transformar o indivíduo como um todo, relacionado com a contemporaneidade em seu alcance internacional. Há pesquisas sobre tais temas que destacam as várias correntes do pensamento libertário, polarizando-se, especialmente no Brasil, as divergências entre os anarquistas e os anarco-sindicalistas. ([45])

Pelo fato de procurarmos em nossa análise não compartimentalizar os discursos sobre princípios anarquistas e sua prática, não iremos iniciar esta exposição com um panorama do ideário libertário, mas com a identificação das associações criadas no Brasil por seus proponentes, buscando, através de suas manifestações, os elementos que impulsionaram suas formas de funcionamento.

---

[45] FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, LUIZETO, Flávio Venâncio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional*. São Paulo: Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984 (mimeo) e RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Assim, em fevereiro de 1927, ressurge o jornal *A Plebe*, nossa principal fonte de pesquisa. A retomada do título, assim como de sua numeração, demonstra o intuito de reaver a **tradição de luta** do periódico, iniciada em 1917 e interrompida desde julho de 1924 pelo estado de sítio. Nesta data, Rodolfo Felipe, gerente responsável pela edição, foi preso junto a oito companheiros, por quarenta dias, e processado pela lei de imprensa sob a acusação de críticas ao governo.

O jornal denuncia, na maior parte de seus espaços, os degredos de militantes operários e dos revolucionários de 1924 na Colônia da Clevelândia, onde haviam morrido cinco anarquistas. A retomada de seu lugar nos sindicatos e a recriação de antigas associações demonstram a necessidade de **continuidade** de um mesmo caminho cuja interrupção havia sido involuntária. Até 1932, novas interrupções marcaram a publicação do jornal, o mesmo ocorrendo com outros periódicos que surgem nesse interregno, devido à repressão aos sindicatos e jornais operários provocados pela Lei Celerada.

Os vínculos com o passado destacam-se na insistência com que eram reavivadas associações com as mesmas denominações do passado: Federação Operária de São Paulo, Confederação Operária Brasileira, Escola Moderna, Ateneu de Cultura Popular etc. A proposta ideológica dos grupos era remetida aos princípios defendidos nos Congressos Operários de 1906, 1913 e 1920, assim como os sindicatos tinham seus referenciais históricos centrados nas grandes mobilizações realizadas décadas atrás.

Esta necessidade de situar-se no tempo, numa relação com o passado e o futuro, é apontada por Edgard de Decca como constitutiva da prática libertária. Segundo o historiador, o anarquismo parte do princípio de que o presente é constituído pelo primado da liberdade e da ação no espaço público, sendo que esta ação não é o lugar da consciência, mas abre lugar para a ela, na medida em que funda a **possibilidade da memória** em vista do futuro. Assim, a ação fundada na tradição, realizando a comemoração dos acontecimentos passados, constitui a força propulsora para a transformação do presente em vista da criação de uma sociedade futura.

A relação com o tempo é fator fundamental na ação anarquista, segundo De Decca, pois a memória não é cristalizada como fato acabado no passado, mas torna-se memória viva, como consciência no sujeito que revitaliza este passado através de suas ações. Por este motivo, o anarquismo necessitaria da ação no espaço público para sobreviver, constituindo sua memória nas

comemorações e manifestações e refluindo quando não houvesse liberdade para tanto. ([46])

A perspectiva histórica dos anarquistas constrói referenciais próprios de sua presença no tempo, rememorados nas datas apontadas como significativas, segundo seu ideário:

- *11 de fevereiro*: assinatura do Tratado de Latrão;
- *23 de fevereiro*: morte de Giordano Bruno;
- *18 de março*: Comuna de Paris;
- *1º de maio*: execução dos mártires de Chicago;
- *14 de julho*: queda da Bastilha;
- *23 de agosto*: morte de Sacco e Vanzetti;
- *13 de outubro*: fuzilamento de Francisco Ferrer.

Do ponto de vista da preservação de uma identidade, este peculiar calendário comemorativo cria um universo de referências que, ao ser revivido anualmente, se contrapõe às comemorações cívicas nacionais e às celebrações religiosas. Assim, eram escarnecidas as datas cristãs de Natal, Finados, Carnaval e os feriados pátrios, substituídas por grandes feitos de anarquistas ou daqueles que também haviam lutado pela liberdade.

Será, assim, sob a ótica da necessidade da revitalização de seus vínculos com o passado, enquanto forma de afirmação de uma identidade, que iremos buscar a presença anarquista no final dos anos 20 e início dos anos 30. Tendo em vista a especificidade de seus referenciais, procuraremos traçar, primeiramente, seu percurso no período frente às circunstâncias políticas, sindicais e repressivas, com o objetivo de detectar a sobrevivência anarquista. A seguir, iremos expor as divergências entre anarquistas e anarco-sindicalistas, com base no debate travado através da imprensa libertária do período, que sustenta, por si só, esta antiga polêmica. A exposição deste debate fornece elementos para a identificação da relação entre as associações e os sindicatos quanto a formas de funcionamento e quanto a atividades, objetos de análise nas unidades seguintes.

---

[46] DECCA, Edgard. de "Arquivos Anarquistas". *Congresso Pensamento Libertário Internacional: outros 500*, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 24 a 29 de agosto de 1992.

2.2. Revoluções, disputas sindicais e repressão

O período que decorreu entre os anos de 1927 e 1937 foi marcado por três movimentos revolucionários (1930, 1932 e 1935), frente aos quais a participação dos sindicatos foi reduzida, apesar de haver simpatia e até algum apoio em relação aos revolucionários. Não nos propomos a traçar a história política do período, mas procuraremos apontar alguns aspectos da reação dos sindicatos sob direção anarquista diante desses acontecimentos, assim como as conseqüências trazidas para a organização operária, através de seu controle e repressão. Ao mesmo tempo, procuraremos identificar alianças e conflitos não só com as outras correntes ideológicas atuantes no movimento sindical: comunistas, trotskistas, socialistas, tenentistas, integralistas e os chamados legalistas ou "reformistas", mas também com os sindicatos oficiais, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, após 1930.

Diante das agitações revolucionárias, havia certo retraimento da atividade sindical, da mesma forma que nos momentos mais agudos das crises econômicas, principalmente durante a crise de 1929 que estendeu seus efeitos ainda aos anos seguintes. Porém, o fator mais relevante contra a organização sindical era a **repressão policial** que se tornou mais acentuada em virtude da Lei Celerada, assinada em agosto de 1927, e do estado de sítio que sucedeu a "Intentona Comunista", em novembro de 1935. Apesar da repressão policial ter ocorrido de modo mais intenso nestas duas datas, a perseguição e a violência contra os sindicatos foram uma constante na República brasileira, conforme é apontado por Paulo Sérgio Pinheiro que afirma haver uma continuidade na prática repressiva em relação ao trabalhador que permeou a Primeira República, permanecendo mesmo após a Revolução de 30:

> "As motivações para as reformas realizadas, antes e depois de 1930, no aparelho repressivo, tinham o mesmo conteúdo, ainda que sua motivação explícita pudesse ser até distinta: anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas provocaram o mesmo temor e ansiedade. E tanto num período como noutro, entretanto, já havia a mesma ambigüidade contraditória entre aperfeiçoamento da violência física e aprofundamento da *violence douce*, especialmente nas relações com os trabalhadores." ([47])

[47] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 109.

Em dezembro de 1924, com a criação do DOPS, em São Paulo, os instrumentos de controle e repressão foram se aprimorando, combinando a vigilância de sindicatos e manifestações operárias com o recurso à força na dispersão de comícios e manifestações grevistas, prisões, degredos e deportações. Segundo Pinheiro, haveria uma mudança no alvo das ações policiais em relação ao meio operário que foi se deslocando dos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas para os comunistas. Tais conclusões são extraídas da comparação entre a Lei de Repressão ao Anarquismo, de 17 de janeiro de 1921 ([48]) à Lei Celerada, de 12 de agosto de 1927. ([49]) Ambos os decretos forneciam ao Estado a prerrogativa do fechamento de associações, sindicatos, sociedades civis e jornais quando incitassem à violência nos locais públicos. Porém, enquanto o primeiro decreto fazia referências à penalização daqueles que fizessem uso de bombas de dinamite e outros explosivos, calcando-se na imagem do anarquista europeu, o segundo incluía entre seus alvos agremiações que "operem no estrangeiro", tendo em vista, segundo o autor, as ligações comunistas com a sede de seu partido em Moscou. ([50])

Em dezembro de 1927, porém, os artigos 5 e 6 do decreto de 1921 foram reeditados, aumentando a penalidade para aqueles que colocassem bombas de dinamite em edifícios públicos ou particulares, ou em lugares franqueados ao público. A mesma penalidade era aplicada àqueles que fabricassem tais bombas com finalidade criminosa. Assim, se o aparato repressivo buscava ampliar seu raio de ação aos militantes comunistas, através do recurso legislativo, também retomava o alvo dos anarquistas que ainda representariam um perigo para as instituições. ([51])

Conforme Pinheiro, as leis de exceção decretadas após os movimentos revolucionários permitiriam ao Estado, além da perseguição àqueles que estivessem envolvidos na ação subversiva, a investida policial contra todos seus "inimigos internos", incluindo-se entre estes os vadios e os trabalhadores. Foi o que ocorreu após a revolta tenentista de 1924, com a perseguição a militantes operários presos, degredados e deportados sob a ótica da "ameaça social" fundada na união do "mito do perigo estrangeiro e o dos agitadores profissionais". ([52])

As acusações policiais buscavam ligações dos militantes operários mais ativos com o

---

[48] *Decreto n. 4.269*, de 17 de janeiro de 1921.
[49] *Decreto n. 5.221*, de 12 de agosto de 1927.
[50] PINHEIRO, P. S.. *Op. cit.*, p. 122.
[51] *Decreto n. 5.373*, de 12 de dezembro de 1927. O Decreto aumenta a penalidade, que era de 6 meses a 2 anos, para 1 a 4 anos de prisão celular nos casos previstos de crimes cometidos com bombas de dinamite.
[52] PINHEIRO, P. S.. *Op. cit.*, p. 107.

movimento subversivo. Frente ao movimento revolucionário dos tenentistas, os anarquistas haviam demonstrado simpatia pela contestação à situação política e econômica e pela esperança de uma nova ordem social, conforme assinala Edgar Rodrigues, fundado em depoimentos do sapateiro anarquista Pedro Catalo. Mais do que apoio moral, os libertários teriam oferecido forças para a luta:

> "Os anarquistas de S. Paulo, durante esse período revolucionário, reuniam-se diariamente procurando um meio de participar desse ato sem comprometer o ideal. Resolveu-se, então, fazer ao General Isidoro Dias Lopes, a seguinte proposta: o general forneceria armas aos anarquistas que formariam um batalhão de civis para lutar contra o governo central, porém, autônomos, sem a disciplina e a ingerência militar. Está claro que o general não aceitou a proposta anarquista." ([53])

Rejeitada a proposta, os anarquistas enviaram "Moção dos Militantes Operários" ao Comitê das Forças Revolucionárias, com 28 assinaturas, publicado em *A Plebe* de 25 de julho de 1924. ([54]) Os signatários da moção foram perseguidos pela polícia, tendo a maioria conseguido fugir. Os sindicatos mais atuantes foram fechados e destruídos, e os jornais anarquistas impedidos de circular.

Quando voltou a ser publicada *A Plebe*, em fevereiro de 1927, denunciaram-se prisões na *Colônia do Centro Agrícola Clevelândia*, no rio Oiapoque, localizada no Pará, próxima à fronteira com a Guiana Francesa, denominada por seus ocupantes involuntários como "campo de concentração". Os presos chegavam às prisões da Polícia Central, passando por navios presídios, sendo posteriormente transportados para o Oiapoque. Neste ínterim sofriam espancamentos, reclusão em solitárias, trabalhos forçados e subalimentação. Segundo relato do engenheiro-chefe da Colônia, havia 946 presos, chegados de 26 de dezembro de 1924 a 12 de junho de 1926, restando, em abril de 1926, apenas 194. ([55]) A libertação dos prisioneiros restantes ocorreu a partir de 7 de janeiro de 1927.

Nos períodos em que se desencadearam epidemias de impaludismo e disenteria, morriam 3, 4, até 8 pessoas por dia, segundo depoimento de Domingos Braz, uma das vítimas da Clevelândia. ([56]) Mais da metade dos 946 prisioneiros faleceram, num total de 491 mortos, e a maioria

---

[53] Depoimento de Pedro Catalo. In: RODRIGUES, Edgar. *Novos rumos (pesquisa social 1922-1946)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976, p. 227.

[54] "Moção dos Militantes Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias". *A Plebe*. São Paulo, 25 jul. 1924, n. 244, p. 1.

[55] NORBERTO, Gentil Tristão. *Memorial a Lindolfo Collor sobre instalação da colônia agrícola Clevelândia no Rio Oiapoque*, 30 jan. 1931, CPDOC.

[56] BRAZ, Domingos. "A horrível situação dos degredados". *A Plebe*. 12 fev. 1927, n. 245, p. 1.

daqueles que sobreviveram, teve esta sorte devido à fuga, mesmo estando adoentados, conforme dados de Pinheiro. ([57])

O jornal *A Plebe* noticiou os nomes de 15 anarquistas presos em Clevelândia. ([58]) Entre estes, dos cinco que morreram, um era militante no Rio de Janeiro e os demais atuavam em São Paulo:

José Alves do Nascimento: ex-secretário da União dos Operários em Construção Civil do Rio de Janeiro
José Maria Fernandes Varella
Nicolau Paradas: garçom, preso devido a greve de tecelões
Nino Martins: tipógrafo
Pedro Augusto Motta: gráfico cearense, diretor de *A Plebe* desde 1923

Os demais sobreviveram por terem conseguido fugir para a Guiana Francesa, de lá rumando para a Colômbia, Venezuela ou Belém. Eram sindicalistas do Rio de Janeiro, com exceção do último que atuava em Santa Catarina. Dentre os nomes identificados, temos:

Antônio Alves da Costa (apelidado de "O Carioca"): tecelão e pintor nascido em Petrópolis
Antônio Salgado da Cunha: operário da construção civil
Antônio Rux: jovem operário
Biophilo Panclastra: operário espanhol
Domingos Braz: tecelão italiano e professor em Petrópolis
Domingos Passos (apelidado de "O Bakunin Brasileiro"): carpinteiro brasileiro
José Baptista da Silva: pedreiro pernambucano
Manoel Ferreira Gomes: pedreiro português
Pedro Alves Carneiro: pintor, ex-presidente da União dos Operários em Construção Civil do Rio de Janeiro
Thomaz Deslitz Borche: uruguaio, empregado no comércio

Além deste pequeno grupo que se tornou símbolo do heroísmo libertário, com histórias de resistência no Oiapoque, como o 1° de maio comemorado com o canto da Internacional, ou a escola para filhos de agricultores, criada por José Alves do Nascimento, há inúmeros outros casos

[57] PINHEIRO, P. S.. *Op. cit.*, p. 95 e 103.
[58] *A Plebe*. São Paulo, 12 fev. a 28 maio 1927, n. 245-252.

de prisões no período.

Em 1924, o Comitê Pró-Presos e Deportados por Questões Sociais, no Rio de Janeiro, denunciava a prisão de anarquistas, acusados por tentarem promover complô revolucionário, por fazer propaganda na caserna e pela venda de jornais libertários. Entre os mais conhecidos, estava José Oiticica, professor e lingüista brasileiro que foi deportado para a Ilha Rasa e, depois, para a Ilha das Flores onde permaneceu até agosto de 1925. Vários estrangeiros foram deportados, como Adolpho Marques da Costa, ativo ex-dirigente da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro, Fernando Ganga Alvarez, sapateiro espanhol, e Antonio Vaz, operário maleiro português.

Durante este período de perseguições aos anarquistas em São Paulo e Rio de Janeiro, os comunistas foram menos visados, segundo o brasilianista John F. Dulles, realizando, em fevereiro de 1925, o 2° Congresso do PCB e mantendo publicações sindicais, como *O Internacional*, sustentado por anúncios de fábricas de bebidas, durante todo o estado de sítio. ([59]) O jornal *A Classe Operária* foi relançado de maio até julho de 1925, quando foi novamente fechado pela polícia, tentando, sem sucesso, a sua publicação em Juiz de Fora, onde não vigorava o estado de sítio. Nesse período, detecta-se uma maior infiltração da influência comunista nos sindicatos, principalmente no Rio de Janeiro, conforme referências do PCB na *L'Internacional Sindical Rouge*:

> "A massa operária, tornada cada vez mais consciente do que era nos primeiros anos de insurreição revolucionária, seguia os comunistas. 1926 foi o ano dos sucessos consideráveis do movimento sindical revolucionário. Consecutivamente, o Centro Cosmopolita (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira), os sindicatos dos marinheiros e taifeiros, o Sindicato da Construção Naval (no qual o traidor reformista Luiz de Griveiro desempenhou um papel importante até há pouco tempo), a Associação Revolucionária dos Tipógrafos do Rio de Janeiro e, enfim, o Sindicato dos Têxteis, passaram às mãos dos revolucionários. Com maioria esmagadora, os comunistas foram eleitos para a direção desses sindicatos." ([60])

Em contraposição, no ano de 1925, realizou-se o *3° Congresso Operário Estadual*, organizado pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, que aprovou princípios libertários e o combate aos partidos políticos, com a participação de 18 sindicatos de várias cidades do Estado

---

[59] DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 224-225.

[60] FORTUS, M.. "Le bilan de dix ans de mouvement ouvrier brésilien". *L'Internationale Syndicale Rouge*, n. 97, fev. 1929, p. 136-141. Apud: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil, vol I - Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 304.

([61]). O Comitê Pró-Presos local propôs a criação de organizações similares por todo o país, denunciando as condições dos presos da Clevelândia.

Em 1925, os comícios do Dia do Trabalho foram dominados pelos sindicatos "reformistas" que apoiavam o governo, devido à interdição dos demais sindicatos. Já em 1926, a data foi comemorada conjuntamente por anarquistas e comunistas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, relembrando um "memorável comício-monstro" de 1919, havendo, assim, uma retomada das tradições e das divergências que vinham se desenvolvendo desde 1922. No Rio, ocorrem atritos entre as duas tendências, recobrando-se, por este motivo, no ano seguinte, a divisão das manifestações que passaram a demarcar o espaço da Praça Mauá para os comunistas e a Praça 11 de Junho para os anarquistas, conforme já ocorrera em 1924. ([62])

Em 1927, o 1° de Maio foi comemorado com dois comícios concomitantes no Rio de Janeiro, delimitando as divergências que vieram a se aprofundar nos anos seguintes. Ambos procuravam aglutinar, além dos sindicatos e trabalhadores explicitamente filiados à orientação doutrinária defendida, também simpatizantes ou pessoas neutras. Como forma pública de medição de forças, os dois lados exageravam na quantificação dos presentes, tornando-se difícil a averiguação dos resultados. Há referências de que os dois comícios alcançaram grande número de participantes: em torno de 10 mil trabalhadores na Praça Mauá e 8 mil na Praça 11 de Junho ([63]). A preponderância comunista com a aglutinação de seus simpatizantes teria sido atestada pelo congresso que se seguiu à manifestação.

A polarização entre comunistas e anarquistas ocorreu com maior clareza entre os dois pólos industriais: Rio de Janeiro e São Paulo. No Estado do Rio de Janeiro, o *1° Congresso Sindical Regional* organizado por 9 sindicatos sob influência comunista ([64]) deu origem à Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, reunindo delegados de 33 sindicatos, 22

---

[61] RODRIGUES, E.. *Op. cit.*, p. 248.

[62] Esta divisão volta a ocorrer em 1928 e 1929, sendo que, a partir de 1930, as manifestações em praça pública foram proibidas no Rio de Janeiro, restringindo-se aos espaços fechados das sedes sindicais. Em São Paulo, ainda foram permitidos comícios na Praça da Sé em 1930 e 1932, com o encontro, nesse último ano, dos sindicatos anarquistas que se reuniam em praças próximas, convergindo depois para a praça central.

[63] DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 32.

[64] O Comitê Nacional Pró-CGT era formado pelos sindicatos: Centro Cosmopolita, União dos Operários Metalúrgicos do Brasil, Centro Auxiliador dos Operários em Calçados, União dos Alfaiates, União dos Trabalhadores Gráficos, União dos Trabalhadores em Padaria, União dos Pintores e Anexos, União Internacional das Cooperativas e União dos Operários em Fábricas de Tecidos. In: ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto: 1922-30*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 114.

comissões operárias e 3 minorias sindicais. Porém, nem todas estas associações teriam aderido ao partido, como apontaram os próprios comunistas, pois sequer as resoluções da federação foram cumpridas ou enviadas cotas de contribuição por parte de todos os participantes. ([65])

Sob a coordenação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), de linha anarquista, realizou-se reunião para discutir a lei de férias nos mesmos dias em que decorreu o congresso convocado pelos comunistas, com a participação de apenas 4 sindicatos permanentes: Aliança dos Operários em Calçados, Sindicato dos Fundidores e Anexos, União dos Operários em Construção Civil e Centro dos Operários em Pedreiras, havendo outros simpatizantes ocasionais.

A afirmação dos princípios anarquistas era reforçada em contraposição às propostas comunistas: recusavam o apoio a partidos políticos e a centralização operária por órgãos externos, defendendo o federalismo que garante a autonomia dos sindicatos e a ação direta sem intermediários. A recusa à composição numa frente única propugnada pelo PCB, como "terreno neutro", era fundamentada, segundo Kazumi Munakata, nas "21 Condições" para a admissão dos partidos na Internacional Comunista. Suas diretrizes visavam o controle e a burocratização dos sindicatos cujas iniciativas coletivas necessitavam ser aprovadas pelo Conselho Geral dos Comitês de Representantes, com relatórios de suas atividades, devendo as propostas ser apresentadas com antecedência para poderem ter aceitação em congressos. ([66])

Frente a tais práticas dos comunistas que significariam a abolição dos princípios libertários, os anarquistas enfatizavam suas formas de ação, denunciando em seus opositores a ineficácia de suas estratégias parlamentares e o artificialismo de confederações nacionais sem representatividade. A necessidade da afirmação da identidade anarquista aponta-se, assim, em duas direções: frente às classes dominantes, como ideologia de classe, e frente aos partidos operários, como estratégia sindical que garanta sua autonomia.

Em São Paulo, a rearticulação do movimento operário ocorreu em torno da Comissão Pró-Organização do Operariado, constituída em comício do Dia do Trabalho de 1927 com vistas à reorganização da antiga Federação Operária de São Paulo, que só ressurgiu efetivamente em 1931. A 7 de maio, criou-se a União Operária de Ofícios Vários, como forma embrionária da federação. Havia poucos sindicatos que se encontravam em atividade: União dos Canteiros, União dos Chapeleiros, União dos Artífices em Calçados e a Liga Operária de Vila Esperança, entre os sindicatos anarquistas. A Internacional, que era o Sindicato dos Empregados em Hotéis e

---

[65] Relação dos sindicatos participantes In: MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 61-63.
[66] MUNAKATA, K.. *Op. cit.*, p. 72-92.

Restaurantes, e a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) encontravam-se sob direção comunista, enquanto que na União dos Operários em Fábricas de Tecidos havia disputas entre anarquistas e comunistas.

Uma das principais reivindicações que agitavam o meio operário era a lei de férias que fora regulamentada em 1926 ([67]) e que provocava expectativa entre os trabalhadores por sua aplicação. Criou-se um Comitê Pró-Lei de Férias em São Paulo, reunindo sindicatos de diferentes posições ideológicas: além das uniões anarquistas dos sapateiros, chapeleiros e canteiros, dos sindicatos comunistas dos gráficos e garçons, acrescentavam-se o Centro Operário Católico Metropolitano, a Associação dos Ferroviários de São Paulo e a Associação dos Empregados no Comércio. Esta última colocava-se em posição independente, aproximando-se por vezes dos socialistas e outras vezes dos comunistas, cedendo sua sede para a reunião. Várias greves desse ano e dos seguintes reivindicaram a aplicação da lei de férias que praticamente não se cumpriu, apesar de sua aprovação e regulamentação. Nesse momento, as ações conjuntas das várias tendências sindicais ainda eram possíveis em São Paulo, lutando os anarquistas pela concessão das férias, que eram consideradas um direito a ser conquistado pela ação direta e não uma lei que deveria ser outorgada pelo Estado.

Também com greves e manifestações públicas desenvolveu-se intensa mobilização de protesto provocada pelo julgamento e execução dos operários anarquistas Sacco e Vanzetti, acusados pela justiça norte-americana de assalto e assassinato. Impulsionados pelo movimento internacional, criou-se, no início de 1926, um Comitê de Agitação Pró-Liberdade de Sacco e Vanzetti, numa assembléia geral de sapateiros. A campanha foi-se intensificando com constantes manifestações públicas e com greves de grande amplitude, conforme narrativa do sapateiro Pedro Catalo, um de seus protagonistas:

> "A campanha não demorou a tomar notáveis proporções de penetração no seio da população de S. Paulo, onde predominava o elemento italiano. Todas as semanas realizávamos pelo menos dois comícios, um em recinto fechado e outro, aos domingos, em praça pública. Durante a semana, fazíamos comícios nos salões de bairros e aos domingos no Largo da Concórdia, onde havia um coreto que se prestava muito bem para isso." ([68])

---

[67] *Decreto n. 4.982*, de 24 dez. 1925, regulamentado pelo *Decreto n. 17.496*, de 30 out. 1926.
[68] Depoimento de Pedro Catalo *Apud* RODRIGUES, Edgar. *Op. cit.*, p. 253.

Essa campanha foi organizada por anarquistas e comunistas, com manifestações massivas em todo o país. A ideologia defendida pelas duas vítimas da justiça norte-americana era enfatizada na imprensa e nas manifestações libertárias que acusavam tanto a grande imprensa quanto os jornais comunistas de omitirem tal fato, do mesmo modo que omitiam a convicção anarquista dos mártires de Chicago no 1° de Maio. O movimento internacional tomaria dimensões fabulosas, extrapolando os meios libertários, para contar com o apoio inclusive de chefes de Estado, entre os quais, Mussolini e o Papa ([69]) A comoção popular, causada pela condenação sem provas suficientes dos dois operários italianos, colocava em evidência a firmeza de caráter e a convicção ideológica dos anarquistas que, mesmo diante da morte, recusavam a assistência religiosa e protestavam através da greve de fome. No Brasil, tais manifestações reavivavam esses ideais, inserindo a luta libertária num movimento internacional que demonstrava sua força, ao mesmo tempo que denunciava sua injusta perseguição.

Ocorreram outras manifestações menos amplas de protesto contra a Lei Celerada de agosto de 1927. Essa Lei criminal vigorou até 1930, desmobilizando os sindicatos anarquistas, que não encontravam alternativas de ação diante do fortalecimento das esferas do poder, que voltam a interferir e controlar o espaço sindical.

Neste período, o PCB esteve à frente das atividades organizativas do operariado e de sua representação política. Assim, em fevereiro de 1927, ocorreu, em meio a intensas perseguições policiais, a campanha do Bloco Operário que elegeu o deputado Azevedo Lima, apoiado pelos comunistas e por diversos sindicatos do Rio de Janeiro. Novas campanhas municipais do Bloco Operário e Camponês (BOC) foram desenvolvidas em fevereiro de 1928, sem sucesso em São Paulo e Santos, enquanto que no Rio de Janeiro, em outubro do mesmo ano, o BOC conseguiu eleger Minervino de Oliveira, primeiro representante operário no Legislativo, e Octavio Brandão.

No campo sindical, realizou-se, em fevereiro de 1928, um comício pró-lei de férias na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro. Em São Paulo, organizou-se, no mesmo mês, um Comitê Regional Pró-Lei de Férias na sede da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), constituindo-se os cargos de sua coordenação por sindicatos sob

---

[69] "O Órgão do Sr. Mussollini contra a decisão de Fuller" e "O Papa solicita o perdão de Sacco e Vanzetti". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 ago. 1927, p. 28 e 18 ago. 1927, p. 3.

direção ou influência comunista. ([70]) Os sindicatos anarquistas não participaram deste comitê, como ocorrera em 1927. Porém, as tentativas de fiscalização exigidas pelo comitê frente ao Conselho Nacional do Trabalho fracassaram, na medida em que o Estado não assumia a mediação com os empregadores. ([71])

Em dezembro de 1928 ocorreu o 3° Congresso Nacional do PCB, clandestinamente, em chácara de Niterói. Enumerava-se em seus relatórios a influência sobre duas federações estaduais (a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro e a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco), além de uma federação industrial de base nacional (a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, constituída por sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo).

As avaliações sobre a penetração do PCB nos sindicatos em 1928, assim como sobre a influência anarquista, ficaram prejudicadas na medida em que as poucas publicações anarquistas do período não faziam esse levantamento, diante da própria retração no meio operário. Por outro lado, as declarações do PCB eram reconhecidamente exageradas, visando a atrair o interesse de Moscou para a América Latina, como demonstra Kazumi Munakata, em suas análises sobre a burocratização do PCB, o qual, em relatório à Internacional Comunista, chega a apontar a cifra de 80 mil trabalhadores como expressão de sua representatividade no Rio de Janeiro, em 1927, sendo que no mesmo ano, o jornal *A Nação*, porta-voz do partido, avaliava em 60 mil o número de trabalhadores da cidade. ([72])

Assim, relatório do Comitê pró Confederação Sindical Latino-Americana, órgão da Internacional Sindical Comunista, apresentou um mapeamento dos sindicatos brasileiros e suas linhas ideológicas, em 1928, afirmando que os socialistas nunca teriam atuado propriamente nos sindicatos, estando os anarquistas reduzidos a "pequeno grupo intransigente" devido à repressão dos anos 20:

> "Somente restam em suas mãos, a Federação Operária de Porto Alegre, a qual tem uma existência bem mais nominal que real, e alguns esqueletos de sindicatos da construção civil e do calçado, em São Paulo e no Rio. Nada mais. Somando tudo, encontraremos, apenas, uns 2 mil trabalhadores..." ([73])

---

[70] Na direção do Comitê há membros da UTG, Associação dos Empregados no Comércio, Associação Auxiliadora dos Operários em Calçados, A Internacional (empregados em hotéis, bares e restaurantes) e União dos Canteiros.

[71] BLASS, Leila M. da Silva. *Imprimindo a própria história*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 58-60.

[72] MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 60-62.

[73] SILVA, A.P.D."Brasil: Las fuerzas, las tendencias y las perspectivas del movimiento sindical". *El Trabajador Latino Americano*. ano I, n.3, 15 out. 1928, p.21-23. *Apud* HALL, M. e PINHEIRO, P. S. *A classe operária no Brasil, vol I - Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p.288.

Os demais sindicatos eram classificados em duas tendências que seriam realmente significativas, ou seja, a revolucionária ou comunista e a economista, corporativista ou legalista. Entre os revolucionários eram apontados sindicatos em três Estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. ([74])

Em 26 de abril de 1929, ocorreu o Congresso Operário Nacional no Rio de Janeiro, para constituir a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores no Brasil), em que se presumiu haver mais de 100 representações de 10 Estados. Instituiu a partir de 1° de maio a Quinzena da Conquista da Lei de Férias. Relatório de Astrojildo Pereira, enviado a Moscou, avaliava que, dos 100 mil operários organizados em sindicatos no Brasil, 60 mil pertenciam à CGTB, havendo 20 mil amarelos ou "reformistas" e 2 mil associados a uniões anarquistas. Por outro lado, o PCB havia obtido a filiação de 1.200 membros. ([75])

A partir de junho de 1929, as reuniões da CGTB e do BOC, que lançaram chapa para a presidência da República, com Minervino de Oliveira, passaram a ser reprimidas com prisões e dispersão de comícios. Em São Paulo, a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) propôs a formação de um Comitê Inter-Sindical, como forma de aglutinação para a constituição de uma **frente única**. Como ação efetiva, esse comitê organizou a manifestação do 1° de Maio de 1930 na Praça da Sé, enquanto que, no Rio de Janeiro, os comícios foram proibidos.

Em 1930 continuavam sendo proibidas as manifestações públicas do PCB que lançara candidatos às eleições parlamentares através do BOC. Os comícios alusivos à data de execução de Sacco e Vanzetti, em agosto do mesmo ano foram reprimidos, ocorrendo também constantes invasões a sindicatos no Rio de Janeiro e São Paulo.

Fora do eixo destas duas cidades, havendo um nível menor de perseguições, foi possível a realização do Congresso Anarquista Regional, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1930. Este Estado aparecia como um foco da resistência libertária, imune à penetração comunista, mantendo suas tradições organizativas e viabilizando publicações e centros de propaganda doutrinária.

---

[74] *Idem*, p. 288.

[75] PEREIRA, Astrogildo [pseudônimo Américo Ledo]. *Argentina* e *Brazilia*. Moscou, Editora do Comitê Central do MOPR [Organização Internacional de Ajuda aos Combatentes pela Revolução], 1929. *Apud* Dulles, J. F. *Op. cit.*, p. 315-316.

A atitude dos anarquistas frente à Revolução de 30, de modo semelhante ao que ocorrera diante da rebelião tenentista em 1924 e também da Revolução Constitucionalista de 1932, apresentava-se inicialmente como uma reação de indiferença. Devido ao caráter político-partidário destes acontecimentos, os anarquistas, que se afirmavam como apolíticos, viam uma simples troca de governantes que não afetaria a condição operária. Havia, porém, certa ambigüidade quando, acompanhando parcelas da população, apoiavam com entusiasmo a mudança social, ao mesmo tempo em que se rejeitava um apoio militante, como foi avaliado pelo jornal *O Trabalhador*, órgão da Federação Operária de São Paulo:

> "O povo, embora não acreditando nas promessas que lhes fizeram os revolucionários, não por isso deixou de admirar com simpatias a queda da oligarquia, pelo simples fato de que esta queda tinha sido disputada, com sangue nos campos de batalha. (...)
>
> A Federação Operária de S. Paulo (...) não podia de forma alguma pactuar com essa ou aquela entidade em luta porque redundaria numa flagrante quebra de princípios. (...) Por isso não foi nenhuma surpresa para os militantes que a Federação Operária de São Paulo não declarasse a greve geral, como muitos ansiosamente a esperavam." ([76])

Por outro lado, Edgard Leuenroth, em seu livro *Anarquismo: roteiro de libertação social*, afirma terem os anarquistas participação ativa nos movimentos de caráter revolucionário de 1924, 1930 e 1932, realizando reuniões e lançando manifestos aos revolucionários e à população. Leuenroth participou também da publicação dos jornais clandestinos *5 de Julho*, em 1924, e *A Liberdade*, em 1930, conjuntamente com uma das vítimas da Clevelândia e com um tenente revolucionário. Essa atitude seria decorrência da postura anarquista junto às manifestações populares de "protesto contra arbitrariedades dos detentores do poder". ([77])

Após a revolução da Aliança Liberal, reativou-se o movimento operário, com greves declaradas, em São Paulo, inicialmente pelos tecelões, seguidos de várias outras categorias, reivindicando reposição de descontos salariais impostos por causa da crise econômica. As greves que se estenderam pelos meses de novembro e dezembro revelavam uma expectativa de resolução imediata da aflitiva situação em que se encontrava o operariado por parte do novo governo que se instalou.

---

[76] GARCIA, Martins. "A Federação Operária de São Paulo em face dos últimos acontecimentos político-militares". *O Trabalhador*. São Paulo, jul. 1932, n. 7, p. 3.

[77] LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963, p. 119.

Organizações para a aglutinação dos trabalhadores foram formadas na primeira quinzena de 1930, com o Comitê Provisório de Reorganização Sindical, em São Paulo. Everardo Dias relata, em suas memórias, o surpreendente afluxo de operários à reunião do comitê, havendo, num primeiro momento, a intenção de se evitar divergências ideológicas, reunindo anarquistas, comunistas e "reformistas". Idênticas reuniões ocorreram no interior de São Paulo, enquanto que, no Rio de Janeiro, um comício da CGT foi dissolvido violentamente. ([78])

As divergências logo reapareceram. Os anarquistas fundaram, em 16 de novembro de 1930, o Comitê Operário de Organização Sindical, visando a reativação da antiga Federação Operária de São Paulo (FOSP) que, criada em 1905, havia desempenhado importante papel de articulação entre os sindicatos libertários.

Sob influência do tecelão José Righetti, ex-anarquista convertido ao tenentismo, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) e a Liga Operária da Construção Civil (LOCC) recusaram-se a participar da FOSP. Os tecelões, sendo a categoria mais numerosa na época, eram constantemente assediados pela propaganda anarquista, através de boletins, a LOCC viria a aderir posteriormente à FOSP.

A direção da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), um dos sindicatos mais combativos e de passado anarquista, passara a ser o principal núcleo do PCB em São Paulo, desde 1927. Assumiu posição trotskista em janeiro de 1931, quando seus membros participaram da transformação da Oposição Sindical em Liga Comunista: Oposição Leninista do PCB ([79]). Com sua ruptura em relação ao PCB, os trotskistas transferiram-se para São Paulo e a UTG, único sindicato por eles dirigido, filiou-se à FOSP. Em maio do mesmo ano, porém, participaram, junto com o PCB, de enfrentamento com a polícia na Praça Mauá do Rio de Janeiro, em comício proibido pelas autoridades.

A consolidação da FOSP ocorreu através da 3ª Conferência Operária Estadual, entre 13 e 15 de março de 1931, com a participação de 18 sindicatos, sendo 10 da capital e 8 do interior paulista. Segundo Pedro Catalo, operário anarquista presente ao congresso, todas as associações participantes eram anarquistas, com exceção da União dos Gráficos de São Paulo, dirigida por

---

[78] DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1977, p. 176-177.

[79] A dissidência originou-se em fevereiro de 1928, no Rio de Janeiro, com o afastamento do PCB de um grupo intitulado Oposição Sindical. Em janeiro de 1931, a dissidência formalizou-se e em 1933 o grupo, que possuía cerca de 50 militantes, transformou-se na Liga Comunista Internacionalista (LCI). Conforme MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

trotskistas. ([80])

Rodrigues enumera os sindicatos presentes e suas respectivas cidades:

São Paulo:

União dos Canteiros de São Paulo;
Liga Operária da Construção Civil;
Sindicato dos Manipuladores de Pão;
Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus;
Sindicato dos Vidreiros de São Paulo;
União dos Artífices em Calçados;
União dos Operários Ladrilheiros;
União dos Operários Metalúrgicos;
União Sindical dos Profissionais do Volante;
União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo;
União dos Trabalhadores da Light.

Interior:

Canteiros de Carvalho Araújo;
Canteiros de Itatiba;
Canteiros de Ribeirão Preto;
Centro Operário de Ribeirão Preto;
Centro Operário de São José dos Campos;
Grupo Operário de Sorocaba;
Núcleo Proletário de Catanduva;
União Gráfica de Bauru;
minoria reconhecida da Associação dos Empregados do Comércio de São Paulo
e Federação Operária de São Paulo. ([81])

Em maio de 1931, os trotskistas propuseram a fusão da FOSP com a CGT, tendo como resposta a recusa dos anarquistas aos quais passaram a acusar de divisionismo. A Plenária da Federação, em agosto de 1931, decidiu pela expulsão da UTG do corpo de seus associados.

Por outro lado, concomitantemente ao lançamento da legislação trabalhista, continuava a ocorrer, em 1931, repressão à imprensa e às manifestações operárias. Alegou-se, no Rio de Janeiro, a explosão de uma bomba no edifício da Polícia Central e, em São Paulo, um levante de jovens oficiais da Força Pública para impedir os comícios do Dia do Trabalho. Vários dos membros mais destacados da direção do PCB foram presos às vésperas da data, entre eles,

---

[80] Depoimento de Pedro Catalo. *Apud.* RODRIGUES, E.. *Op. cit.*, p. 328.
[81] *Idem.* , p. 328.

Octávio Brandão e Leôncio Basbaum, que foi deportado para a Alemanha. Em agosto novas prisões atingem Astrojildo Pereira e Paulo Lacerda. Assim, paralelamente à recém-lançada Legislação Trabalhista que pretendia atrair o operariado com o oferecimento de benefícios sociais, o Estado mantinha sua prática de controle e repressão para obter o enfraquecimento dos grupos dissidentes, localizados principalmente nos anarquistas e comunistas.

Apesar dos desfalques advindos da repressão policial e dos expurgos internos que o partido realizou, redirecionando-se para uma política obreirista que privilegiava os dirigentes operários, o PCB organizou, em São Paulo, uma Conferência Sindical e uma Conferência Regional, em novembro de 1931. Nessas conferências foi aprovada a tese proposta por Leôncio Basbaum que direcionava a atuação do partido nos sindicatos existentes, **mesmo que oficiais**, em lugar de criar novos sindicatos, o que viria a intensificar os atritos com os anarquistas. ([82])

Os sindicatos oficiais expandiram-se, provocando a concorrência e o esvaziamento de sindicatos independentes, principalmente no Rio de Janeiro onde várias categorias apressaram-se em requerer a carta de seu reconhecimento sindical logo no início de 1931. Entre os primeiros encontravam-se trabalhadores do setor de transportes que já adotavam uma postura governista, em torno do cooperativismo de Sarandy Raposo, funcionário do Ministério da Agricultura. Assim, os primeiros sindicatos oficiais foram os dos motorneiros da Light, dos ferroviários, dos marítimos e estivadores. O controle estatal dos sindicatos ligados ao setor de transportes era uma estratégia utilizada desde os anos 20 como forma de evitar transtornos provocados por suas greves. Também a repressão policial era mais densa sob a direção de Felinto Müller, devido à circunstância de ali se encontrar instalado o governo federal.

Para competir com os setores dominados por comunistas, surgiram órgãos oficiais entre os gráficos, empregados em hotéis e metalúrgicos. Entre operários da construção civil e sapateiros, os sindicatos reconhecidos disputam espaços com os anarquistas.

De modo oposto, em São Paulo, a aversão à oficialização foi demonstrada ao Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, através de protestos e vaias em reunião com os trabalhadores comunistas e anarquistas no Salão das Classes Laboriosas, em 1931. Nesse ano apenas dois sindicatos pediram oficialização, o dos bancários, na capital, e o dos trabalhadores, na Cia. Docas de Santos, enquanto que, no Distrito Federal, 21 sindicatos foram reconhecidos.

No ano seguinte foram reconhecidos 6 sindicatos no Estado de São Paulo e 25 no

---

[82] DULLES, John F. *Op. cit.*, p. 395-396 e ALMEIDA, Jaime de. *Op. cit.*, p. 78.

Distrito Federal. Somente em 1933 é que ocorreu expressiva adesão à oficialização, em São Paulo, atingindo-se o número de 52 sindicatos, com sensível queda no ano seguinte para 27, retração que, no Distrito Federal, foi mais acentuada, conforme pode-se averiguar no quadro (*vide* tabela 1) publicado em boletim de julho de 1935, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.([83])

Em tabela (*vide* tabela 2) publicada em setembro de 1938 do mesmo boletim, verifica-se, porém, uma drástica redução no número de sindicatos que teriam sido oficializados em 1933, diminuindo-se o seu número de 52 da tabela anterior para 24. ([84]) Esta diferença deveu-se à cassação da carta de reconhecimento de sindicatos que estariam dominados por comunistas, efetuada durante o estado de sítio instaurado em novembro de 1935 após a "Intentona Comunista". ([85])

Percebemos, assim, uma certa artificialidade nestas "adesões", visto que a quantidade de sindicatos oficializados não significava necessariamente o seu controle pelo Estado. Observamos que as adesões, em várias categorias, se efetivavam através de associações sem representatividade. Havia sindicatos em São Paulo com cerca de 50 sócios, como ocorre com o dos chapeleiros e o dos trabalhadores em frigoríficos, em 1932, e o dos sapateiros e dos ferroviários da S. Paulo Railway, em 1933. ([86]) Nestas categorias, existiam sindicatos independentes de orientação anarquista, sendo que os comunistas atuavam na última, com intensas atividades reivindicativas. Esta seria, portanto, uma outra estratégia de sobrevivência endossada pelos grupos perseguidos pelo governo central sob a acusação de serem "subvertores da ordem".

Desta forma observam-se, no cenário nacional, *múltiplas alternativas de resistência* desenvolvidas por diferentes correntes sindicais, apesar da intensificação do controle do operariado, visível a partir da década de 20. Por parte do Estado, enquanto "interventor", este controle se processou em dois níveis distintos, ou seja: 1. pelo recurso à institucionalização dos direitos trabalhistas e 2. pelo recurso à repressão policial que passou a manter o operariado sob constante vigilância.

---

[83] *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 11, jul. 1935, p. 383.
[84] *Idem*. n. 49, set. 1938, p. 334.
[85] *Idem*. n. 31, mar. 1937, p. 391. Neste número intermediário do boletim há tabela com número de "Sindicatos eliminados, por motivos vários, segundo o ano de reconhecimento".
[86] *Idem*. n. 15, nov. 1935, p. 370.

TABELA 1

QUADRO GERAL DOS SYNDICATOS DE EMPREGADOS, OFFICIALMENTE RECONHECIDOS ATÉ DEZEMBRO DE 1934 (*)

ESTADOS, DISTRICTO FEDERAL E TERRITORIO	ANNOS				Total	DIFFERENÇA			PORCENTAGEM		
	1931	1932	1933	1934		1932/1931	1933/1932	1934/1933	1932	1933	1934
Alagoas	—	4	2	2	8	+ 4	— 2	0	—	— 50,00	0,00
Amazonas	—	—	—	15	15	—	—	+ 15	—	—	—
Bahia	—	1	21	33	55	+ 1	+ 20	+ 12	—	+ 2000,00	+ 57,14
Ceará	—	—	1	2	3	—	+ 1	+ 1	—	—	+ 100,00
Districto Federal	21	25	20	8	74	+ 4	— 5	— 12	+ 19,04	— 20,00	+ 60,00
Espirito Santo	—	4	10	12	26	+ 4	+ 6	+ 2	—	+ 150,00	+ 20,00
Goyaz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão	—	—	6	2	8	—	+ 6	— 4	— 4	—	— 66,66
Matto Grosso	—	—	—	3	3	—	—	+ 3	—	—	—
Minas Geraes	—	—	22	31	53	—	+ 22	+ 9	—	—	+ 40,90
Pará	—	11	11	3	25	+ 11	0	— 8	—	—	— 72,72
Parahyba do Norte	—	—	2	1	3	—	+ 2	— 1	—	—	— 50,00
Paraná	10	6	6	—	22	— 4	0	— 6	— 40,00	0,00	— 100,00
Pernambuco	—	8	9	9	26	+ 8	+ 1	0	—	+ 12,50	0,00
Piauhy	—	—	3	5	8	—	+ 3	+ 2	—	—	+ 66,6
Rio de Janeiro	4	24	29	20	77	+ 20	+ 5	— 9	+ 500,00	+ 20,83	— 31,03
Rio Grande do Norte	—	—	4	3	7	—	+ 4	— 1	—	—	— 25,00
Rio Grande do Sul	—	6	48	21	75	+ 6	+ 42	— 27	—	— 700,00	— 56,25
Santa Catharina	—	19	10	3	32	+ 19	+ 9	— 7	—	— 47,36	— 70,00
São Paulo	2	6	52	27	87	+ 4	+ 46	— 25	+ 200,00	+ 766,66	— 48,07
Sergipe	2	2	3	8	15	0	+ 1	+ 5	0,00	+ 50,00	+ 166,66
Territorio do Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	39	116	259	208	622	+ 77	+ 143	— 51	+ 197,43	+ 123,27	— 19,69

(*) Organizado pelo Departamento de Estatistica e Publicidade, conforme os elementos fornecidos pelo Departamento Nacional do Trabalho.

Fonte: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 11, jul. 1935, p. 383.

TABELA 2

Número de Sindicatos existentes no País, por Estados e classes, segundo o ano do reconhecimento, até Junho de 1938

Total — 955

ESTADOS	SINDICATOS DE EMPREGADOS							
	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Distrito Federal	20	23	15	8	13	9	7	—
Amazonas	—	—	—	9	3	9	3	4
Pará	—	5	3	—	—	27	10	2
Maranhão	—	—	—	—	—	11	16	—
Piauí	—	—	—	—	—	3	2	1
Ceará	—	—	—	2	14	25	7	1
Rio Grande do Norte	—	—	3	—	—	3	1	1
Paraíba	—	—	1	—	2	—	—	—
Pernambuco	—	3	2	4	4	17	14	—
Alagoas	—	1	1	2	—	1	7	4
Sergipe	1	—	2	4	1	2	6	—
Baía	—	1	17	4	8	21	15	5
Espirito Santo	—	2	5	1	8	1	4	1
Rio de Janeiro	4	20	17	12	1	22	21	4
São Paulo	2	6	24	19	15	18	30	5
Paraná	5	5	1	—	—	—	4	2
Santa Catarina	—	11	6	2	1	4	4	—
Rio Grande do Sul	—	6	29	16	—	38	47	7
Minas Gerais	—	—	15	25	3	27	28	2
Goiaz	—	—	—	—	—	—	3	—
Mato Grosso	—	—	—	3	—	4	5	—
TOTAL GERAL	32	83	141	111	73	242	234	39

Fonte: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 49, set. 1938, p. 334.

Em maio de 1932, ocorreram greves de vários setores sindicais, constituindo-se um Comitê de Greve que reunia anarquistas, comunistas, trotskistas e reformistas, união esta que a FOSP não conseguiu obter ao conclamar à greve geral contra as Carteiras Profissionais.

Nesse ano, a configuração de forças entre as várias tendências sindicais sofreu alterações. O PCB, após dissolução do Comitê Central de São Paulo, transferiu-se para o Rio de Janeiro, ali realizando Conferência Nacional em maio. No final do ano foram fundados o Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelos tenentistas, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que também disputam espaços no movimento sindical, embora ainda sem grande alcance.

Com a Revolução Constitucionalista, ficaram paralisadas as atividades sindicais, de julho a setembro, havendo, entretanto, controvérsias a respeito da posição dos trabalhadores frente ao movimento centralizado em São Paulo. Como nos movimentos anteriores dos tenentistas e na Revolução de 30, a atitude dos militantes operários dividiu-se.

Segundo o professor anarquista Florentino de Carvalho, parte do proletariado teria apoiado e participado do movimento, mas a maioria permaneceu indiferente, devido à opção apolítica anarquista. Em seu livro, *A Guerra Civil de 1932*, Carvalho acusava os revolucionários por sua inconseqüência ao conduzir a população a um banho de sangue, com a utilização de jovens despreparados e a colocação de pobres e "gentes de cor" nos postos de vanguarda. ([87])

A luta política apresentada com desprezo por Florentino de Carvalho, constituiu a causa imediata do que seria um "simples adiamento de uma recomposição ministerial", rejeitada pelos paulistas que desejavam as principais pastas ministeriais. Além desta luta política, os motivos de ordem social encontravam-se na luta de classes, pois os revoltosos, apesar da subserviência do governo federal aos proprietários na aplicação das leis sociais, encontravam-se insatisfeitos com a intervenção estatal em sua "liberdade absoluta de exploração do trabalhador". ([88])

A indiferença apontada por Florentino de Carvalho não foi confirmada nas discussões que a Revolução Constitucionalista gerou numa assembléia de militantes anarquistas realizada em novembro de 1932. A polêmica se deu entre aqueles que apoiavam a revolução como ação heróica e rebelde do povo de S. Paulo ou como aprendizado revolucionário de táticas e organização e os que viam na revolução uma traição, valendo-se das esperanças do povo para implantar uma ditadura.

---

[87] CARVALHO, Florentino (Primitivo Soares). *A guerra civil de 1932 (em São Paulo): solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo, Ariel, 1932, p. 23-24.

[88] *Idem*. p. 31.

Martins Garcia, professor anarquista, avaliava a revolta paulista com entusiasmo, buscando nela ensinamentos revolucionários e, seguindo os princípios de Malatesta de interferir na revolta, buscava reverter seu percurso para os objetivos libertários. A seu ver havia méritos na demonstração da altivez do povo paulista que poderiam fornecer elementos para uma futura mobilização anarquista:

> "Podemos ser contrários, em princípio, ao movimento constitucionalista, porém não poderemos deixar de reconhecer a grandeza de alma e de sacrifício de um povo que se bateu por uma causa nobre. E se a tolerância por que clamamos é uma virtude a reivindicar, os primeiros tolerantes devemos ser nós. O reconhecimento não implica adesão. O movimento de 9 de Julho trouxe-nos ensinamentos maravilhosos que devemos aproveitar, principalmente no sistema de organização adotado. A mobilização de quase 100.000 homens é uma outra prova de capacidade e de consciência demonstrada por um povo que queria alguma coisa, e que lutaram por um ideal. Esse ideal não é o nosso. Façamos, porém, que a idéia se modifique no cérebro do homem e que essa idéia seja aquela que defendemos." ([89])

O ano de 1933 foi particularmente repressivo, devido à sublevação paulista e às greves que ocorreram no ano anterior. Apesar da vigilância policial, foram buscadas formas alternativas de organização. Em junho os anarquistas fundaram o Comitê Anti-Fascista, tendo como base suas organizações: a FOSP, o Centro de Cultura Social e os jornais *A Plebe* e *A Lanterna*. Propõem a participação de todas as tendências ideológicas contra o inimigo maior do fascismo, contando com a adesão apenas dos socialistas. Entraram em atrito, porém, com os comunistas que propunham uma Frente Única Antifascista, diante do caráter político da iniciativa, o que provocou as críticas dos anarquistas e a divisão do movimento.

No final de 1933 foi fundada a Coligação dos Sindicatos Proletários por socialistas do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e trotskistas da LCI (Liga Comunista Internacionalista), em São Paulo. A iniciativa parte da Associação dos Bancários que, apesar de oficializada em 1931, passa a ter influência comunista em 1933 e trotskista em 1934. Da Coligação participam cerca de 30 sindicatos oficiais ou em processo de reconhecimento. ([90]) Esta organização aderiu à Coligação das Esquerdas, frente eleitoral utilizada pelos trotskistas para lançar suas candidaturas, provocando a dissolução, com divergências, das associações que a compunham. Vemos aqui as

---

[89] *Ata da reunião de militantes anarquistas, realizada na sede da FOSP*. 6 e 11 de outubro de 1932. *Prontuário da Federação Operária de São Paulo*, nº 716, vol. 1, DOPS / AESP. (manuscrito)

[90] Entre eles, encontram-se: União dos Trabalhadores Gráficos, Sindicato dos Operários Metalúrgicos, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Empregados em Hotéis e Restaurantes, Sindicato dos Operários em Tração, Luz e Força, Sindicato dos Operários em Fabricação de Gás e Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros de S. Bernardo.

diferentes alternativas de atuação encontradas por socialistas e trotskistas, que influenciavam os sindicatos oficiais ou passavam a aglutiná-los como forma de buscar seu controle, contrastando frontalmente com a opção libertária.

Em 1934 o aumento significativo da adesão aos sindicatos oficiais se deu devido à exigência deste requisito para a concessão de férias, demonstrando-se a mudança na estratégia estatal de controle sindical que lança mão de novos ardis para coagir os operários à adesão ao sindicato oficial. Em março, assembléia da UTG, liderada por trotskistas, resolve oficializar-se para adquirir este direito ([91]), sofrendo críticas severas e decepcionadas dos anarquistas que, apesar das divergências, viam nos trotskistas aliados momentâneos.

Em São Paulo, os libertários reorganizaram a Confederação Operária Brasileira, a 1° de maio de 1934. A reorganização da "gloriosa" COB, que havia sido fundada em 1906, tinha um significado simbólico, como demonstração da capacidade de organização operária, remetendo-a às conquistas do passado. A confederação contou com o apoio de sindicatos livres da capital e do interior de São Paulo, da União dos Operários em Construção Civil de Recife, da Federação dos Núcleos Proletários Antipolíticos de Porto Alegre e do Sindicato Único dos Alfaiates de Uruguaiana. O comitê pró-COB realizou reuniões aprovando seus estatutos, não havendo mais notícias a seu respeito após agosto de 1934.

No Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1934, o PCB conseguiu reunir, em torno da Frente Única Proletária (FUP), os trotskistas da LCI e socialistas do Partido Socialista Proletário do Brasil (fundado em agosto de 1934), propondo a formação de uma brigada antifascista. Em Recife, surge organização semelhante, visando às eleições.

No Rio Grande do Sul, em junho de 1934, o PCB obteve a direção da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul), que havia sido reorganizada pelos anarquistas em agosto do ano anterior. Os comunistas também constituíram, neste Estado onde havia grande resistência anarquista, a Liga Eleitoral Proletária e o Comitê Antiguerreiro e Antifascista. Com estas organizações, o PCB, que há anos tentava criar bases no Estado gaúcho, conseguiu romper a resistência anarquista que já estava enfraquecida em virtude das disputas com as organizações oficiais. Foi através do apelo eleitoral e da união contra o fascismo que os comunistas conseguiram oferecer canais novos de participação aos trabalhadores, questionando a limitação dos anarquistas.

---

[91] *Decreto n. 23.768*, de 18 jan. 1934.

A eleição de representantes operários para a Assembléia Constituinte de 1934 que mobilizou comunistas, trotskistas e socialistas contou com a indiferença e as críticas dos anarquistas que consideravam a legislação mais um engodo para os trabalhadores, posição reforçada pela falta de cumprimento das leis trabalhistas mesmo após a promulgação da nova constituição.

A união entre as várias tendências que atuavam no movimento sindical, porém, começou a se tornar mais duradoura após a expulsão dos integralistas da Praça da Sé pela conjunção de forças das várias correntes sindicais, em outubro de 1934. A necessidade de aglutinação das forças democráticas contra o perigo fascista tornava-se cada vez mais premente diante de seu crescimento, tanto no Brasil como no exterior.

A fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, foi seguida por vertiginoso crescimento, com a atração das diversas tendências: comunistas, socialistas, anarquistas, trotskistas, tenentistas e até republicanos "sinceros". Os anarquistas, após várias considerações de princípios quanto ao caráter político do movimento, resolveram aderir em maio, pressionados pela iminente aprovação da Lei de Segurança Nacional. Kazumi Munakata destaca a caracterização atribuída à ANL pelos anarquistas como "movimento de opinião capaz de empolgar as multidões" para permitir esta adesão, pois os estatutos e princípios dos sindicatos e federações anarquistas não permitiam sua participação em movimentos de caráter político-partidário. ([92])

O envolvimento anarquista neste movimento revolucionário foi ambíguo, como nos anteriores, demonstrando simpatia pelo "movimento de opinião" que condensava, com sinceridade, o descontentamento popular, sem caráter faccioso. Porém, a FOSP destacou a necessidade de manter sua autonomia, sem firmar alianças políticas e, novamente, seguindo lema de Malatesta, visava a "fazer com que todas as revoluções sejam o mais 'nossas' possível". ([93])

Apesar do espírito de união e de concessão entre as diferentes tendências políticas, as divergências apareceram no comício antiintegralista de 2 de junho de 1935. Edgard Leuenroth, representando a FOSP, chamou a atenção para o risco do endeusamento de personalidades num movimento que deveria formar consciências, referindo-se a Luís Carlos Prestes. Leuenroth afirmava, resguardando a imagem de Prestes, que o próprio líder tenentista condenaria a mística em torno de seu nome, devendo-se procurar "fazer com que cada um dos presentes fosse um Luiz

---

[92] MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 190.

[93] "Estamos onde sempre estivemos. Em defesa da liberdade e contra todas as tiranias". *A Plebe*. São Paulo, n. 90, 8 jun. 1935, p. 1

Carlos Prestes" em lugar de incentivar o caudilhismo. ([94])

Após a tentativa revolucionária da ANL, durante todo o ano de 1936 a perseguição às organizações operárias e políticas atingiu uma dimensão nunca antes alcançada, com elevado número de prisioneiros. Navios e fábricas foram improvisados para abriga-los.

Muitos anarquistas, acusados de bolchevismo, eram presos e deportados sendo suas associações fechadas. Eram permitidas apenas atividades dos sindicatos oficiais ou daqueles que não estiveram envolvidos com o levante comunista. Nos sindicatos contagiados pelo comunismo, as diretorias eram substituídas por juntas governativas compostas por elementos de confiança do governo, até eleição de nova diretoria.

Podemos destacar, portanto, como fatores que conduziram à dissolução do movimento anarquista, apesar das inúmeras tentativas de sobrevivência e de manutenção de sua identidade:

1. A concorrência com outras tendências que atuavam no movimento sindical, infiltrando-se nos sindicatos libertários ou criando outras agremiações sindicais;

2. A ingerência do Estado na organização operária, através da regulamentação sindical sob seu controle e dos benefícios oferecidos em troca dessa tutela;

3. A intensificação da repressão policial que se aperfeiçoa com o recurso à vigilância e à violência, desrespeitando os direitos de cidadania ao utilizar prisões, torturas, deportações e a censura para coibir os sindicatos independentes. Estas medidas repressivas atingem seu auge após a "Intentona Comunista" e o Estado Novo, abatendo-se sobre todas as correntes sindicais avessas ao atrelamento estatal;

4. A atuação requisitada nos debates a respeito da Legislação Trabalhista, representação operária para a Constituinte e alianças antifascistas encontrava os anarquistas alheios e sem canais de participação. Apesar dos reduzidos resultados proporcionados por esta via parlamentar, ela atraía parcelas do operariado;

5. A própria efetividade da ação direta era questionada diante da disciplina e centralização das outras correntes sindicais, conduzindo vários militantes libertários à adesão aos quadros do PCB.

6. A necessidade de aglutinação das forças democráticas contra o perigo fascista crescente, tanto no exterior quanto no Brasil, leva os anarquistas a participarem de frentes únicas, como a ANL, que suplantam a independência libertária diante de um movimento inicialmente

---

[94] "O comício antiintegralista no São Paulo-Rink". *A Plebe*. 22 jun. 1935, n. 91, p. 4.

liderado pelos comunistas, mas que não consubstancia o programa de nenhuma das correntes ideológicas envolvidas.

A FOSP encerrou definitivamente suas atividades em novembro de 1937, sendo lacrado o prédio de sua sede pelos policiais. Alguns sindicatos anarquistas, entretanto, apresentaram um breve retorno em 1937, antes da decretação do Estado Novo, entre eles a União dos Artífices em Calçados, a Liga dos Operários em Construção Civil e o Sindicato dos Manipuladores de Pão. Os padeiros continuaram suas atividades, mantendo seus estatutos libertários e sua prática da ação direta na negociação com os proprietários de padarias. Realizaram greves em 1936 e 1937 e mantiveram a publicação de seu jornal neste período. Sob estrita vigilância, serão pressionados somente em 1940 para que abram mão da utilização do título de "sindicato", prerrogativa apenas das associações oficiais.

Os anarquistas, na medida em que recusaram a intervenção governamental nos sindicatos, teriam procurado inviabilizar o projeto que consideravam corporativo e fascista de atrelar seu órgão de defesa ao Estado. A defesa da autonomia sindical foi realizada de modo intransigente pelos libertários que preferiam fechar seus sindicatos a conceder à ingerência do Estado, como terminou por ocorrer com o uso da força, sob a alegação da segurança nacional diante da ameaça subversiva.

2.3. Anarquismo e Anarco-sindicalismo: a sustentação de uma polêmica ([95])

A multiplicidade das tendências era uma decorrência inevitável da proposta anarquista, na medida em que tinha como princípio básico a liberdade de opinião e a valorização do indivíduo. Esta diversidade, porém, não ocorria sem atritos, apesar do constante apelo à tolerância que era também um dos seus princípios básicos. As divergências, por vezes, surgiam como elemento desagregador que enfraquecia a organização dos grupos e a atuação libertária nos sindicatos.

Com base nos debates apontados pela imprensa libertária brasileira, percebemos que o conflito em nível mais acirrado dava-se entre anarquistas e anarco-sindicalistas. Havia também divergências entre coletivistas e individualistas sem que tivessem interferência nos debates sobre as formas de organização. ([96])

Tais divergências eram apontadas por José Oiticica, em janeiro de 1929, no jornal *Ação Direta*, como sinal de vitalidade e de superioridade do anarquismo que, não reduzindo as alternativas de ação social a uma estratégia única, encontraria sua riqueza no fortalecimento das opções de cada indivíduo. O problema estaria localizado no sectarismo decorrente de atitudes dogmáticas e autoritárias. Assim, Oiticica fazia apelo à tolerância e à colaboração recíproca entre as várias tendências libertárias, como forma de manter vivo o movimento:

> "Mal compenetrados dessa concepção de liberdade, vários anarquistas lamentam as divergências de atuação entre anarquistas. Pior ainda, lêm-se freqüentemente acusações de anarquistas individualistas a anarquistas comunistas, de anarco-sindicalistas a extra-sindicalistas, etc., etc. (...)

---

[95] A divisão entre tendências encontradas no interior do próprio movimento anarquista já foi apontada por diversos autores que realizaram pesquisas sobre o movimento operário no início do século, dentre os quais cabe citar: Sílvia Magnani, Giuseppina Sferra e Francisco Foot Hardman.
A divisão entre estas tendências tem suas origens no movimento operário europeu, principalmente na Espanha, França, Itália e Portugal, polarizando-se as linhas anarquista e anarco-sindicalista. Não iremos retomar aqui as discussões internacionais ou nacionais, mas apenas buscar suas referências na argumentação das duas correntes acerca do período que estudamos.

[96] Ida Fontes, defensora do individualismo, afirmava que a integridade dos princípios individuais seria mais relevante do que os interesses coletivos, valor este que não impedia sua colaboração com os grupos e sindicatos propagadores do ideal libertário. In: "O que é preciso dizer". *Ação Direta*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1929, n. 3, p. 2.

> Pessoalmente, ao contrário, vejo nessas várias tendências anárquicas, o melhor sinal de vida do anarquismo. (...)
>
> O problema social é um problema com soluções múltiplas. Nós, anarquistas, apresentamos a nossa. Porém não apresentamos 'do mesmo modo'. A beleza da nossa concepção e a superioridade do nosso método está positivamente nessa multiplicidade de meios todos conducentes a um mesmo fim."

Um dos focos principais de discórdias entre as tendências girava em torno da relação dos anarquistas com os sindicatos. Embora esta tensão percorra toda a trajetória libertária no Brasil desde seus primórdios, os debates tornaram-se mais intensos nos períodos de reorganização. Em 1933, apresentavam-se em São Paulo medidas concretas que pudessem satisfazer a necessidade de criação de federações que coordenassem os sindicatos já existentes e de formação de associações não sindicais, com a finalidade de realizar a propaganda dos ideais anarquistas.

O jornal *A Plebe* - que se auto-intitulava porta-voz do anarquismo - pretendia abrir espaço para ambas as tendências, posicionando-se, entretanto, no interior do debate, ao lado dos anarquistas extra-sindicalistas. Entre os grupos e associações anarquistas, tal polêmica tomou vulto, tendo por "estopim" a anexação do "Suplemento do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de S. Paulo" que defendia posições anarco-sindicalistas. ([97])

A análise deste debate entre as duas principais alas tem, no conjunto de nossa pesquisa, possibilidade de esclarecer divergências de perspectivas para diferentes práticas, testemunhando a pluralidade doutrinária, além de permitir a definição do papel dos sindicatos e associações na luta anarquista.

A argumentação de ambos os lados da contenda é bastante consistente, remetendo-se aos debates acerca do passado nacional, como o demonstra a reedição de um manifesto pelo Grupo Editor de *A Plebe*, em 1933, datado de 1922. ([98]) Um outro artigo, publicado em janeiro de 1934, referia-se a velhos ressentimentos "que no passado como no presente levam ao enfraquecimento da 'família libertária'." ([99])

Entre os grupos e militantes identificados através da polêmica na imprensa libertária, temos:

- os *Anarquistas (não sindicalistas)*, dentre os quais se posicionavam os seguintes grupos: Grupo Editor de "A Plebe", Centro Libertário Terra Livre, Grupo Anarquista Ação

---

[97] "Suplemento do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de S. Paulo". *A Plebe*. São Paulo, 23 dez. 1933, n. 51.

[98] Grupo Editor de "A Plebe" e Centro Libertário Terra Livre. "Em torno do sindicalismo". *A Plebe*. São Paulo, 30 dez. 1933, n. 52, p. 2.

[99] "Um esclarecimento". *A Plebe*. São Paulo, 27 jan. 1934, n. 54, p. 2.

Libertária e Grupo de Libertários de Santos.

- os *Anarco-sindicalistas ou Sindicalistas Revolucionários*, identificados com o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas. ([100])

A divisão entre os dois grupos, entretanto, não se constituía com rigidez excludente, pois havia colaboração recíproca, notando-se a presença dos anarquistas em conferências sindicais, assim como de anarco-sindicalistas nas Ligas Anticlericais, por exemplo. As convicções de ambos os lados também não eram homogêneas, havendo diferentes pontos de vista.

As principais divergências ocorriam quanto à função dos sindicatos centrando-se a polêmica nos seguintes aspectos:

a. o caráter do sindicato na sociedade capitalista

b. a função do sindicato na sociedade anarquista

c. a participação dos anarquistas nos sindicatos

a. Caráter do sindicato na sociedade capitalista

A abordagem dos anarquistas (não sindicalistas) a respeito do sindicato apresentava variações. A maioria, entretanto, via o sindicato como uma organização de *resistência dos trabalhadores* à sociedade capitalista, sendo apontado como um órgão de luta de classes e de defesa proletária, na medida em que se constituía num elemento de educação social e de solidariedade entre os trabalhadores. Porém, o problema estava na atuação limitada às reivindicações imediatas, às melhorias materiais, sem dimensão revolucionária e também no fato de constituir-se numa associação que agrupava trabalhadores, independentemente de credo religioso ou doutrina política e filosófica, pois deveria abrigar todos os trabalhadores de uma mesma categoria. Por estes motivos, o sindicato não tinha condições de ser uma organização anarquista, nem de promover a revolução anárquica com elementos não anarquistas.

---

[100] É importante frisar a terminologia utilizada para a autodenominação dos dois grupos: utilizamos a expressão **anarquistas não sindicalistas** para identificar aqueles que discordavam do anarco-sindicalismo, visando a facilitar a distinção, embora estes se apresentassem simplesmente como anarquistas. A expressão anarco-comunistas, usada por Malatesta, não seria adequada, pois os dois grupos citavam este autor para corroborar seus princípios. Os partidários do sindicalismo intitulam-se **anarco-sindicalistas** ou **sindicalistas revolucionários**, não se excluindo da defesa do anarco-comunismo.

Tais afirmações opunham-se, antes de mais nada, à proclamação do Congresso de Amiens, de 1906, que afirmava que o "sindicalismo se bastava a si próprio", criando-se deste modo uma doutrina específica da atuação sindical. Esta diretriz era adotada principalmente pela CGT francesa que, apesar de privilegiar a ação direta como estratégia sindical, também não se filiava a partidos políticos nem à doutrina anarquista. Contra o Sindicalismo, levantava-se também o risco deste pretender substituir o anarquismo.

Martins Garcia, colaborador de *A Plebe*, fundamentava esta crítica de modo mais profundo, correlacionando a estrutura do sindicato àquela do sistema capitalista que, além de estar contaminado por sua lógica, constituindo-se em peça de sua engrenagem, ainda carregava consigo uma formação autoritária:

> "A teoria sindicalista, que aparece na história simultaneamente ao regime capitalista, é, por sua íntima natureza, um organismo chamado a contrabalançar a balança burguesa, não permitindo que o egoísmo burguês tome os foros do individualismo crasso que o regime lhe faculta. (...) Em síntese, pode-se dizer, que o sindicalismo é a racionalização do capital e do trabalho. Basta dizer que o Estado não é combatido e é chamado em muitas ocasiões, para resolver amigavelmente, o litígio entre patrões e operários. (...) Resta dizer que o movimento moral dessa doutrina sindical, é um amontoado de conceitos autoritários convergindo para um centro comum de irradiação, capaz de competir com as férreas ditaduras dos atuais governantes." ([101])

Apelando para fundamentos mais concretos, o professor Florentino de Carvalho argumentava, em 1933, com base nos seus 28 anos de militância operária e anarquista, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santos, Sorocaba e São Paulo, ser o sindicalismo um organismo corporativo limitado às reivindicações econômicas, sem possibilidade de realizar a transformação social que deveria ser sua finalidade última para o benefício dos trabalhadores. Além desta análise sobre o caráter reformista e paliativo do sindicato, o velho militante lamentava a ausência de propaganda libertária neste meio operário, motivo pelo qual justificava seu afastamento da atividade sindical e anarquista:

> "Podemos nos conformar com a simples obra corporativa e de agitação por meras questões de salário, sem uma concepção mais ampla, mais elevada da luta, sem um ideal de emancipação a atingir?
>
> As idéias de liberdade, de igualdade, os modernos postulados do socialismo libertário não são divulgados dentro dos sindicatos na medida necessária para ilustrar os escravos modernos, vítimas, em primeiro lugar, da própria incultura." ([102])

---

[101] GARCIA, Martins. "Anarquismo, sindicalismo e Revolução social". *A Plebe*. São Paulo, 17 mar. 1934, n. 58, p. 2.

[102] CARVALHO, Florentino de. "Carta aberta aos trabalhadores". *A Plebe*.São Paulo, 28jan.1933,n.11,p.3.

A. Padilha, escrevendo para *A Plebe*, argumentava citando Malatesta: "Os sindicatos tomam o meio pelo fim e a parte pelo todo" ([103]), ou seja, o sindicato deixava de ser instrumento que educava e estimulava o trabalhador para a revolução, passando a buscar apenas a melhoria das condições materiais do operariado dentro dos limites determinados pela burguesia, tornando-se um "movimento legalitário e conservador". Além desta limitação que o sindicalismo impunha ao movimento operário, também provocava uma restrição ao movimento anarquista, o qual, embora pudesse utilizar o sindicato como instrumento para sua propaganda, não deveria estar identificado com este canal:

> "A revolução que nós, os anarquistas, preconizamos, vai mais além dos interesses desta ou daquela classe; quer chegar à libertação completa e integral da humanidade: emancipá-la da escravidão política, econômica e moral. Por isso, nosso método não pode ser unilateral. Eis porque o sindicalismo, que é um método bom, pelas forças obreiras que põe à nossa disposição, não pode ser o meio único, nem muito menos, pode substituir ao nosso fim verdadeiro e completo, que é a anarquia." ([104])

Esta última afirmação causaria indignação aos anarco-sindicalistas que se recusavam a ser instrumentalizados por ideólogos externos a sua organização e também discordavam de sua exclusão em relação ao movimento anarquista, relembrando as origens deste movimento que guardaria vínculos com as lutas dos trabalhadores, das quais recebeu os primeiros impulsos. Foi num tom mais agressivo que Souza Passos, garçom e escritor português, elaborou seu contra-ataque:

> "Enquanto os sombrios 'filósofos' do não-sindicalismo se abrem para nos dizer que só encontram valor na organização dos trabalhadores pelas 'forças que o sindicato põe à sua disposição' (sic) atirando a mais sórdida afronta à dignidade das classes proletárias, pois nem mesmo os partidos políticos têm o descaramento de fazer essas afirmações, o movimento anarquista de todo o mundo, integrado na obra do povo, como filho que é das aspirações populares, procura neste momento crítico para a humanidade esclarecer a missão do sindicalismo na obra da revolução." ([105])

Para Souza Passos, o sindicalismo não se colocava como doutrina e movimento à parte do anarquismo nem pretendia reduzir o movimento anarquista aos sindicatos, mas, antes, conferia

---

[103] Entre outras obras, a posição de Malatesta é colocada especificamente no texto "Sindicalismo: a crítica de um anarquista", no Congresso Anarquista realizado em Amsterdã, em agosto de 1907. *Apud* Woodcock, G.. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1977, p. 203-207.

[104] PADILHA, A. "O sindicato e a sociedade futura". *A Plebe*. São Paulo, 13 jan. 1934, n. 53, p. 2.

[105] PASSOS, Souza. "Problemas do futuro". *A Plebe*. São Paulo, 10 fev. 1934, n. 55, p. 2.

ao sindicato o principal meio de atuação dos libertários no seio da população trabalhadora.

Segundo artigo de Victor Griffuelhes, secretário geral da CGT francesa na primeira década do século, publicado por *A Plebe* em abril de 1933, cabia ao sindicato lutar pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores, pois, proporcionando a melhoria das condições de vida e de trabalho, colaboraria com a emancipação dos trabalhadores:

> "O sindicalismo é o movimento da classe operária que quer atingir a plena posse dos seus direitos sobre a fábrica e a oficina, que afirma que esta conquista, com o fim de realizar a emancipação do trabalho, será o produto do esforço pessoal e direto exercido pelo trabalhador.
>
> A confiança no Deus ou sacerdote e a confiança no Poder dos políticos, inculcadas ao proletário moderno, substitui-as o sindicalismo pela confiança em si; a ação com a etiqueta tutelar de Deus e do Poder, substitui-a pela ação direta orientada no sentido de uma revolução social dos interessados, isto é, dos salariados." ([106])

Para Griffuelhes, o sindicato seria, por sua **ação**, um fator mobilizador e educativo capaz de transformar a mentalidade do operariado. Não deveria repelir os trabalhadores ofuscados pelas crenças místicas ou pelas promessas dos partidos políticos e do Estado, isolando-se da classe operária, mas, sim, mobilizá-los, constituindo-se em movimento operário.

O argumento do caráter reformista e não anarquista do sindicalismo era rebatido pelos anarco-sindicalistas que apontavam o sentido libertário da reivindicação, da luta, da contestação e, principalmente, da rebeldia representada pelos sindicatos e pelas greves. Se havia sindicatos não contestadores, não emancipados, não revolucionários, a "culpa" não era do **verdadeiro sindicalismo**, mas daqueles que desejavam desfigurar seu significado fundamental, segundo Adelino de Pinho, motorneiro e professor autodidata:

> "Ante um sindicalismo agressivo, educador e revolucionário, criam um sindicalismo tapeador, cristão, legal, água de rosa, pó de arroz, que de sindicalista só tem a máscara, a gazua, o engodo com que mistificam os pobres e inconscientes trabalhadores que acreditam em seus pastores e impostores caudilhos, políticos ou sacerdotes. Então, só porque todos o usam para fins diferentes não presta? Numa época em que o anarquismo e o sindicalismo não existiam inventou-se a imprensa. Seria bom que só nós nos utilizássemos dela. A verdade, porém, é que ela serve a todos os partidos e a todas as seitas e a quem mais serviu e serve foi à religião católica e basta saber que o primeiro livro que Gutemberg imprimiu foi a Bíblia." ([107])

Por fim, o sindicato era visto como centro de luta, no presente, que preparava para o

---

[106] GRIFFUELHES, Victor. "Sindicalismo revolucionário". *A Plebe*. São Paulo, 8 abr. 1933, n. 19, p. 2.
[107] PINHO, Adelino de. "Idéias de reconstrução social". *A Plebe*. São Paulo, 26 maio 1934, n. 63, p. 2.

futuro. Enquanto fator de estudo e de prática tinha poder para transformar o trabalhador, tendo em vista a construção da sociedade libertária, que não surgiria do dia para a noite. Daí o papel do sindicato que possibilitaria ao trabalhador o desenvolvimento de sua individualidade e autonomia, preparando-o para a emancipação total, para a assunção da sua função básica na produção material da sociedade futura. O sindicato seria um "modelo" em pequena dimensão da autonomia que iria se estenderia para toda a sociedade.

Procurando situar tais críticas no contexto da prática libertária, podemos citar as conseqüências deste debate na orientação das associações. A União dos Artífices em Calçados, um dos sindicatos de mais antiga e firme tradição anarquista, encontrava-se mergulhada em disputas com operários comunistas que penetravam em suas assembléias, com um sindicato oficial recém-instalado e com o patronato, na luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e pela manutenção do nível salarial da categoria. Encontrando-se absorvida por esta massa de conflitos, os sapateiros anarquistas permaneciam restritos à luta sindical, deixando de realizar uma tarefa educativa com seus associados. A partir de maio de 1933, redirecionaram suas atividades, realizando palestras e manifestações antifascistas, como recurso educativo que caberia ao sindicato e como uma forma de propaganda anarquista de militantes libertários.

Por sua vez, o próprio Florentino de Carvalho voltou à atividade de propaganda com a intensidade que praticara no passado, comparecendo a reuniões sindicais e realizando várias conferências. Verificamos, assim, um exemplo dos efeitos que o debate ideológico produzia na orientação dos sindicatos libertários. Ao mesmo tempo, apesar das divergências, ocorria mútua colaboração entre vários anarco-sindicalistas e anarquistas.

b. Função do sindicato na sociedade anarquista

Os anarquistas não sindicalistas consideravam que o sindicato não só tenderia a desaparecer como deveria diluir-se na sociedade futura. Em primeiro lugar, por ser um órgão autoritário que aglutinava trabalhadores com diferentes opções, sendo que as transformações revolucionárias deveriam ser promovidas por anarquistas e não pelo sindicato. Caso contrário, corria-se o mesmo risco do "bolchevismo", como era denominado o comunismo não anarquista dos partidários do PCB que simplesmente substituiu um aparelho estatal por outro ou uma classe dominante por outra, na opinião de Martins Garcia, em seu artigo publicado no jornal *A Plebe*, de

novembro de 1934:

> "(...) estamos longe de pensar em uma revolução libertária, organizada por elementos não libertários, cheios de preconceitos autoritários, esquecidos desse axioma científico de que a função faz o órgão. (...)
>
> Deve-se encarar a organização proletária como um meio prático de propaganda revolucionária, nunca como um organismo que está chamado a suplantar a burguesia no domínio da produção de consumo. Neste caso, não sairíamos do círculo vicioso em que estamos metidos." ([108])

A necessidade de um órgão que cuidasse da produção, distribuição e consumo imediatamente após a revolução pretendida, tinha a concordância de anarquistas e anarco-sindicalistas, porém, para os primeiros, não era o sindicato que iria desempenhar essa tarefa, pois, segundo A. Padilha, "marcar desde já a máquina que deverá movimentar a sociedade futura, é um erro". ([109])

A nova sociedade deveria recriar as relações sociais e econômicas, minando a aglutinação de poderes nas mãos de grupos de indivíduos. Não haveria classes ou conflitos entre elas, perdendo a razão de ser os sindicatos enquanto órgãos de resistência e luta, pois os administradores das fábricas, das oficinas e da produção agrícola seriam os próprios trabalhadores. Segundo um Grupo de Libertários de Santos, deveriam ser criados **novos órgãos** sob a estrutura da comuna, rompendo-se os vínculos autoritários da sociedade capitalista:

> "Entendemos que os sindicatos são criados como órgãos de luta de classes e defesa dos proletários. Mas como tais, deverão desaparecer, quando atingida a meta revolucionária, isto é, quando se verificar o triunfo da revolução expropriadora. Porque, ou se dissolverão porque deixou de existir a razão de sua existência, ou se transformarão em outras tantas comunas de produção ou distribuição, e neste caso serão novos órgãos. Se, porém, subsistirem como sindicatos que são, e se outorgarem em órgãos controladores da nova ordem que se estabelecer, passarão a ser nocivos, pelo perigo que possam oferecer, se constituírem ou originarem um novo poder." ([110])

Os anarco-sindicalistas, em contraposição, consideravam, como já foi dito, que o sindicato deveria preparar a revolução e auxiliar em sua condução, organizando os trabalhadores. Sua função na sociedade seria primordial, realizando a produção, distribuição e consumo durante e após a revolução, fator essencial para a garantia das conquistas revolucionárias. Sem o for-

---

[108] GARCIA, Martins. "Anarquismo, sindicalismo e Revolução Social". *A Plebe*. São Paulo, 17 mar. 1934, n. 58, p. 2.

[109] PADILHA, A. "O sindicato e a sociedade futura". *A Plebe*. São Paulo, 13 jan. 1934, n.53, p. 2.

[110] Um Grupo de Libertários de Santos. "Controvérsias e Unificação". *A Plebe*. São Paulo, 3 mar. 1934, n. 57, p. 2.

necimento de gêneros alimentícios, não haveria como sustentar a sociedade, provocando revoltas na população. Na opinião de A. Segovia, colaborador de *A Plebe*, o sindicato, embora com funções mais amplas, seria substituído por um sistema de produção **análogo**, contando com a experiência organizativa anterior. ([111])

Sob este prisma, a organização sindical seria não uma ameaça de um novo poder, mas um antídoto na medida em que prepararia os trabalhadores para suas novas funções sociais, interessando-se pela administração sob o ponto de vista técnico e científico e evitando a burocracia como recurso para a solução dos problemas específicos em cada setor da produção. Souza Passos, em 1934, propunha que estas questões fossem discutidas em termos concretos, tendo como referência as idéias do anarquista espanhol Diego Abad de Santillán e as resoluções do Congresso de Rosário, da Argentina:

> "Fracassadas as instituições burguesas, falidos todos os processos da economia político-social do capitalismo, percebendo-lhe o fim, os anarquistas se preocupam, agora, com as possibilidades de preparo das organizações, sob o ponto de vista técnico e profissional, de forma a garantir a solidez da obra revolucionária, evitando que após a revolução as forças produtivas caiam nas mãos da burocracia. (...)
>
> Se o proletariado estiver tecnicamente aparelhado para oferecer, após a revolução, um organismo sólido capaz de substituir, na administração, no controle da produção e distribuição as organizações capitalistas, claro está que a revolução encontrará bases seguras para a reconstrução social." ([112])

c. Participação dos anarquistas nos sindicatos

Os anarquistas (não sindicalistas) não se opunham à participação libertária nos sindicatos, mas condenavam o fato desta constituir-se em único canal de sua atuação. Concretamente, para muitos propagandistas, surgiu o problema de não pertencerem a nenhuma categoria profissional operária, como é o caso de intelectuais que constituíam associações próprias com os chamados "grupos de afinidade", responsáveis pela realização de conferências nos sindicatos. Apesar de existirem anarquistas individualistas que não se filiavam a nenhum grupo, a proposta anarquista atribuía maior efetividade à ação coletiva que, por sua vez, deveria respeitar a autonomia do indivíduo, do grupo e da federação.

Tais grupos reivindicavam sua **autonomia** frente às organizações sindicais, como era o caso do Grupo Ação Libertária, que tinha A. Neves como seu relator. Este criticava a deliberação

---

[111] SEGOVIA, A. "Sindicalismo Revolucionário". *A Plebe*. São Paulo, 17 fev. 1934, n. 56, p. 2.
[112] PASSOS, Souza. "Problemas do futuro". *A Plebe*. São Paulo, 10 fev. 1934, n. 55, p. 2.

de se atribuir aos sindicatos a finalidade básica da propaganda pelas "Bases de Acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas", ou seja, uma "imposição da maioria incoerente". Para o Grupo Ação Libertária, o sindicato era apenas um dos meios para propaganda, sendo inclusive um dos melhores para o contato com os trabalhadores. Entretanto, a seu ver, a atuação libertária extrapolava as preocupações econômicas imediatas de classe, atendo-se à formação do trabalhador e à ampliação de suas lutas; um objetivo que ia além de todas as classes.

O Grupo Editor de *A Plebe* e o Centro Libertário Terra Livre ancoravam-se na reprodução do "Manifesto aos anarquistas de 1922", como reforço para sua argumentação, na medida em que este apresentava o lastro da tradição. Para esses grupos, dever-se-ia garantir a **autonomia dos sindicatos**, os quais, como já mencionamos, eram considerados órgãos de luta contra o patronato e o capitalismo. Na medida em que o trabalhador associado estabelecia um vínculo enquanto assalariado e não motivado por doutrinas religiosas, políticas e filosóficas, o sindicato deveria ter programa próprio sem adotar plataformas alheias. Portanto, os anarquistas teriam o papel de reforçar a autonomia e a individualidade no sindicato, combatendo sua instrumentalização e o exclusivismo das tendências políticas. Enquanto profissional, o anarquista daria exemplo de militância e, enquanto propagandista, veicularia o ideal de independência e de emancipação revolucionária:

> "... os anarquistas devem agir no sindicato como parte integrante do todo, esforçando-se para dar o exemplo da atividade e da dedicação. (..)
> Para não incorrermos no grave erro das várias facções político-sociais que, com prejuízo para o trabalho da organização dos operários, pretendem transformar o sindicato em dependência sua, emprestando-lhe o programa de facção, alimentando assim motivos de discórdia entre os sindicatos, entendemos que a ação dos anarquistas nos meios sindicais deve ser desenvolvida no sentido de difundir a propaganda dos nossos princípios com o fim de conquistar a consciência dos trabalhadores, tornando dessa forma o ambiente tanto mais libertário quanto mais intensa for a atividade empregada nos meios proletários." ([113])

Além do respeito à autonomia dos sindicatos, os anarquistas (não sindicalistas) propunham um limite aos esforços dos libertários que não deveriam deixar-se absorver pela propaganda no meio sindical. Deveriam participar ao mesmo tempo de um grupo de afinidade, no qual se daria a **verdadeira luta**, poupando-se do desgaste com as rivalidades políticas e com as perseguições governamentais que, nesse período, haviam se intensificado:

---

[113] Reprodução de "Manifesto aos anarquistas de 1922". *A Plebe*. São Paulo, 30 dez. 1933, n. 52, p. 2.

> "O sindicato se tornou um campo descoberto para os verdadeiros idealistas arriscarem sem cobertura a sua liberdade, ao passo que se torna tocaia fácil, para aqueles que à espreita de uma remuneração mais ou menos sórdida, espreitam o momento de uma miserável delação. (...) Os sindicatos, exceção feita aos de S. Paulo, estão hoje nas mãos de mistificadores de toda a espécie, e os verdadeiros orientadores são ardilosamente guerreados à socapa, pelos embusteiros do proletariado." ([114])

Os mistificadores mencionados acima seriam militantes comunistas, trotskistas e trabalhadores aderentes da oficialização ou funcionários do Ministério do Trabalho, transformados em diretores sindicais que penetravam no sindicato sob influência anarquista, buscando mudar sua orientação.

Por este motivo, os anarquistas (não sindicalistas) afirmavam que a verdadeira luta se processaria fora do sindicato, o qual seria apenas um dos canais de propaganda e de agitação. A luta anárquica deveria abranger toda a sociedade, envolvendo todos os homens livres na obra revolucionária.

A resposta anarco-sindicalista tomou um tom carregado, criticando o sectarismo dos anarquistas que estariam se isolando do contato com os trabalhadores e, por este motivo, perdendo vitalidade e realismo em elucubrações abstratas e sem efetividade. Lumeras, na edição de *A Plebe* de janeiro de 1934, apontou os riscos desse distanciamento, qualificado como "sectarismo manifesto" e "miopia perigosa" que revertia em prejuízo para ambas as partes:

> "Por espírito de intolerância ou incompreensão, muitos anarquistas estabelecem uma linha divisória entre o conjunto da humanidade e os idealistas, impedindo a aproximação mútua. Fazem da anarquia uma coisa tão mística, que lhe tira todo caráter humano, colocando-a fora da realidade da vida.
>
> O resultado desta forma de encarar o ideal é a admiração que pelo mesmo sentem os trabalhadores e o retraimento em intentar praticá-lo. Para a maioria considerar-se anarquista, pressupõe ter que abandonar os hábitos adquiridos e possuir um cabedal de conhecimentos, fora do comum." ([115])

Através de uma longa argumentação, Lumeras afirmava a superioridade da ação coletiva sobre a individual, questionando a postura individualista. Esta, apesar de ser reconhecida como necessária no sentido da autonomia do indivíduo no sindicato, era negada como prática exclusiva. A necessidade de grupos anarquistas organizados também era respeitada no papel de ampliar a missão revolucionária dos sindicatos. Os grupos teriam função de coordenação e orientação, mas

---

[114] Um Grupo de Libertários de Santos. "Controvérsias e Unificação". *A Plebe*. São Paulo, 3 mar 1934, n. 57, p. 2.

[115] LUMERAS. "Pontos de vista". *A Plebe*. São Paulo, 27 jan. 1934, n. 54, p. 2.

sem instrumentalizar os trabalhadores como massa disponível para sua direção.

A cada associação seria reservado um papel: enquanto os sindicatos organizassem os trabalhadores, realizando o confronto com o patrão e com o Estado, aos grupos anarquistas caberia a propagação do ideário. Acracia, em seu artigo "Preparação revolucionária" de março de 1934, defendia a idéia de que ambos estariam interrelacionados, participando da criação de sindicatos nas cidades onde ainda não existissem, assim como da manutenção dos sindicatos existentes. Fundamentando-se na experiência espanhola da CNT, Acracia insistia no papel do sindicato enquanto organismo responsável pela revolução:

> "O grupo é a célula que dá vitalidade e espiritualiza o movimento revolucionário da CNT, porém o sindicato é o organismo que deve plasmar a revolução em realidade." ([116])

Apesar de apontarem papéis momentaneamente distintos, os anarco-sindicalistas questionavam as dicotomias entre ideário e realidade, ação individual e coletiva, superioridade das preocupações morais ou materiais. As lutas econômicas dos sindicatos e a condição do trabalhador sujeito à exploração capitalista caminhariam juntas com a necessidade do conhecimento e dos ideais. Aos grupos anarquistas caberia a difusão do anarquismo nos sindicatos, enriquecendo-se no contato com esta realidade.

Tendo como referência a CNT, Adelino de Pinho, em maio de 1934, acrescentava outros exemplos relativos aos anarquistas da França e de Portugal. Entre os anarquistas franceses já era fato a ruptura entre os sindicalistas revolucionários e os anarquistas, que haviam se ausentado do meio sindical, formando grupos literários. Estes eram pintados com imagens bastante degradantes de alienação social e acusados de libidinagem:

> "Proclamam: 'O sindicalismo anula os militantes anarquistas que pensam ir buscar lã e saem tosquiados, pois indo propagar os seus princípios e ideais são, pelo contrário, absorvidos pelo interesse e pelo conservantismo sindical.' Pode ser que sim e pode ser que não. Há exemplos a favor e contra. Vejamos alguns. Na França, por exemplo, os anarquistas que se alheiaram da organização operária do sindicalismo, do contato das massas e da convivência do povo; os anarquistas que se fazem uma grande idéia da sua individualidade, que formam um grande conceito da sua personalidade, anularam-se. Isolados em suas capelinhas, reduzidos a pequenas tertúlias literárias no seu desprezo pelas massas rudes e ignorantes, são, desde muito antes de Freud, a demonstração completa das suas doutrinas: só se preocupam e cultivam a sua libidinosidade." ([117])

---

[116] ACRACIA. "Preparação revolucionária. Como os anarquistas espanhóis compreendem a organização de grupos". *A Plebe*. São Paulo, 31 mar. 1934, n. 59, p. 2.

[117] PINHO, Adelino de. "Idéias de reconstrução social" *A Plebe*. São Paulo, 26 maio 1934, n. 63, p. 2.

Tomando Portugal como segunda referência, Adelino de Pinho falava dos anarquistas que haviam se distanciado dos sindicatos devido a rusgas pessoais, mas que retornaram anos depois, trazendo ao movimento operário tal incremento que foi necessária a ditadura de Salazar para contê-los. Pinho propunha, então, fundado no exemplo português, a ação conjunta que traria benefícios tanto aos sindicatos como aos grupos, sendo fundamental para estes últimos a experiência da rebeldia através do contato com a realidade dos trabalhadores. A prática sindical serviria como uma efetivação do anarquismo no presente, evitando-se o adiamento da efetivação do sonho libertário para um futuro remoto.

Este debate, sustentado pelos colaboradores de *A Plebe*, se processava, também, no interior dos sindicatos, acalorado com grandes divergências que, a nosso ver, são bastante esclarecedoras a respeito da avaliação dos próprios anarquistas e anarco-sindicalistas sobre o seu movimento passado e presente. A ata da reunião de militantes ocorrida na sede da Federação Operária de S. Paulo, em 6 e 11 de outubro de 1932, comprova-nos o teor da polêmica. Participaram do encontro 35 ativistas sindicais, tendo como ordem do dia a discussão da situação político-militar em que se encontrava o país, com o desfecho da revolução constitucionalista.

Segundo alguns, o apoio da população e de uma parte dos anarquistas teria enfraquecido o movimento operário assim como a presença de comunistas nos sindicatos que, para alguns, só colaborava para aumentar os inimigos dos anarquistas. Para outros, dever-se-ia buscar a solidariedade entre ambos contra a burguesia.

A questão do enfraquecimento da ação anarquista trouxe para a pauta a diferenciação entre o **movimento operário** e o **movimento anarquista**, quando então se pronunciaram o motorista Francisco Cianci, o canteiro Francisco Neves, os sapateiros Pedro Catalo e Luiz Paparo:

> "**Francisco Cianci**: (...) Até agora a atuação anarquista tinha sido puramente teórica e o platonismo dominando as consciências anarquistas. A classe operária, por obra dos anarquistas, já podia ter exemplificado as suas idéias praticamente, isto é, podiam ter feito experiências de ordem social. Oportunidades não faltaram. Não se aproveitaram por falta de capacidade de organização e da coragem necessária a cometimentos dessa natureza. Estamos em tempo, pois.
>
> **Francisco Neves**: (...) afirma que em S. Paulo o anarquismo parecia ter passado para as calendas gregas. Não havia anarquismo propriamente dito. Existia algum que outro anarquismo, apenas. O movimento em si estava transformado em movimento operário, e que o movimento social, -- movimento anarquista, -- nada tinha de comum com o movimento corporativista do proletariado organizado. (..) Não havia, pois, movimento anarquista, mas movimento corporativista.(...)
>
> **Pedro Catalo** avança que o movimento proletário de S. Paulo está cheio de

> traidores. (...) não existia mais aquela plêiade que vivera de 1903 a 1922; o que restava agora eram apenas sobras do passado. Acreditava que só com o preparo eficiente de uma greve geral revolucionária colocaria a postos os militantes anarquistas. (...)
>
> **Paparo**: Os anarquistas vivem sempre pensando, porém nada realizam. Que fizeram os anarquistas desde 1924? Nada!". ([118])

Na avaliação de seu próprio movimento, os militantes anarquistas afiavam seu espírito crítico de modo semelhante ao que utilizavam para atingir seus adversários. A fraqueza atual do movimento não era atribuída apenas aos efeitos da repressão, à conturbação política e à ação detratora dos comunistas, mas aos próprios ativistas, responsabilizados pela perda de vitalidade. Apesar da existência de vários grupos de propaganda anarquista e de sindicatos com a maioria de sua militância anarquista, estes dados ficavam reduzidos frente à pujança e à hegemonia existente nos duas primeiras décadas do século. A comparação com a disseminação libertária na Espanha e com a solidez das organizações européias, também conferia às associações nacionais uma dimensão reduzida.

---

[118] *Ata da reunião de militantes anarquistas, realizada na sede da FOSP*. 6 e 11 de outubro de 1932. *Prontuário da Federação Operária de São Paulo*, nº 716, vol. 1, DOPS / AESP. (manuscrito)

2.4. Os sindicatos sob influência anarquista

2.4.1. Os princípios práticos da organização sindical

O sindicato, sob a perspectiva anarco-sindicalista, deveria ser uma "escola de aprendizado de luta e rebeldia" onde o trabalhador tomaria consciência de si, do valor de sua personalidade. Seria o local da aquisição dos conhecimentos negados à classe trabalhadora pelo ensino formal e de preparação para a conquista de seus direitos, na medida em que visava melhorias econômicas e "morais" ou sociais. É na estrutura concreta destas associações de trabalhadores que iremos encontrar a conjunção entre o ideário libertário e sua viabilidade enquanto proposta de aglutinação sindical. Várias características, entretanto, mantiveram-se nos demais sindicatos sob diferentes orientações cujos estatutos foram, aos poucos, adequando-se a suas estruturas organizativas.

Destacamos algumas características convergentes entre os sindicatos, as quais apresentam semelhanças com relação àquelas dos grupos libertários. A preservação destes princípios representava peça fundamental na garantia da prática libertária, caracterizando os sindicatos por sua identidade sindicalista revolucionária ou anarco-sindicalista. Demarcavam também sua resistência ao enquadramento oficial ou ao atrelamento aos partidos políticos.

a. A **"direção"** ou **coordenação do sindicato** era realizada por uma **Comissão Executiva** que, em geral, apresentava-se constituída por um secretário-geral, 1° e 2° secretários, 1° e 2° tesoureiros e um bibliotecário, todos cargos não remunerados. Rejeitava-se a figura de um chefe, procurando caracterizar, pela nomenclatura dos cargos, a função de **coordenação**, sem chefia, evitando-se os cargos de diretor ou presidente. ([119]) O esclarecimento do modo peculiar como era concebida a comissão executiva será imprescindível para a compreensão da atuação do

[119] Os cargos de Presidente e Vice-Presidente que encabeçavam a diretoria dos sindicatos oficiais eram eliminados nos sindicatos anarquistas, iniciando-se os cargos executivos a partir dos secretários e tesoureiros.

sindicato de orientação anarquista nas greves.

O sindicato não tinha como função a direção da greve, mas seu papel era propiciar condições para a sua organização, reunindo os trabalhadores e criando canais para a negociação direta com o patronato. Após a deflagração da greve, o sindicato não deveria atuar como o principal agente, mas, sim, o conjunto dos trabalhadores. Com este intuito, elegia-se um **comitê de greve** que deveria realizar a mediação e encaminhar as negociações. ([120]) Muitas vezes, um dos itens da pauta de reivindicações era o reconhecimento do sindicato pelo patrão (não pelo Estado), como órgão representativo dos trabalhadores.

A eleição destas comissões nos sindicatos libertários era realizada semestralmente, visando a rotatividade e a renovação da direção. Assim, no início de cada semestre anunciava-se a eleição de novas comissões executivas através de órgão de imprensa próprio, panfletos ou nas páginas de *A Plebe*. A efetiva rotatividade pode ser confirmada através dos sindicatos que mencionam suas comissões, como no caso da FOSP. Nesta organização, notamos certa rotatividade em torno de um grupo não muito reduzido e que também atuava nas comissões executivas dos sindicatos.([121])

A garantia da orientação anarquista ocorreria em função deste grupo. A falta de pessoas de confiança poderia acarretar a mudança de orientação, como ocorreu com a Liga Operária da Construção Civil, em outubro de 1931. Ao eleger pessoas ingressantes no movimento operário, provocou-se o desvio da perspectiva libertária, já que os eleitos passaram a apoiar partidos políticos:

> "Algumas reuniões com camaradas preparatórias tiveram uma concorrência que excedeu as mais otimistas previsões, razão porque os velhos batalhadores consideraram o momento propício para serem substituídos nos cargos administrativos e assim, na nomeação da nova Comissão Executiva, foram aclamados indivíduos completamente desconhecidos do meio. (...)
>
> Em breve verificou-se ter sido um grave erro entregar a "Liga" a desconhecidos, pois que imediatamente pretenderam anular os Estatutos, substituindo-os por outros que permitissem a ação política." ([122])

Por outro lado, como tal comissão não tinha papel isolado das assembléias, estas reuniões

---

[120] Este tema terá uma explanação mais detalhada no cap. 3, assim como serão confrontadas estas diretrizes com a prática efetiva nas greves de categorias influenciadas pelo anarquismo.

[121] Entre os secretários gerais que encontramos referências no período pesquisado, relacionamos: Hermínio Marcos (1931), Amor Salgueiro (1932), Luiz Paparo (1933), João Perez Parada (1934) e Francisco Merino (1935).

[122] "Esboço histórico da Liga Operária da Construção Civil". *O Grito Operário*. São Paulo, 22 abr. 1933, nº de aniversário, p. 1.

eram, em geral, semanais, havendo variações entre aquelas que eram exclusivas da comissão e assembléias gerais mensais. Poderiam também ocorrer assembléias extraordinárias caso houvesse algum assunto urgente a ser decidido.

b. A **recusa ao assistencialismo** praticado pelas associações mutuais e beneficentes desde o fim do século XIX persistia. Tais associações continuaram a existir durante todo o período de que tratamos, embora competindo sempre com os sindicatos que adotavam a perspectiva de transformação social. O mutualismo e a beneficência eram criticados por levarem o trabalhador ao acomodamento, a uma assistência paliativa e não ao confronto com o patrão e com o Estado.

O auxílio aos associados necessitados ocorria, entretanto, só em casos extremos, como de desemprego, doença ou prisões. Alguns sindicatos tinham assistência médica, como o dos trabalhadores da Light, enquanto que outros criaram formas de auxílio momentâneas, como ocorreu com os padeiros que instituíram o "Dia Solidário". Este consistia na contribuição de cada trabalhador com um dia de trabalho para os desempregados, evitando-se, com isso, a "crumiragem", isto é, o emprego de trabalhadores "ignorantes" que se submetiam a salários mais baixos. ([123])

c. Os **Centros de Colocação** criados por alguns sindicatos funcionavam como agenciadores de empregos. Esta atividade era utilizada principalmente nos setores e nas épocas em que havia maior desemprego, aparecendo especialmente entre os operários da construção civil e os padeiros. Além de o sindicato procurar captar as preocupações dos seus associados, esta era uma forma de atrair os desempregados afastados da organização sindical.

d. As **Comissões de fábricas** ou oficinas funcionavam como um recurso para estabelecer o contato entre o local de trabalho e o sindicato. Eram, geralmente criadas nos sindicatos com maior número de sócios ou nos momentos de maior mobilização.

Nota-se a peculiaridade destas comissões em setores cujos locais de trabalho aglutinavam pequeno número de trabalhadores, como as fábricas artesanais de sapatos ou as padarias. Em grandes empresas, como a Light, os articuladores destas comissões eram perseguidos, sendo

[123] "O porquê do dia solidário". *O Trabalhador Padeiro*. São Paulo, 16 nov. 1935, n. 4, p. 2.

necessária a intervenção do sindicato para evitar ou remediar demissões. ([124])

e. O **impedimento de o sindicato apoiar ou participar de manifestações políticas ou partidárias** encontra-se entre os artigos mais discutidos. O sócio poderia participar individualmente, mas não como representante da entidade. Este princípio libertário provocou *dificuldades* para a participação da FOSP e dos sindicatos a ela filiados nas frentes antifascistas, ocorrendo a presença de militantes libertários tanto na manifestação da Praça da Sé em 1934, contra os integralistas, quanto em seu apoio à ANL em 1935.

f. A **função educativa** era privilegiada, com a criação de centros de estudos e escolas para os filhos dos sócios ou para os próprios sócios. Os Ateneus libertários, por vezes tomavam estas iniciativas, enquanto que os sindicatos também convidavam militantes ou intelectuais para realizar conferências. Os metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, criaram uma escola de desenho para seus filhos na União dos Operários Metalúrgicos. A transformação do sindicato em centro recreativo para atrair o operariado, quando utilizado pelos adversários comunistas ou oficiais, era condenado. As danças e esportes eram vistos como atividades que desvirtuavam o trabalhador de sua emancipação, não tendo caráter educativo.

g. As **federações** constituíam etapa posterior na organização que se iniciava com os sindicatos de categoria, as ligas de bairros ou de pequenas cidades e o sindicato de ofícios vários, para as categorias que não tivessem um órgão estruturado. Este último era criado nos momentos de rearticulação, surgindo em 1927 e 1930, especialmente. Porém, passou a ser utilizado também pelos anarquistas como forma de reunir militantes cujos sindicatos estavam dominados por orientação comunista ou ministerial em 1934.

As federações deveriam obedecer a uma ordem crescente de expansão: primeiro locais, depois estaduais e de setores industriais e, finalmente, a confederação nacional, mantendo sempre a autonomia de cada componente nos diversos níveis. Com caráter local, existiam a FOSP em São Paulo, a FORJ no Rio de Janeiro e a Federação Operária de Porto Alegre, as quais momentaneamente funcionavam na órbita estadual. No Rio Grande do Sul, a FORGS e, no Paraná, a Federação Operária do Paraná, as quais passaram para as mãos do Ministério do Trabalho, em

[124] Machado, Antonio. "Relatório apresentado pelo secretário geral da União dos Trabalhadores da Light à Assembléia do dia 12 de Abril de 1934". *O Trabalhador da Light*. São Paulo, 1° maio 1934, n. 3, p. 2.

1933.

A federação tinha a função de estimular a criação de sindicatos, estabelecendo sua coesão sob os princípios libertários. Porém, apesar do grande número de associações organizadas pelos anarquistas, a FOSP também tinha como meta o redirecionamento dos sindicatos já existentes, guiados por outras correntes, para sua orientação, conforme apontavam suas Bases de Acordo:

> "Procurar remodelar as bases das organizações proletárias existentes sob orientação indiferente ou contrária aos princípios de resistência direta à exploração patronal esforçando-se no sentido de conseguir que as novas associações se organizem de acordo com as normas assentadas nos 3 Congressos Operários e na 3ª Conferência Op. Estadual." ([125])

Era, porém, através da difusão das idéias libertárias que se pretendia obter a adesão dos trabalhadores de um sindicato, sendo esta a única alternativa para a manutenção da autonomia operária ameaçada pelas diretrizes externas dos partidos políticos e do Estado.

Entre os sindicatos que preservavam estes princípios em sua atuação, relacionamos aqueles que eram mencionados na imprensa libertária, notando-se nítida concentração dos mesmos na cidade de São Paulo, entre categorias bastante diversificadas. Em segundo lugar, encontramos sindicatos anarquistas no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro principalmente no final dos anos 20, com ressurgimentos ocasionais na década de 30. Quanto aos demais Estados há referências esparsas no Paraná, Minas Gerais, Pará e Pernambuco, conforme podemos verificar na relação que se segue:

---

[125] "Bases de Acordo da Federação Operária de São Paulo".*O Trabalhador*. São Paulo, 5 dez.1931,n.2, p.2.

SINDICATOS ANARQUISTAS - BRASIL - 1927-1937 ([126])

SÃO PAULO - Capital

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Centro dos Copeiros Cosmopolita		x									
Liga Operária da Construção Civil				x	x	x	x	x	x		x
Núcleo Sindicalista de Trabalhadores das Fábricas de Tecidos	x										
Sindicato Ferroviário do Estado de São Paulo	x				x						
Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros (ou Confeiteiros e Similares)				x	x	x	x	x	x	x	x
Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros					x	x	x	x			
Sindicato dos Operários em Frigoríficos e Anexos						x	x		x		
Sindicato dos Operários da Repartição de Águas e Esgotos							x				
Sindicato dos Profissionais do Volante e Anexos					x	x	x				
Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Moinhos						x					
Sindicato dos Trabalhadores em Cerâmica e Anexos						x					
Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Velas, Óleo, Sabão e Similares						x					
[Sindicato dos Trabalhadores em Refinações]							x				
Sindicato dos Vendedores Ambulantes					x	x					
União dos Alfaiates e Anexos					x						
União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas	x	x			x	x	x	x	x		x
União dos Canteiros e Classes Anexas	x	x			x	x	x	x			
União dos Chapeleiros União dos Operários em Fábricas de Chapéus Sindicato dos Trabs em Fábricas de Chapéus	x			x	x	x	x	x			
União dos Empregados em Cafés - UEC						x	x				
União dos Operários em Fábricas de Bebidas Sindicato dos Trabs em Fábricas de Bebidas						x					
União dos Operários em Fábricas de Botões, Pentes e Similares						x	x				
União dos Operários em Fábricas de Vassouras, Artefatos de Vime e Anexos						x					
União dos Operários Ladrilheiros					x	x					
União dos Operários Metalúrgicos - UOM				x	x	x	x	x	x		
União dos Trabalhadores em Fumo					x	x					
União dos Trabalhadores da Light - UTL				x	x	x	x	x			
União dos Trabalhadores em Limpeza Pública						x					
Confederação Operária Brasileira - COB								x			
Federação Operária de São Paulo				x	x	x	x	x	x		x
Liga Operária da Penha						x	x				
Liga Operária de Vila Anastácio						x	x				
Liga Operária de Vila Esperança	x										
Sindicato de Ofícios Vários - sucursal Lapa Liga Operária de Água Branca e Lapa						x x	x				
União Operária de Ofícios Vários Sindicato de Ofícios Vários - SOV	x				x	x		x	x		

[126] Fontes: Imprensa anarquista e *O Estado de S. Paulo* de 1927-1937.

Interior - SP

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Birigui											
Liga Operária de Birigui							x				
Bauru											
Liga Regional Trabalhista de Bauru							fd.				
Carvalho Araújo											
Sindicato de Ofícios Vários						x					
[União dos Canteiros]					x						
Catanduva											
Núcleo Proletário de Catanduva					x						
Itatiba											
Sindicato dos Canteiros de Itatiba					x	x					
Olímpia											
Sindicato Operário de Ofícios Vários								x	x		
Ribeirão Pires											
Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires						x					
Ribeirão Preto											
Centro Operário de Ribeirão Preto					x						
[União dos Canteiros]					x						
Santos											
Centro Internacional dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares	x				x						
Centro Cosmopolita					x						
Sindicato dos Empregados em Padarias e Confeiteiros							x				
São Bernardo											
Liga Operária de São Bernardo						x	x				
São Caetano											
Liga Operária de São Caetano						x	x				
Sindicato de Ofícios Vários						x					
União dos Operários Metalúrgicos						x					
São José dos Campos											
Centro Operário de São José dos Campos					x						
Sorocaba											
Centro Operário de Sorocaba					x						
Vila Neves											
Sindicato dos Trabalhadores deVila Neves								x			

RIO DE JANEIRO

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Distrito Federal											
Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas	x	x	x				x				
Centro dos Operários das Pedreiras	x	x									
Federação Operária do Rio de Janeiro - FORJ	x	x	x								
Sindicato dos Fundidores e Classes Anexas	x		x				x				
Sindicato de Ofícios Vários	x										
União dos Operários em Construção Civil	x	x	x								
Niterói											
União dos Operários em Pedreiras	x	x									
Petrópolis											
União dos Canteiros de Petrópolis		x									

PARANÁ

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Curitiba											
Federação Operária do Paraná						x	x				

RIO GRANDE DO SUL

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Porto Alegre											
Federação Operária de Porto Alegre	x	x	x				x	x			
Federação Operária do Rio Grande do Sul:FORGS	x	x									
Federação Local dos Núcleos Operários Anti-Políticos							x	x	x		
Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas	x		x								
Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros e Classes Anexas			x	x							
Sindicato dos Motoristas e Condutores				fd .							
Sindicato dos Operários Alfaiates, Costureiras e Anexos	x										
Sindicato Padeiral	x		x								
Sociedade União Marítima			x	x							
Sindicato de Ofícios Vários	x		x								
União Geral dos Trabalhadores							x				
Pelotas											
Círculo Operário Pelotense							x				
Liga Operária de Pelotas							x		x		
Sindicato dos Canteiros e Trabs em Pedreiras	x										
Sindicato dos Estivadores e Trabs em Pranchas			x								
União dos Trabalhadores em Madeira	x										
Rio Grande											
Sociedade União Operária								x			
Federação dos Núcleos Operários e Antifascistas								x			
Uruguaiana											
Sindicato de Ofícios Vários							x				
[Sindicato dos Operários na Indústria de Madeira]							x				
[Sindicato dos Pedreiros]							x	x			
Sindicato Único dos Alfaiates							x	x			
Federação Operária Uruguaiana							x				

MINAS GERAIS

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Belo Horizonte											
Liga Operária Mineira	x										
Juiz de Fora											
Aliança dos Trabs em Calçados e Anexos							x				
Poços de Caldas											
Liga Operária de Poços de Caldas	x										
Sindicato dos Operários em Construção Civil									x		

PARÁ

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Belém											
Sindicato dos Estivadores	x										
Sindicato de Ofícios Vários	x										
União dos Carroceiros	x										
União dos Chauffeurs do Pará	x										
União dos Manipuladores de Pão	x										
União dos Operários em Construção Civil	x										
Federação das Classes Trabalhadoras do Pará	x										

PERNAMBUCO

SINDICATO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Recife											
União Geral da Construção Civil			x				x	x			
Sindicato da Construção Civil									x		

2.4.2. Estratégias de sobrevivência: os raios de conflitos

O acompanhamento das notas seqüenciais das assembléias e agitações sindicais, especialmente a partir da página dedicada ao "Movimento Operário" do jornal *A Plebe* somada aos jornais dos próprios sindicatos, permitiu uma aproximação maior com os momentos de entusiasmo ou de desalento vivenciados pelos grupos de militância anarquista.

Os conflitos noticiados podem ser reunidos em torno de algumas constantes, que não foram elaboradas *a priori*, mas recolhidas com base nos relatos publicados, os quais, por sua vez, foram filtrados pelo crivo dos editores e colaboradores que avaliavam a relevância da informação, segundo uma ótica libertária.

O sindicato, diante da tentativa de aglutinação operária, constituía-se num núcleo catalisador de múltiplos conflitos, detectados em várias instâncias, ou seja: com os operários, as correntes sindicais antagônicas, os patrões, a sindicalização oficial, a polícia e a própria necessidade de sobrevivência econômica dos sindicatos. Estes conflitos demonstravam a intensidade da luta desenvolvida pelos militantes libertários para a sobrevivência de seus princípios no meio sindical, adquirindo um caráter mais pungente devido ao enfraquecimento da influência libertária.

Relação do sindicato com os trabalhadores associados

O contato do sindicato com a respectiva categoria verificava-se num movimento flutuante de comparecimento massivo nas assembléias, intermediado por grandes esvaziamentos.

A postura libertária postulava para o sindicato a iniciativa de campanhas de arregimentação, divulgando a necessidade da organização, mas criticava a utilização de falsos atrativos assistenciais. O operário deveria participar voluntariamente do sindicato, impulsionado por sua consciência da condição operária e não pelo interesse nos benefícios de que poderia usufruir.

Lamentava-se muito constantemente a ausência dos associados nas assembléias, remetendo-se à lembrança das lutas memoráveis do passado e do papel histórico de categorias combativas nas duas primeiras décadas do século. Os chapeleiros, por exemplo, que foram "vanguarda do movimento operário", estavam divididos, em 1927, nas disputas com comunistas,

retardando sua reorganização:

> "A nossa classe, devido ao seu indiferentismo, vai perdendo as melhorias adquiridas à custa de grandes sacrificios dos velhos componentes do grêmio, em parte devido ao grande número de aprendizes e de indivíduos sem capacidade técnica, arvorados em mestres, sendo, na sua maioria, analfabetos e que nos movimentos da classe foram crumiros e hoje puxam o badalo dos industriais, ignorando, portanto, os grandes sacrificios empregados por outrem. Os novos aprendizes ignoram as lutas travadas para se adquirir a jornada de 8 horas de trabalho e os aumentos de salários, deixando-se explorar e agravar a sua situação de novos escravos, malbaratando a mão de obra.
>
> É necessário, portanto, agruparem-se, incorporarem-se às forças dos operários que trabalham na manufatura dos chapéus, deixando de lado as paixões e as questiúnculas individuais." ([127])

As causas da falta de mobilização eram atribuídas principalmente à falta de consciência dos próprios trabalhadores, que gerava a ilusão de solução de seus problemas pela via parlamentar, com a mediação de partidos políticos, com a elaboração de leis sociais e a fiscalização de órgãos governamentais. Também eram citadas a acomodação e o medo às perseguições policiais.

Alguns sindicatos chegavam a radicalizar suas atitudes frente à ausência de seus associados, como ocorreu com o dos canteiros cuja comissão executiva anunciou o fechamento de suas portas caso não houvesse comparecimento na assembléia, entregando seus bens a quem julgasse conveniente. ([128])

As assembléias lotadas eram, por outro lado, símbolo de vitalidade, de reafirmação dos ideais, sendo enaltecidas pela demonstração da consciência operária, como ocorria durante os movimentos grevistas, expressão, além do desejo de melhoria econômica, da firmeza moral dos trabalhadores. As greves no momento de sua eclosão auxiliavam o afluxo de operários ao sindicato, que saía robustecido quando atendidas as reivindicações, mas quando fracassava o movimento ou quando se desencadeava a perseguição aos grevistas, esvaziavam-se as reuniões.

A pressão contra trabalhadores que rompiam a solidariedade no decorrer da greve ou na garantia das conquistas no interior da empresa era muito mais contundente. Eram duramente repelidos do convívio cotidiano estes trabalhadores chamados "crumiros" e "lacaios do patronato". Esta situação constatou-se em 1932, quando alguns sapateiros se pronunciaram a respeito da solidariedade na fábrica e no sindicato frente a um operário que havia furado uma greve:

---

[127] Marques, José Sarmento. "Um caloroso apelo à classe para que retome a sua atividade em prol de seus direitos". *A Plebe*. São Paulo, 12 mar. 1927, n. 247, p. 3.

[128] "União dos Canteiros de São Paulo", *A Plebe*. São Paulo, 24 nov. 1934, n. 76, p. 3.

"Foi o caso de haver sido contratado para trabalhar na Casa Pantaleão Nicollete um conhecido **crumiro**, Alfredo Boscallo, indivíduo de caráter reacionário, que por diversas vezes furou greves, prestando-se ao infame papel de lacaio do patronato.

Os companheiros dessa casa imediatamente se reuniram e deliberaram paralisar o trabalho, caso esse operário fosse ali trabalhar.

Diante da enérgica atitude dos companheiros, o industrial concordou em prescindir do mesmo. Companheiros! Alerta contra esse e todos os que pretendem atraiçoar-nos." ([129])

Posteriormente, após discussão em assembléia da União, foi suspenso o boicote contra o traidor, que se processava através do impedimento deste trabalhar em outras oficinas.

Choques com as correntes antagônicas

Os conflitos constantes eram a expressão da concorrência ideológica no interior do sindicato, com denúncias que abarcavam desde acusações de desorganização da categoria pelos adversários e fracasso das greves até campanhas de difamação e lutas corporais nas assembléias, com feridos e mortos.

Apesar de haver momentos de colaboração em comitês conjuntos, estes ocorriam com muito menor freqüência. Em torno do Comitê Pró-Lei de Férias, em 1927, houve reunião, em São Paulo, de comunistas, anarquistas e socialistas, união esta que só voltou a ocorrer de modo mais duradouro, em 1934, diante da ameaça fascista nos confrontos com integralistas. O encontro de diferentes sindicatos ocorreu também no Comitê de Reorganização Sindical em novembro de 1930, para reativação do movimento operário; porém, na própria reunião, as divergências vieram à tona, dividindo-se as tendências em diferentes federações.

As relações dos anarquistas com a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) de São Paulo, em fevereiro de 1927, eram de apoio à "esquerda sindicalista", composta por antigos militantes. Segundo os anarquistas, *O Trabalhador Gráfico*, órgão do sindicato, havia sido transformado em "jornal bolchevique com todos os vícios da cegueira sectária" ([130]) Em julho do mesmo ano a nova Comissão Executiva dos gráficos estava também composta por membros do PCB.

Com os trotskistas na direção da UTG, em 1931, houve uma aliança momentânea,

---

[129] "União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas de S. Paulo". *A Plebe*. São Paulo, 9 jun. 1934, n. 64, p. 3.

[130] "Cegueira Sectária". *A Plebe*. São Paulo, 14 maio 1927, n. 251, p. 2.

participando este sindicato da reorganização da FOSP, aliança permeada intensamente pelo conflito, na medida em que os trotskistas apontavam para a aproximação com as práticas do PCB, tendo como resposta a negativa dos anarquistas. O episódio foi marcado por acirrada disputa, culminando com a expulsão da UTG do seio da FOSP. As acusações referiam-se às propostas, formuladas pelos delegados da UTG, de filiação à CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), reconhecimento do PCB, convocação da Constituinte, desautorização da FOSP em greve de tecelões e acusações à mesma pedindo a demissão de sua direção. Segundo o secretário geral da FOSP, o principal agente desta campanha de difamação era Plínio Mello:

> "assistiu a um comício no Ipiranga, onde no dia anterior, havia estado como delegado da Federação, aconselhando os trabalhadores a não terem em conta as deliberações da 'Federação Operária de São Paulo', e que aderissem ao Partido Comunista, único que orientava as mesmas em torno da luta de classes, enquanto a F.O.S.P. era composta de trabalhadores a serviço da polícia e da Legião Revolucionária. (...) E, como se estas provas não bastassem, em nome da U.T.G. foi feita uma sugestão às Comissões Executivas dos Sindicatos, para uma reunião na sede da mesma, a fim de demitir a C.E. da F.O.S.P." ([131])

No sindicato dos garçons de São Paulo - A Internacional - cuja comissão executiva seguia orientação anarquista, com Vitor M. Saavedra, ocorreram conflitos com o jornal do sindicado - *O Internacional* - dirigido por Apolinário José Alves desde 1925. Em fevereiro de 1928, o grupo editor do referido jornal venceu eleição para a direção do sindicato contra o anarco-sindicalista Saavedra que fundou outra associação denominada Centro dos Copeiros Cosmopolita. Em 1932 foi reorganizada a União dos Empregados em Cafés, competindo com a Internacional de orientação comunista.

No sindicato da mesma categoria de Santos, entretanto, a situação se inverteu quando os anarquistas expulsaram do Centro Internacional o comunista João Freire de Oliveira. Os anarquistas criaram o jornal *A Verdade*, órgão dos empregados da categoria e venceram as eleições a 7 de fevereiro de 1927, concentrando-se os comunistas no Centro Cosmopolita. Em fevereiro de 1931, os dois centros foram fundidos, sob orientação libertária. ([132])

No Rio de Janeiro, em 1928, a disputa entre anarquistas e comunistas adquiriu um contorno trágico com a morte de dois operários. Numa série de conferências de propaganda do candidato Azevedo Lima, do BOC (Bloco Operário e Camponês), foram feitos apartes pelo

---

[131] *Ata do plenário da Federação Operária de São Paulo*, realizado no dia 4 de agosto de 1931. In: RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976, p. 330-331.

[132] DULLES, John. op. cit., p. 262.

anarquistas José Oiticica e Florentino de Carvalho, com ataques recíprocos. Em conferência realizada na sede da UOFT (União dos Operários em Fábricas de Tecidos), o candidato aproveitou para dirigir ataques a Joaquim Pereira de Oliveira, presidente do referido sindicato, acusando-o de ser agente da polícia.

Foi marcada nova reunião na sede da UTG carioca, "quartel general do PCB", para esclarecer as acusações. Apresentadas as provas contra o acusado, no momento em que este iria fazer sua defesa, instalou-se a confusão, a qual, segundo testemunho de militantes libertários, entre eles, Pedro Catalo, teria por alvo dois operários anarquistas:

> "Demais, era ideal a ocasião para saciarem seus ódios contra dois anarquistas que lhes têm barrado os manhosos passos entre os sapateiros e os de construção civil: Antonino Dominguez e José Leite.
>
> Assim, mal Pereira de Oliveira pediu a palavra, promoveram os comunistas a algazarra e logo um bolchevista desfechou os tiros contra Antonino Dominguez, enquanto outro comunista que fugiu, disparava sua arma contra o Leite. Este abaixou-se, rapidamente, e o tiro foi apanhar o comunista Damião." ([133])

Os dois setores dos sapateiros e da construção civil, eram dominados pelos anarquistas em conflito com os comunistas que fundaram sindicatos concorrentes.

Estes são alguns exemplos dos atritos que ocorriam cotidianamente nos sindicatos, marcando a irredutibilidade dos anarquistas frente às alianças sob a égide do PCB. No final dos anos 20, os comunistas adotaram a prática da formação de sindicatos paralelos àqueles que tinham predominância de outras correntes. Na medida em que não obtiveram sucesso no controle da maioria dos sindicatos, optaram pela atuação naqueles já constituídos e, depois, nos sindicatos oficiais, através de minorias.

Em vários sindicatos anarquistas, os comunistas participavam das assembléias, propondo alterações nos estatutos, principalmente nos artigos que diziam respeito à participação dos sindicatos em manifestações políticas, insistindo nesta transformação mesmo após votação contrária dos trabalhadores. Esta atitude repetiu-se nas uniões dos sapateiros tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro, sendo os comunistas rechaçados das reuniões. Passaram então a fazer acusações - caluniosas, segundo os libertários - que atingiam os membros das comissões executivas.

A FOSP também era freqüentemente procurada para que ingressasse nas frentes únicas

---

[133] Depoimento de Pedro Catalo In: RODRIGUES, Edgar. *Op. cit.*, p. 299.

dirigidas pelo PCB. Apesar do alinhamento de alguns sindicatos à orientação comunista, ainda em 1932, os anarquistas reafirmavam sua predominância em São Paulo:

> "Ainda há poucos dias, dois elementos que, por quererem arrastar as organizações operárias ao terreno da política, desligaram-se da Federação, juntamente com a organização que representavam e que à revelia da maioria dos trabalhadores da classe passou a obedecer às ordens de determinada facção partidária. (...)
>
> Para S. Paulo a resposta está sendo dada pelos próprios trabalhadores que diariamente acorrem aos sindicatos filiados à Federação Operária de S. Paulo, enquanto eles, divisionistas, são obrigados a pôr a descoberto suas tolas patranhas, como aconteceu no tal Comitê de frente única sindical, integrado, segundo eles, por três associações operárias e desmentidos publicamente por uma delas, que nos próprios jornais do tal Comitê, exigiu fosse inserido seu protesto pela inclusão, à revelia da Comissão Executiva e dos associados, no nome da organização como partícipe da farsa que estão representando." ([134])

Em outros sindicatos os comunistas obtiveram sucesso com a mudança de orientação, a qual, na versão anarquista, teria sido manipulada, como ocorreu com os motoristas cujo sindicato passou em 1933 ao controle do PCB, estando no ano seguinte alinhado ao Ministério do Trabalho:

> "No dia 30 do passado, realizou-se uma reunião, convocada pelos dirigentes da União Sindical dos Profissionais do Volante a que assistiram pouco mais de 30 sócios e outros tantos políticos vermelhos, especialmente convidados.
>
> À meia noite, quando dos poucos sócios que havia, se retirou a maioria, um indivíduo que umas vezes se apresenta como tecelão, outras como Ferroviário e ontem foi apresentado como Chauffeur, propôs que se respondesse a uma circular da Federação Operária, em que esta entidade exigia o abandono da atitude dúbia da Comissão Executiva e uma definição de posições.
>
> Apesar dos protestos dos sócios, a proposta, aprovada pelo secretário da corporação, foi aprovada e por 15 votos contra 10, se acordou o desligamento da União Sindical dos Profissionais do Volante, da FOSP." ([135])

Havia disputas também com outras orientações, como católicos, tenentistas e integralistas que penetravam em determinados sindicatos mais afeitos a seus princípios, sem no entanto travarem disputa acirrada como acontecia com anarquistas, comunistas e trotskistas.

Os atritos dos anarquistas com as primeiras correntes citadas eram menos freqüentes, havendo algumas denúncias, por exemplo, da Federação Operária do Rio Grande do Sul que acusava o Círculo Operário Católico de orientar os sindicatos que haviam se oficializado a não devolverem suas cartas de reconhecimento, contra a indicação feita pela federação.

---

[134] "Federação Operária de S. Paulo - Nota oficial". *A Plebe*. São Paulo, 31 dez. 1932, n. 6, p. 4.

[135] "Os Profissionais do Volante desligam-se da Federação Operária". *O Trabalhador*. São Paulo, mar. 1933, n. 3, p. 4.

Quanto aos tenentistas, estes influenciavam a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) de São Paulo, sindicato disputado por comportar a categoria mais numerosa da cidade. A influência ocorria através de seu secretário geral, José Righetti, ex-militante anarquista que se aproximara de Miguel Costa desde a eclosão dos movimentos tenentistas. A numerosa classe sofre o assédio de comunistas e anarquistas que criam núcleos no interior do sindicato, sendo estabelecidos acordos momentâneos. Os vidreiros libertários que tinham sua sede no mesmo local da UOFT foram expulsos em fevereiro de 1933 e, no final do mesmo ano, os tecelões, ainda sob orientação tenentista perdem seu prédio, transferindo-se para a sede da FOSP.

Contra os integralistas houve denúncias de sua penetração em sindicatos de operários da construção civil no Recife, em 1933, e em Poços de Caldas, em 1935, embora ocorresse sua expulsão em outras associações.

Os atritos com o patronato

As estratégias adotadas pelos anarquistas através da **ação direta** sobre os empregadores mostra-se por vezes facilitada nas pequenas empresas, como padarias e fábricas de sapatos. Nas greves, quando o conflito se revelava ao público, como recurso extremo da pressão operária, muitos destes pequenos estabelecimentos cediam às condições pleiteadas pelos trabalhadores. Porém, com o tempo, os proprietários passaram a se reunir em associações, com o objetivo de obter resultados mais eficazes na ação conjunta. Com a elaboração de listas negras, o empresariado criava mecanismos de desmobilização dos operários, como ocorreu com os canteiros cujos patrões pretendiam implantar carteiras de identificação, em 1927, controle recusado pelos trabalhadores em pedras. Outros recursos eram o *lock-out*, as demissões em massa e a contratação de empregados em outras cidades, estratégias que foram utilizadas sucessivamente e de modo coordenado pelo patronato na década de 30.

A atitude dos patrões estava intimamente vinculada com a ação policial e estatal, tanto no enfrentamento das greves, com o recurso antecipado da proteção do patrimônio, como na elaboração de medidas legislativas que encontravam resistência, abrindo-se canais para a exposição de seus interesses.

Os sindicatos, por sua vez, procuravam criar táticas que rompessem com as forças do patronato. Assim, em São Paulo, os garçons da União dos Empregados em Cafés, a partir do

levantamento junto aos associados, propôs-se a denunciar publicamente as casas em que o turno de 8 horas de trabalho não fosse respeitado. Esta atitude foi tomada frente aos donos de cafés, bares e leiterias que procuravam classificá-los como "domésticos" como subterfúgio para escapar à obrigatoriedade da jornada de 8 horas para o comércio, em 1933.

Os padeiros, fundados na maior coesão da categoria, puseram em prática, sem o auxílio da fiscalização estatal, a implementação das 8 horas garantidas por lei, mas não cumpridas. Este é um dos exemplos mais eficazes da estratégia anarquista da ação direta no enfrentamento do empregador:

> "Na Padaria Avenida, rua Augusta, 453, de propriedade da firma Fernandes & Sobrinho, os operários padeiros, apoiados na lei de 8 horas, organizaram o serviço e começaram a gozar o benefício dessa lei, por conta própria, vendo que nem o patrão nem o malfadado Ministério do Trabalho se preocupavam em chegar de uma vez para sempre, depois de 3 anos que foi decretada essa lei, a fazê-la cumprir. (...)
>
> O burguês chamou a polícia, a polícia foi lá, mas os trabalhadores conscientes, não se deram por achados, e a polícia bateu... em retirada." ([136])

Mesmo no ano de 1936 em que havia repressão intensa aos operários e sindicatos, os padeiros ainda conseguiram pressionar os patrões pelo cumprimento da tabela de salário mínimo, estabelecido em acordo mútuo. A falta de fidelidade à própria palavra foi questionada pelos empregados:

> "Os companheiros que trabalham na Padaria Paulista foram obrigados a abandonar o trabalho, no mês passado, para não se submeterem a uma ambiciosa manobra dos seus patrões, que, tendo assinado há tempos com a nossa organização de classe um compromisso em que se prometia respeitar a tabela de salário mínimo que lhe foi apresentada e com a qual eles concordaram, agora, desrespeitando esse compromisso, pretendem reduzir os salários e o pessoal que ali trabalhava.
>
> Esse fato vem demonstrar, aos trabalhadores que os industriais colocam sempre as suas ambições acima da sua palavra, de sua moral, e dos direitos dos seus empregados." ([137])

Assim, a ação anarquista parte de uma imagem pré-concebida do patrão em seu egoísmo e ganância a qual é fundada em interesses de classe. A citação destes conflitos servia para a demonstração das teses anarquistas da eficácia da ação direta frente à ilusão da fiscalização estatal e do atrelamento entre Estado e capital.

---

[136] Um padeiro. "Por causa da Lei de 8 horas". *A Plebe*. São Paulo, 2 dez. 1933, n. 48, p. 4.
[137] "Com a padaria paulista". *O Trabalhador Padeiro*. São Paulo, 25 mar. 1936, n. 6, p. 1.

Sobrevivência econômica dos sindicatos

A manutenção financeira dos sindicatos era obtida através de um esforço constante de mobilização por meio de festivais, rifas, leilões etc.. As taxas cobradas não eram suficientes, principalmente se considerarmos o reduzido número de trabalhadores existentes em algumas categorias, além do fato de que as contribuições eram efetuadas apenas por aqueles que se associavam espontaneamente e que mantinham assiduidade à sede sindical.

A Federação era sustentada pelo repasse de fundos provenientes dos sindicatos filiados. O prédio da federação abrigava vários sindicatos devido à redução dos custos e à existência de um salão propício para a realização de assembléias. A mesma aglutinação de associações num único prédio também ocorria com outras tendências sindicais, inclusive as oficiais.

Assim, a FOSP - que mudou de sede quatro vezes de 1931 a 1935, mas sempre em endereços da região central da cidade ([138]) - carregou consigo a transferência de vários sindicatos: chapeleiros, metalúrgicos, sapateiros, padeiros, trabalhadores em construção civil, em cafés, em fábricas de bebidas, em fábricas de botões e em frigoríficos. Alguns tinham sede própria, mudando provisoriamente para a sede da FOSP nos momentos de transferência de prédio, como o dos canteiros, motoristas, trabalhadores da Light, vidreiros. O dos padeiros compartilhava a sede da FOSP mas tinha uma sucursal no Brás.

Os salões, em geral no Brás, eram alugados para a realização de grandes assembléias ou festivais que necessitavam de espaço mais amplo do que o salão da Federação.

Diferentemente dos sindicatos paulistas que alugavam suas sedes, a Liga Operária de Pelotas, fundada em 1889 e seguindo orientação anarquista desde 1906, estava instalada em prédio próprio. As disputas, segundo sua direção, giravam tanto em torno do domínio do operariado local quanto em torno da posse do imóvel. Surgem na cidade, em 1933, propagandistas do PCB, denominados "apaniguados do Ministério do Trabalho, de parceria com os vermelhos de Moscou", aos quais os libertários ofereceram resistência, repelindo a mudança de orientação:

> "A prisão da Diretoria da Liga Operária de Pelotas nos obriga a fazer esclarecimentos para desfazer a mistificação grosseira em torno do caso, feita pelos interessados em introduzir nas organizações operárias a política partidária. A Liga Operária de Pelotas, possui há mais de 30 anos um amplo prédio, no coração daquela

[138] Em 1931, estava sediada à R. Irmã Simpliciana, 7-A, sobrado; em 1932 na R. Barão de Paranapiacaba, 4, sala 7, 1° andar; entre de julho de 1932 a maio de 1935 localiza-se à R. Quintino Bocaiúva, 80 e, no intervalo entre maio de 1935 a novembro de 1937, muda-se para a Praça da Sé, 39, salas 9 e 10, sobrado.

> cidade, à rua 15 de Novembro, próximo à Praça da República (centro da cidade), sendo portanto um prédio atualmente avaliado em quase cem contos de réis.
>
> Essa entidade operária por conservar-se fiel aos princípios anti-políticos da antiga Federação Operária do Rio Grande do Sul (não a que fundaram os sindicalizadores oficiais) e pelo valor do seu prédio tem sofrido vários assaltos, pois a 1° de Maio último formaram os srs. sindicalistas oficiais uma comissão de 100 pessoas para tomá-la à força, mas como a diretoria da Liga tivesse sido avisada a tempo os tais comissionados foram recebidos por igual número deixando-os verdadeiramente desconcertados." ([139])

Era então patrimônio desta liga libertária tanto sua história de luta e resistência quanto o prédio que abrigava o sindicato e que garantia sua permanência material. A diretoria da liga acabou sendo detida e enviada para Porto Alegre, sob a alegação de ser anarquista e de não permitir os componentes da Frente Sindicalista como sócios.

Resistência ao sindicalismo oficial

Os sindicatos oficiais, pelas garantias com que acenavam aos trabalhadores, representavam séria concorrência para a militância anarquista. Além dos benefícios prometidos, o uso de ameaças também foi utilizado para pressionar os trabalhadores de São Paulo a se afastarem das idéias ditas "subversivas". Alguns, mais atrevidos, chegaram a vaiar o ministro do Trabalho em 1932, recusando-se a aceitar o enquadramento de suas associações ao controle do Estado.

Com o objetivo de fugir às perseguições, criaram-se sindicatos oficiais com estruturas e títulos semelhantes aos libertários, fato que provocou certa confusão junto aos trabalhadores. *A Plebe* chegou a denunciar tais organizações, classificando-as de "Pseudo-Federações" articuladas como uma "surda manobra" daqueles que pretendiam ludibriar os trabalhadores brasileiros:

> "Os mistificadores do proletariado, querendo aproveitar-se do nome das verdadeiras organizações operárias estão dando por constituídas em todos os Estados pseudas-Federações [sic] que denominam 'Federação Operária'. Este processo tem motivado sérias consultas à Federação Operária de São Paulo, sobre o caráter das mesmas, pois os anúncios as dão como aderentes ao Ministério do Trabalho. A este respeito e para conhecimento de todos os trabalhadores, a Federação Operária de São Paulo declara que o nome de FEDERAÇÃO OPERÁRIA, corresponde às organizações que se regem pelo princípio do Sindicalismo Revolucionário e que o uso feito do mesmo nome no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em outros Estados para entidades anti-proletárias, é uma surda manobra com que se pretende ludibriar aos trabalhadores de aqueles estados e de todo o país." ([140])

---

[139] Martins, Orlando (O secretário). "Ainda o caso da liga operária de Pelotas". *A Plebe*. São Paulo, 16 set. 1933, n. 40, p. 3.

[140] "Federação Operária de São Paulo - Nota oficial". *A Plebe*, São Paulo, 14 jan. 1933, n. 8, p. 4.

A denominação citada tornou-se "marca registrada" nas federações estaduais anarquistas (como a FOSP, FORJ, FORGS, Federação Operária do Paraná e a do Pará, entre aquelas que apresentam atuação no período pesquisado), embora não houvesse outro elo de ligação com esta ideologia, além da tradição. Federações com diferentes orientações utilizavam títulos como o de federação regional do trabalho, trabalhista, proletária, sindical etc..

No Rio Grande do Sul, quando a FORGS foi tomada pelos sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho, e depois pelos comunistas, os anarquistas refugiaram-se na Federação Operária de Porto Alegre, criando também grupos alternativos, como a Federação Local dos Núcleos Operários Anti-Políticos, em 1933, e a União Geral dos Trabalhadores, no mesmo ano. Já no Paraná, a Federação Operária local anarquista aderiu ao reconhecimento oficial em 1934.

Nos sindicatos, o problema ocorreu quanto à instabilidade das denominações adotadas, alterações que correspondiam muitas vezes à descontinuidade de suas atividades. Utilizavam-se de títulos como sindicato, união, liga, associação, aliança, centro e sociedade, heranças das fases mutualista e beneficente que teriam precedido a constituição do sindicalismo combativo, conforme é apontado por José Albertino Rodrigues ([141]).

Tal transformação ocorreu, por exemplo, com a União dos Chapeleiros que mudou seu título para Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Chapéus, substituindo, por vezes, a palavra trabalhadores por operários. Quando surge, no final de 1932, o Sindicato dos Chapeleiros de São Paulo, como órgão oficial, os próprios informes do sindicato no jornal *A Plebe* utilizaram o título oficial, retificando a confusão em seguida.

Mencionamos esta confusão de títulos que, à primeira vista, pode parecer apenas uma questão nominalista, para demonstrar a pluralidade de associações sindicais existentes no período, e que foram ampliadas com a criação dos órgãos oficiais. Muitos dos sindicatos criados pelo Ministério do Trabalho eram acusados de falta de representatividade, enquanto outros eram dirigidos por indivíduos que sequer pertenciam à categoria. Ambas as circunstâncias ocorreram, por exemplo, com um sindicato de tecelões, criado em janeiro de 1933, com apenas 140 sócios e que era dirigido por um dono de pensão para competir com a UOFT (União dos Operários em Fábricas de Tecidos). ([142])

O artificialismo dos sindicatos oficiais era denunciado pela libertária União dos

---

[141] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968, p. 29-30.
[142] Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930/45*. São Paulo, Tese de Doutoramento apresentada na FFLCH da USP, 1979, p. 222.

Trabalhadores da Light (UTL) de São Paulo, contrastado com o seu penoso processo de formação, que conseguiu reunir em assembléias, no ano de 1931, mais de 3.000 operários, apesar dos obstáculos colocados pela empresa e pelo governo estadual. Estes, apesar de enfrentar o "divisionismo" de outras correntes políticas em seu interior e invasões policiais, conseguiram a adesão de novos sócios. Frente a esta demonstração de energia operária, a UTL contestou a efetividade de sua concorrente oficial:

> "Surgido do Palácio das Indústrias, o comunicado da existência do 'Sindicato de Tração, Força e Luz', a imprensa o publicou sem maiores averiguações como faz com todo comunicado do Departamento do Trabalho, crente da seriedade e responsabilidade desta instituição oficial. (...)
>
> Demonstrado como se fundou a União dos T. da Light e a trajetória que segue, perguntamos aos informantes do Ministro: Quantos trabalhadores são fundadores do Sindicato dos Operários em Tração e Força? Donde está a sede? Quem elegeu a Comissão Executiva?" ([143])

A partir de 1934, apesar da persistência dos anarquistas em manter sindicatos livres, várias associações optam pela via oficial, como ocorre com os gráficos liderados pelos trotskistas. O principal fator que motivou a mudança de rumo foi o condicionamento do gozo das férias ao trabalhador associado a sindicato reconhecido. No ano seguinte o afluxo às associações livres foi retomado, alimentado pela desilusão com os prometidos benefícios.

A coexistência dos sindicatos independentes sob diversas orientações, anarquistas, comunistas, trotskistas, católicos, beneficentes e outros, com os sindicatos oficiais pode ser verificada nas tabelas em que procuramos levantar a multiplicidade destas tendências no meio sindical:

---

[143] "Aos trabalhadores e à opinião pública em geral".*O Trabalhador da Light*. São Paulo, jan.1934, n.2,p.2.

SINDICATOS INDEPENDENTES E SINDICATOS OFICIAIS - SÃO PAULO - CAPITAL: 1927 - 1937 ([144])

	CATEGORIA	SINDICATOS INDEPENDENTES	tendência	fundação	período		SINDICATOS OFICIAIS	fundação	reconhec
1	**ALIMENTAÇÃO**	Sind dos Ops em Moinhos e Similares			34	=?	[Sind dos Trabs em Moinhos e Sims]	[36]	
	Trabalhadores em Moinhos	Sind dos Trabs em Armazéns e Moinhos	anarq	r. 32	32				
	Padeiros	Sind Manips de Pão e Anexos Confs-SMP	anarq	r. 16-11-30	30-35-37				
	Entregadores de pão	União Beneficente dos Emps em Padarias		f. 11-18	27-31-36				
	Macarroneiros						Sind dos Ops Macarroneiros de SP	30-4-33	8-9-33
	Trabs em Fábricas de Chocolates	(anexo ao Sind dos Manips de Pão)	anarq		33		[Sind dos Ops em Fabricação de Bombons e Chocolates]	[36]	
	Trabs em Fabs Bebidas	Sind/União dos Trabs em Fábs de Bebidas	anarq	r. [5] 32	32	=?	Sind dos Ops em Fabricação de Bebidas	3-3-33	29-9-33
	Trab em Frigoríficos	Sind dos Ops em Frigoríficos e Anexos	anarq	f.. 11-32	32-33	x?	Sind dos Trabs em Frigoríficos	11-2-32	27-5-33
	Trabs em Fabs de Laticínios						Soc dos Trabs na Fabricação de Laticínios	[37]	
2	**TÊXTIL e VESTUÁRIO**	União dos Ops em Fáb de Tecidos - UOFT	[soc/tenta]	f. 1917	27-35	x	Sind dos Ops em Fiação e Tecelagem SP	8-1-33	19-5-34
	Tecelões	Núcleo Sindicalista de Trabalhadores em	anarq	f. 1927	27		Sind dos Ops em Fiação e Tec. de Juta	15-4-34	25-2-34
		Fábricas de Tecidos					[Sind dos Ops em Fiação e Tec de Seda]	[37]	
							[Sind dos Ops em Fábs de Meias]	[37]	
							[Sind dos Trabs em Malharia]	[37]	
	Alfaiates	Sind dos Trabs. em Alfaiatarias			31				
		União dos Alfaiates e Anexos	anarq/com?	r.4-31/f.5-33	31/33-35				
		União Sindical dos Alfaiates			34				
		União dos Alfaiates do ESP (37:fusão c/:		f. 6-34	34/35-37				
		Consórcio Profis Coop Un Alfaiates SP)			37				
	Sapateiros	Un Artífices em Calçados e Classes Anexas	anarq	f. 5-8-17	27-35	x	Sind dos Ops Sapateiros	8-1-33	27-6-33
		Associção Auxiliadora em Calçados	infl com	f. 1927	27-28				
	Chapeleiros	União/ Sind Ops em Fab de Chapéus	anarq	f1904.r12-30	27-34	x	Sind Chapeleiro do ESP	24-1-32	30-12-32
	Costureiros	Sind dos Ops, Costs e Bordadeiras ESP		26-2-35	35		[Sind dos Artífices em Costura]	34	
		Assoc Brasileira das Costureiras		f. 9-31	31		[Sind das Costureiras e Bordadeiras]	35	
		União dos Costureiros e Costureiras deSP		f. 3-3-34	34				
	Trabs Fáb Botões e Pentes	União Ops Fábs de Botões, Pentes e Sims	anarq	f. 1932	32-33				
3	**PRODUTOS LIMPEZA**	Sind dos Trabs em Fábs de Velas, Óleo,	anarq	reog. 32	32				
	Trab Fáb Vela, Óleo e Sabão	Sabão e Sims							
4	**MADEIRA / PAPEL**	Sind Católico dos Artífices de Madeira	católico	f. 27-12-34	34		Sind dos Marceneiros, Carpinteiros e Sims	5-2-33	24-5-33
	Marceneiros e Carpinteiros	União dos Trabs em Marcenarias	[anarq]	[f. 3-23]	27		[Sind dos Ops em Madeiras]	[37]	
	Trabs Fáb Vassouras e Vime	União dos Ops em Fábrs de Vassouras,	[anarq]	r. 11-32	32				
		Artesanatos de Vime e Anexos							
	Trabs em Fáb Papel						[Sind dos Ops em Fábr de Papel e Sims]	[37]	

[144] Quadro elaborado a partir de modelo utilizado por Maria Hermínia Tavares de Almeida. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930-45*. São Paulo, Tese (Doutorado) FFLCH, USP, 1979. Fontes: *A Plebe*. São Paulo, 1927, 1932-35, *O Trabalhador*. São Paulo, 1931-33 e *O Estado de S. Paulo*, 1927-37.

	CATEGORIA	SINDICATOS INDEPENDENTES	tendência	fundação	período		SINDICATOS OFICIAIS	fundação	reconhec
5	**METALURGIA** Metalúrgicos	União dos Operários Metalúrgicos - UOM União dos Trabs da Ind Metalúrgica	anarq [com]	1919	30-35 31	x	Sind dos Operários Metalúrgicos	27-12-32	1-6-33
6	**VIDROS e CERÂMICAS** Vidreiros	União/Sind Tr/Op Fábr Vidros/Vidreiros [Centro dos Vidreiros]	anarq com	f.19 /r.11-30	30-34 32	x	Sind dos Operários Vidreiros	10-1-33	18-5-33
	Ceramistas	Sind dos Trabs em Cerâmica e Anexos	anarq/tenet[a]	f. 32	32/33		Sind dos Ops Ceramistas	6-1-32	24-6-33
	Ladrilheiros	União dos Ops Ladrilheiros	anarq	[f. 1906]	31-32		Sind dos Ops Ladrilheiros	14-5-33	6-10-34
	Oleiros	Soc dos Oleiros deSP			33				
7	**CONSTR CIVIL/PEDRA** Trabs em Construção Civil	Liga Op da Construção Civil - LOCC União Benefic dos Trabs em Constr Civil	anarq benef	f. 13-4-19	31-35-37 32	x	Un/Sind dos Ops na Construção Civil	1-5-34	17-7-34
	Canteiros	União dos Canteiros e Cls Anexas Assoc Mútua dos Canteiros	anarq/com mutual	f. 1907 f. 1927	27/34	x	?Sind dos Trabs em Granito e Mármores	35	
	Pintores	Sind dos Oficiais de Pintura	[com]	f. 9-34	34				
	Calceteiros	Sind dos Ops Calceteiros e Sims			34-35				
	?Modeladores (pedra?)	União dos Ops Modeladores	infl com		31				
8	**BORRACHA**	Sind dos Emps em Artefatos de Borracha			33				
9	**FUMO**	União dos Trabs em Fábrica de Fumo	anarq 31	f. 19/r. 31	31-32				
10	**QUÍMICA/ FARMÁCIA** Farmacêuticos	União Médica Farmacêutica Sind dos Auxs de Farmácia e Drogarias Ass dos Oficiais e Práticos de Farmácia			33 33 31	=?	Sind Auxs em Farmácia, Drogarias e Laboratórios		18-5-33
	Químicos						Sind dos Químicos [Sind Ops Fabricação de Prods Quím-Inds]	[37]	5-33
11	**COMÉRCIO** Comerciários	União dos Emps do Comércio Assoc dos Emps no Comércio de SP Soc Humanit dos Empregs no Com SP Ass Paulista Emps no Comércio de SP União dos Vendedores e Viajantes de SP Sind Un dos Comerciários		f. 11-2-17 f. 18-11-88	31 27-31-37 27-33-36 27 31 36-37	=?	Un/ Sind dos Emps do Comércio	5-12-32	17-5-33
	Empregs em Hotéis, Restaurantes, Cafés eBarer	União Benef dos Emps em Hotéis e Sims União dos Empregados em Cafés Centro dos Copeiros Cosmopolita	com anarq anarq	[f. 1922] [f. 1922] [f. 1928]	27-35-37 32-33 28		Sind [Único] Emps Hots, Rests, Cafés Sims	23-3-33	13-4-33
	Empreg Comerc Ferragens	Sind Emps do Com e Varejo de Ferragens			33				
	Jornaleiros	União dos Vendedores de Jornais e Revistas		f. 3-33	33		Sind Vends e Distribs Jornais e Revistas	2-9-33	26-1-34
	Açougueiros	União/ Sind Central dos Açougueiros			34		Sind dos Emps em Açougues		21-12-36
	Vendedores Ambulantes	União/Sind dos Vendedores Ambulantes Sind dos Vendedores Pracistas União Paulista Vendedores Ambs de Leite	anarq31-32		31-32 34 31-32				
	Feirantes	Sind dos Feirantes			35				

	CATEGORIA	SINDICATOS INDEPENDENTES	tendência	fundação	período		SINDICATOS OFICIAIS	fundação	reconhec
12	**ENERGIA** Trabs em Força e Luz	União dos Trabs da Light - UTL Assoc Benef dos Emps da Light Sind dos Trabs em Eletricidade	anarq benef	f. 29-11-30 f. 2-1-16	31-34 31 37	=	União dos Trabalhadores da Light Sind dos Operários de Tração, Luz e Força Centro Op de Transp Passgs e Serv Público	12-6-34 8- 6-33 [6-33]	22-9-34 26-5-34
	Trabs Fabricação de Gás	[Sind dos Emps da Cia. de Gás]			33		Sind. dos Ops na Fabricação de Gás	22-1-33	27-6-33
	Carvoeiros						[Sind dos Carvoeiros e Sims]	[36]	
13	**TRANSPORTE** Ferroviários	Sind. Ferroviário do Est de SP Sind. dos Empregs da Cia. Paulista E.F. Un Ops/Centro Ferrovs da S. P. Railway Centro Ideal Ferroviário de SP (Sorocab) Frente de Ação Ferrov da Sorocabana Oposição Sindl Ferrovs da Central do Br Assoc dos Ferroviários de SP Assoc de Auxs Mútuos da Central do Br	anarq31 infl. com benef infl com com	f. 24-4-31 f. 23-6-27 f. 1934	 31-34 31-34 27-33-37 35 34 27-33 28	=? x x	Sind. dos Ferroviários do Est de SP Sind. dos Ferroviários da S. P. Railway Sind. Emps e Ops da E. F. Noroeste do Br Sind dos Ferrovs da Sorocabana [Sind Unitivo Ferrovs da Central do Br] [Sind dos Ferrovs da E.F.Araraquara] Sind dos Ferrovs da Tramway Cantareira	 30-10-32 5- 2 -33 26-12-32 9- 34 [34] 8-12-32	17-10-31 29-12-32 14- 6 -33 14- 6 -33 13-10-33
	Motoristas	Soc Intern Benef Chauffeurs do ESP [Un]Sind dos Profs do Volante e Anexos Sind dos Condutores de Veículos Centro dos Motoristas de SP	benef anarq/com	f. 12-12-11 r. 11-32 f. 1-6-22	27-31-37 31-32/34 33 27-31-37	 =	Sind dos Condutores de Veículos	11-11-33	20-4-34
	Ensacadores de Café						Sind dos Ensacadores e Carregadores de Trapiches e Armazéns de Café	4-7-33	8-1-34
14	**COMUNICAÇÃO** Gráficos	União dos Trabs Gráficos - UTG Assoc dos Ops Gráficos União Benef dos Trabs Gráficos	anarq 7-27 com 27-30 trot 31-34 benef benef	f. 25-5-19 f. 27-6-29	27-34 29 30	=	Sind dos Trabalhadores Gráficos		23-10-35
	Trabs Editoras/Livrarias	Sind Emps Livrarias e Emps Editoriais			33				
	Jornalistas	Assoc Paulista de Imprensa Sind dos Jornalistas			33 33	 =	[Sind dos Jornalistas]	[4-37]	
	Telegrafistas						Sind dos Ops Telegrafs e Rádio Telegraf.	14-2-33	20-5-33
	Carteiros	Assoc dos Funcs Postais e Telegráficos Assoc Mútua dos Carteiros de SP	mutual	f. 13-10-10	27-37				
	Trabs em Teatro	União dos Maquinistas Teatrais Sind dos Trabs em Teatro em SP			33-35 35				
15	**SERVIÇOS** Trabs Tinturarias e Lavands	[Sind dos Ops em Tinturarias de roupas usadas]	[anarq]	f. 3-33	33		Sind dos Ops em Tinturaria, Lavanderia e Classes Anexas	[37]	
	Barbeiros	União dos Barbeiros e Cabeleireiros		r. 6-31	31		Sind dos Oficiais Barbeiros e Cabelereiros	17-4-32	19-4-33

	CATEGORIA	SINDICATOS INDEPENDENTES	tendência	fundação	período		SINDICATOS OFICIAIS	fundação	reconhec
16	**FINANCEIRO** Bancários	Ass dos Bancários de SP Ass dos Funcionários de Bancos do ESP	benef/com/ trotskista	f. 16-4-23	27/32/34 27-30	=	Ass/Sind dos Bancários de SP Sind dos Funcs Bancários [Sind dos Funcs Bancários "Syn-diké"]	16-4-23 1-10-34 35-36-37	20-8-34 25-4-37 2-9-35
	Contadores	Instituto da Ordem dos Contabilistas		f. 29-3-35	35-37		Sind dos Contadores de SP	26-1-33	14-6-33
	Corretores de Seguros						Sind dos Corretores de Seguro do ESP	26-9-34	6-10-34
	Empregados de Seguros						Sind dos Emps de Seguros de SP	6-5-33	3-7-33
17	**FUNCS PÚBLICOS**								
	Funcs Públicos	Ass dos Funcs Públs do ESP		f. 5-11-31	31-37				
	Funcs Municipais	Un dos Funcionários Municipais			27-30				
	Funcs da Justiça	Ass dos Serventuários da Justiça	oficial?		31-32				
	Trabs em Limpeza Pública	Un dos Trabs da Limpeza Pública	anarq	f. 20/r. 32	32				
	[Trabs em Cemitérios]						[Un dos Trabs em Cemitérios]	3-8-37	
	Trabs em Águas e Esgotos	[Sind dos Ops da Repartição de Águas e Esgotos]	[anarq]	[r. 26-1-33]	[33]				
18	**PROFIS LIBERAIS** Dentistas	Sind de Un dos Dentistas do ESP Un dos Dentistas Práticos Ass dos Cirurgiões Dentistas		f. 5-31	35 31-32 31				
	Engenheiros	Sind Central dos Engenheiros			33				
	Médicos	Sind Médico de SP	com	f. 2-10-34	34-35				
	Enfermeiros	Un dos Enfermeiros do ESP			27		[Sind dos Enfermeiros e Massagistas]	[34]	
	Parteiras	Ass das Parteiras de SP		f. 13-2-32	32	=	Sind das Parteiras de SP	7-34	12-35
19	**ARTISTAS**								
	Artistas	Ass dos Artistas de SP		f. 11-35	35				
	Músicos						Sind dos Músicos		6-33
20	**EDUCAÇÃO** Professores	Centro do Professorado Paulista - CPP Liga do Professorado Católico Centro do Magistério Livre do ESP (part) Ass Paulista dos Professores Secundários	cat	f. 19-3-30 [f. 11-35]	30-37 31-32 32-33	 =? =?	 [Sind dos Professores do Ensino Livre] [Sind dos Professores Secundários]	 [5-33] [11-35]	
21	**OUTROS** Funcionários de Cartórios	Ass Benef, Defensora e Recreat dos Funcs de Cartórios e Correlativos ESP Ass dos Funcs de Cartórios do ESP	benef	f. 12-29 f. 1-30	29 30-31				
	Ascensoristas						Sind dos Ascensoristas de SP	[11-32/36]	
	Escriturários	Sind dos Emps em Escritórios			33				

Confrontos com a polícia

As perseguições policiais, prisões e deportações eram uma constante no cotidiano sindical, especialmente dos anarquistas, comunistas e trotskistas. A vigilância se fazia de forma ostensiva ou disfarçada, apelando para operários informantes e até mesmo para policiais trajados com indumentária civil que discursavam como militantes nas reuniões, assembléias e manifestações. Invasões e depredações das sedes sindicais foram organizadas pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que não media esforços com o objetivo de desmantelar qualquer tipo de resistência ao poder.

Os sindicalistas, ao realizarem qualquer atividade mais arrojada - como discursos públicos, propaganda ou colagem de cartazes - viam-se perseguidos e eram repetidamente aprisionados. Muitas vezes as prisões duravam apenas um dia, restringindo-se à coleta de depoimento, mas, em muitos casos, o trabalhador sequer tinha conhecimento do motivo de sua detenção. Seus companheiros mal conseguiam localizá-lo nos presídios locais, tal era a tática de dissimulação da polícia. Era comum a transferência para prisões de outras cidades ou Estados, desencadeando-se intensas campanhas junto às sedes dos sindicatos e jornais em prol da libertação dos presos.

O Comitê Pró-Presos Sociais, existente em 1927, foi rearticulado em 1933, dada a freqüência das prisões. Os protestos eram feitos através de manifestações públicas, de ofícios ou telegramas enviados ao chefe de polícia e de boletins informativos distribuídos junto à classe trabalhadora.

No comício proibido do 1° de Maio de 1933, realizado na Praça da Sé, mencionou-se o encaminhamento de cerca de 800 militantes à prisão que para lá se conduziram cantando "A Internacional" ([145]). Em outros casos, os presos eram apresentados à imprensa como ladrões, conforme ocorrera em 1929, no Rio de Janeiro, quando se anuncia uma "camorra dos padeiros", acusada pelo assassinato de um proprietário de padaria, após encerramento de greve da categoria.

Entre as várias campanhas para localização de companheiros detidos, uma das mais longas foi aquela desenvolvida pela FOSP que fora invadida e fechada, com a prisão do padeiro Natalino Rodrigues e do sapateiro João Perez, sob alegação de ali descobrir um depósito de armas e munições. O paradeiro de Natalino Rodrigues não era informado, sendo negado, inclusive, que

[145] "Federação Operária de S. Paulo (Nota Oficial) - Primeiro de Maio". *A Plebe*, São Paulo, 6 maio 1933, n. 23, p. 4.

estivesse preso. O jornal *A Plebe* estampa em sucessivas edições a pergunta: "Onde está Natalino?", ameaçando a promoção de uma greve geral caso não fosse localizado o companheiro. A prisão - que durou quase dois meses, ocorrera após o fracassado comício dos integralistas na Praça da Sé em outubro de 1934, sendo Natalino localizado a bordo de um navio com destino desconhecido. Devido a sua atuação de destaque nas comissões executivas da FOSP e do Sindicato dos Manipuladores de Pão, este, mantido sob suspeita, tornara-se elemento visado pelos órgãos policiais.

2.5. A preservação da identidade nos grupos libertários

Além dos sindicatos que mencionamos, atuaram, no período de 1927 a 1937, grupos anarquistas e anarco-sindicalistas que tinham a função de desenvolver a propaganda dos ideais libertários nos sindicatos ou na sociedade em geral.

Manter laços com o passado e a necessidade de **resistir** eram características marcantes destes grupos que desenvolviam atividades culturais e sociais, visando a preservação de uma identidade comum às tradições libertárias. Paralelamente à redução da influência anarquista nos sindicatos, estes grupos também haviam perdido a vitalidade que possuíam nas duas primeiras décadas do século, procurando resgatá-la através da retomada de suas atividades nos mesmos moldes em que ocorriam no passado.

Apesar de se constituírem com menor freqüência como alvo da repressão policial e de não sofrerem concorrência semelhante àquela das uniões sindicais, as associações anarquistas também foram perseguidas pela repressão policial, que lhes continha os espaços, exigindo-lhes criatividade nas alternativas de sobrevivência. As atividades que possuíam maior alcance social, como as escolas modernas e as ligas anticlericais, foram impedidas de funcionar durante o estado de sítio que perdurou durante o governo de Artur Bernardes. Entretanto, as associações de estudos e de defesa dos presos políticos procuraram manter seus vínculos, como uma das possibilidades de resistência.

Assim, nesta fase do estado de sítio, entre 1924 e 1926, principalmente após a revolta tenentista que provocou o recrudecimento da repressão, deparamo-nos com associações anarquistas que realizavam reuniões clandestinas, tendo como principal objetivo a assistência aos presos políticos:

> "Não obstante a persistente e feroz reação exercida durante este negro período de tirania burguesa, os elementos militantes dos libertários de S. Paulo não se mantiveram inativos, procurando fazer tudo aquilo que as circunstâncias permitiam.
>
> Além do trabalho de auxílio às vítimas das perseguições, os camaradas iam alimentando as relações entre si por meio de reuniões realizadas aqui e ali, e, na falta da nossa imprensa do país, mandavam vir jornais, revistas, livros, folhetos e prospectos de vários países e de tudo faziam larga distribuição.
>
> Dessa forma, foram surgindo os grupos, que, depois, constituíram o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de S. Paulo." ([146])

[146] "Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de S. Paulo". *A Plebe*. São Paulo, 12 fev.1927, n.245,p. 3.

Atividades de resistência também podem ser apontadas em Porto Alegre, onde as perseguições policiais eram menos intensas do que em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Realizou-se o 3° Congresso Operário do Rio Grande do Sul, de 27 de setembro a 2 de outubro de 1925, onde o Comitê Pró-Presos Político-Sociais local denunciou a existência de 500 presos, concentrados principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Aprovou-se neste encontro a transformação do Comitê, de entidade regional em nacional. ([147])

O breve período de reorganização, viabilizado pelo fim do estado de sítio em 1927, demonstrou a persistência de núcleos de militantes que se encontravam impossibilitados de se exporem nos anos anteriores e que, agora, buscavam espaços para sua atuação. A reorganização, entretanto, carregou as seqüelas das perseguições, com grande quantidade de desfalques entre seus militantes, atingidos pela morte e doenças decorrentes das prisões.

Antigas associações ressurgiram e outras foram fundadas a partir da organização do Comitê Pró-Presos e Deportados por Questões Sociais no Rio de Janeiro, em 1924, e do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo, em 1927. Lamentava-se por aqueles que haviam desertado ou que haviam se afastado momentaneamente; assim como por aqueles que foram deportados ou, ainda, que morreram, como demonstrou a militante Ida Fontes, em 1927, ao apelar para novas adesões junto a uma maioria que se mantinha firme em seus postos. ([148])

Os procedimentos do passado eram reeditados através dos antigos militantes que apontavam aos novos as fórmulas de aglutinação libertárias. Esta rememoração tornava-se necessária, segundo o militante Espartaco Anarquista, porque o entusiasmo dos novos grupos dispersava-se pela falta de conhecimento dos procedimentos libertários. ([149]) Assim, as associações anarquistas deviam ser constituídas segundo o critério básico da **afinidade**, diferenciando-se, neste aspecto, dos sindicatos que possuíam, como fator de conexão, a profissão. O critério da afinidade visava a contemplar as diversas tendências do pensamento anarquista, unindo indivíduos segundo a semelhança de princípios ou segundo sua ligação à atividade teatral, anticlerical etc. Havia ainda um outro tipo de associação, que eram os grupos culturais visando a difundir o anarquismo junto aos simpatizantes que não estavam familiarizados com suas propostas, principal-

---

[147] "Um grito de revolta! Muitos dos nossos companheiros presos foram vil e cobardemente assassinados pela burguesia!" *O Sindicalista*. Porto Alegre, 26 dez 1925, n. 11, p. 2.

[148] FONTES, Ida. "Aproveitemos a lição". *A Plebe*. 9 abr. 1927, n. 249, p. 1.

[149] ANARQUISTA, Espartaco. "Pela formação de agrupações libertárias". *A Plebe*. São Paulo, 6 maio 1933, n° 23, p. 2.

mente os jovens. ([150])

A individualidade deveria ser resguardada, incentivando-se a formação pessoal contra a proeminência de líderes, sem entretanto desmerecer a necessidade da ação coletiva. Os grupos teriam uma função revolucionária e de vanguarda nos movimentos sociais, conforme apontava Espartaco Anarquista, ao sugerir a formação de associações libertárias:

> "Os grupos devem obedecer a uma questão de afinidades, devem ser agrupações de indivíduos afins mais ou menos conscientes, capazes de penetrar na alma da dor universal. Em todas as revoluções tem havido grupos que constituem a guarda avançada da sua marcha através da luta para a frente; são eles que impulsionam a revolução, fazendo com que ela atinja o seu objetivo." ([151])

Em reunião a 23 de abril de 1933, em São Paulo, na qual mais uma vez procurou-se estimular a formação de grupos libertários, definiram-se critérios e formas de atuação: os grupos deveriam ter no máximo 15 pessoas, localizando-se nos diversos bairros, unidos numa Federação de Grupos, preservando cada qual sua autonomia. A relação com os sindicatos deveria ocorrer através de representação desta federação no interior da Federação Operária de São Paulo. Esta fórmula garantiria a independência de anarquistas e anarco-sindicalistas em relação às lutas sindicais, prevendo-se uma mútua colaboração entre as duas atuações. A missão era destacada por seu caráter revolucionário, ao complementar a atuação sindical com a educação do trabalhador:

> "Realizou-se no dia 23, na sede da Liga Operária da Penha, mais uma reunião preparatória para a formação de grupos de Ação e Cultura Proletária, que, à margem dos sindicatos operários, atuarão na obra de propaganda, procurando influir com a palavra, com a pena e com a ação revolucionária nos movimentos de organização proletária. Estes grupos têm como finalidade, preparar militantes, educar e esclarecer o proletariado na sua finalidade revolucionária, fazendo, por meio das pequenas agrupações, o que o sindicato, pela sua base de lutas econômicas não pode fazer, isto é: o preparo dos trabalhadores para a conquista da riqueza social, a sua habilitação técnica para a posse das fábricas, dos campos e oficinas, o seu preparo revolucionário para a obra de expropriação da burguesia. O seu fim não é absorver a vida do sindicato, mas completar a sua missão revolucionária." ([152])

O Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas, por sua posição anarco-sindicalista, que

---

[150] Esta divisão consta das "Bases de acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo", em 1927: "Aconselhar aos camaradas que se encontram afastados da luta tanto de S. Paulo, de outras localidades, como os dos outros Estados, a formarem grupos de afinidades, entre os já definidos e de caráter cultural entre os elementos jovens propensos a assimilar os nossos princípios doutrinários, com o fim de dar maior impulso à propaganda do ideal". *A Plebe*. São Paulo, 12 mar. 1927, nº 247, p. 3.

[151] ANARQUISTA, Espartaco. "Pela formação de agrupações libertárias". *A Plebe*. São Paulo, 6 maio 1933, nº 23, p. 2.

[152] "Núcleos de Ação e Cultura Proletária". *A Plebe*. São Paulo, 29 abr. 1933, n. 22, p. 5.

priorizava a atuação nos sindicatos, não teria conseguido formar uma federação consensual, com os anarquistas (não sindicalistas), devido às intensas polêmicas entre as duas tendências, conforme já nos referimos anteriormente.

A Federação Anarquista de São Paulo que aglutinava os anarquistas (não sindicalistas), entretanto, era mencionada ocasionalmente, parecendo não ter existência duradoura, em contraste com a Federação Operária que reunia os sindicatos paulistas de orientação libertária e a Federação Anarquista de Porto Alegre (fundada em setembro de 1934).

Modalidades das associações anarquistas

Com o objetivo de propagar seus ideais e reafirmar sua identidade libertária, garantindo sua continuidade enquanto movimento social, os anarquistas criaram uma série de formas de ação que tinham na cultura, na educação e no lazer os principais instrumentos de propaganda doutrinária.

Dentre as formas de atuação libertária, podemos citar:

Ateneus e Escolas Modernas;
Centros de cultura e grupos de estudo;
Grupos de ensino do esperanto;
Grupos de jovens;
Grupos de propaganda e agitação;
Grupos editores de jornais;
Editora e distribuidora de livros;
Grupos de teatro amador;
Ligas Anticlericais;
Federações e comitês.

A educação tinha um papel fundamental neste universo de luta libertária, sendo enfatizada a necessidade da transformação do ser humano, desde o nascimento e as primeiras letras, para a criação de uma nova sociedade. Assim, buscava-se a formação de escolas alternativas que proporcionassem o ensino básico, seguindo o método racionalista do educador espanhol Francisco

Ferrer. Estas escolas, que eram identificadas como Escolas Modernas, reproduzindo denominação utilizada no modelo espanhol, propunham-se ao ensino das ciências e artes de modo não autoritário e leigo.

O ensino de adultos deveria ser proporcionado pelas Escolas Modernas, pelos Ateneus e pelos Centros de Cultura que ofereceriam cursos noturnos de conhecimentos gerais ou ciclos de palestras acerca das doutrinas sociais. Ainda por iniciativa própria, seriam formados pequenos grupos de estudo. Os cursos de esperanto constituíam outro traço característico da cultura libertária que via nesta língua uma afirmação de seu internacionalismo.

Os grupos de jovens visavam a formação de novos militantes, realizando tanto atividades educativas quanto de propaganda, como ocorria com outros que também tinham finalidades múltiplas, mas que encontravam sua unidade na afinidade ideológica.

Em torno da imprensa e da edição de livros articulavam-se grupos, não apenas componentes do corpo editor, mas também pessoas interessadas em oferecer sustentação econômica e auxílio na distribuição do jornal.

Associações mais específicas eram constituídas por amadores de teatro que criavam ou encenavam peças do repertório anarquista e pelas ligas anticlericais. Em ambas não havia exclusiva participação de anarquistas, reunindo-se também indivíduos de outras ideologias, embora as atividades teatrais e anticlericais tivessem um cunho marcadamente libertário.

Por fim, as federações tinham a função tanto de estabelecer a comunicação entre os grupos como de promover a criação de novos. Partindo-se de comitês de aglutinação, como forma embrionária da federação, tinha-se sempre em vista, segundo os estatutos dos grupos, a formação de federações que partissem do nível local até atingir o plano nacional, com vinculações internacionais, mantendo, porém, a autonomia de cada organismo.

Relacionamos a seguir os vários grupos mencionados pela imprensa libertária do período, podendo-se verificar sua diversidade e difusão em várias localidades do país:

GRUPOS ANARQUISTAS - BRASIL - 1927 - 1937 ([153])

SÃO PAULO - Capital

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Aliança Anarquista	x										
Amigos da Propaganda Libertária							fd.				
Associação dos Amigos de "A Plebe"								x			
Ateneu de Cultura Popular	x										
Ateneu de Estudos Científicos e Sociais								fd.	x	x	
Ateneu Libertário de Cultura Social					x	x					
Centro de Cultura Social					fd.		fd.	x	x		
Centro Libertário (Grupo) Terra Livre							x	x			
Comitê de Agitação Pró-Liberdade de Sacco e Vanzetti	x										
Comitê Pró-Presos Sociais					fd.			fd.	x		
Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo	x						fd.	x	x		
Conjunto Guerra Junqueiro (teatro)							x				
Escola Moderna								fd.	x		
Federação Anarquista do Brasil							x				
Federação Anarquista Regional de São Paulo									x		
Grupo Ação Libertária						x		x	x		
Grupo Anarquista Harmonia							x				
Grupo Aurora	x										
Grupo Cultura Popular	x										
Grupo Dramático Social El Sembrador	x										
Grupo Editor Anarquista "A Sementeira" - Editora e Distribuidora								fd.			
Grupo Editor de "A Plebe"							x	x			
Grupo Esperantista Popular							fd.				
Grupo Floreal					x						
Grupo Juvenil de Ação Cultural								fd.	x		
Grupo Libertário Revolução Social	x										
Grupo Primavera Libertária							x				
Grupo Prometeu					x						
Grupo "Nem deus nem pátria"	x										
Grupo "O Semeador"								x			
Grupo Teatral Aurora		x									
Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados		fd.									
Grupo Teatro Social						x		x			
Jornal "A Lanterna"							x	x	x		
Legião dos Amigos de "A Plebe"									fd.		
Liga Antifascista		x									
União Cultural da FOSP									fd.		

[153] Fontes: Imprensa anarquista de 1927-1937.

Interior - SP

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Campinas											
Liga Anticlerical de Campinas							fd.	x	x		
Araraquara											
Cultura Libertária da E.F.Araraquarense									x		
Bariri											
Grupo Homens Livres								x			
Marília											
Grupo Aurora do Porvir								x			
Olímpia											
Liga Anticlerical de Olímpia								fd.			
Santos											
Centro de Estudos Sociais									fd.		
Grupo Humanidade Livre									x		
Grupo Dramático Almeida Garrett								x			
Juventude Anarquista									fd.		
Juventude Libertária Santista	x										
Liga Anticlerical de Santos								fd.	x		
Sorocaba											
Biblioteca Operária									x		
Centro de Estudos Sociais						x	x				
Grupo Anarquista "Os Sem Pátria"	x										
Grupo de Homens Livres									x		
Liga Anticlerical							x	x			

RIO DE JANEIRO

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Rio de Janeiro											
Centro de Cultura Social					fd.						
Centro Emissários do Porvir								fd.			
Centro de Estudos Sociais							x				
Comitê Pró-Presos e Deportados por Questões Sociais	x										
Grupo Amor e Liberdade	x										
Grupo "Os Emancipados"	x										
Grupo Libertário "O Porvir" - GLP		x	x								
Grupo Musical e Cultura Social [ex - Grupo Renovação (Teatro e Música)]	x	x									
Grupo de Propaganda Social	x										
Grupo Renascença Libertária							x				
Grupo (Musical) Renovação Social	x						x				
Liga Anticlerical						x	x				
Liga Antifascista do Rio de Janeiro	x										

MINAS GERAIS

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Poços de Caldas											
Centro de Cultura Popular	x										

RIO GRANDE DO SUL

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Porto Alegre											
Agrupação Anarquista										x	
Agrupação Anarquista "Os Iguais"							x	x			
Agrupação (Grupo) "Braço e Cérebro"	x		x								
Centro de Estudos Sociais								fd.			
Centro de Estudos Sociais (Grupo) "Nova Era"			fd.	x							
Comitê de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti	x										
Comitê Internacional Pró-Presos Sociais			fd.	x							
Federação Anarquista de Porto Alegre								fd.			
Grêmio Artístico "Arte e Cultura"/Natura	fd.										
Grupo Anarquista "Aurora"											
Grupo Anarquista Internacional		x	x	x							
Bagé											
Agrupação Cultural A VIDA ou Grupo Ácrata "A Vida"	x			x							
Centro Operário de Cultura Social								fd.			
Pelotas											
Centro de Estudos Sociais									fd.		
Comitê Pró-Presos e Deportados por Questões Sociais	x										
Grupo Cultura Libertária				x							
Grupo Propaganda Social	x		x								
Liga Anticlericalista de Pelotas							fd.				
Rio Grande											
Grupo Germinal	x		x								
Liga Artística-Operária Riograndense	x										
Uruguaiana											
Grupo Libertário João de Melo								fd.			

PARÁ

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Belém											
Centro de Estudos Sociais de Belém	x										
Escola Racional Francisco Ferrer	x										

PARAÍBA

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
João Pessoa											
Centro de Cultura Social de João Pessoa							x				

PIAUÍ

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Teresina											
Centro de Estudos Sociais									fd.		
Grupo Libertário Sacco e Vanzetti									fd.		

PERNAMBUCO

GRUPOS	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
Recife											
Grupo de Homens Livres Pensadores									x		
Grupo Livre de Ação Social									fd.		
Grupo Propaganda Social									fd.		
Garanhuns											
Escola Noturna do Sindicato da Construção Civil de Garanhuns									x		

A preservação dos princípios de organização

Visando a compreensão da estrutura organizativa destes grupos ([154]), iremos analisar os estatutos de alguns deles, como forma de viabilização e de manutenção da integridade ideológica. De modo peculiar, os estatutos das associações anarquistas e dos sindicatos sob sua influência eram intitulados como "bases de acordo", precedidos por uma "afirmação de princípios". Havia grande semelhança quanto às "bases de acordo" de diferentes associações, na medida em que, em sua elaboração, eram utilizados modelos de grupos já constituídos.

Como princípio geral, havia nestes organismos, assim como nos sindicatos anarquistas, a perspectiva da criação de mecanismos que garantissem a ausência de autoridade e de hierarquia. Tal princípio foi destacado em 1933, no artigo do velho militante libertário, Germinal, acrescentando a vantagem da não personalização de diretores dos grupos frente à perseguição policial que se tornava mais intensa na década de 30, dificultando a ação libertária:

> "Não se pode encarar a propaganda anarquista como há 50 anos atrás, quando a burguesia não tinha ainda descido ao relaxamento das mistificações proletárias. (...)
> Não deve haver chefes, mas cada indivíduo deve ser um chefe de si mesmo, esforçando-se por adquirir a responsabilidade moral capaz de se tornar um orientador, a fim de que, numa fase de reação não haja um indivíduo responsável, mas a responsabilidade coletiva para evitar que uma vez faltando o chefe, como acontece nos partidos políticos, a obra fique sem solução de continuidade." ([155])

A "Comissão Executiva" destas associações era uma composição semelhante àquela dos sindicatos, com 5 a 7 membros em sua direção. No lugar do cargo de presidente, havia um **secretário-geral**, que tinha por função **coordenar** os trabalhos, sem função de mando ou de chefia. A renovação da comissão ocorria semestralmente, tendo como finalidade a maior participação dos sócios nos cargos de coordenação, pois o poder deliberativo pertencia às assembléias, como se afirmava nas bases de acordo do Ateneu Libertário de Cultura Social, criado em 1931:

> "Os destinos deste ATHENEU serão administrados por uma comissão de 5 membros e terá tantas comissões quantas forem necessárias, renovando de 6 em 6 meses, não podendo nenhum dos seus membros ocupar mais de um cargo, para que os demais associados neles se exercitem.
> (...) As comissões não exercem nenhum mandato imperativo, residindo todo o

[154] Iremos analisar mais detidamente apenas aquelas associações que apresentam maior quantidade de dados, pois, para muitas delas, há apenas referências de sua existência ou de uma contribuição.
[155] Germinal. "Como encarar a obra de organização dos grupos". *A Plebe*.São Paulo, 9 dez.1933, n.49,p .2.

> poder deliberativo na assembléia geral que se reunirá todos os 15 dias sendo válidas as suas decisões com qualquer número de sócios." ([156])

Nas "Afirmações de Princípios" das associações, enumeravam-se idéias centrais do anarquismo que eram enquadradas sob o título de comunismo ou socialismo antiautoritário e antiestatal, comunismo ou socialismo libertário, federalismo, filosofia anarquista ou sindicalismo revolucionário, no caso das associações que se alinhavam com o anarco-sindicalismo.

O ideal da **Anarquia** deveria ser esclarecido ao público, tendo-se porém os cuidados necessários com os preconceitos difundidos por seus inimigos. Esta preocupação ficava evidenciada na apresentação de grupo carioca, em 1927:

> "Há de causar espanto, leitor, saberes que somos anarquistas! Sim o Grupo Musical e de Cultura Social compõe-se de operários cujo ideal é a **Anarquia**.
>
> Pensas, talvez, enganado pelos nossos inimigos, os capitalistas burgueses, os que exploram teu trabalho por meio do dinheiro, pensas que nós, anarquistas, somos dinamiteiros, indivíduos sanguinários, destruidores sem nenhum programa reconstrutor?
>
> Engano. Queremos, é exato, destruir o capitalismo, a sociedade do dinheiro, do egoísmo, da violência organizada contra o pobre, contra o que trabalha; mas, se queremos, destruir tudo isso, é para construir a sociedade dos homens livres, dos homens socialmente iguais, do trabalho sem exploração, sem prisões, sem soldados, sem jogadores, sem bêbedos." ([157])

Fundando-se na idéia central da liberdade, situavam-se contra as religiões, os Estados, os partidos políticos, as leis, a Pátria, o capitalismo, a moral oficial e qualquer autoridade ou preconceito. Afirmavam-se como comunistas, individualistas, revolucionários, educacionistas, federalistas, voltando-se àqueles que partilhassem deste ideal - estes seriam os camaradas - ou que pelo menos simpatizassem com os mesmos. Para a participação de pessoas de outras instituições como convidados ou como sócios, exigia-se "garantia de lealdade nas suas intenções" (como o Centro de Cultura Social de São Paulo). Outros grupos cercavam-se de maiores ressalvas, como o Ateneu Libertário de Cultura Social, que exigia a indicação de um membro para o ingresso de novos sócios.

Uma associação de luta anarco-sindicalista, o Centro de Estudos Sociais de Belém, exigia de seus sócios a filiação ao respectivo sindicato profissional ou ao Sindicato de Ofícios Vários, visando a fortalecê-los e também criar novos sindicatos.

Os objetivos da "agremiação de cultura moral, social, filosófica e ideológica" eram a

---

[156] "Ateneu Libertário de Cultura Social". *O Trabalhador*. São Paulo, fev. 1932, n. 3, p. 3.

[157] "O que é o Grupo Musical e de Cultura Social do Rio de Janeiro". *A Plebe*. São Paulo, 28 maio 1927, n. 252, p. 3.

difusão do conhecimento considerado base fundamental para a transformação do indivíduo, visando a revolução social. A irradiação do ideal anarquista estava assim imbricada com a "cultura geral". Propunha-se então o conhecimento de todas as modernas teorias sociológicas, das manifestações artísticas e literárias, das ciências, tendo, entretanto, a primazia do tema das questões sociais, sendo as aulas ministradas por professores ou estudantes, voluntariamente. Também se propunha o conhecimento das correntes revolucionárias, fossem socialistas, comunistas, avaliando-se seus pontos positivos e negativos.

Os meios de irradiação dos ideais libertários

Quanto aos meios utilizados para a difusão do conhecimento e da propaganda libertária, as associações serviam-se de atividades bastante variadas, retomando suas práticas das décadas anteriores. Entre estes recursos, podemos destacar:

a. reuniões e assembléias de associados;
b. palestras e conferências públicas;
c. leituras coletivas e comentadas;
d. cursos de aperfeiçoamento cultural e intelectual;
e. debates orais sobre teses escritas;
f. festivais ou "veladas" de Arte e Cultura;
g. apresentações teatrais de dramas ou comédias de propaganda social;
h. saraus literários e artísticos;
i. excursões de recreio e propaganda;
j. piqueniques populares;
j. comícios e atos públicos de protesto ou comemoração;
l. campanhas de agitação pelos bairros e cidades;
m. rifas, leilões e quermesses.

Os centros de estudos e os grupos de propaganda promoviam periodicamente reuniões e assembléias, conforme estava previsto em seus estatutos. Havia grupos que se aglutinavam, como ocorreu com o Grupo Editor de *A Plebe* e o Centro Libertário Terra Livre, que anunciavam suas reuniões conjuntamente, pedindo o comparecimento de todos os componentes sem indicar endereço, apenas mencionando o "local de costume", pois tratava-se de reuniões que teriam exclusividade para os sócios do grupo.

Por outro lado, as conferências que tinham por finalidade a divulgação e discussão de idéias eram gratuitas e abertas ao público em geral. Em algumas associações elas eram promovidas com relativa assiduidade, como ocorria com o Centro de Cultura Social (CCS), fundado em 14 de janeiro de 1933, que anunciava palestras semanais na sede da Federação Operária de São Paulo.

Entre os conferencistas eram freqüentes professores e escritores anarquistas, como o *espanhol* Florentino de Carvalho, a professora Luisa Pessanha de Camargo Branco e o estudante de Direito Clovis A. Campos. As conferências dos festivais eram muitas vezes realizadas por anarquistas residentes no Rio de Janeiro, como Fabio Luz (médico e escritor), Maria Lacerda de

Moura (professora e jornalista) e o lingüista José Oiticica.

A maioria das conferências, porém, eram proferidas por trabalhadores autodidatas como Felipe Gil de Souza Passos (garçom português e escritor), Herminio Marcos (operário da construção civil espanhol e secretário da FOSP), Diego Gimenes (vendedor de verduras), Germinal Soler (pintor de paredes espanhol), J. Carlos Boscolo (gráfico) e Martins Garcia. Acrescente-se aos conferencistas de festivais, militantes mais antigos como: Edgard Leuenroth (tipógrafo e jornalista), Isabel Cerruti ("dona de casa" e professora italiana), Domingos Passos (operário da construção civil do Rio de Janeiro), Arsênio Palácios (empregado no comércio) e Adelino Tavares de Pinho (motorneiro e professor autodidata).

Embora o CCS privilegiasse os intelectuais e militantes libertários para a realização de palestras, também eram convidados representantes de outras tendências, pois seu objetivo era o esclarecimento e a discussão das "modernas concepções sociais, científicas e filosóficas":

> "Fundado com fins educacionais, no intuito de desenvolver entre a juventude trabalhadora conhecimentos científicos de todos os ramos do saber, o Centro de Cultura Social não tem poupado esforços para se manter dentro do seu programa de absoluta imparcialidade, convidando para as suas conferências oradores de todos os credos e tendências.
>
> Pela sua tribuna já passaram, fazendo ouvir a sua palavra, conferencistas dos credos mais diversos, ouvidos todos com o máximo acatamento e respeito, o que demonstra a finalidade educativa desta agrupação cultural." ([158])

Entre conferencistas não anarquistas, o CCS debateu com Antônio Piccarolo, o conhecido socialista italiano; Flavio de Carvalho, "o festejado autor da 'Experiência nº 2'" e o comunista Osório Cesar que dissertou sobre "A vida operária na URSS". Em resposta a esta última conferência, ocorrida em novembro de 1933, Germinal Soler teceu a resposta anarquista com a exposição "O regime soviético sob o ponto de vista libertário", colocando em pauta o intenso debate entre as duas ideologias. Acusava-se, entretanto, o defensor do comunismo de intolerância, pois este não comparecera à conferência que refutava suas idéias, ao contrário de G. Soler que ouvira respeitosamente suas explanações.

O confronto de idéias e a convivência com perspectivas diversas postulados pelos anarquistas como princípio básico da liberdade de pensamento e da formação da individualidade, aqui se concretizavam em conflitos acirrados. Os choques de idéias ocorriam também nas reuniões entre os próprios anarquistas que adotavam linhas diferenciadas ou possuíam opiniões diversas sobre um mesmo tema, como nas avaliações sobre o refluxo de seu movimento ou nos confrontos

---

[158] "Centro de Cultura Social". *A Plebe*. São Paulo, 19 jan. 1935, n. 80, p. 2.

entre anarquistas e anarco-sindicalistas.

Nas conferências anticlericais também surgiam polêmicas na medida em que, sob o princípio da **tolerância**, o direito à palavra devia ser concedido a todos. Temos, como exemplo, a narrativa de uma palestra de Pedro Catalo e J. Carlos Boscolo na Liga Anticlerical de Santos, publicada em *A Lanterna*, em que, apesar da parcialidade do jornalista ao lado do conferencista contestado por um de seus ouvintes, pode ser constatada a pressão da platéia contra o destoante:

> "Demonstrando a tolerância do espírito anticlerical foram permitidos vários apartes em defesa da clerocracia, feitos por um dos presentes, que, com pruridos de sacristia, baralhando palavras, quis coonestar os sequazes do Vaticano e justificar as explorações e as infâmias clericais. (...)
>
> A resposta dos nossos companheiros foi tão contundente, que o aparteante emudeceu, deixando-se ficar perplexo diante do auditório, de onde surgiu uma senhora que em palavras de proletária simples, pediu aos presentes para que perdoassem o intruso integralista, por se reconhecer nele um espírito pouco esclarecido e apenas atrevido. As palavras dessa senhora foram coroadas com uma salva de palmas, terminando a sessão com o mesmo entusiasmo em que decorreu." ([159])

O vocabulário utilizado nas conferências anticlericais adquiria um tom agressivo frente à instituição religiosa que, na época, era apontada como sendo poderosa na condução da mentalidade e da moralidade popular, principalmente feminina. A Igreja era considerada "o maior flagelo e o mais terrível entrave contra todos os surtos do progresso e da ciência." ([160])

Nos festivais ou nas reuniões de grupos anarquistas, a tolerância estava circunscrita às divergências a partir de certos princípios comuns. A identidade dos grupos de afinidades era um dos momentos no processo de discussão e formação de opinião, partindo de uma afirmação de princípios consensual entre os aderentes, do mesmo modo que os sindicatos também só aceitavam membros não ligados ao patronato ou aos cargos de direção. Porém, nas atividades de propaganda, o confronto com o outro realizava-se de modo conflituoso, procurando alterar convicções.

As Ligas Anticlericais, por outro lado, reuniam grupos bastante diversos, incluindo, além dos anarquistas, membros da maçonaria, grupos pró-Estado Leigo e republicanos. Destas ligas participava Maria Lacerda de Moura que, segundo estudo de Miriam Moreira Leite ([161]), nunca se

---

[159] "A atividade da Liga Anticlerical de Santos". *A Lanterna*. São Paulo, 26 jul. 1934, n. 382, p. 2.

[160] ROGÉRIO, L. "Mais um apelo aos leitores e admiradores de 'A Lanterna'". *A Lanterna*. São Paulo, 23 mar. 1935, n. 391, p. 1.

[161] LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984. Segundo Edgar Rodrigues, porém, Maria Lacerda de Moura seria anarquista individualista. In: *Os libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993, p. 82.

definira como anarquista mas como anticlerical, antimilitarista e antifascista.

A tolerância foi ainda intensamente exercitada na formação das Ligas Antifascistas a partir de 1933, quando o perigo totalitário tornava-se cada vez mais próximo. Estas ligas irão reunir momentaneamente anarquistas, socialistas, trotskistas, comunistas e "republicanos sinceros" para o enfrentamento do Integralismo, ficando patente a necessidade desta coesão a partir dos atritos ocorridos em comícios por todo o país.

A recusa dos anarquistas à ortodoxia e o respeito à diferença, como fatores propiciadores da individualidade e da autonomia, apareciam nas leituras comentadas, nos cursos e no debate de teses. A autonomia seria constituída a partir da educação, desde as escolas alternativas que constituíam as Escolas Modernas ou os cursos noturnos para adultos nos sindicatos, passando pelas atividades internas dos grupos, até as campanhas de propaganda, comícios e greves. Constituíam momentos de aprendizado teórico e prático que deveriam caminhar paralelamente.

A proposta da Escola Moderna, do ensino racionalista fundado nas idéias e experiências de Francisco Ferrer, na Espanha, gerou a criação de similares no Brasil desde o início do século em várias cidades do país. Em julho de 1934 esta iniciativa foi retomada em São Paulo, tanto na recriação da Escola Moderna quanto na promoção de aulas noturnas nos sindicatos, como ocorreu no Sindicato dos Manipuladores de Pão, em sua sucursal do Brás. ([162]) Em outras localidades, como Belém do Pará, instalou-se a Escola Racional Francisco Ferrer e, em Garanhuns, Pernambuco, surgiu uma escola noturna no Sindicato da Construção Civil, baseada nos ensinamentos racionalistas.

O Ateneu de Estudos Científicos e Sociais também promoveu cursos, com aulas gratuitas de português, história, geografia, história natural, ministradas pelo acadêmico de Direito Clóvis A. Campos. A Legião dos Amigos de *A Plebe*, que contava em 1935 com mais de uma centena de membros, além de participar dos cursos do Ateneu, criou um curso de oratória, propondo o desenvolvimento da habilidade de seus militantes para falar em público.

O Centro de Estudos Sociais de Santos, fundado em junho de 1935, reunindo intelectuais, operários, estudantes e empregados, elaborou um curso de história, economia política, sociologia, psicanálise e filosofia, visando a auto-educação através do contato com a cultura científico-filosófica que permitiria a cada indivíduo extrair conclusões próprias.

O CCS mencionava a dinâmica das leituras comentadas propostas pelos diversos centros

---

[162] "Escolas proletárias". *A Plebe*. São Paulo, 4 ago. 1934, n. 68, p. 4.

de estudos: a leitura era seguida pelos comentários de um professor ou autodidata e depois iniciava-se o debate. Outro recurso utilizado para o aprendizado eram as discussões de teses versando sobre temas polêmicos, com oradores de diversas correntes político-sociais.

Assim, o CCS pretendia constituir-se num espaço que procurava estimular os debates, o confronto de opiniões e de posturas frente às questões ideológicas. Nos anos de 1933 e 1934, suas atividades foram intensas, com a realização de conferências e cursos, festivais, atos comemorativos e de protesto.

Os grupos anarquistas sofreram menor contestação de seus adversários do que os sindicatos, na medida em que não havia um poder a ser disputado no seu interior com indivíduos alheios a seus quadros. Encontravam, porém, a presença de "bolchevistas", como eram denominados os componentes do PCB, em seus festivais e conferências. Em 1927, um festival programado no Rio de Janeiro enfrentou a concorrência de três sessões públicas promovidas pelos "bolchevistas", não obtendo sucesso, segundo *A Plebe* ([163]), pois o público lotou o salão.

Numa sessão pública em janeiro de 1935, organizada pelo Grupo Humanidade Livre de Santos, o orador José Oiticica criticou o regime soviético devido ao fato de ter-se imposto pela força aos trabalhadores. A reação de desagrado por parte da platéia foi seguida por perguntas sem que houvesse tempo para resposta do conferencista, culminando com protesto de um grupo comunista, seguido de resposta de Edgard Leuenroth:

> "Uma dezena, quando muito, de rapazes começaram a protestar e gritar como possessos, chamando -- oh! ironia das coisas! -- aos anarquistas de demagogos... para, em seguida, o 'seu' **chefe de brigada de choque** subir numa cadeira e começar dar 'vivas' e 'morras', convidando os seus **subordinados** a saírem da sala.
>
> Nesse momento o camarada Edgard toma a palavra e pede aos fedelhos malcriados para que se sentem e ouçam as verdades que iria proferir. (...)
>
> 'Vêde bem, diz o Edgard dirigindo-se ao auditório -- vêde bem como se porta essa gente! se hoje, que não estão de posse dos meios coercitivos se comportam dessa maneira perante os seus adversários, perguntemos, então: que será do povo e dos homens livres em geral, amanhã, se esses seres violentos, intolerantes e intempestivos chegarem a ter em suas mãos as rédeas do governo." ([164])

A Igreja também reagia aos ataques desferidos pelas Ligas Anticlericais contra seu poder, utilizando artimanhas para impedir a realização de conferências e festivais, como ocorreu com o Festival da Liga Anticlerical de Campinas, proibido pela polícia em janeiro de 1934, sob alegação

---

[163] "O festival da União dos Artífices em Calçados". *A Plebe*. São Paulo, 9 jul. 1927, n. 255, p. 4.

[164] "De Santos - Uma conferência de Oiticica, e a atitude de intolerância dos bolchevistas locais". *A Plebe*. São Paulo, 19 jan. 1935, n. 80, p. 4.

de haver sido encontrada uma bomba na porta de uma igreja local, fato ao qual foram imediatamente associados os anarquistas anticlericais. A reação libertária expressava-se com indignação e ironia no jornal *A Plebe*:

> "Assim foi que na manhã de sábado o roupeta que explora os sentimentos e a bolsa da beatice na arapuca denominada São Benedito, deu o alarme de que numa das portas de sua baiúca havia sido encontrada uma formidável bomba de dinamite embebida em gasolina.
>
> Não havia que duvidar: os anticlericais da Liga queriam fazer ir pelos ares o templo e incendiar as imagens da casa de negócio que o padre Mantovani explora para maior glória de sua pança.
>
> A bomba não explodira, nem a gasolina se inflamara, mas o delegado de polícia devia agir e agiu: mandou suspender a sessão literária da Liga Anticlerical, para evitar que 'acontecesse alguma coisa', na opinião policial." ([165])

Os conflitos que se desenvolviam entre anarquistas e seus oponentes eram contrastados com o clima de harmonia e alegria reinantes nas atividades festivas promovidas pelos libertários. Buscava-se delimitar um universo próprio que rememorava o passado, quando não havia rivalidades com outras correntes comunistas, o qual seria, por sua vez, a preparação para a sociedade libertária futura. Embora não tenha sido reeditada a intensidade de atividades do período anterior a 1924, quando os festivais libertários alcançavam uma freqüência quase semanal ([166]), ainda era significativo o número de suas realizações.

Os festivais, também denominados **"veladas"**, eram as atividades mais usuais para a arrecadação de fundos das associações, dos sindicatos e dos jornais, para constituição de biblioteca ou mobília. Tinham também como finalidade o auxílio a presos políticos ou trabalhadores doentes, revelando as necessidades mais prementes e dispendiosas do movimento coletivo. Além dos objetivos financeiros, tinham em vista a solidariedade, a confraternização e a propaganda de idéias, na comemoração de aniversários das associações ou jornais, ou na homenagem a fatos históricos (como a Comuna de Paris ou o 1° de maio).

Anunciou-se, assim, para 19 de março de 1927, "Um grande festival em benefício das vítimas da Clevelândia" ([167]) pelo antigo Grupo Renovação (Teatro e Música), reorganizado sob o nome de Grupo Musical e Cultura Social, do Rio de Janeiro. O festival visava o socorro àqueles que voltaram doentes do desterro na Colônia Agrícola de Clevelândia.

---

[165] "Um embuste clérico-policial contra a Liga Anticlerical; Bomba que não estoura - Gasolina que não pega fogo". *A Plebe*. São Paulo, 27 jan. 1934, n. 54, p. 4.

[166] Há relação das representações teatrais nos festivais no período de 1898 a 1925 nos *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth), Campinas, 1° sem. 1992.

[167] "Um grande festival em benefício das vítimas da Clevelândia". *A Plebe*. São Paulo, 12 mar. 1927, n. 247, p. 2.

Em novembro de 1934, entretanto, um festival de solidariedade aos presos sociais não foi permitido pela polícia que negou a concessão de Alvará. ([168]) A Federação Operária de São Paulo, entidade promotora, propôs novo festival, sem obter sucesso. A partir de 1935 houve uma redução sensível das ocorrências desta atividade que passaram a ser substituídas pelos piqueniques, como meio de arrecadação de fundos.

Havia também vários festivais promovidos em benefício de jornais, principalmente de *A Plebe* e *A Lanterna*, os principais periódicos anarquistas do período em São Paulo. A iniciativa de organização dos mesmos era tomada pelo próprio grupo editor do jornal, por simpatizantes ou por grupos e sindicatos.

A programação dos festivais apresentava certa uniformidade, constando basicamente de: abertura por orquestra, conferência, teatro (drama e/ou comédia) e ato variado. Esta programação mantinha-se invariável desde o início do século, tanto em seu aspecto formal quanto no conteúdo apresentado. A permanência da mesma estrutura do festival teria a função de estabelecer laços com o passado, numa demonstração de persistência ideológica mas também de manutenção da identidade cultural, conforme analisam Mariângela A. de Lima e Maria Thereza Vargas:

> "Esta *velada* operária permanece significativa e muito freqüentada durante, no mínimo, trinta anos. No decorrer desses anos, não há alterações importantes no movimento artístico. Nem o objetivo nem a organização da festa se modificam essencialmente. (...)
>
> Ao que parece, os espectadores são imunes aos atrativos da originalidade. Algumas peças permanecem no repertório dos grupos libertários durante quatro décadas. Não são apenas mero entretenimento ou pregação ideológica; transformam-se num ato coletivo, de reforço da unidade da classe. É o ritual que remete à função inicial de agrupamento desse teatro." ([169])

Utilizaremos como exemplo a programação de um festival realizado em 20 de maio de 1933 que apresenta basicamente os mesmos itens analisados pelas autoras citadas, demonstrando a permanência de um mesmo intuito de unir lazer e conscientização. Ao mesmo tempo que educa, a festa é demonstração da união e da vitalidade libertária, revela a ordem frente à desordem social provocada pela exploração capitalista.

---

[168] "Comitê Pró Presos Sociais". *A Plebe*. São Paulo, 24 nov. 1934, n. 76, p. 3.

[169] LIMA, Mariângela Alves de e VARGAS, Maria Thereza. "Teatro operário em São Paulo". In: PRADO, Antonio A. (org.). *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.178.

Festival de solidariedade para "A Plebe"

No proximo sabado, 20 do corrente, ás 20 1|2 horas, no Salão da FEDERAÇAO ESPANHOLA, sito á rua do Gazometro n.° 49, realizar-se-á um festival de solidariedade para com "A PLEBE" e constará do seguinte

—o— PROGRAMA —o—

1.° — Abertura pela orquestra.
2.° — A camarada MARIA LACERDA DE MOURA dissertará sobre o tema: O QUE E' A GUERRA.
3.° — O Grupo Teatro Social levará á cêna o drama em 1 ato intitulado: O VAGABUNDO.
4.° — Por um grupo de amadores será representada a finissima comedia de autoria do camarada Gigi Damiani, intitulada: VIVA RAMBOLOT.
5.° — Ato de variedades.

O enorme deficit com que lutamos faz com que apelemos para a bôa vontade de todos os amigos de "A Plebe" para o exito deste festival.

Os ingressos podem ser, desde já, procurados em nossa redação e na séde da Federação Operaria, sita á rua Quintino Bocayuva n.° 80.

A Plebe. São Paulo, 13 maio 1933, n. 24, p. 4. Este é um dos festivais promovidos pelo Grupo Editor de *A Plebe*, embora vários outros em benefício do jornal também tenham sido organizados pelo Grupo Musical e Cultura Social, do Rio de Janeiro (11 jun. 1927), ou grupos de São Paulo: Grupo Teatral do Club Florianópolis (30 abr. 1927), Grupo Teatro Social (24 dez. 1932), núcleos de camaradas do Bosque da Saúde (15 jul 1933), Amigos da Propaganda Libertária (12 ago. 1933), Amigos do Jornal e Grupo Terra Livre (26 mai 1934).

A presença da música era uma constante, tanto na abertura orquestral quanto nos cantos e hinos que por vezes constavam do "ato variado" final. Havia também festivais quase que exclusivamente dedicados a ela, como é o caso da "Noite de Arte Proletária", com trechos de óperas, concertos de violino e piano, cançonetas napolitanas e músicas nacionais. ([170])

A orquestra tinha também como função o acompanhamento do baile que finalizava a velada e que parecia constituir-se num dos grandes atrativos, embora fosse mencionado na programação de poucos festivais: na "Grande Festa Dançante pró L'Itália", órgão antifascista (11 mar. 1933), o qual não era exclusivamente libertário e no festival do Grupo Juvenil de Ação Cultural (1° jun. 1935). Embora não figurasse na programação dos demais festivais, aquele promovido pelo Grupo Teatral do Clube Florianópolis apontava surpresa com o comparecimento de grande público, mesmo com reduzida propaganda e sem ter figurado no programa o "costumeiro baile". ([171]) Apesar de costumeiro, o baile não aparecia nos anúncios dos festivais, porque pretendia-se atrair o público através da conferência e da apresentação teatral que possuíam conteúdo doutrinário.

As conferências, conforme verificamos por seus títulos e comentários, apresentavam o mesmo teor e os mesmos oradores dos Centros de Estudos, versando sobre questões como o trabalho, a mulher, a guerra, a sociedade ideal, o teatro social ou a revolução.

As peças teatrais encenadas, tanto dramáticas como comédias, eram escolhidas no rol do repertório de autores libertários nacionais e internacionais, produzidas e representadas desde o início do século com temas sociais. Era o caso do *Primeiro de Maio*, de Pietro Gori, que se reproduzia quase todos os anos nos festivais organizados para a véspera do Dia do Trabalho, em 30 de abril, desde o início do século.

Porém, havia também novidades como a adaptação teatral feita por Pedro Catalo do tango *Silêncio* de Carlos Gardel, *Viva Rambolot* de Gigi Damiani, pela primeira vez encenado em São Paulo em 1933 e a peça *Teseu*, escrita em espanhol por Germinal Soler. A estréia desta última foi anunciada com grande expectativa pelo jornal *A Plebe*, merecendo, como era costumeiro entre os libertários, sua rigorosa crítica em texto de Rodolpho Felipe, seu editor:

> "O murmúrio e desaprovação de algumas cenas, as dúvidas provocadas por outras, dizem bem da inquietude de espírito manifestada pelos personagens no decorrer da representação. (...)
>
> O amigo Soler tem talento, sabe pensar e fazer pensar os outros. Mas não pode

[170] "Noite de Arte Proletária". *A Plebe*. São Paulo, 31 mar. 1934, n. 59, p. 4.
[171] "O Festival da 'A Plebe'". *A Plebe*. São Paulo, 14 maio 1927, n. 251, p. 4.

> exigir do público que adivinhe o seu pensamento, que ficou um tanto indeciso e obscuro na cena final da obra. "Teseu" é um drama excelente, mas muito melhor ficará, a nosso ver, se Soler lhe aparar algumas arestas, e o expurgar dos diálogos muito longos, mesmo sacrificando um pouco da boa doutrina que debatem." ([172])

Tais encenações eram desempenhadas por grupos amadores, especializados nesta tarefa ou reunidos numa associação libertária ou sindical. Em geral, a peça teatral, especialmente os dramas sociais clássicos do anarquismo e, em segundo lugar, as palestras, mereciam maior destaque no anúncio dos festivais. A apresentação de uma comédia após o drama principal era anunciada, com certo cuidado, sendo qualificada como "finíssima" ou "hilariante" para não ser confundida com o teatro comercial. Os festivais anticlericais apresentavam repertório próprio de peças e poesias que eram utilizadas também pelos outros grupos. Conta-se que, no final das apresentações teatrais anticlericais, era tradição a quebra de um crucifixo, provocando reações de censura pelos grupos católicos.

Por fim, como "ato de variedades" que encerrava as programações, constavam apresentações bastante diversas, como recitativos de sonetos e poesias, em geral realizados por crianças, cantos populares, monólogos, anedotas, *sketchs* humorísticos, declamações, sendo também mencionados números de ilusionismo e prestidigitação e pequenos leilões. Nesta última parte haveria maior participação do público que passava da platéia para o palco, ensaiando sua expressão artística. Esta interação entre artista e público seria característica da arte popular, conforme é analisado por Marilena Chauí que aponta nesta a identificação quanto à classe social, à vivência e à interferência recíproca. Tal dinâmica, contrastante com a cultura de massa ou a cultura de elite, constitui-se numa alternativa de resistência cultural. ([173])

Quanto aos resultados dos festivais, vários deles foram comentados pela imprensa anarquista que apontava seu sucesso com base no grande número de presentes (sendo mencionadas em geral 700 a 1.200 pessoas), além da revivificação do espírito libertário afirmado através da festa:

> "O festival efetivado no sábado último em benefício de "A Plebe", constituiu um verdadeiro acontecimento; foi mais uma belíssima página escrita na história da propaganda libertária em S. Paulo.
>
> Por não nos ser possível alugar o Salão Celso Garcia, por estar ocupado, fomos ao da Federação Espanhola que é um dos grandes salões desta cidade, mas foi pequeno, demasiado pequeno, para conter a verdadeira multidão de amigos e de simpatizantes, que acorreram pressurosos para assistir à festa, pois que as nossas festas constituem sempre

---

[172] F., R.. "O nosso festival". *A Plebe*. São Paulo, 18 ago. 1934, n. 69, p. 4.
[173] CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.70-72.

> um fortíssimo laço de solidariedade da grande família libertária que participa com verdadeiro sentir dos nossos anseios de liberdade, dos nossos propósitos de lutas contra todas as tiranias econômicas, políticas e sociais." ([174])

A mesma estrutura dos festivais era reproduzida pelos sindicatos e federações operárias, intitulando-se, estes, "Festivais de Confraternização Proletária", os quais diferenciavam-se dos "Festivais de Arte e Cultura" dos grupos anarquistas que enfatizavam seu caráter doutrinário e cultural. Havia, porém, grupos teatrais e conferencistas que atuavam em ambos tipos de festivais.

Quanto ao repertório, ainda na década de 30 eram encenadas peças em italiano ou espanhol, idiomas muito presentes nos jornais, conferências e comícios. Pedro Catalo, sapateiro espanhol ([175]), fala de sua participação na fundação do Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados, em 1928, que encenava peças em italiano, participando também do Grupo Teatral Aurora cujas encenações utilizavam o idioma espanhol.

Os piqueniques, por sua vez, eram programados com atividades artísticas e recreativas. Havia nestes passeios a presença de bandas de música e orquestra, com "danças familiares ao ar livre", jogos infantis, corridas de bicicletas, leilão de prendas e conferências, como a de José Oiticica, que assinalou o significado revolucionário do piquenique, comparando-o com a Revolução Espanhola:

> "... o camarada José Oiticica, lembrando a luta que se desenrola na Espanha pelo advento do Comunismo Libertário, disse que nós, os anarquistas de São Paulo, naquela expansão feliz de camaradagem, no transborde de nossas alegrias, naquela liberdade vivida plenamente por algumas horas, estávamos também, como os anarquistas espanhóis nas ruas ante as metralhadoras governamentais, preparando o advento da anarquia.
>
> E tem razão.
>
> É assim, quando não seja possível ainda a insurreição pelas armas contra todas as formas de tirania, nesses ensaios da vida livre, da liberdade realizada plenamente em todas as suas formas, no sentimento, na ação, no amor, na vida em toda a extensão da palavra, que a anarquia se vai concretizando, e deixa de ser a **utopia** com que nos argumentam os eunucos do pensamento, para ser a realidade científica da sociedade futura." ([176])

Os piqueniques realizavam, assim, a "inversão do mundo", apontada por Mikhail Bakhtin, como elemento característico das festas populares, como o carnaval medieval, no qual eram abolidas provisoriamente as normas hierárquicas. ([177]) A alegria festiva concretizava

---

[174] "O nosso festival". *A Plebe*. São Paulo, 27 maio 1933, n. 26, p. 3.
[175] RODRIGUES, Edgar. *Op. cit.* Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976, p. 276-279.
[176] "Piquenique de 'A Plebe'". *A Plebe*. São Paulo, 16 dez. 1933, n. 50, p. 2.
[177] BAJTIN, Mijail. *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1987, p. 16-17.

momentaneamente a utopia, rompendo as relações de autoridade ao recriar uma nova ordem pautada pela liberdade e pela harmonia.

Este modelo de harmonia coletiva era enfatizado nos comentários a respeito das excursões e piqueniques que mereciam grande destaque na imprensa anarquista, com fotos enfatizando a harmonia da grande família libertária. O número de participantes era variável, sendo citados, entre 200 até 1.500 pessoas, atingindo-se esta última cifra em piquenique realizado no Parque Jabaquara e num outro intitulado "Florada Anárquica", realizado no Brooklin. ([178])

Assim, embora a programação dos piqueniques apresentasse um cunho de fundo mais recreativo, eles representavam, pela atitude solidária, um ensaio e uma preparação educativa para a convivência social sem governos e sem patrões, segundo a perspectiva libertária. Destacava-se ainda a ausência de preconceitos de raça, de idades e de credos, e também a ausência de bêbados, já que a moral anarquista fazia campanha contra o alcoolismo pela harmonia de todos, reunindo a "grande família libertária".

Instalava-se uma ordem especial através de um discurso de classe que afirmava o trabalho espontâneo em contraposição ao trabalho passivo que a sociedade capitalista impunha, segundo Francisco Foot Hardman. Por outro lado, os festivais e piqueniques representavam a apropriação dos espaços públicos por uma massa popular ativa, realizando uma demonstração de ordem e harmonia, segundo o autor. ([179])

Os festivais e piqueniques reuniam uma gama variada de atividades, todas, porém, com finalidade de propagação ideológica, enfatizada na conferência de um intelectual ou de um operário. As demais modalidades artísticas de música, canto, teatro, poesia eram, entretanto, permeadas por este objetivo, caracterizando-se por seu conteúdo social. Esta perspectiva engajada da arte privilegiava o conteúdo em detrimento da originalidade formal. O repertório teatral e musical das apresentações era constituído por peças tradicionais com estilo popular cujo conteúdo visava o envolvimento e a mobilização da platéia.

Apesar da produção artística não buscar inovações formais, visava a atualizar o espírito libertário de luta, transformando-se os festivais e piqueniques em modelos de harmonia coletiva, ao mesmo tempo que reeditavam as tradições de expressão cultural. A arte libertária, segundo

---

[178] São mencionadas excursões do Grupo Musical e Cultura Social do Rio de Janeiro para o Saco de S. Francisco em Niterói (mar. 1927) e para Santos, na Praia de Itararé, em comemoração do 100º número de *A Plebe* (10 nov. 1935). Piqueniques: no Parque da Cantareira (15 out. 1933), no Recreio Vila Lusiana, no Brooklin (10 dez. 1933), no Parque Jabaquara (23 set. 1934, 1º jan., 17 mar., 25 maio 1935) e na Chácara do militante anticlerical J. Gavronski, na cidade de Carvalho Araújo (15 jul 1934).

[179] HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão!*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 41-42.

Mariângela Lima e Maria Thereza Vargas, teria por finalidade conciliar a expressão individual com a coletiva e, por outro lado, pretendia funcionar como projeção dos ideais ao mesmo tempo que servia à crítica da sociedade capitalista:

> "Por um lado, a arte é veículo certo para projetar a imagem de uma *sociedade ideal*, cuja característica básica é a harmonia coletiva, subsistindo através da absoluta liberdade individual. Por outro lado, os princípios filosóficos do anarquismo pensam a arte como uma função natural, comum a todos os indivíduos e vinculada à necessidade expressiva. Está intimamente ligada ao cotidiano e, portanto, à prática política necessária para a transformação social. É ao mesmo tempo um instrumento de crítica e de projeção." ([180])

A arte e a educação eram, assim, elementos essenciais para a formação do indivíduo e para a propagação dos ideais libertários. A reedição das atividades e formas de organização demonstrava a necessidade de dar continuidade a uma tradição própria como recurso para a preservação da identidade libertária. A intensificação da propaganda através dos grupos e sindicatos que adotavam a proposta libertária, tendo por eixo suas múltiplas expressões culturais, constituíam uma forma de resistência frente às transformações da sociedade e à difusão de ideologias que competiam com a prática libertária.

[180] LIMA, Mariângela Alves de e VARGAS, Maria Thereza. *Op. cit.*, p. 167.

CAPÍTULO III

A TRAMA DAS IMAGENS

A luta sustentada pela organização dos sindicatos e grupos guiados pelos princípios libertários para sua sobrevivência e afirmação ideológica expressava-se por meio de discursos característicos e pela polarização com seus oponentes no interior de um imaginário específico. A imagem como elemento atuante nas lutas sociais e políticas vem sendo valorizada pela Nova História ao se abrirem novas perspectivas para a abordagem destas áreas, conforme apontam Jacques Le Goff e Peter Burke. ([1])

Bronislaw Baczcko também destaca o papel fundamental da imagem no funcionamento da sociedade, tanto para a legitimação do poder, quanto para a resistência ao mesmo através das utopias. O social estaria constituído por uma rede de símbolos, formando-se um campo no qual articulam-se as experiências, lembranças e esperanças que organizam o tempo presente e realizam projeções para o futuro. É neste universo simbólico que se define a identidade de um grupo e também se desenvolvem seus conflitos:

> "... au travers de ces imaginaires sociaux, une colletivité désigne son identité en élaborant une représentation de soi. (...) Désigner son identité collective, c'est, du coup, marquer son 'territoire' et les frontières de celui-ci, définir ses rapports avec les 'autres', former des images des amis et des ennemis, des rivaux et de alliés; c'est également conserver et modeler les souvenirs du passé, ainsi que projeter sur l'avenir ses craintes et espoirs.
>
> (...) Ainsi, l'imaginaire social est également une pièce effective et efficace du dispositif de contrôle de la vie collective, et notamment de l'exercice du pouvoir. Du coup, il est *le lieu* des conflits sociaux et *un des enjeux* de ces conflits." ([2])

No caso da prática libertária, a imagem tinha papel privilegiado ao construir-se no plano do discurso e das gravuras, buscando abordar o ser humano em suas várias dimensões sensíveis. Utilizava-se da imagem como arma para a difusão de seus valores no meio operário, travando-se

---

[1] LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 8 e BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p. 98.

[2] BACZCO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984, p. 32-33.

uma luta contra os estereótipos depreciativos produzidos pelo Estado e pela grande imprensa. Assim, os discursos e imagens libertárias ao mesmo tempo que forneciam elementos para a construção de um imaginário violento e ameaçador, por seu caráter incisivo e vibrante, procuravam neutralizar e defender-se, expressando seus ideais de harmonia e libertação. Tanto este aspecto duplo de pacifismo e violência encontrado nas imagens anarquistas, quanto o conflito de classes no qual se localizavam, eram tensões constituintes deste imaginário, reforçando-se a necessidade de sua permanência.

A análise dos discursos e imagens libertárias veiculadas por seus periódicos será, assim, contrastada com as imagens difundidas através do jornal *O Estado de S. Paulo*, como representante da grande imprensa, e dos relatos do DOPS, como aparelho do Estado encarregado da vigilância das atividades sindicais.

3. 1. A auto-imagem libertária nos discursos e representações gráficas

3.1.1. Identidade e Tradição

A afirmação da **identidade coletiva** dos grupos de operários e de anarquistas apresentava, como suporte, do mesmo modo que as identidades nacionais, as **tradições** passadas que se constituem das lutas vitoriosas ou derrotadas, assumidas em nome de interesses e direitos reivindicados, dos costumes, valores, cultura dos antepassados e dos iniciadores. O **ato fundador**, essencial na conformação da identidade, seguido de continuidades e persistências, estendia-se, sob a ótica libertária, a todas as lutas contra a opressão, processando-se desde a antigüidade e diluindo-se na história da humanidade. Apesar da concepção anarquista possuir seu ponto de partida em ideólogos, teóricos ou ainda em militantes que despontaram no decorrer da Revolução Francesa, projetava sua ampliação para o conjunto dos oprimidos, assinalando atitudes libertárias no presente e no passado como aspirações de caráter libertário.

O operário industrial do século XX identificava-se tanto com o escravo, com o servo, com o artesão, caracterizados de modo mais radical como excluído ou como pária, estabelecendo-se uma continuidade de longa duração em sua condição de explorado e em sua luta pela liberdade. Tais expressões, que estavam presentes em outras tendências sindicais do período, adquiriam tonalidade mais dramática e enfática entre os libertários, conforme podemos verificar no discurso do chapeleiro João Hernandez:

> "Os exploradores e toda casta parasitária, parecem desconhecer que nós, os descamisados da revolução Francesa, os párias da Grécia, os ilotas de Esparta, os proletários de hoje, fomos, somos e seremos os que tudo produzimos." ([3])

Embora a valorização da individualidade fosse um dos princípios libertários, a constituição e afirmação da **identidade coletiva** como forma de autoconsciência, como meio para encontrar no outro a partilha de idéias, valores, ideais, costumes, práticas comuns, expressando-se no "nós" coletivo, era uma das facetas deste processo. Era o momento da solidariedade, da participação no grupo, da reunião de forças do coletivo, rompendo-se o individualismo. Os componentes comuns revelavam esta unidade e os rituais aproximavam os elementos do grupo.

---

[3] HERNANDEZ, João. "Organizemo-nos sem tutela". *O Trabalhador Chapeleiro*. São Paulo, 1 maio 1933, nº comemorativo, p. 4.

Porém, outro aspecto da coesão nesta identidade era a relação com o outro que podia ser estabelecida como **diferença** ou como **contraposição**. Frente às outras tendências do movimento operário, o anarquista posicionava-se como diferente por seus objetivos e práticas, partilhando de idéias e tradições operárias comuns. Diante das classes dominantes, porém, estabelecia-se a oposição como tensão constituinte de classe que se caracterizava pela contraposição dos valores e práticas, mas ainda pela negação das classes burguesas, como outro radical que necessitava ser eliminado para que o ideal operário da sociedade igualitária pudesse ser concretizado. Assim, enquanto processo de conscientização como classe, a identidade operária reconhecia seus interesses como opostos às classes dominantes: o estabelecimento de seus direitos implicava perda para o outro. Mas, quanto à produção do conhecimento e da tecnologia, não havia necessariamente oposição, mas concomitância e até influência recíproca, na medida em que os conhecimentos científicos não deviam ser eliminados, mas compartilhados por todos.

Este processo, entretanto, ocorria como um conjunto, não se podendo dissociar o interesse econômico da criação cultural, havendo, conforme E. P. Thompson, uma unidade da consciência cultural e econômica. Na Inglaterra do final do séc. XVIII, expressava-se, por vezes, o interesse econômico através de formas culturais como a negação da escola oficial ou a necessidade de manutenção da Lei dos Pobres que, apesar de ser um decreto do rei, garantia a fixação dos preços do pão e dos salários segundo o costume, característica denominada pelo autor como "economia moral paternalista". ([4])

O movimento operário criou novos procedimentos forjados a partir da Revolução Francesa cujas características foram filtradas em seus momentos de fúria popular, de terror e reação, dando origem ao ideário e aos símbolos utilizados por socialistas, comunistas e anarquistas. O imaginário decorrente desta revolução, porém, foi a grande fonte de representações que nutriu a ideologia anarquista: a derrubada da Bastilha e a Comuna de Paris eram modelos de revolução e de reorganização social. Maurice Agulhon analisa minuciosamente as várias fases em que as representações e símbolos vão adquirindo conotações conservadoras ou radicais, desde a eclosão da revolução até seus desdobramentos no início do século XX. Destacamos três elementos participantes da composição da iconografia e da prática operária, os quais se repetem nas imagens anarquistas: a *alegoria feminina*, a *bandeira vermelha* e o *sol nascente*.

O estabelecimento destes procedimentos em rituais tinha como função a criação de uma

---

[4] THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. I, cap. 3 e vol. II, p. 15.

nova tradição contraposta à tradição oficial, aristocrática e burguesa. A utilização das alegorias e simbologia pelas diferentes correntes que, segundo Hobsbawm, foram-se tornando mais conscientes de sua eficácia, especialmente entre as décadas de 1870 e 1914, coincide com o período de formação do movimento operário que cria seus rituais e manifestações de classe, sendo um exemplo bastante típico o 1° de Maio que possui uma história já analisada por diversos autores, entre eles, Maurice Domanger, Michèle Perrot e Eric Hobsbawm. ([5])

A tradição inventada, segundo expressão de Hobsbawm, tem como objetivo garantir a invariabilidade através da repetição:

> "Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado." ([6])

Diferenciado do costume que, apesar de comportar a mudança, possui um caráter mais coercitivo com a sanção do precedente, e diferente da convenção ou rotina técnica, que não possuem função simbólica ou ritual importante, mas visam eficiência, a tradição apresenta especial vinculação com o passado, mesmo quando mítico.

Nesta linha de interpretação, o movimento operário que reiterava suas relações com o passado não apresentaria caráter conservador ou retrógrado, mas as tradições e referências a sua própria história eram fatores inerentes à própria formação e estabelecimento da **identidade da classe operária**. O anarquismo partilhava com as demais correntes sindicais desta perspectiva, porém, dada sua ênfase na necessidade de desenvolvimento de uma cultura e educação operárias e sua negação da participação política, parecia resistir com maior intensidade às mudanças de suas práticas.

Muitos dos elementos apontados por Thompson, como característicos da cultura e das organizações dos trabalhadores ingleses desde as raízes de sua formação, eram mantidos no ideário anarquista como princípios constitutivos de sua identidade de classe. Por outro lado, havia traços da tradição e das lutas desta cultura que se diferenciavam da concepção libertária, como as

---

[5] DOMANGER, Maurice. *Historia del Primero de Mayo*. Buenos Aires: Editorial Américalee, 1956; PERROT, Michèle. "O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário". In: *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e HOBSBAWM, Eric. "A transformação dos rituais do operariado". In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[6] HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

campanhas políticas para a renovação do Parlamento ou a influência metodista inglesa.

Entre os componentes comuns que demonstram o objetivo libertário de guardar os valores originais da cultura operária que remonta às tradições camponesas, destacamos:

- uma rede de comunicação alternativa em nível nacional, contraposta à imprensa e aos canais de comunicação burgueses. Os anarquistas realizavam esta comunicação através dos periódicos, seu principal meio de propaganda, enquanto a Sociedade Londrina de Correspondência do final do século XVIII tinha como objetivo a discussão da política radical através desta rede;

-- as escolas metodistas e leituras coletivas de livros e periódicos criavam um instrumento de educação que permitia o desenvolvimento da autoconfiança e da organização do operariado;

-- o autodidatismo valorizado por líderes trabalhistas, aliado à autodisciplina e à rejeição ao alcoolismo e à licenciosidade;

-- o ateísmo dos movimentos radicais. A frase do propagandista Catle foi retomada pelo anticlericalismo libertário: "Que o último Rei seja estrangulado com as tripas do último padre";

-- as sociedades cooperativas owenistas, precedidas pelas comunidades metodistas;

-- a necessidade de liberdade de imprensa, como valor excepcional na Inglaterra que marca os primórdios de seu movimento operário;

-- a martirologia e demonologia nos discursos retóricos inflamados dos líderes ingleses;

-- a resistência à transformação dos valores morais e culturais, que tem expressão extremada com os movimentos ludistas.

Estes traços característicos dos primórdios do movimento operário inglês encontraram acolhida no ideário anarquista, conferindo-lhe uma busca de autenticidade na conformação de uma cultura operária. Os anarquistas, julgando-se seus legítimos herdeiros, procuravam manter viva esta tradição, difundindo-a através dos séculos e nos países onde o operariado ensaiava sua organização, afirmando valores originados em sua própria história.

Especialmente num momento de enfraquecimento do alcance da prática libertária, como ocorria no período que abordamos no Brasil, tornava-se fundamental para sua sobrevivência a busca destes referenciais no passado e de vínculos com outros países onde o ideal libertário florescia intensamente, como era o caso da Espanha revolucionária. O constante apelo aos valores operários através da reprodução de rituais e das imagens clássicas dos momentos áureos do seu passado, assim como a semelhança de suas atividades com aquelas dos libertários de outros países, em sincronia com seus ideais, eram recursos utilizados para a reafirmação da prática anarquista.

1886 — 1º DE MAIO — 1932

A Revolta!



De facho erguido ao alto, no Espaço iluminado das consciências proletárias, a Revolução Social caminha sobre os escombros do passado, destruindo os obstáculos do presente, a caminho do futuro resplandecente de harmonias, onde a IGUALDADE, a FRATERNIDADE e a LIBERDADE, não constituam já uma promessa, mas uma realidade científica. ([7])

ILUSTRAÇÃO 1

---

[7] *O Trabalhador*, São Paulo, 1º maio 1932, n. 6, p. 1.

3.1.2. As ilustrações como recurso de resistência

A gravura (**ilustração 1**) com a qual iniciamos este capítulo sintetiza várias das características que perpassavam o conjunto das imagens reproduzidas nos periódicos libertários, além de *ser uma* das mais freqüentes estampas dos jornais anarquistas no final da década de 20 e início dos anos 30. Nela identificamos elementos característicos da tradição iconográfica da Revolução Francesa: a representação alegórica dos ideais, os inimigos do anarquismo destruídos através de seus símbolos e a violência inerente a esta destruição na tocha erguida pela figura feminina. ([8])

As imagens utilizadas pela imprensa libertária teriam como função primordial a propaganda e a preservação de seus princípios. Criava-se uma estética própria que teria como peculiaridade o engajamento e o expressionismo, segundo Lili Litvak:

> "En el arte anarquista, nos damos cuenta que la función esencial es la propaganda. Por ello, el grabado libertario se vuelve expresionista. Busca expresar, y es por ello expresionista en esencia. Está allí para decir, para expresar de lo real más que lo real. De allí el expresionismo figurativo de los personagens representados, al que se une además un expresionismo alegórico y simbólico referente a ideas y entidades abstratas. En esta forma, toda una serie de connotaciones teóricas forman un campo estético superpuesto al campo ideológico. Se trata de comunicar el mensaje ideológico en la forma má emotiva posible, y por ello, el dibujo más eficaz es aquel que requiere menos deliberación para ser comprendido." ([9])

O expressionismo libertário, diferentemente do movimento artístico desenvolvido nas academias, teria caráter popular, na medida em que era produzido por trabalhadores e consumido pelos mesmos. A finalidade da propaganda que aparentemente resultaria numa simplificação era a garantia da popularidade e da criatividade direcionada para a escolha de recursos comunicativos e impactantes.

Sob a mesma perspectiva expressionista, o vocabulário empregado nos artigos dos jornais libertários também era agressivo, dramatizando-se as situações de exploração e glorificando os atos de rebeldia. As expressões carregadas transitavam entre a terminologia e adjetivação erudita até a utilização da linguagem vulgar, tendo como principal objetivo intensificar o apelo à mobiliza-

---

[8] Esta gravura produzida, por Angelo Las Heras, operário espanhol de fábrica de bebidas, aparece nos jornais: *O Trabalhador*, São Paulo, 1° maio 1932, n. 6, p. 1; *A Plebe*, São Paulo, 1° maio 1927, n. 250, p. 3 e 29 abr 1933, n. 22, p. 3; *A Vida*, Rio de Janeiro, 1° maio 1928, n. 50, p. 1; *O Trabalhador da Light*, São Paulo, 1° maio 1934, n. 3, p. 1.

[9] LITVAK, Lily. *Musa Libertaria*. Barcelona: Antoni Bosch, 1981, p. 48.

ção do leitor pela indignação e pela revolta.

As ilustrações e os discursos verbais veiculados possuíam uma matriz comum configurada num imaginário que fornecia metáforas e símbolos a ambos, numa correspondência que extrapolava o puro jogo retórico para a mobilização de emoções e atitudes. Buscando suas fontes no passado e na produção de países com fortes raízes anarquistas, principalmente Espanha, Portugal, França, Argentina e Itália, a reprodução de alguns textos e ilustrações não se fundava apenas na carência de uma produção nacional, mas desempenhava intencionalmente o intercâmbio internacional e a reiteração do passado.

A função das ilustrações, à primeira vista, parecia ser a de fornecer um atrativo, especialmente para o trabalhador semi-alfabetizado ou para o analfabeto que usufruía desta imprensa em leituras coletivas nos sindicatos ou associações de bairro. Algumas vezes a ilustração não apresentava vinculação com os temas dos artigos que a circundavam, possuindo, porém, estrita unidade com o ideário anarquista. É justamente nesta correspondência que parece-nos residir a função das imagens gráficas veiculadas: não funcionando apenas como ilustração complementar ao discurso verbal, mas também como uma outra linguagem para a expressão dos mesmos ideais que permeavam a ação libertária.

Já mencionamos o caráter engajado da proposta artística dos anarquistas no teatro, nas canções e nas festas populares que visavam a transmissão de princípios libertários ou a representação da condição operária, provocando antes o desejo de mudança social que o enlevo estético ou a catarse emocional. Também as gravuras buscavam este efeito pelo recurso visual que não seria exatamente um apêndice do texto verbal, mas uma somatória junto às outras modalidades artísticas.

A maior freqüência na publicação de gravuras em detrimento da fotografia pode ser apontada devido ao maior custo das fotografias, tanto em sua produção quanto em sua reprodução. A fotografia era utilizada com pouca freqüência para a veiculação das fisionomias dos heróis libertários e para a comprovação do grande afluxo nas festividades e manifestações. A gravura possuía um caráter mais popular, podendo ser produzida e reproduzida manualmente, sem outros gastos de equipamento. A ilustração gráfica também apresenta a vantagem de permitir a manipulação dos componentes representados segundo o ideário que se objetivava transmitir.

Esta possibilidade de reprodução em massa viabilizada pelo desenvolvimento técnico permitia a produção e a difusão da arte, tornando-a popular tanto no aspecto da criação quanto da

fruição. Lili Litvak destaca a valorização libertária deste rompimento com o caráter elitista da arte que, através da multiplicação das publicações, poderia sair dos espaços fechados dos museus, pois, com a reprodutibilidade técnica, a obra perdia a aura de seu caráter único, apontado por Walter Benjamin, adquirindo consumo ilimitado. O progresso técnico proporcionava assim um canal para o ingresso do trabalhador num universo estético que poderia ser utilizado para sua educação e para a expressão de suas idéias. ([10])

A manutenção da periodicidade semanal ou quinzenal dos jornais anarquistas era bastante onerosa, obtendo-se fundos apenas através das vendas avulsas, contribuições angariadas pelos pacoteiros que se deslocavam para outras cidades do país, renda de festivais e rifas. Os anúncios eram proibitivos, segundo a concepção libertária, pois o jornal deveria ser sustentado por seus leitores, caso contrário perderia o objetivo doutrinário. Devido a esta precária sustentação econômica, dificilmente ampliavam-se as edições, em geral com 4 páginas de tamanho tablóide, com exceção do número dedicado ao Dia do Trabalho, para o qual os editores esmeravam-se na busca de gravuras repletas de alegorias.

As imagens gráficas que analisaremos necessitam ser contextualizadas tanto em relação às simbologias e representações, quanto em referência a circunstâncias históricas imediatas que lhes conferiam significado. Os artigos jornalísticos a que estavam relacionadas ajudavam a fornecer esses dados, porém, é fundamental a caracterização desta arte gráfica popular pela complementaridade entre título e / ou legenda com a imagem figurada. Títulos e falas dos personagens invadiam os desenhos, visando a explicitar a simbologia que se desejava expressar, constituindo a imagem em alegoria. A legenda nas gravuras participava da constituição do significado da imagem, de modo diferente das legendas fotográficas publicadas nos jornais que não se incorporavam à imagem, pois esta mantém uma irredutibilidade básica por possuir estrutura diversa de linguagem, segundo Roland Barthes. ([11])

Na medida em que os objetivos das representações visuais dos anarquistas não eram estritamente estéticos, mas antes ideológicos e didáticos, a expressão verbal constituía parte integrante das alegorias e charges, sendo essenciais para sua interpretação. Assim, as imagens gráficas não teriam por objetivo a veiculação de idéias para os analfabetos, podendo apenas funcionar como um

---

[10] LITVAK, Lily. *Op. cit.*, p. 331-338.

[11] BARTHES, Roland. "A mensagem fotográfica". In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 312.

atrativo. A compreensão do significado de cada imagem necessitava das referências escritas, transmitindo uma mensagem que extrapolava o nível racional, atingindo outros aspectos da sensibilidade.

As imagens procuravam retratar a condição de vida operária, a opressão no trabalho, atribuindo suas causas aos princípios e instituições autoritárias nomeadas a partir da tríade: ESTADO - IGREJA - CAPITALISMO, cujos elementos poderiam desdobrar-se e entrelaçar-se.

O ESTADO era representado através de seus instrumentos repressivos: Leis, Exército, Parlamento, Polícia, Política; a IGREJA emergia através da figura do padre, retratando opressão moral e o CAPITALISMO, por sua vez, expressava a exploração econômica e opressão dos valores de classe, apresentando-se graficamente na imagem do gordo patrão burguês.

No plano do ideal e do cotidiano, erguia-se a figura dos trabalhadores que, quando unidos, encontrariam a força de rebelião e resistência contra aquelas instituições,. O ideal configurado inspirava-se na figura alegórica feminina de Marianne, símbolo da LIBERDADE, REVOLUÇÃO e da SOCIEDADE ANÁRQUICA.

Assim, tais imagens retratadas compunham, por caminhos diferentes, o real e o ideal, visando-se um mesmo objetivo pragmático: a capacidade de, didaticamente, levarem à conscientização e mobilização operárias. Funcionavam como espelho da realidade, realçando a opressão, ou como modelo e exemplo de rebeldia para a transformação da sociedade em direção ao ideal.

As imagens tinham um caráter simbólico, procurando formar, junto ao seu público-alvo conceitos gerais que permitissem uma leitura da realidade. O aspecto abstrato e estereotipado dos personagens é destacado por Litvak ao caracterizar a linguagem libertária, visando tanto ao aspecto comunicativo quanto ao doutrinário:

> "Así se llega a una moral lógica y coherente de enorme claridad y simplificación. El carácter, la conducta, la ética, las ideas sociales, se presentam en figuras esquematizadas y absolutas; en estereotipos que son partes fundamentales del equipo simbólico anarquista para ordenar la realidad. Por medio de ellos se exponen las ideas y se hace una reducción de lo complejo a lo simple, eliminándose la ambigüedad. La exageración, externalidad y ausencia de psicologia en los estereotipos resume, simbólicamente, las estruturas humanas y sociales de la realidad y constitue un lenguage, una red de signos que el lector descifra." ([12])

A complementaridade entre os conceitos abstratos e a necessidade de figurar situações concretas viabilizava-se através do recurso a estes estereótipos nas gravuras produzidas pelo anar-

[12] LITVAK, Lily. *Op. cit.*, p. 52.

quismo espanhol. O caráter genérico destas imagens permitia sua reutilização por décadas, atravessando fronteiras, com adaptações às situações históricas e locais pelos libertários radicados no Brasil. Esta ênfase nas representações gerais sobrepunha-se à caricatura de personalidades individualizadas que apareciam apenas ocasionalmente, tendo, entretanto, também uma função exemplar.

Apesar deste simbolismo permear todas as imagens, notamos uma diferenciação das mesmas relacionadas à sua temática, podendo-se estabelecer uma classificação que, apesar de genérica, pode nos auxiliar a analisá-las diante do contexto da época:

1. *Gravuras sem apelo humorístico* que procuravam retratar realidades comoventes de modo didático ou esquemático. Embora as figuras também pudessem ser constituídas em símbolos, na medida em que não possuíam características personalizadas, mas exemplares, a finalidade mais destacada era a de espelhar a realidade, segundo o recorte de relevância libertária.

2. *Charges*: utilizava-se do exagero ou da caricatura, com figuras estereotipadas que caracterizavam a linguagem deste gênero. O humor que produziam, em geral, aproximava-se do chamado "humor negro", não tendo intenção sádica mas finalidade impactante.

3. *Alegorias*: imagens em que predominava a simbologia dos elementos abstratos em cenários não cotidianos. Sua temática era o ideal figurado em imagens de exaltação.

a. O inferno proletário: miséria e opressão

A dramaticidade da condição operária era expressa por um vocabulário carregado que enfatizava tanto a carência material quanto seu aspecto emotivo e moral. Conforme a linguagem empregada nos periódicos libertários, a situação operária era apresentada como uma vida dura, de privações, de negra e pavorosa miséria, de extrema penúria, com permanentes sofrimentos e insuportáveis tormentos, sintetizando-se na tristeza de sua existência ou no inferno proletário. Sua alimentação era uma ração presidiária, abrigava-se em míseros tugúrios onde reinava uma promiscuidade desumana e suas mulheres e filhos definhavam, sendo aniquilados pela miséria. A instrução lhes fora roubada pelos parasitas, restando ao trabalhador uma "estúpida forma de viver amarrado ao tronco de uma escravidão humilhante".

O jornal carioca *Ação Direta*, em 1929, abria uma sessão para a divulgação dos protestos e atividades operárias, lamentando a extrema exploração a que estavam submetidos os metalúrgicos, num trabalho estafante e embrutecedor que sequer proporcionava um salário que satisfizesse suas necessidades básicas. Era o próprio inferno que se descrevia, instigando os operários à organização:

> "... esses pobres entes, que no interior obscuro das fundições agonizam de cansaço e de miséria, marcados pelo ferro e pelo fogo, sem ar e sem luz, negros de suor e de carvão, são torpemente explorados pelos industriais, ganham salários ridículos com os quais não podem suprir as necessidades de seus lares. Se não se organizam é porque as infâmias, as misérias da sociedade burguesa aniquilaram neles a consciência e a dignidade de homens." ([13])

O retrato constrangedor da família operária sem teto, sem lar, sem nada foi apresentado em gravura (**ilustração 2**) na qual figurava numerosa família composta pelo casal e cinco filhos com seus móveis e utensílios, todos desabrigados debaixo de chuva, sem ter onde ir, despejados por falta de recursos para o pagamento do aluguel. A família numerosa com bebês ao colo retratava uma característica freqüente da época nas famílias operárias. As crianças conferiam dramaticidade à cena, assim como a chuva que caía sobre elas, transmitindo a sensação de desamparo e de desespero da condição operária. ([14])

---

[13] "Os Fundidores". *Ação Direta*. 10 jan. 1929, n. 3, p. 4.
[14] *A Plebe*. São Paulo, 1° ago. 1933, n. 37, p. 1.



ILUSTRAÇÃO 2

A Plebe. São Paulo, 1 ago. 1933, n. 37, p. 1.

A fome também era enfocada de modo dramático em imagem de menina sentada diante da mesa, erguendo seu prato vazio e lançando olhar suplicante para o pai que desviava o olhar triste e pesaroso, pois nada tinha a oferecer para a criança faminta. Esta imagem era acompanhada por texto que condenava a falsa alegria do carnaval por sua ostentação e luxo nos desfiles de automóveis. De acordo com o conteúdo apresentado, esta festa teria perdido seu caráter popular, pois muitos trabalhadores estavam na miséria, sem poder exercer seu direito à vida. ([15])

Assim, as imagens da condição operária visavam a denunciar a pobreza material da classe, responsabilizando o sistema capitalista que seccionava a sociedade em ricos e pobres. Estas gravuras proporcionavam uma constatação dramatizada da pobreza, enquanto outras procuravam mostrar, de modo mais didático, a desigualdade enfatizada através do uso de **contrastes**.

A família operária que tudo produz mas não pode usufruir dos bens que gerou apareceu figurada numa gravura que retratava um trabalhador com mulher e filho juntos a enorme trouxa de roupas, perdidos no meio da cidade. O operário que construíra palácios e prédios não tinha uma casa, um cortiço sequer para morar. A expressão do trabalhador, com rosto enrugado e cansado era de desolação, enquanto a mulher curva-se aos prantos diante da impossibilidade de encontrar abrigo para a família. ([16]) As mulheres apareciam quase sempre representadas nesta condição de mães de família, colocando num segundo plano as trabalhadoras que exerciam seu ofício fora do lar. Sua postura ativa em geral restringia-se à figuração alegórica.

O "contraste" entre a condição de vida e de trabalho do operário e do burguês era apresentado insistentemente e de forma esquemática em quadros divididos ao meio, tendo de um lado o trabalhador envolvido em atividade produtiva com seus equipamentos, enquanto do outro lado o burguês ocioso estava a fazer suas refeições em local refinado, com agradável companhia feminina ou, então, a contemplar suas riquezas empilhadas em vários sacos de dinheiro dentro de um cofre.([17])

A divisão de classes nesta última imagem, intitulada "*La unica frontera*", era interpretada por texto didaticamente detalhado que apontava tensão constante entre explorados e exploradores devido à luta incessante dos trabalhadores por sua emancipação. Evidenciava-se a finalidade da imagem não só como espelho da realidade, mas também como provocação e estímulo para a ação operária transformadora.

---

[15] *A Plebe*. São Paulo, 17 fev. 1934, n. 56, p. 1.
[16] *A Plebe*. São Paulo, 16 set. 1933, n. 40, p. 1.
[17] *A Vida*. Rio de Janeiro, 1º maio 1928, n. 50, p. 1.

Os pares dicotômicos utilizados nos textos publicados encontravam sua contrapartida nas imagens gráficas. Assim, as expressões para delimitar as oposições entre as duas classes percorriam uma qualificação que partia da denúncia da exploração econômica e de seu aspecto moral, culminando na encarnação dos opressores em animais devoradores e cruéis, conforme podemos verificar no seguinte quadro:

ESTEREÓTIPOS

	TRABALHADOR EXPLORADO	PATRÃO - BURGUÊS
	produtor da riqueza **escravo - oprimido** **explorado - pobre**	**parasita - fruidor - ocioso** **senhor - déspota - opressor** **explorador - ladrão - rico**
exploração	pária que trabalha para o engrandecimento do Brasil classe que realmente produz vítima da exploração, da prepotência dos patrões fecundo e produtivo escravo da fábrica, escravo branco míseros escravos cujo delito exclusivo consiste em precisarem trabalhar para viver! vive sob o jugo tirânico mata-se de trabalhar, não consegue viver fâmulos da terra em que nasceram torpemente explorado pobres entes, miseráveis	escravocratas capitalismo ladravaz ganância capitalista, desmedida, sem limites, torpe desenfreada ambição de lucro argentários, senhores do ouro esbanjam o produto do nosso trabalho em festas, passeios e dissipações patronato voraz alugadores de braços produtores sede de ouro cada vez mais difícil de saciar tirania patronal, prepotência, plutocracia vida faustosa, títulos e regalias
caráter moral	pacato, pacífico e inerme honesto indefeso classes que só tem deveres e às quais não lhes reconhecem direitos	egoísmo verdugos, chacinadores cínicos e rematados hipócritas nefandos propósitos de escravizar e oprimir exploração vergonhosa malvados industriais, sórdidos, desalmados absoluto desprezo pela vida dos operários canalhas
animalização	carne própria para exploração	capitalismo sanguessuga do nosso suor vampiro do sangue do trabalhador parasitas que nos sugam o sangue, desumanos lobos tubarões da indústria víbora capitalista / bote de rapina
atributos visuais	miséria, fome trabalho com seus equipamentos magreza maltrapilho ou nu expressão de sofrimento olhar baixo de humilhação inércia, passividade	riqueza, opulência, desperdício ócio, fumando charuto gordura bem vestido (fraque e cartola) satisfação arrogância e felicidade ação

A gordura, principal característica visual do burguês-patrão, unia-se à idéia de riqueza, ócio, alimentação farta, produtores de sua gordura física. Estes conceitos vinham atrelados a uma figura vampiresca que expressava, em termos mais trágicos, a sucção do sangue operário, ou seja, a absorção da mais-valia. Contrastando, o trabalhador raquítico apresentava-se como um indivíduo explorado em todas suas capacidades físicas, forças e músculos, até a última gota de sangue.

Criava-se, assim, como assinala Michèle Perrot, um bestiário para desqualificar o patrão, estabelecendo-se o ventre como símbolo da riqueza, tema enaltecido por Emile Zola em sua obra *Germinal*, que apresentava a figura do "'deus saciado' nutrindo-se de carne humana". ([18])

Por outro lado, apesar de enfática, esta violência teria uma função específica na linguagem figurativa do discurso anarquista contra o patronato, do mesmo modo que os instrumentos de trabalho teriam função ritual nas greves:

> "a violência desse discurso desempenha em si mesma sua própria função. Ela não é a tradução de uma ação muito mais moderada onde a violência, domesticada, na verdade ritualizada, nada tem de selvagem: tampouco é o reflexo das relações cotidianas, necessariamente mais amenas. (...)
>
> Como todo imaginário social, o dos operários está povoado de fantasmas. Mas os fantasmas também fazem a história." ([19])

As charges, como gravuras que expressavam realidades intencionalmente alteradas produziam efeito humorístico, embora em sua maioria visassem o "humor negro", abusando do recurso aos estereótipos. Estas imagens padronizadas constituíam uma linguagem simbólica que remonta à própria estruturação da charge enquanto recurso de propaganda, com maior difusão a partir do século XIX. Assim, tanto a linguagem utilizada para a caracterização do burguês associado à ganância e a animais parasitas e selvagens quanto sua representação visual como homem gordo encartolado eram imagens freqüentes para a representação das classes dominantes na imprensa em geral.

A peculiaridade da figuração anarquista encontrava-se na sua associação com as representações do Estado e da Igreja. Apontaremos três exemplos nos quais a figura do burguês apresentava, além das características indicadas, traços animalizados:

1°) Na ilustração "*É assim o regime* capitalista" (**ilustração 3**) a desigualdade no regime capitalista aparece representada pelo desequilíbrio da balança que tende para o lado do gordo bur-

---

[18] PERROT, Michèle. *Les ouvriers en grève*. Paris: Mouton, 1974, p. 614, vol II.

[19] PERROT, Michèle. "O olhar do Outro: os patrões franceses vistos pelos operários (1880-1914)". In: *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 85. O tema do simbolismo e ritualização da violência nas greves será analisado por nós no capítulo V.

guês, com cartola e fraque característicos e um cifrão na ampla barriga. Este lança um sorriso animalesco aos trabalhadores, com sua cabeça e patas de porco. Se o burguês está comodamente sentado num dos pratos da balança, os trabalhadores, vestidos em seus macacões, estão dependurados por cordas que lhes servem de forca. O enorme sorriso do porco-capitalista contrasta com a humilhação dos operários cabisbaixos, mortos pela exaustão e pela opressão. O desequilíbrio da balança, símbolo da justiça, demonstra o poder que o capital exerce sobre as instituições do Estado, tendo mais direitos um burguês do que um punhado de trabalhadores. ([20])

A imagem geral de uma injustiça tendenciosa, expressa na gravura citada, de 1927, era aplicada ao Ministério do Trabalho em 1935, denunciando seu favorecimento ao patronato sob a ilusória neutralidade do Estado que intervinha de modo corrupto na mediação dos conflitos trabalhistas:

> "A mediação desse trambolho ministerialista, que é o Ministério do Trabalho, mais uma vez demonstrará aos trabalhadores que a sua missão, como órgão governamental, será a de fazer pender a balança da 'justiça' para a parte mais forte, isto é, para a parte onde há dinheiro para gastar e esbanjar, que, no caso, é a coroa papalina do conde Francisco Matarazzo Filho." ([21])

2°) Em imagem intitulada "*Sistema* capitalista" (**ilustração 4**) mostra-se, com humor negro e sádico (ou masoquista para os trabalhadores), operários caminhando pela passarela da MISÉRIA produzida pelo SISTEMA CAPITALISTA, a qual é sustentada por três pilares: CAPITAL, CLERO e AUTORIDADE, apoiados nas suas LEIS e JUÍZES. Os trabalhadores são conduzidos inercialmente pela inclinação da rampa a um funil, culminando pela moagem por uma enorme engrenagem. Alguns tentam fugir, porém, sem grandes chances de sucesso.

A força do motor da engrenagem é simbolizada pela força de um operário nu, como os demais despossuídos, preso por longa corrente à própria máquina. O burguês gordo, com cabeça de cão, vestindo fraque e cartola, aguardava sorridente, sentado defronte de um saco de dinheiro, a recolher as moedas do lucro sanguinário que extrai do trabalho alheio. A cena é contundente e, em seu didatismo, procura mobilizar a reação dos explorados pela indignação e dramatização de sua condição. ([22])

---

[20] *A Plebe*, São Paulo, 23 jul. 1927, n. 256, p. 1.
[21] "Greve de Tecelões". *A Plebe*. São Paulo, 8 jun. 1935, n. 90, p. 3.
[22] *A Plebe*. São Paulo, 25 mar. 1933, n. 18, p. 1.

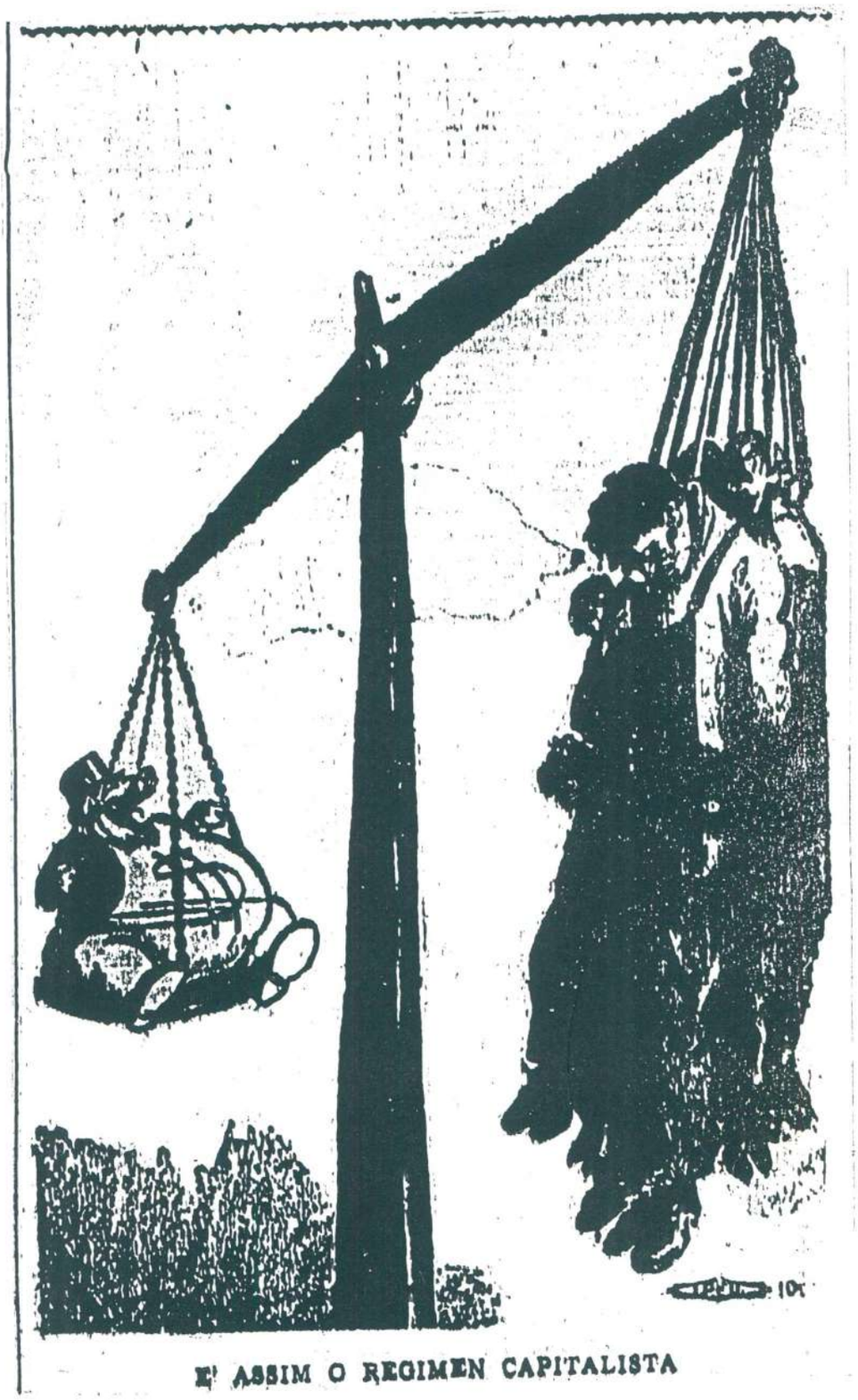
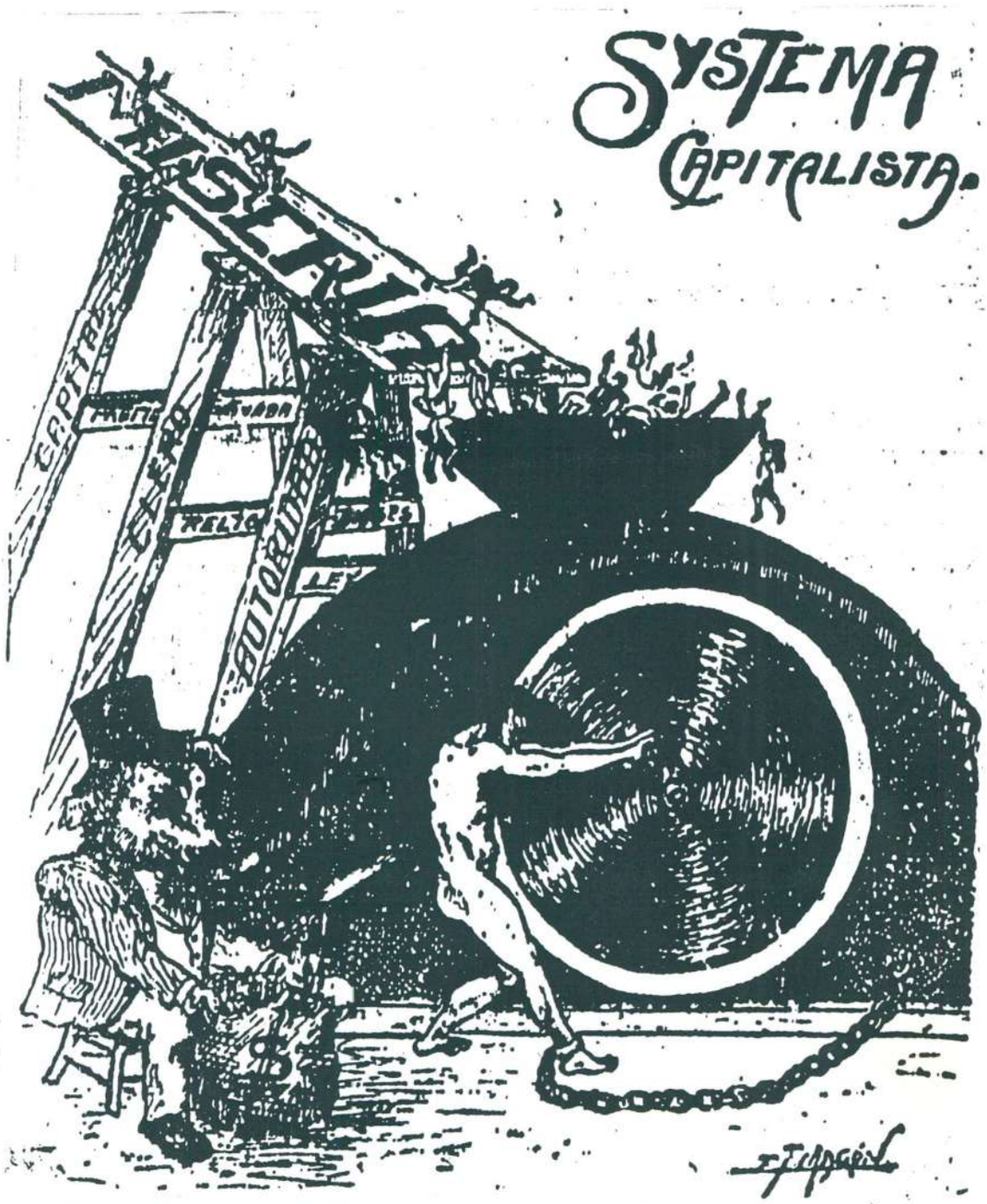


ILUSTRAÇÃO 3

A Plebe. São Paulo, 23 jul. 1927, n. 256, p. 1.



O regimen capitalista a triturar a vida dos trabalhadores

ILUSTRAÇÃO 4

A Plebe. São Paulo, 25 mar. 1933, n. 18, p. 1.

O exagero da imagem não impediu que ela fosse projetada sobre circunstâncias vivenciadas no decorrer de uma greve em fábrica da família Matarazzo, em 1935, justificada pelo desrespeito ao direito à jornada de 8 horas, conquistado pelos trabalhadores e fixado em lei, pela violência da engrenagem capitalista que extraía seus lucros à custa da fome e do aviltamento do operário. A concessão, pelo papa, de título ao conde Francisco Matarazzo reforçava a conivência da Igreja com a corrupção permitida pelo Estado, à revelia dos trabalhadores:

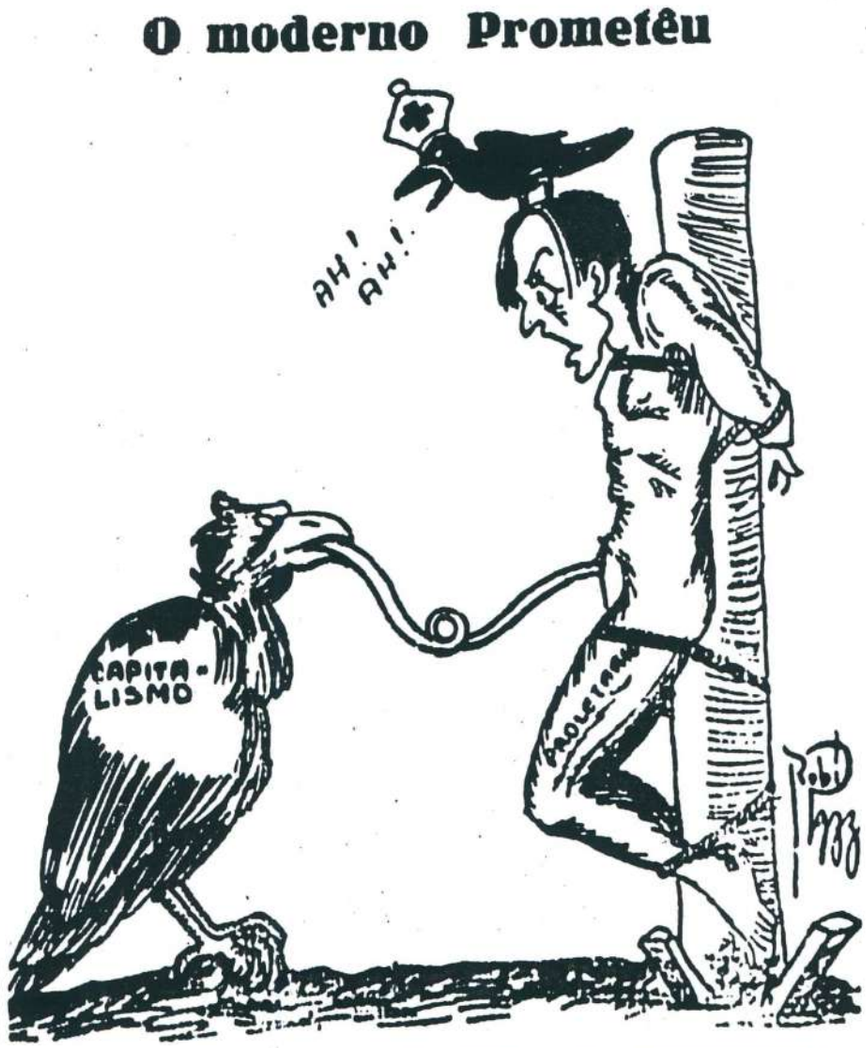
> "... não se importam esses argentários, em desrespeitar as leis e pisar aos pés as garantias asseguradas aos trabalhadores, contanto que para os seus cofres, guardadores fiéis de negociatas escandalosas, entrem as gotas de suor dos miseráveis que mantêm nos seus ergástulos fabris, transformadas em ouro que acumulam para manter o esplendor do seu título papalino." ([23])

3°) Uma terceira imagem "*O moderno Prometeu*" (**ilustração 5**) remete ao mito grego que, transfigurado em Proletariado, tem as vísceras (ou fígado) devoradas por uma grande águia. Amarrado aos preconceitos pelas LEIS e pela RELIGIÃO, o trabalhador deixa-se devorar assustado, enquanto um negro urubu, coroado de bispo ri-se satisfeito, pesando sobre a sua cabeça. A Igreja e o Estado são acusados de tornarem o trabalhador passivo, esperançoso na melhoria de sua condição através das leis trabalhistas e da ética cristã. ([24])

Estas três charges mostram, de modo exagerado, a exploração capitalista, ampliando a dicotomia entre as figuras-chaves e animalizando a figura do burguês, transformado em assassino, sanguinário e devorador de suas vítimas. O trabalhador, por sua vez, emerge aniquilado pelo trabalho e passivo, sem possibilidade de reação. O sistema capitalista identificava-se com a metáfora da engrenagem avassaladora ou então com um ciclo mítico que se repete indefinidamente, abortando toda e qualquer alternativa de rebeldia ou de evasão por parte do trabalhador fisica e mentalmente escravizado ao trabalho. O sucesso deste sistema econômico é viabilizado, segundo as mensagens veiculadas, pela coesão do capitalista com a Igreja e o Estado. A Igreja não é denunciada apenas por sua atuação paralela, mas também por seu endosso à exploração capitalista e, ainda, à elaboração das leis que legitimavam tal exploração.

---

[23] "Greve de Tecelões". *A Plebe*. São Paulo, 8 jun. 1935, n. 90, p. 3.
[24] *A Plebe*. São Paulo, 21 out. 1933, n. 45, p. 1.



O PROLETARIADO, AMARRADO AOS PRECONCEITOS PELAS LEIS E PELA RELIGIÃO, E' DEVORADO ATE' ÁS ENTRANHAS.

ILUSTRAÇÃO 5

A Plebe. São Paulo, 21 out. 1933, n. 45, p. 1.

A gravura publicada por *A Plebe* em 1934 tinha como tema o capitalismo e o povo (**ilustração 6**). Nela um gigantesco e obeso padre sorri sádica e grotescamente ao mover enorme tarraxa -- o CAPITALISMO -- para esmagar o trabalhador-povo. A legenda aponta a "tirania clerical-burguesa" voltada para a criação de novas leis opressoras do proletariado na Constituinte de 1934. A Igreja é denunciada, em texto correlacionado à imagem, pela "inquisição e vampirismo jesuíta" associada aos "cambalachos" políticos que formam a "casta de algemadores do povo". ([25]) A reação anarquista dizia respeito, também, à promulgação da Constituição, em nome de Deus, apontando na união entre lei e religião mais uma forma de manipular o trabalhador:

> "Para nós, que estamos sempre fora da lei e para os quais tanto faz que a Constituição seja em nome de deus como do diabo, duas figuras perfeitamente inúteis e dispensáveis de que se servem os dominadores para oprimir as consciências e explorar a boa fé dos que trabalham." ([26])

A instituição clerical reaparece em outra ilustração do jornal *A Lanterna* (**ilustração 7**) denunciada por exercer a exploração popular, tornando-se uma instituição mercantil que visa, antes de mais nada, a sua própria riqueza. A gravura mostra um gordo padre que, carregando um caixão, lança olhar seco e austero a exigir de uma pobre viúva que, aos prantos, deposite suas economias na mão santa, em atitude de total submissão à ganância clerical. A imagem pretendia desmascarar os verdadeiros interesses eclesiásticos que, em lugar da finalidade espiritual, visavam apenas a fins comerciais ao vender seus serviços. A charge ilustrava a precária situação econômica e moral dos trabalhadores, atribuindo a culpa a eles mesmos por deixarem-se influenciar pela educação e pela Igreja que incutiam a submissão e a esperança do paraíso depois da morte. ([27])

A Lanterna era o principal veículo de propaganda anticlerical que publicava textos e charges contendo ácidas críticas à Igreja. O periódico atribuía a esta instituição vínculos com todos os males do autoritarismo a se expandir pela sociedade, tendo, inclusive, estreitos laços com o fascismo. Imagens como a de um polvo feroz, com paramentos de bispo, sobre o mapa do Brasil, estendendo seus tentáculos ao Exército, à Política, ao Estudante, à Assistência Social, à Família e ao Operário sugerem esta idéia. ([28]) Em outra imagem, publicada em 1935, "*Clericalismo - Fascismo*", um padre erguia com um braço o crucifixo, tendo na outra mão um bastão que, escondido às costas, identificava-se com o fascismo. ([29])

---

[25] *A Plebe*. São Paulo, 9 jun. 1934, n. 64, p. 1.
[26] *Idem.*
[27] *A Lanterna*, São Paulo, 7 mar. 1935, n. 387, p. 1.
[28] *A Lanterna*, São Paulo, 15 jun. 1935, n. 397, p. 1.
[29] *A Lanterna*, São Paulo, 9 fev. 1935, n. 388, p. 1.



Da Constituinte vai sair esta monstruosidade: a tirania clerical-burguesa que fará do povo um instrumento das suas explorações

ILUSTRAÇÃO 6

A Plebe. São Paulo, 9 jun. 1934, n. 64, p. 1.



— Arranje-me o dinheiro, pois sem pagamento adiantado não haverá missas e que seu defunto marido vá para o inferno.

ILUSTRAÇÃO 7

A Lanterna. São Paulo, 7 mar. 1935, n. 387, p. 1.

A atuação do Estado, visando a favorecer a exploração do operariado, surge através da imagem que denuncia o tratamento diferenciado do trabalhador e do político quando pediam aumento em seus vencimentos. Esta cena pode ser identificada numa gravura publicada por *A Plebe* em 1934 (**ilustração 8**) na qual um operário é aprisionado por dois policiais que, com o objetivo de "manter a ordem", berram, deixando dentes à mostra. Em contraste, numa outra cena, gordo deputado, fumando charuto e sentado em ampla poltrona, é atendido servilmente por policial que estava "às suas ordens". ([30])

Se a atuação da polícia era mostrada com as imagens contrastantes e o efeito irônico do trocadilho com a palavra "ordem", duas outras gravuras representando o interior de uma prisão estampavam o teor trágico do ato repressivo: esquelético prisioneiro abandonado na selva do Oiapoque ([31]) ou trabalhador desesperado implorando auxílio, agarrado às grades de sua escura cela. ([32]) Esta última imagem era utilizada pelo Comitê Pró-Presos Políticos e Sociais, no anúncio de suas atividades, com o objetivo de sensibilizar o público para sua luta. Outras imagens retratavam ainda a tortura nas prisões dos países fascistas inspiradores dos integralistas no Brasil, estabelecendo um paralelo com as péssimas condições das prisões a que eram submetidos os operários perseguidos pela nossa polícia. (**ilustração 9**) Estas imagens retratavam diferentes momentos e formas da violência policial. Trabalhadores morreram de inanição no degredo do Oiapoque, conforme era denunciado em imagem de 1927; operário encerrado nas trevas da prisão era prática corrente para reprimir rebeldes e a expansão do integralismo, em 1934, prenunciava as torturas fascistas, forma de exterminar os insubmissos, conforme já vinha ocorrendo na Europa.

Rodolfo Felipe, editor do jornal *A Plebe*, desabafava a revolta por sua prisão injustificada, encarnando a ação do Estado na figura mítica do polvo tentacular e a dos policiais do DOPS na imagem dos dragões de guarda:

> "As autoridades policiais como as judiciárias, as políticas como as funcionais e religiosas, são cada uma de per si, uma das tantas cabeças ou garras do colossal pólipo do polvo asqueroso e disforme que se chama Estado.
>
> Uma das garras desse monstro fabuloso e horrendo, que aniquila os homens e devora os seus filhos, alcançou-me e fechou-me dentro de uma prisão, onde dois dragões montam guarda permanente. Esse dois dragões não são os que guardam o Ideal de Reclus, mas sim (...) como eu, vítimas do próprio Estado." ([33])

---

[30] *A Plebe*, São Paulo, 24 nov. 1934, n. 76, p. 1.
[31] *A Plebe*, São Paulo, 17 fev. 1927, n. 245, p. 1.
[32] *A Plebe*, São Paulo, 10 nov. 1934, n. 75, p. 4.
[33] FELIPE, Rodolfo. "Na solidão do 'Paraiso'". *A Plebe*, São Paulo, 25 mar. 1933, n. 18, p. 3.

Quando o operario reclama um aumento nos salarios e faz gréve, a policia intervem para manter a "ordem"...





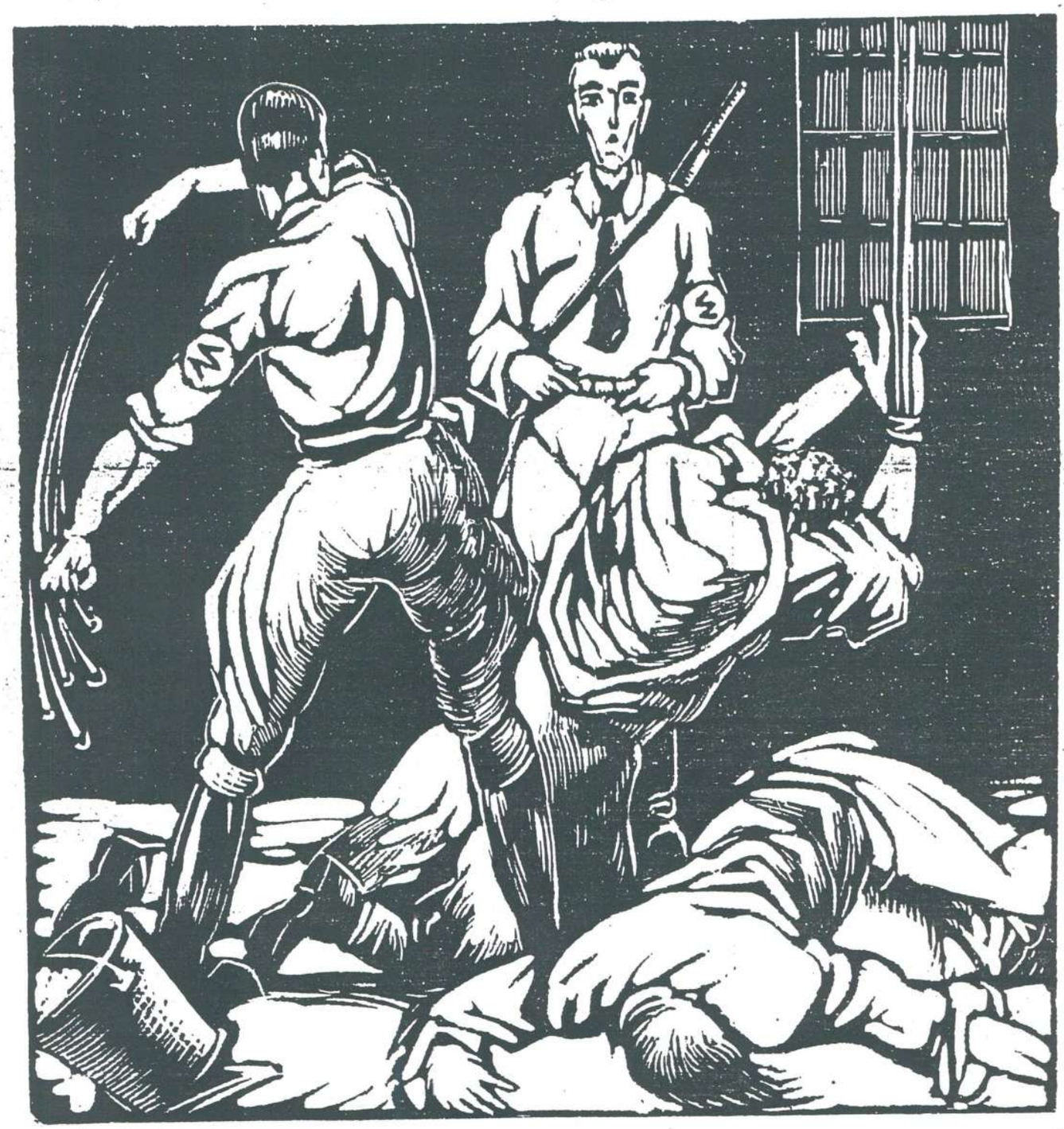
Quando o deputado reclama um aumen nos seus subsidios de parasita, a polic põe-se, gentilmente, ás suas ordens...

ILUSTRAÇÃO 8

A Plebe. São Paulo, 24 nov. 1934, n. 76, p. 1.

Nas prisões infectas da Rua dos Gusmões apodrecem operarios pelo crime de quererem a emancipação dos trabalhadores

O proletariado se agita com indignação contra as violencias policiais



O regime semi-fascista em que vivemos prende, deporta e sonega á justiça os presos sociais. O regime "integralista" aspira redobrar essas violencias, matando e torturando inquisitorialmente os seus adversarios.

ILUSTRAÇÃO 9

A Plebe. São Paulo, 10 nov. 1934, n. 75, p. 1.

A política e as eleições eram denunciadas por seu caráter corrupto, enganando o eleitor com promessas de benefícios trabalhistas a cada eleição. A cada processo eleitoral eram publicadas imagens alertando os trabalhadores para o engodo da representação parlamentar cuja via estatal, aliada ao patronato, por sua própria natureza, nunca iria proporcionar melhorias para os explorados. Assim, em charge editada às vésperas das eleições de 1927 (**ilustração 10**), o eleitor esquálido, apoiado nas muletas da representação política, deposita seu voto na urna. Sua fraqueza, seus trajes remendados, sua expressão sofrida e incrédula demonstram atitude submissa, sem autonomia e autoconfiança. Em contraste, o empolado político aparece escondido, em atitude de vigilância, a dirigir a consciência do pobre eleitor. ([34])

O trabalhador era representado, muitas vezes, algemado e com olhos vendados, conduzido por um minúsculo político que insistia em doutriná-lo. Segundo a legenda, o trabalhador, com sua enorme potencialidade revolucionária, estaria sendo anestesiado pela ignorância e ludibriado por belos discursos de insignificantes políticos: "Quando o povo, essa grande criança, deixará de ser conduzido pelos pigmeus encasacados?..." ([35])

As denúncias contra o Estado, o Capitalismo e a Igreja foram-se fundindo com aquelas que apontavam para o perigo do fascismo e da guerra. A partir de 1934, estas duas ameaças forneciam a temática para a maioria das imagens reproduzidas nos periódicos anarquistas. A expansão da propaganda nazista e fascista tornou-se mais visível nesse período, apontando para o risco da deflagração de nova guerra mundial. O discurso libertário, entretanto, já vinha denunciando perigos que, desde o final dos anos 20 que atingiam os trabalhadores italianos e, após 1933, voltavam-se contra os trabalhadores alemães.

As ameaças do capitalismo internacional tomam forma na guerra e nos sistemas militares e totalitários. Esta terminologia para designar o Estado, entretanto, era utilizada como caracterização de todos os governos cuja essência, para os anarquistas, era o **autoritarismo** sob forma democrática, liberal ou totalitária. A adjetivação empregada no discurso libertário recorria constantemente a termos como absolutismo, tirania, fascismo, despotismo, caudilhismo, feitoria de escravos etc.

[34] *A Plebe*, São Paulo, 26 fev. 1927, n. 246, p. 1.
[35] *A Plebe*, São Paulo, 15 abr. 1933, n. 20, p. 1.



ILUSTRAÇÃO 10

A Plebe. São Paulo, 26 fev. 1927, n. 246, p. 1.

Os sistemas totalitários (Fascismo, Nazismo e Integralismo) eram representados nas charges através de seus líderes ou soldados, identificados por meio de símbolos ou encarnados em animais ferozes e devoradores. Temos, assim, Mussolini empoleirado sobre uma pilha de caveiras a cantar vitória. Com sorriso terrificante, gira a bandeira italiana que traz, ao centro, o símbolo fascista do feixe e do machado, identificado com a nação. O texto que acompanhava essa charge de 1927 denunciava o assassinato do deputado socialista Giácomo Matteotti e a prisão de libertários na Itália, questionando o epíteto a ser atribuído ao líder fascista: "Bandido? Carrasco? Assassino? " ([36])

Já em 1935, outra charge (**ilustração 11**) mostra o "Duce" a contemplar ironicamente milhares de cruzes em enorme deserto, sendo avisado por seu assessor de que não haveria nenhum outro homem de pé. Mussolini olha satisfeito com seu binóculo, tendo à frente uma nova cova para enterrar mais uma de suas vítimas, afirmando ter atingido seu objetivo de colecionar desertos. ([37])

A truculência do fascismo e dos sistemas totalitários, que produzia enorme número de vítimas na guerra ou na política interna de perseguições aos opositores, tinha como resultado o extermínio da própria população e a morte da própria nação, como é representado em outra charge de 1935 que denunciava a expansão imperial de Mussolini. O "Duce", fazendo acordo com soldado de seu exército para a invasão da Etiópia, tinha aos pés imagem feminina caída e machucada, a representar a Itália acorrentada a uma placa que enumerava os males enfrentados pelo país. ([38])

A loucura dos líderes totalitários era expressa pelo humor negro nas charges. O riso aqui não visava a exorcizar o mal, mas a denunciá-lo, ampliando o absurdo que provocava -- era o riso de exclusão, apontado por Lucie Olbrechts-Tyteca, em seu texto *Le comique du discours*:

> "le 'rire d'exclusion' est communion encore, mais à l'occasion du rejet, généralement provisoire, d'un membre hors de la communité; d'où la valeur éducatrice du ridicule. Lorsque l'individu exclu est assimilé à un groupe étranger dévalue, le rire d'exclusion prend un aspect général, bien que toujours lié à une situation contingente." ([39])

---

[36] *A Plebe*, São Paulo, 26 fev. 1927, n. 246, p. 4.
[37] *A Plebe*, São Paulo, 9 nov. 1935, n. 101, p. 1.
[38] *Guerra Sociale*, São Paulo, out. 1935, n. 1, p. 1.
[39] OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Le comique du discours*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1973, p. 13.

O FASCISMO É A GUERRA E A MORTE

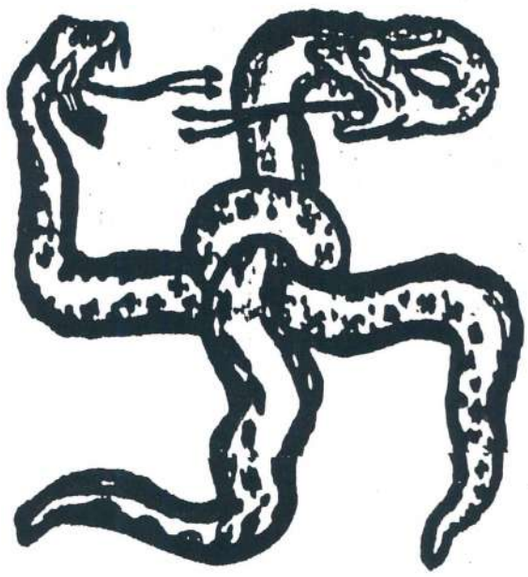


— Duce, não resta mais nenhum homem de pé !
— Bravo ! Isso quer dizer que eu sou um colecionador de desertos !...
(De "La Conquête du Pain").

ILUSTRAÇÃO 11

A Plebe. São Paulo, 9 nov. 1935, n. 101, p. 1.

NAZIŞMO!



A serpente que devora o povo alemão

ILUSTRAÇÃO 12

A Plebe. São Paulo, 30 set. 1933, n. 42, p. 1.

Através do exagero caricaturesco, invertia-se o endeusamento das lideranças totalitárias, identificando-as com a loucura e a inconseqüência. O estereótipo de Nero como governante romano atacado pela insanidade foi assim sobreposto à figura de Hitler, quando este ordenara a queima de livros considerados subversivos pelo III Reich. Hitler, com túnica romana, louros na cabeça, tocando harpa, observava radiante enorme fogueira que destruía obras clássicas da cultura ocidental. A imagem aproximava os dois governantes de forma sarcástica pela inconseqüência de seus atos e pela violência cultural cometida. ([40])

A imagem de Getúlio Vargas não costumava aparecer nestas caricaturas produzidas pelos periódicos anarquistas, apesar das ferozes críticas a seu governo e aos revolucionários de 30. Estes, entretanto, eram mencionados em bloco sob o rótulo genérico do Estado ou sob as figuras representativas de seus aparelhos: generais, policiais, deputados, autoridades ministeriais etc. Mesmo na grande imprensa, a figura de Vargas ainda não atingira as proporções personalistas que tomaria após a instauração do Estado Novo.

Os símbolos totalitários, devido à plasticidade de suas formas, eram abundantemente utilizados pelos chargistas libertários, especialmente a suástica nazista que, de modo sugestivo, aparecia construída por duas serpentes entrelaçadas. (**ilustração 12**) Desenhava-se uma ameaça recíproca entre ambas que lançavam longa língua bifurcada, como num desafio que conduziria ao auto-aniquilamento do próprio sistema e ao extermínio do povo alemão, segundo legenda. ([41])

A cruz gamada aparecia também ,ironicamente, como lugar de martírio da humanidade, tendo o trabalhador, com expressão de suplício, em analogia ao Cristo, dependurado sobre ela. A utilização do símbolo cristão conferia maior dramaticidade à imagem, ampliando a denúncia da tortura inflingida pelo Nazismo ao povo alemão, alertando para a iminência de uma tragédia que atingiria toda população do planeta, como numa premonição. ([42])

O corpo de uma dançarina grotescamente contorcida sugere os contornos da suástica, tendo as feições de Hitler que segura, numa mão, o machado fascista e, noutra, uma cabeça cortada. Representava a "dança macabra", sintetizando as doutrinas totalitárias sustentadas pela Itália, Alemanha e Brasil. ([43])

Animais ferozes e monstros também eram utilizados com o objetivo de denunciar o perigo fascista. A cobra venenosa que ameaçava se autodestruir, a ave de rapina estilizada a lançar seu

---

[40] *A Plebe*, São Paulo, 26 ago. 1933, n.38, p. 1.
[41] *A Plebe*, São Paulo, 30 set. 1933, n.42, p. 1.
[42] *A Plebe*, São Paulo, 21 jul. 1934, n.67, p. 1.
[43] *A Plebe*, São Paulo, 13 out. 1934, n.73, p. 1.

"vírus pestífero no coração da humanidade" ([44]), ou o lobo que devorava o corpo dos que defendiam a liberdade se prestavam a esse fim. ([45]) Criava-se um "demonologia" como componente retórico que encarnava, em cada animal hostil ao ser humano, uma das características destrutivas do fascismo.

Esta linguagem retórica e visual que remonta a uma simbologia de animais associados ao mal era bastaste freqüente nos discursos da época. Este mecanismo que se vale dos estereótipos como arma para a estigmatização do inimigo é apontado por Maria Luiza Tucci Carneiro ao analisar o caráter polimorfo e animalesco das imagens do judeu difundidas pela imprensa nas décadas de 30 e 40. O perigo judaico assumia as formas da serpente, do lobo, do abutre, do parasita e da "Hidra Polycefala", imputando-lhe, através dessas metáforas, intenções corruptas, exploradoras e dominadoras do mundo. ([46])

Na medida em que se expandia o perigo da conquista imperialista que ameaçava a população italiana e alemã a ponto de provocar uma guerra mundial, os símbolos particularizados do Nazismo e do Fascismo adquiriram, em 1935, a conformação universal da Morte que, portando sua foice devastadora, aparecia representada por caveiras e esqueletos. O fascismo emergia, assim, desmascarado, identificado com a Morte, símbolo acionado para expressar a ameaça de guerra que atingia toda a humanidade.

O regime totalitário parecia produzir efeito sobre os trabalhadores por suas realizações e aparência de desenvolvimento e benefícios sociais, principalmente o fascismo, que alcançava penetração junto aos imigrantes italianos em São Paulo e o nazismo, junto aos alemães no sul do país. Os disfarces empregados pelo fascismo transpareciam nas imagens nas quais um soldado, armado até os dentes e com olhar perverso, disfarçava-se com enormes asas angelicais ([47]) ou, em outra representação na qual uma figura tenebrosa acobertava-se sob o lema da Revolução Francesa. ([48]) O fascismo era apresentado pelos anarquistas como a desesperada tentativa de sustentação do capitalismo que lutaria até as últimas forças, mesmo que isso viesse a implicar guerra mundial, produzindo a morte de trabalhadores, transformados em soldados, e a miséria do povo.

A guerra figurada por soldados mortos ou em luta, armamentos, aviões lançando bombas e incêndios, comandados por esqueleto que, sobre um cavalo negro, portava simbólica foice ceifa-

---

[44] *A Plebe*, São Paulo, 26 nov. 1932, n.2, p. 1.
[45] *A Plebe*, São Paulo, 3 dez. 1932, n.3, p. 1.
[46] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 364, 406 e 426.
[47] *A Plebe*, São Paulo, 28 mai. 1927, n. 252, p. 1.
[48] *A Plebe*, São Paulo, 13 mai. 1933, n. 24, p. 1.

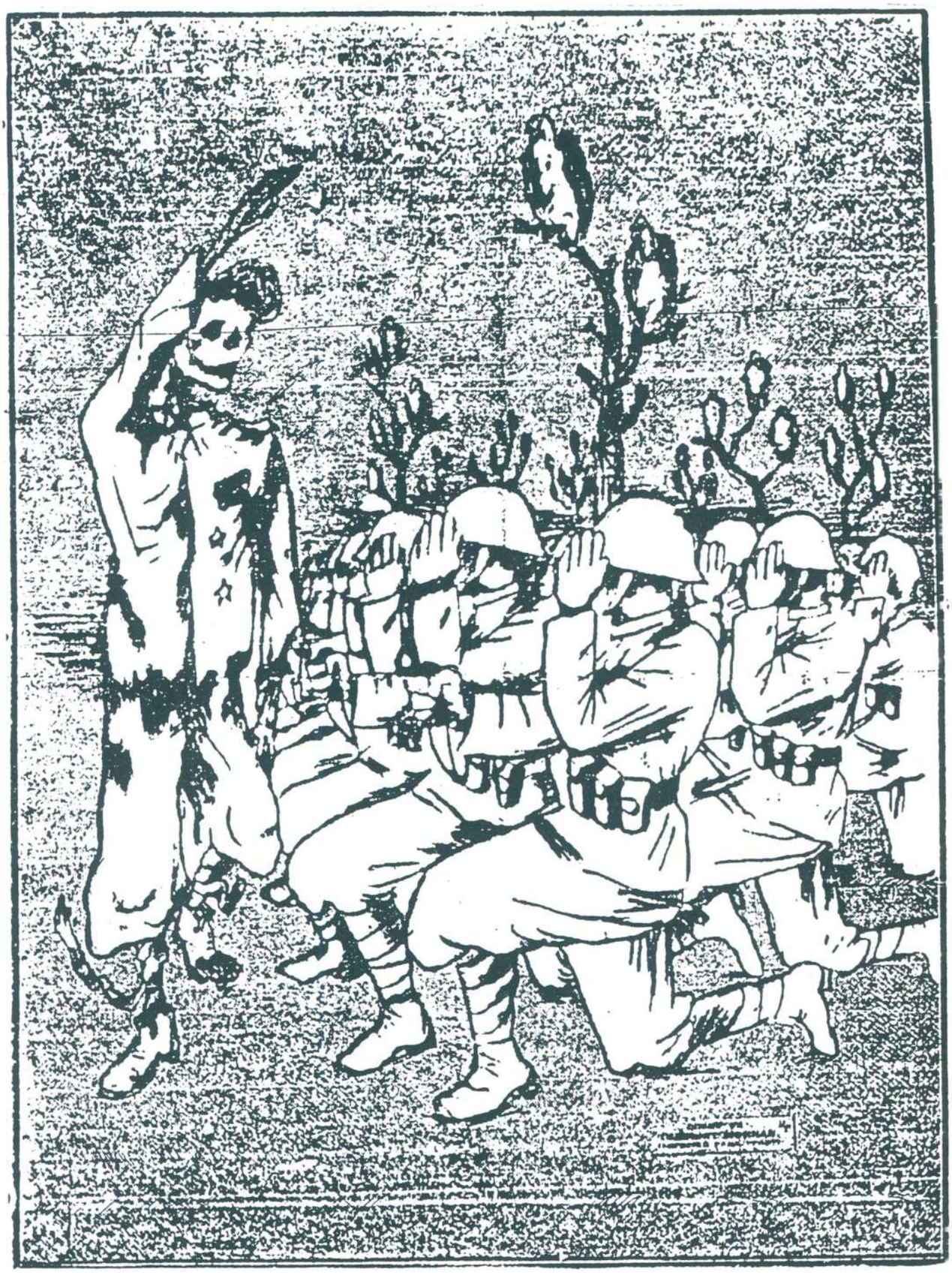
dora de vidas. Em meio a esta cena tétrica, o esqueleto sorri vitorioso, com coroa e ramo de flores na mão, no cume de uma pilha de soldados mortos ou no lugar de general que anuncia o inevitável destino da tarefa em que estavam envolvidos seus subordinados (**ilustração 13**). ([49])

Com humor menos tétrico, mas como de cáustica denúncia, a guerra novamente serviu de temática para o jornal *A Plebe*, em julho de 1935, para comentar uma reunião da Liga das Nações Unidas. Em lugar da discussão sobre a paz, os argumentos armamentistas foram representados pela transformação da cabeça dos diplomatas em armas de guerra: canhão, navio, tanque, submarino, avião, sendo presididos por um que trazia, como cabeça, bomba acesa, pronta a explodir. Os interesses dos capitalistas no investimento militar evidenciava-se assim, com a preparação para o conflito armado decorrente dos desejos expansionistas dos países envolvidos. ([50])

Por outro lado, as imagens também apelavam para a emoção ao valerem-se de figuras de crianças que, diante das situações de guerra, tinham poucas opções. Em 1935, *A Plebe* publicou uma gravura de Robi que, pelo apelo que continha, transformou-se posteriormente num cartão postal de campanha anti-militar (**ilustração 14**), valendo-se de personagens que não pertenciam necessariamente ao operariado, visando a atingir uma gama maior da população, não somente pela argumentação, mas principalmente pela sensibilização. Na cena, uma menina loira, com cabelos encaracolados e bem vestida, abraça o pai, implorando-lhe que poupe a si e aos pais de outras crianças semelhantes a ela a angústia de vê-los matarem ou morrerem. O soldado, com expressão dura, já equipado com apetrechos de campanha militar (farda, mochila e cantil), revela atitude reflexiva, com olhar distante frente à fala da garota. A criança, em seu raciocínio, monstra maior coerência do que o pai que se lança a uma carnificina. Em consonância com os Comitês Anti-Guerreiros e Antifascistas, e com a ANL, que aglutinava diferentes partidos e tendências, de anarquistas, comunistas, trotskistas, socialistas a republicanos, abria-se mão da representação exclusivamente classista para a luta mais ampla contra o perigo que se anunciava. ([51])

---

[49] *A Plebe*, São Paulo, 14 set. 1935, n.97, p. 1.
[50] *A Plebe*, São Paulo, 20 jul. 1935, n.93, p. 1.
[51] *A Plebe*, São Paulo, 28 set. 1935, n.98, p. 1.



O SOLDADO DESCONHECIDO: — Avante! Avante! Os vermes já vos esperam nas fóssas e os corvos vos saudam!

ILUSTRAÇÃO 13

A Plebe. São Paulo, 14 set. 1935, n. 97, p. 1.



— Papai, não vás á guerra. Na guerra, ou terás de matar os pais de outras meninas como eu, ou serás morto por êles. E que será de mim, se morreres; que será delas se lhe matares os seus pais ?

ILUSTRAÇÃO 14
A Plebe. São Paulo, 28 set. 1935, n. 98, p. 1.

b. O Trabalhador robustecido na União do Proletariado

"Só quem trabalhar terá direito ao seu lugar à mesa" -- este lema, com variações que relacionavam ao trabalho o direito à alimentação, à vestimenta, à moradia, ao descanso, era reiterado em diversas gravuras que expressavam o ideal libertário da justiça. De forma didática e seqüencial, o direito à justiça era representado através de apelos irônicos e vingativos. Num primeiro momento um trabalhador negro carpia a grama com sua foice debaixo do sol, enquanto o gordo burguês observava, protegido sob seu guarda-chuva, fumando charuto em atitude de arrogância, com o rosto exageradamente empinado. No momento seguinte, enquanto o trabalhador se sentava à mesa para fazer merecida refeição, deixando de lado o instrumento de trabalho, o burguês o fitava indignado e aborrecido, sem direito à alimentação, com seu agora inútil guarda-chuva debaixo do braço. ([52])

A realidade do trabalhador exaurido e a do burguês refestelado em seu ócio, conforme comentamos anteriormente, foi aqui substituída pelo ideal da justiça libertária. De modo exemplar, a imagem representava o trabalhador em tarefas cotidianas, valorizando sua atividade e seus instrumentos de trabalho. Uma outra seqüência de contrastes, publicada em 1932, contrapunha o operário desorganizado que "mendigava favores" àquele que se organizava, "reclamando direitos", altivo e incisivo, com o dedo em riste diante do patrão. ([53])

Assim, a valorização do trabalhador, base do ideário anarco-sindicalista, passava pela ênfase na capacidade e no conhecimento que o mesmo tinha de seu ofício, pelo cuidado e identificação com seus instrumentos de trabalho e, ainda, pela consciência e exigência de seus direitos. Esta valorização, porém, não deveria ser uma atitude individual mas coletiva, conforme era figurado nas imagens que representavam a força do proletariado imbatível pela consciência desenvolvida. A multidão de trabalhadores nos comícios e passeatas representada em várias gravuras, foi sendo substituída pela alegoria do trabalhador musculoso e livre.

No seu conjunto, percebemos que as imagens alegóricas tinham um papel fundamental na construção do imaginário dos anarquistas atuantes nas década de 20 e 30. No jornal *A Vida*, órgão do Centro dos Operários em Pedreiras, os instrumentos do ofício eram dependurados ao lado do título do periódico, enaltecidos à semelhança de um altar, tendo ao lado a figura de um trabalhador rural a semear o campo, atividade que simboliza a fonte da vida. No exemplar de dezembro de

---

[52] *A Plebe*, São Paulo, 8 abr. 1933, n. 19, p. 1.
[53] *A Plebe*, São Paulo, 26 nov. 1932, n. 4, p. 1.

1927, figuravam em gravuras sucessivas cenas de trabalhadores em pedreiras e outros que calçavam ruas com blocos, seguidos de operários fabris e rurais. A sucessão de imagens do trabalho criador da vida culminava com uma multidão que protestava diante de mulher semi-vendada, segurando a balança da justiça que tinha atrás de si um policial, um político encartolado e um fazendeiro trajado como *cow-boy*, simbolizando as forças opressoras que se ocultavam sob a égide da ordem e da segurança nacional. A força dos trabalhadores unidos estava contida na **multidão** que gesticulava impassível. O "realismo" das imagens e o didatismo das longas legendas que acompanhavam cada imagem transformava tais ilustrações em uma verdadeira cartilha para os trabalhadores identificados com o desejo de protesto. ([54])

Esta figuração da multidão simbolizando a união do proletariado foi retomada em outra cena publicada por *A Vida* em março de 1928. Os trabalhadores são retratados de punhos cerrados, com fundo luminoso, a perseguir a tríade de seus inimigos representados pelos estereótipos do animalesco burguês, do general em traje militar de gala e do padre em sua ampla batina. Estes fugiam assustados mas coesos, coagidos pela Revolução Social que estaria em marcha. ([55])

A tensão da cena localizava-se no movimento inacabado da multidão que destruiria as três fontes da autoridade social. A violência, porém, era apenas iminente, sendo mais taxativa a imagem que colocava nos pulsos cerrados da multidão instrumentos de trabalho (pás, picaretas, foices, martelos, garfos), transformados em símbolos de luta e libertação. Não se atacava as instituições de forma personalizada, mas sua representação sob forma de enorme cão raivoso rotulado de REAÇÃO. (**ilustração 15**) Aqui, a autoridade emerge com os contornos marcados pela ideologia totalitária, representada por indivíduos que portavam símbolos do Integralismo, da Igreja, do Nazismo e do Fascismo, instigadores da fera da REAÇÃO. O isolamento do animal permite que este seja atacado, amenizando a violência implícita contra seus provocadores. ([56])

Outras atitudes de violência aparecem em alegorias do trabalhador que, empunhando instrumentos de trabalho, colocavam à mostra seu potencial de destruição revolucionária. O conjunto dos trabalhadores achava-se corporificado na alegoria do gigantesco trabalhador musculoso e de peito nu, símbolo da união e da consciência operária. Complementando o porte físico avantajado, localizamos nos pulsos as algemas cuja corrente rompida era o sinal de sua mente liberta e revolucionária.

---

[54] *A Vida*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1927, n. 45, p. 1.
[55] *A Vida*, Rio de Janeiro, 1º mar. 1928, n. 50, p. 1.
[56] *A Plebe*, São Paulo, 29 set. 1934, n. 72, p. 1.



SÓ UMA ATITUDE DECISIVA DO PROLETARIADO PODERA IMPEDIR O AVANÇO VIOLENTO DA REAÇÃO, QUE, AÇULADA PELOS TIRANOS DO FASCISMO E DA BURGUESIA, PRETENDE AVASSALAR O MUNDO.

ILUSTRAÇÃO 15

A Plebe. São Paulo, 29 set. 1934, n. 72, p. 1.

O trabalhador com as algemas rompidas aparecia em vários títulos de jornais, como *A Voz Proletária*, de Porto Alegre que, em 1934, estampava um operário apontando para um faixa sobreposta à fábrica com o lema: "A Emancipação dos trabalhadores há de ser Obra dos próprios Trabalhadores". ([57]) As algemas como símbolo da prisão remetiam à identificação com a escravidão, termo usado com freqüência para a nomeação da condição operária, tanto em seu sentido figurado quanto histórico. Escravizado - não ao trabalho, mas ao patrão e ao capitalismo - o trabalhador estava preso à fábrica pela miséria e pela disciplina fabril. Esta comparação com a condição de escravo antigo ou moderno recuperava, quase sempre, uma linha contínua na exploração, através dos vários sistemas econômicos que se sucederam na história. Contrapunha-se à imagem de trabalhador beijando uma cruz, estampada em selo, lançado pela República nova, que era recebido como uma afronta na medida em que figurava a "submissão escrava dos vencidos e covardes". ([58]) A indignação demonstrava o peso que as imagens tinham para os libertários, assim como a relevância atribuída à autonomia neste plano.

Substituindo o herói nacional, uma alegoria clássica inspirada nos padrões da estatuária, retomava a figura de Hércules, trabalhador de torso nu, braços cruzados e olhar altivo. (**ilustração 16**) Representando o ideal do 1° de Maio, propunha paralisações e manifestações simultâneas dos trabalhadores conscientes de seus direitos em todo o mundo. À sua frente, instrumentos de trabalho como a bigorna, a foice e o martelo, transformavam-se em latentes símbolos da luta revolucionária que, momentaneamente, se apresentava inerte. No cenário, a fábrica opressora emergia ao fundo com suas chaminés sem fumaça, expressão da união do operariado que cruzava os braços no Dia do Trabalho. O céu carregado de nuvens colaborava para a composição de um ambiente ameaçador gerado pela força operária. ([59])

---

[57] *A Voz Proletária*, Porto Alegre, 1° maio 1934, n. 2, p. 1.
[58] LIMA, José Alves de. "Coisas da República Nova". *A Plebe*, São Paulo, 23 dez. 1933, n. 51, p. 3.
[59] *A Plebe*, São Paulo, 29 abr. 1933, n. 22, p. 6.



ILUSTRAÇÃO 16
A Plebe. São Paulo, 29 abr. 1933, n. 22, p. 6.

A opressão a que estava sujeito o trabalhador era representada sob diferentes formas: correntes, "árvore daninha", animais como a cobra ou símbolos da autoridade, como canhões, armas, cruxifixo e cifrão. Em gravura publicada por *A Plebe*, em 1933, a imagem de homem nu, louro e musculoso representando o POVO, utiliza-se do machado do ANARQUISMO, símbolo do ideário libertador, para destruir a árvore da AUTORIDADE a partir de sua base. **(ilustração 17)** Proletariado e povo eram aqui identificados como a única força capaz de derrubar as várias formas de autoridade cujo tronco comum se expandia em múltiplas ramificações representadas pelas instituições sociais. Esta gravura compõe uma verdadeira genealogia destas instituições cujos principais ramos se fundamentam na iniquidade econômica, política e moral. ([60])

Esta imagem - publicada anteriormente no mesmo jornal, em 1917, com traços diferentes mas com a mesma estrutura básica - apresentava como principal novidade o ramo do FASCISMO. Era, nesta versão atualizada, o ramo mais vigoroso que frutificou da semente da autoridade em meio ao conjunto de galhos ressequidos. Provinha não da iniquidade política, mas da moral e das paixões, do ódio e do ciúme, representando na versão mais antiga o ramo da compressão das paixões.

Outros trabalhadores gigantescos, mas trajados com vestes costumeiras, simbolizavam a destruição das três instituições autoritárias: Estado, Igreja e Capitalismo. Havia o trabalhador enterrando, com sua pá, minúsculos homens que representavam tais instituições, como lixo que deveria ser eliminado numa operação de "higiene social". ([61]) Ainda o mesmo personagem atacava, com uma enorme lança, a cobra coroada que encarnava, através do animalesco símbolo do mal, as três instituições. ([62])

Este mesmo personagem aparecia quebrando a suástica com as mãos, ameaçando destruir a Câmara dos Deputados com enorme martelo ou derrubando urna onde pequenos homens representavam os partidos políticos. Simbolizando a união dos operários, a figura aparecia sob diversas siglas de organizações operárias, como a COB (Confederação Operária Brasileira) ou a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores).

---

[60] *A Plebe*, São Paulo, 27 jan. 1934, n. 54, p. 1.
[61] *A Vida*. Rio de Janeiro, 1° maio 1928, n. 50, p. 1.
[62] *A Plebe*, São Paulo, 9 set. 1933, n. 39, p. 1.



COM MAIS ALGUNS GOLPES NO PRINCIPIO DE AUTORIDADE, ESSA ARVORE DANINHA VIRA' POR TERRA E COM ELA TODOS OS PREJUIZOS DA SOCIEDADE BURGUESA.

ILUSTRAÇÃO 17

A Plebe. São Paulo, 27 jan. 1934, n. 54, p. 1.

A imagem da iminente revolução ou da consumação revolucionária se expressava, em vários momentos, através de cenas de violência latente ou amenizada. Assim, a figura do trabalhador liberto aparece tendo às mãos correntes rompidas, machado e ramo de oliveira. **(ilustração 18)** O machado - instrumento de trabalho e de luta - era apenas um recurso, apelando para a idéia da ameaça, sem, entretanto, aparecer manchado de sangue, como era freqüente nas representações da truculência fascista. A violência era, dessa forma, apenas o indício de um recurso disponível, caso fosse necessária na resistência às forças contrárias à transformação. A atitude de contestação às instituições emerge na cena do trabalhador que pisava sobre símbolos: a cruz da Igreja, o saco de dinheiro capitalista, o código de leis e a espada do Estado. Atrás de si, uma grande águia negra se faz presente como ameaça e símbolo do poder. A mesma imagem era reproduzida, com traços e legendas diferentes, em dois jornais anarquistas: *O Sindicalista* e *A Vida*, ambos números comemorativos do 1° de maio de 1928. ([63])

Percebemos a insistência na idéia da necessidade de união do proletariado figurada, não só na imagem hercúlea do gigantesco trabalhador, mas também no seu **punho cerrado**, gesto que expressava a convicção e a disposição de luta. A imensa mão paira sempre como uma ameaça, podendo vir a esmagar seus inimigos num violento soco. A mesma mão jogava o burguês pela janela numa operação de "limpeza da casa" ou, ainda, encarnava-se na força que poderia impedir os policiais de conduzir Sacco e Vanzetti para a cadeira elétrica, em 1927.

Uma seqüência destas imagens, publicadas entre 1927 e 1935, comprova e traz à tona a simbologia da mão enquanto expressão de força e de luta. Este foi, em vários momentos, o tom comum endossado pelos jornais libertários que não pouparam, enquanto veículos de resistência, cenas instigadoras de atitudes de rebeldia. Em uma ilustração publicada em dezembro de 1932 **(ilustração 19)**, a gigantesca mão, atuando de modo mais concreto nas reivindicações imediatas dos operários, tentava segurar o rabo da casaca do gordo burguês conservador a fugir apavorado para não cumprir a Lei de Férias. Representava a ação direta dos trabalhadores a pressionar o patronato, deixando de aguardar passivamente as vias jurídicas para a obtenção de seus direitos. ([64])

Em lugar da mão poderia aparecer o pé do proletariado unido que, saindo da porta do sindicato, agia de maneira anônima mas, ao mesmo tempo, exemplar e coletiva. **(ilustração 20)** A ilustração mostrava de forma agressiva e incisiva, a atitude a ser tomada pelos trabalhadores, chutando as nádegas de um agente do Ministério do Trabalho para não permitir que este interferisse ou vigiasse as ações sindicais. ([65])

---

[63] *O Sindicalista*. Porto Alegre, maio 1928, n. 1, p. 1 e *A Vida*, Rio de Janeiro, 1° maio 1928, n. 50.
[64] *A Plebe*, São Paulo, 3 dez. 1932, n. 3, p. 4.
[65] *A Plebe*, São Paulo, 3 mar. 1934, n. 57, p. 1.

1886 ═══ 1928



vos saúdo ó tempos! Em que o nosso silencio
á mais alto do que as nossas vozes hoje suf-
focadas pela morte!"

ILUSTRAÇÃO 18

O Sindicalista. Porto Alegre, maio 1928, n. 1, p. 1.



ILUSTRAÇÃO 19
A Plebe. São Paulo, 3 dez. 1932, n. 3, p. 4.



ILUSTRAÇÃO 20
A Plebe. São Paulo, 3 mar. 1934, n. 57, p. 1.

Assim, **força, coragem e orgulho** davam identidade à imagem do trabalhador, além de representar cenas idealizadas de uma revolução futura, encontrando espaço para agir na cena nacional. Esta idéia encontra-se bem representada numa outra ilustração publicada por *A Plebe*, em dezembro de 1932 (**ilustração 21**), na qual o trabalhador altivo e bravio, com o punho cerrado, o peito estufado e em atitude de repulsa, expulsa o integralista Gustavo Barroso e seu grupo aterrorizado da praça pública em Niterói. ([66])

Por outro lado, era o **trabalho** e o esforço que estavam no cerne desta valorização operária. O trabalho era representado pelos instrumentos que não só serviam para produzir a riqueza na sociedade capitalista, mas também seriam as armas da revolução e da produção na sociedade futura. O esforço físico associado à consciência obtida na organização e na teoria libertária identificavam-se com as imagens que expressavam a união do anarco-sindicalismo ao anarquismo. Uma gravura que circulou em março de 1934 (**ilustração 22**) vem ao encontro desta nossa reflexão. Nela, três trabalhadores puxam alavanca que representava o SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO, apoiada numa pedra que lhes dá sustentação e amplia as energias -- a ANARQUIA -- para erguer pesado objeto -- o CAPITALISMO. O esforço dos trabalhadores, vestindo trajes característicos de operários braçais, é intenso, constituindo o princípio da alavanca a forma de representação do conhecimento revolucionário, pedra de toque imprescindível à derrubada e remoção do enorme peso que significa o capitalismo. Ao fundo, fábricas expelem negra fumaça, enquanto a obra revolucionária, construção coletiva, realiza-se fora de seus espaços opressivos. ([67])

---

[66] *A Plebe*, São Paulo, 2 dez. 1933, n. 48, p. 1.
[67] *A Plebe*, São Paulo, 31 mar. 1934, n. 59, p. 1.

Os 18... (deixamos os 00 por conta do "Seculo") de Niteroí...



...Ao gemer da primeira bordoada o sr. Gustavo Barroso abriu "o arco", seguido das "Tropas de assalto"...

ARI PAVÃO.

ILUSTRAÇÃO 21
A Plebe. São Paulo,
2 dez. 1933, n. 48, p. 1.



ILUSTRAÇÃO 22
A Plebe. São Paulo,
31 mar. 1934, n. 59, p. 1.

c. A alegoria feminina da Liberdade e da Revolução Anarquista

Em vários momentos a figura feminina aparecia desnuda ou em trajes clássicos, indicando não a presença da mulher ao lado de seus companheiros de luta, mas o ideal ao qual o trabalhador consciente se abraçaria. A mulher trabalhadora era representada, em geral, com um físico raquítico, compondo a família operária e, de modo semelhante ao homem explorado, era desenhada de forma que deixasse patente seu estado de fraqueza física e moral. Raramente aparecia no trabalho industrial, apesar de ser grande sua participação na composição da mão-de-obra, principalmente nas tecelagens.

Como operária consciente, raramente era figura de destaque, surgindo ocasionalmente no meio da massa de operários em gravuras de comícios ou manifestações públicas. Havia, porém, várias mulheres libertárias que proferiam conferências e publicavam artigos nos jornais, com grande freqüência, como Maria Lacerda de Moura, Isabel Cerruti e Luiza Pessanha de Camargo Branco. A falta de reconhecimento da contribuição feminina nas lutas operárias é apontada em artigo de Francisco Correia que mostra este descuido a partir de um protesto expresso em carta de Maria Lacerda. ([68]) Porém, a participação da mulher, como condição para a transformação libertária, era tema constante no discurso anarquista, exaltando-se suas potencialidades e responsabilidades, apesar da condição desalentadora em que se encontrava.

A figura alegórica da mulher como deusa da Liberdade teria origem, segundo Maurice Agulhon, na antigüidade romana, portando, como principal atributo, o barrete frígio, sinal da libertação. Retomada no decorrer da Revolução Francesa, esta figura adquiria, por vezes, traços de Minerva, deusa romana da guerra e da sabedoria. Porém, o símbolo da Liberdade não se reduzia a representações plásticas, mas surgia como alegoria viva, encarnada em jovens vestidas com túnicas brancas, para as quais o nome Marianne, popular na época, conferia caráter de mulher do povo, depreciada pelos adversários da revolução. A popular deusa da Liberdade iria conformar-se nas representações oficiais com traços mais respeitosos, assimilando-se à deusa da razão ou a Ceres, deusa romana da agricultura. ([69])

Eric Hobsbawm destaca a representação da alegoria feminina inspirada em mulheres re-

---

[68] CORREIA, Francisco. "Mulheres libertárias: um roteiro". In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: mem;órias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 39.

[69] AGULHON, Maurice. *Marianne au combat*. Paris: Flammarion, 1979 e *Marianne au pouvoir*. Paris: Flammarion, 1989, p. 21, 31 e 39.

ais, participantes das manifestações populares, como foi o caso da camponesa Marie Deschamps, que teria inspirado a pintura de Delacroix, *Liberté guidant le peuple*, de 1830. A camponesa com seios nus, enquanto mulher sexualmente emancipada, tivera papel atuante de liderança no movimento dos homens. A mulher ativa em lugar da alegórica e a representação de sua força popular são dois aspectos enfatizados por Hobsbawm na figuração de Delacroix:

> "*Primeiro*, sua realidade concreta a exclui do papel alegórico costumeiro das mulheres, embora ela conserve a nudez de tais figuras e sua nudez seja, de fato, enfatizada pelo pintor e observadores. Ela não inspira ou representa: ela *age*. *Segundo*, ela parece claramente diferente da imagem iconográfica tradicional da mulher como lutadora atuante pela liberdade (...) não está sozinha, nem representa a fraqueza. Ao contrário, ela representa a força concentrada do povo invencível." ([70])

A simbolização dos ideais máximos da Liberdade e da Revolução pelos anarquistas nesta figura feminina comportava um desejo de continuidade da tradição originada na Revolução Francesa, ao mesmo tempo que estabelecia rupturas com as múltiplas significações que esta alegoria adquiriu. A imagem da figura feminina foi sofrendo alterações com o acréscimo de seus atributos, na medida em que foram se definindo as diversas tendências políticas que se apropriaram da alegoria, conforme estudo de Maurice Agulhon. A principal demarcação ocorreu entre a Marianne da República liberal-burguesa e a Marianne da revolta popular, localizando-se as seguintes características, que eram fluidas em 1789 e foram-se consolidando com a Segunda República em 1848, segundo quadro apresentado por Agulhon ([71]):

	Côté libéral bourgeois	*Côté révolte populaire*
allégorie vivante :	rejetée	adoptée
allégorie inerte mobile :	contestée	adoptée
allégorie fixe (grandes statues, peintures) :	unanimité	
mais dans l'image fixe :	image de sérénité, posture assise, ou debout immobile	image de véhémence, posture debout toujours, et parfois marchant,
	coiffure stricte,	coiffure flottante,
	sein couvert,	sein dévoilé,
	maturité; voire maternité,	jeunesse,
	bonnet phrygien contesté,	bonnet phrygien fréquent
	multiplicité didactique des attributs.	simplicité (ou moindre nombre) d'atributs.

[70] HOBSBAWM, Eric. "Homem e mulher: imagens da esquerda". In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 126.
[71] AGULHON, Maurice. *Op. cit.*, p. 110.

Segundo Agulhon, foi a partir da Marianne da revolta popular que surgiram as primeiras alegorias femininas do nascente movimento socialista nas décadas de 1870 e 1880. Estas imagens apareciam nas publicações, na decoração dos congressos operários e em pinturas de fachadas das Bolsas de Trabalho. O principal atributo discutido pelo autor é o barrete frígio vermelho que configurava a luta simbólica entre a República oficializada e seus oponentes. Este era considerado subversivo pelos conservadores, juntamente com a bandeira vermelha e os símbolos de exaltação revolucionária, como a tocha acesa. Nas imagens oficiais tais atributos eram substituídos por coroa de louros ou coroa solar e pela bandeira tricolor.

Apesar de Agulhon não discutir nas obras citadas a caracterização anarquista da alegoria, podemos retirar de suas reflexões algumas inferências a partir do quadro de oposições reproduzido, comparando-o às imagens dos periódicos anarquistas brasileiros.

Cláudio Batalha, questiona as generalizações feitas por Hobsbawm a respeito da substituição da alegoria feminina pela representação do trabalhador forte e vigoroso no movimento operário inglês do século XX, abandonando a alegoria das revoluções plebéias do século anterior. ([72]) Segundo Batalha, as imagens feminina e masculina parecem coexistir nas iconografias alemã, austríaca e italiana, assim como na brasileira, em diferentes correntes do movimento operário, havendo, entretanto, diferenciação nos atributos da mesma:

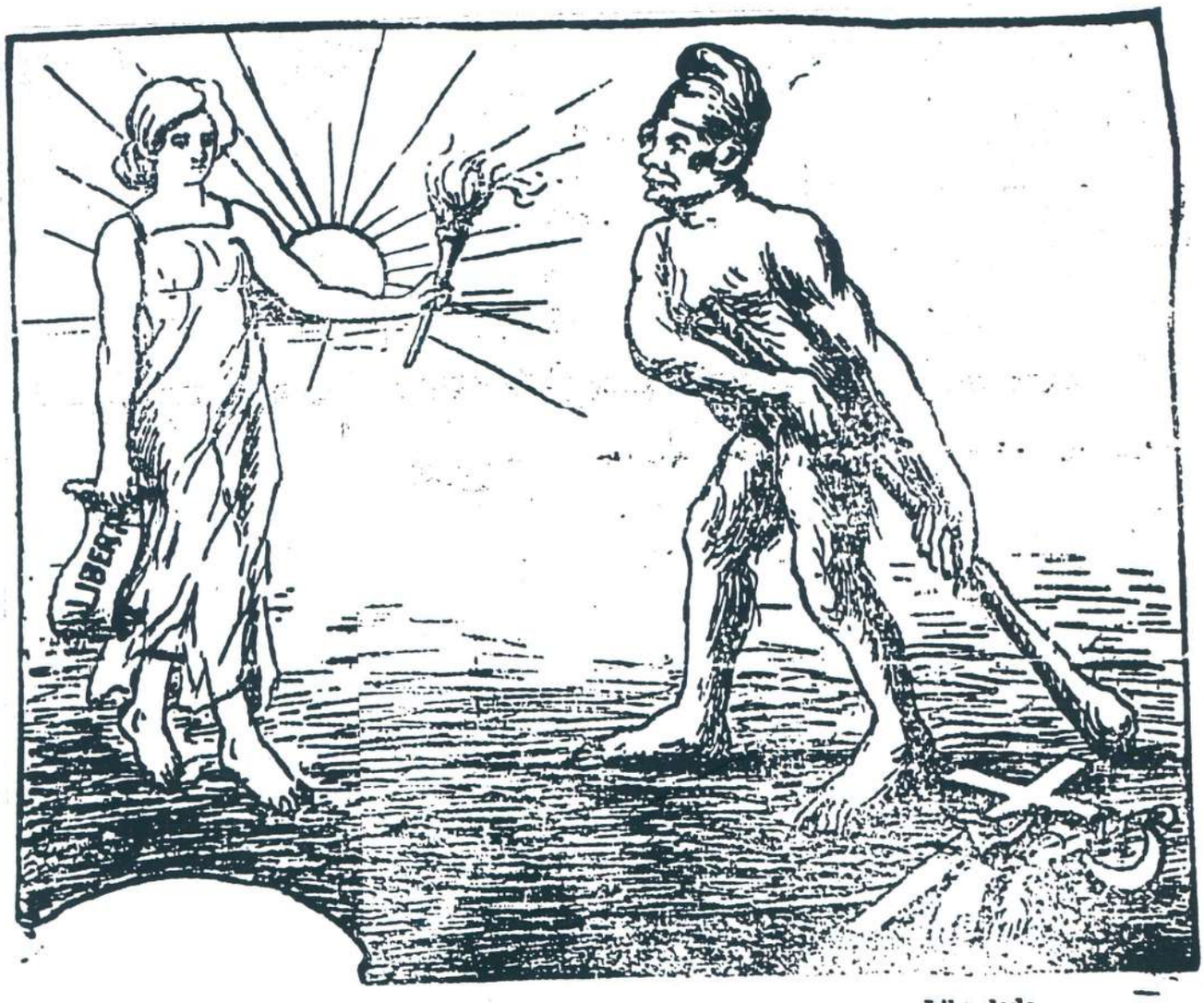
> "Os anarquistas, por exemplo, rejeitam o emprego em termos positivos do barrete frígio como atributo da alegoria da liberdade, pois esse símbolo representa na iconografia anarquista a república burguesa, sendo dotado, portanto, de um caráter negativo." ([73])

Assim, o barrete frígio, distintivo principal das representações da Marianne revolucionária e popular nas análises de Agulhon, não aparece em nenhuma das alegorias dos jornais libertários aqui pesquisados. As duas imagens citadas por Batalha, e publicadas por *A Plebe* na década de 20, foram reproduzidas pelo mesmo jornal na década de 30 (**ilustração 23**), sendo uma delas esclarecedora a respeito da rejeição do barrete republicano.

---

[72] *Idem*, p. 127.

[73] BATALHA, Cláudio. "Nós, Filhos da Revolução Francesa, a Imagem da Revolução no Movimento Operário Brasileiro no Início do Século XX". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, n. 20, mar. / ago 1991, p. 244.



O homem das cavernas resurgiu no fascismo para esmagar a Liberdade

ILUSTRAÇÃO 23

A Plebe. São Paulo, 6 maio 1933, n. 23, p. 1.

Em 1920, data citada por Batalha, o grotesco homem nu com bastão que ameaçava atacar a figura feminina da LIBERDADE era identificado com os "bárbaros do barrete frígio" que "procuram impedir o progresso, prendendo, deportando e espancando os arautos da sociedade nova". Em 1933 o barrete passa a ser atribuído ao fascismo (cujo feixe de varas também era usado como símbolo republicano): "O homem das cavernas ressurgiu no fascismo para esmagar a Liberdade".([74]) Um dos maiores inimigos da militância operária era o governo que, mesmo afirmando-se republicano, como toda instituição estatal, cometia ações bárbaras contra os trabalhadores. A partir de 1933, a imagem deste perigo se amplia na figura ameaçadora do fascismo que se faz presente tanto no exterior como no Brasil.

A barbárie fascista teria como aliados, conforme símbolos depositados ao lado do homem das cavernas, a cruz da Igreja, a espada do Estado e o dinheiro do Capitalismo. Em contraste, a figura alegórica da Liberdade, com olhar sereno e andar suave, carregava tocha acesa que apresentava a seu agressor, tendo ao fundo o raiar do sol.

Estes dois símbolos luminosos eram freqüentes nas representações libertárias, guardando também vínculos estreitos com as origens francesas. A tocha expressava a iluminação da consciência e da razão, sendo oferecida à brutal figura para clarear a cegueira republicana ou fascista. Ela representava o conhecimento desenvolvido pelos trabalhadores na elaboração da cultura operária e na apropriação do conhecimento detido pela burguesia. Através da iluminação da razão e do conhecimento, a ignorância e os preconceitos poderiam ser extirpados:

> "a luz que dissipa as trevas da ignorância, a luz que se desprende dos livros e que ilumina o espírito das criaturas, arrancando-as do lodo da mentira, dos abusões e das superstições morais, sociais, econômicas e mentais para guindá-las aos páramos celestes da dignidade, do brio, da verdade dos fenômenos e da compreensão do mundo em que vivemos." ([75])

Deste conhecimento brotaria a consciência, iluminando a prática revolucionária. A consciência e entusiasmo contagiosos deviam espalhar-se como o fogo, provocando a rejeição deste atributo nas imagens oficiais da República francesa, conforme aponta Agulhon. ([76]) A tocha trazia em si a ameaça para os poderosos, ao irradiar-se por toda a população e ao incendiar cidades.

O sol nascente, por sua vez, menos ameaçador, prenunciava a transformação, o início da Nova Era, conforme analisa Jean Starobinski. Na intensa luminosidade do dia nascendo, este autor

---

[74] *A Plebe*. São Paulo, 27 nov. 1920, n. 91, p. 1 e 6 maio 1933, n. 23, p. 1.
[75] "Ódio aos livros". *A Plebe*. São Paulo, 27 maio 1933, n.26, p. 2.
[76] AGULHON, Maurice. *Op. cit.*, p. 23-24.

identifica a simbologia da evidência da razão e do sentimento, opondo-se às trevas ou às nuvens escuras da antiga ordem. Além desta polaridade, Starobinski aponta aquela da "paixão do começo e do recomeço", trazida pelo divino Hélio e precedida pela destruição da noite, significando a violência popular que suprime a dominação anterior. ([77])

Maurice Agulhon questiona a utilização do símbolo solar nas representações que seguiram imediatamente a revolução, devido à associação deste símbolo com a monarquia. Demonstra que o sol, como atributo de Marianne, só ocorreu anos depois, com a República consolidada, aparecendo este atributo a coroar a alegoria feminina em substituição ao barrete frígio. Entre outras, esta característica é marcante na estátua da Liberdade que, concebida em 1875, foi oferecida pelo governo francês aos Estados Unidos.

Nas alegorias anarquistas, o sol aparecia ao nascer no horizonte ou emoldurando figuras emblemáticas que representavam a revolução, a liberdade ou a anarquia. Assim, no interior da linguagem figurativa do anarquismo, a tocha e o sol eram os signos da libertação, constituindo-se nos elementos plásticos que iluminavam as cenas exultantes da Nova Era. As imagens de luta ainda na sociedade capitalista, caracterizavam-se pelo céu nublado e ameaçador, enquanto que, percorrendo a escala cromática da luminosidade, chegava-se a cenas carregadas pela escuridão nas representações do fascismo e da guerra.

Os significados dos símbolos não eram unívocos, não havendo um código rígido para sua confecção e utilização. As análises de Agulhon apontam, na Marianne francesa, também esta multiplicidade de significações, tendo a alegoria feminina o papel da representação ora da República ou da Nação, ora da Liberdade ou da Revolução, causando conflitos, especialmente no estabelecimento dos símbolos oficiais.

Nas imagens anarquistas, a alegoria feminina também adquiria múltipla significação conferida por legendas ou pelas faixas por ela carregadas, transfigurando-se em: **Liberdade, Revolução Social, Anarquia, Ideal, Nova Era** ou **Civilização.**

Esta multiplicidade de significações da figura feminina que por vezes se sobrepunham numa mesma alegoria aparecia desdobrada em imagem esplendorosa de três amazonas nuas, cavalgando acima da superficie terrestre, numa travessia de ufanismo que partia da Europa para a América (**ilustração 24**). Cada uma delas carregava uma bandeira e um símbolo associado, evidenciando os seus significados:

---

[77] STAROBINSKI, Jean. "O mito solar da Revolução". In: *1789: os emblemas da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 38-43.



ILUSTRAÇÃO 24

A Plebe. São Paulo, 29 abr. 1933, n. 22, p. 1.

bandeira	símbolo	momento social
TERRA-LIBERDADE	correntes rompidas	reivindicações da sociedade atual
REVOLUÇÃO	tocha	consciência para a transformação
IDEAL	ramo de oliveira	harmonia na sociedade futura

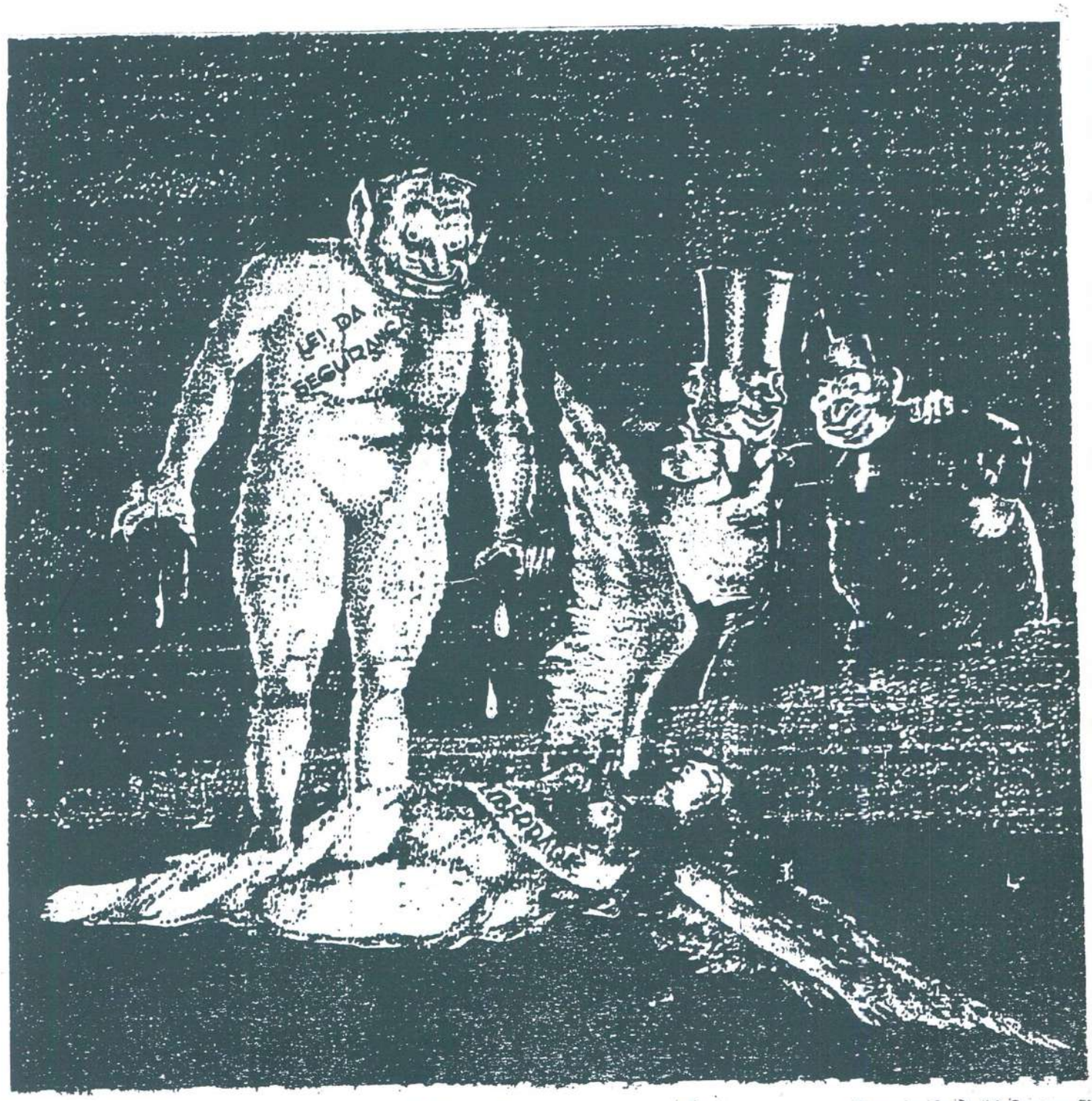
A imagem transmitia a esperança e a inevitabilidade da revolução social, do mesmo modo que o texto que acompanhava a gravura mencionava o Ideal metamorfoseado em vários movimentos desde a Grécia antiga, percorrendo a trajetória da humanidade e ressurgindo na Comuna de Paris, na Espanha com Ferrer e em Cajas Viejas. A força do Ideal seria avassaladora, tornando-se impossível trancafiá-la em prisões, pois: "*A Idéia - a única capaz de se personificar assim - gera-se no tinir das gargalheiras, nutre-se da dor*". ([78])

Sob a representação da Liberdade, a expressão era mais doce e terna, ressaltando-se sua beleza e simplicidade, como ideal desejado. Imagem reproduzida em 1927 no jornal *O Sindicalista,* de Porto Alegre, apresenta traços de uma musa inspiradora nos quais ressalta-se a beleza e a extrema serenidade. Apesar de expor um seio nu, o conjunto do busto da Liberdade, por sua postura estática junto a ramo de folhagens, aproximava-se da caracterização da República conservadora apontada por Agulhon. Esse caráter era reforçado por poema que acompanhava a imagem, de autoria de José Bonifácio, que louvava a liberdade como força motriz da humanidade, a qual, mesmo presa, trazia a luz à humanidade. ([79])

Na mulher enquanto figura alegórica da Liberdade, destacava-se também a fragilidade e a leveza, como doce inspiração para a luta ou como alvo de agressões por parte da República / Fascismo (conforme gravura mencionada anteriormente) ou pela Lei de Segurança Nacional, em 1935. Esta lei foi representada por uma figura monstruosa e semi-humana, com traços sádicos sugeridos em dentes vampirescos, orelhas e unhas pontiagudas a respingar sangue. **(ilustração 25)** A figura animalesca lança olhar de satisfação com certo traço de idiotia em direção à terna figura feminina que jaz no chão, estendendo as longas asas angelicais. Ao fundo, um burguês e um padre, ambos gordos e abrindo esperto sorriso, festejam. As três figuras exultantes reiteravam aqui a tríade vitoriosa dos inimigos do anarquismo, estabelecendo-se, entretanto, uma hierarquização: Capitalismo e Igreja seriam, segundo a legenda, os pais da monstruosa lei repressiva imposta pelo Estado. ([80])

---

[78] *A Plebe*. São Paulo, 29 abr. 1933, n. 22, p. 1.
[79] *O Sindicalista*. Porto Alegre, 1° maio 1927, n. 4, p. 1.
[80] *A Plebe*. São Paulo, 30 mar. 1935, n. 85, p. 1.



Os pais do monstro: — Melhor de que a encomenda...

(Reproduzido de "A Lanterna")

ILUSTRAÇÃO 25

A Plebe. São Paulo, 30 mar. 1935, n. 85, p. 1.

Com traços singelos, a sempre jovem figura feminina da Liberdade / Anarquia prestava homenagem aos mártires libertários de Chicago, a Francisco Ferrer, o idealizador espanhol da Escola Moderna ou carregava a bandeira das organizações operárias como a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Nesta última imagem (**ilustração 26**), a figura feminina aparecia com expressão vigorosa e algemas rompidas nos pulsos, elevada por multidão de trabalhadores que também erguiam os braços com punhos cerrados e peitos nus. ([81])

Unido à imagem, poema de Souza Passos, garçom e escritor anarquista, pretendia reforçar o caráter de protesto do 1° de Maio, contra a execução dos trabalhadores de Chicago e pela luta em prol de reivindicações operárias em lugar da comemoração festiva. A AIT representava a união internacional dos trabalhadores os quais, unidos na manifestação simultânea e na greve geral, abririam caminho para a revolução mundial.

A alegoria referente à Revolução social (**ilustração 1**) mostrava uma figura feminina com os cabelos ao vento, erguendo facho que iluminava a cena, como a luz da consciência e da razão. Apoiava a mão sobre coluna grega, base da civilização ocidental, e pisava sobre os destroços da sociedade capitalista. O conjunto destes destroços caracterizava vários dos instrumentos de dominação e da repressão:

- leis: a dominação judiciária
- correntes, cadeados, chaves: a dominação política
- coroa: o Estado
- lança, espada, canhão: o exército e a guerra
- cruz: a Igreja
- livros: a educação repressiva
- saco de dinheiro: o capitalismo
- poltrona: o luxo burguês

Comparando-se esta alegoria feminina com aquelas analisadas por Agulhon, encontramos nela os traços revolucionários da posição ativa, de pé, erguendo facho em atitude de mobilização. Porém, em lugar do barrete frígio, ela apresenta a cabeça descoberta, com os cabelos ao vento, em lugar do seio descoberto, ela usa vestido decotado e expressão incisiva. A nudez das figuras femininas aparecia com menor freqüência nesse período do que nas imagens das décadas de 10 e 20, embora não fosse generalizada.

---

[81] *A Plebe*. São Paulo, 28 abr. 1934, n. 61, p. 1.

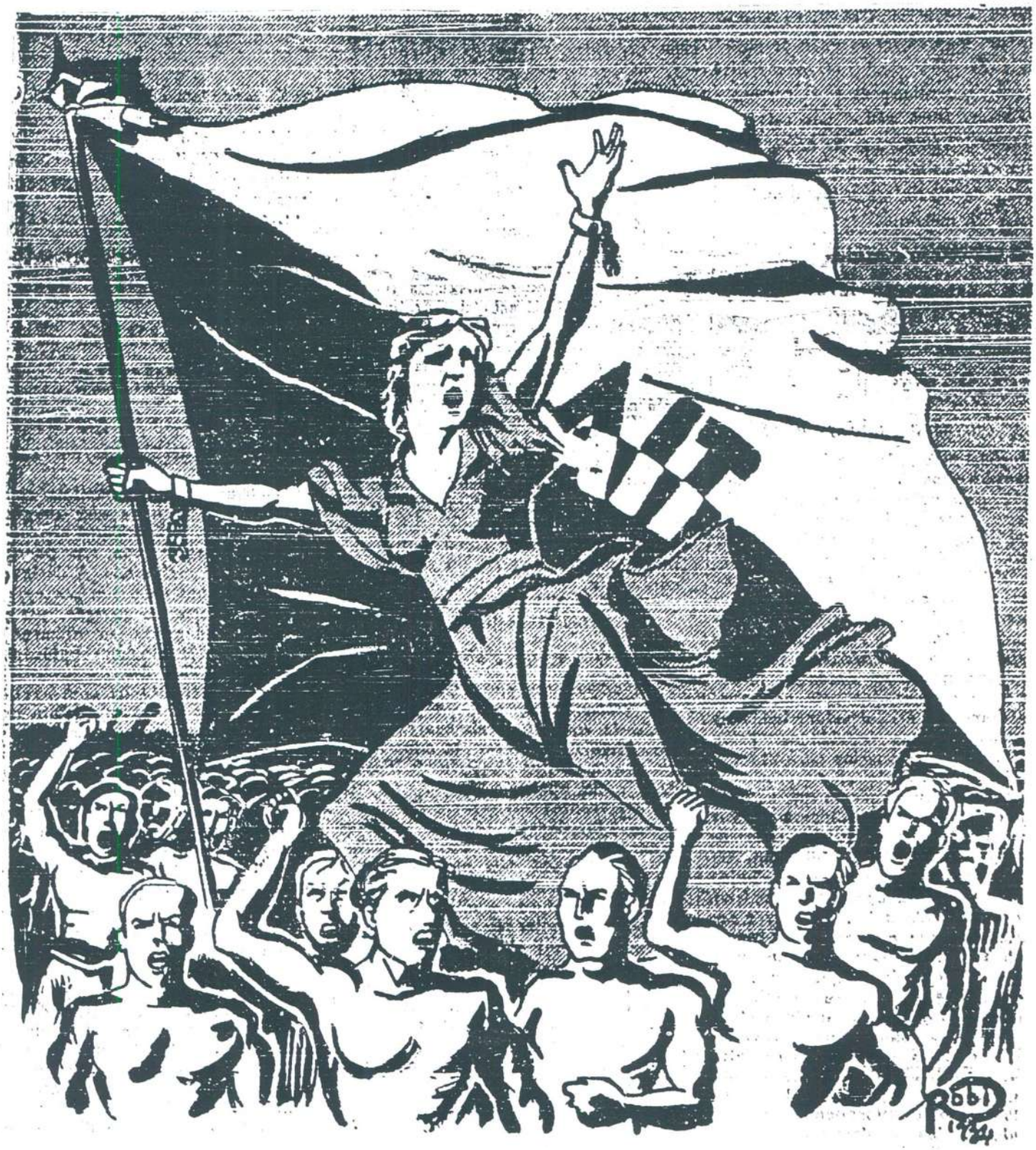


ILUSTRAÇÃO 26

A Plebe. São Paulo, 28 abr. 1934, n. 61, p. 1.

Outra imagem semelhante, publicada pelo jornal *A Plebe* em 1933 (**ilustração 27**), mostra figura feminina mais veemente e irada a gritar, também tendo a seus pés os escombros da sociedade destruída, os quais representam principalmente as armas produzidas por esta sociedade: canhão, espada, revólver etc. Com uma tiara na cabeça representando a CIVILIZAÇÃO, ela ergue exaltada os instrumentos de trabalho, conferindo-lhes elevado valor.

Esses instrumentos, presentes em outras ilustrações, representavam os vários tipos de trabalho, tanto o rural, com a foice, o garfo, a pá, quanto o urbano, com o martelo, a picareta. Foram sintetizados no símbolo comunista da foice e do martelo, que indicava a união do camponês ao operário. Novamente localizamos a dubiedade de sua utilização enquanto instrumentos de trabalho e armas de luta do trabalhador para obter a libertação. Este segundo significado teria sido captado pela censura que proibiu a publicação da imagem em agosto de 1933, apesar da exaltação revolucionária estar voltada para a Espanha. ([82]) Demonstrava-se, assim, que as imagens e discursos libertários produziam efeitos sobre seus inimigos, utilizando-se o Estado dos aparelhos repressivos para neutralizar sua expansão.

A insurreição espanhola produzia reações eufóricas entre os libertários que apontavam neste movimento a concretização de seus ideais, assim como a superioridade de suas estratégias que possibilitavam uma revolução de caráter popular nas comunas autogestionárias que se estabeleciam à margem das instâncias políticas. Estes prenúncios da guerra civil eram louvados em tom épico, pleno de imagens reluzentes, destacando-se o heroísmo dos operários espanhóis:

> "Orientados pela Federação Anarquista Ibérica e pela gloriosa Confederação Nacional do Trabalho, o proletariado espanhol, vencendo como heróis ou sucumbindo como mártires, desenha com seu arroio e com seu sacrifício, no horizonte luminoso, a imagem clara e sublime da humanidade [illegible] marcha para a Anarquia.
>
> Há já vários dias a Espa[illegible] é um vulcão onde o fogo candente do grande idealismo está reduzindo a cinzas todas as instituições de exploração e despotismo. O povo se proclama senhor de seus próprios destinos e em falanges heróicas, em colunas cerradas, atira-se sobre os redutos da reação. (...) A Revolução Social é o brado épico dos paladinos do ideal anárquico, dos guerrilheiros do Comunismo Libertário." ([83])

---

[82] *A Plebe*. São Paulo, 9 set. 1933, n. 39, p. 1.

[83] "A gloriosa epopéia libertária do povo ibero". *A Plebe*. São Paulo, 16 dez. 1933, n. 50, p. 2.



ILUSTRAÇÃO 27

A Plebe. São Paulo, 9 set. 1933, n. 39, p. 1.

A avaliação quanto ao sucesso ou fracasso na conscientização e mobilização dos trabalhadores, principal objetivo da veiculação de imagens, vê-se prejudicada na medida em que não possuímos dados a respeito da receptividade no meio operário. Conforme aponta Lili Litvak, esta questão é pertinente, já que a arte libertária se propõe ao engajamento, colocando-se a serviço da propaganda de idéias. A autora aponta o retrocesso do anarquismo na Espanha, enquanto ideologia operária, após a guerra civil, mas destaca, como saldo positivo, a viabilização de uma perspectiva que permitia a efetiva participação popular na produção artística. ([84])

No Brasil, o refluxo da presença libertária no meio operário ocorreu junto à perseguição às demais correntes que atuavam nos sindicatos, não se podendo atribuir este acontecimento exclusivamente à ineficácia dos instrumentos de propaganda. A flutuação entre momentos de intensa mobilização e aqueles de apatia vinculava-se também a outros fatores, como a repressão, a competição sindical e a intervenção estatal na organização sindical, como mencionamos no capítulo II.

Porém, apesar da propaganda libertária ter sido criticada muitas vezes como anacrônica, podemos nela localizar um insistente apelo à afirmação de uma história operária que tinha seus próprios símbolos e valores. A produção anarquista revelava-se como uma alternativa de cultura autônoma que se contrapunha ao controle que o Estado Varguista ensaiava estabelecer sobre os trabalhadores no início dos anos 30, obtendo relativo sucesso pelo silêncio de seus oponentes ao instaurar-se o Estado Novo. No decorrer deste período autoritário, ocorreu a apropriação de elementos do discurso libertário, sobrepondo-se à imagem do trabalhador altivo e rebelde, a do operário disciplinado e submisso, segundo análise de Maria Emília Lima. ([85])

Os militantes anarquistas debatiam-se também com os comunistas e trotskistas que reivindicavam a filiação às mesmas origens do movimento operário, partilhando de vários símbolos que depois foram incorporados e padronizados no realismo socialista, rompendo com seu vigor popular. A faceta pacifista e harmoniosa dos discursos e imagens libertárias passou a ser enquadrada como utopia visionária e anacrônica, enquanto que seu aspecto rebelde e incisivo foi associado à violência terrorista, diluindo-se as imagens antiautoritárias que ficaram relegadas ao passado, adquirindo caráter mítico e anedótico.

---

[84] LITVAK, Lily. *Op. cit.*, p. 399-400.

[85] LIMA, Maria Emília A.T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

2. A imagem ameaçadora do anarquista na Grande Imprensa

As afirmações e as posturas libertárias, de caráter incisivo e contestador, produziam forte perturbação numa sociedade conservadora e discriminadora com relação ao operário. As múltiplas imagens e propostas revolucionárias veiculadas pelos anarquistas, somadas a seus feitos no passado da história nacional e internacional, davam origem à construção de um "outro" imaginário que se sobrepunha à sua atividade, contrapondo-se à afirmação de seus valores.

A grande imprensa seria um dos meios pelos quais este "outro" imaginário iria colocar-se em circulação, realizando um diálogo conflituoso com o qual os libertários necessitavam lidar, rejeitando estereótipos de violência e de exotismo, mas, ao mesmo tempo, afirmando frente a estes preconceitos sua própria identidade.

Os estereótipos, embora sob forma deturpada, tinham como sustentação atividades desempenhadas por libertários, embora exagerassem alguns caracteres, encobrindo outros. Assim, a imagem do anarquista violento e gerador de atos terroristas era produzida a partir das expressões agressivas utilizadas em seus discursos e das ações violentas empreendidas no passado. Porém, a eficácia do estereótipo ocorria justamente no reducionismo a um ou mais elementos, deixando-se de apreciar o conjunto que, neste caso, corresponderia às múltiplas dimensões culturais, educacionais e sindicais da proposta libertária.

a. a crítica libertária à grande imprensa

Apesar do relevante papel atribuído à imprensa pelos anarquistas diante da potencialidade deste veículo na difusão de idéias visando ao questionamento dos valores e à transformação da sociedade, a grande imprensa atrelada a interesses econômicos caminhava na direção oposta, reforçando a ignorância de seus leitores. Denunciava-se a manipulação que a grande imprensa realizava, na medida em que seria ela também um instrumento de dominação burguesa, escondendo-se sob a aparência da neutra difusão do conhecimento e da iluminação da opinião pública:

> Desgraçadamente, os jornalistas exploram também a ignorância e os abusos que dela emanam sob a forma móbil, fugitiva, a 'opinião'. (...) Esta opinião é a máscara da razão sob que se oculta a força que domina a sociedade: o sofisma em moda por meio do qual a brutalidade do maior número daqueles que possuem mais dinheiro, procura fazer-se aceitar como justiça." ([86])

---

[86] DE POTER. "A Imprensa". *A Plebe*. São Paulo, 4 mar. 1933, n. 16, p. 4.

Acusava-se os jornais burgueses pela deturpação dos fatos na transmissão das notícias, principalmente ao tratar dos assuntos operários. Outras vezes omitia-se simplesmente as manifestações ou greves dos trabalhadores, deixando de trazer a público violências cometidas pela polícia.

Os estereótipos detratores da imagem dos anarquistas eram combatidos pelos mesmos, apontando-se seu caráter calunioso devido à influência perniciosa que exerciam sobre a população. O recurso às representações estereotipadas, assim como à imprensa, não teria por si mesmo aspecto prejudicial pois, enquanto instrumento de propaganda e educação, quando vinculado ao ideário libertário, apresentava grande eficácia. A referência freqüente às imagens negativas na imprensa libertária demonstrava o efeito que provocavam, entrando em choque com sua propaganda, necessitando constantemente de um contra-ataque defesivo:

> "Um dos espantalhos com que a imprensa e as instituições burguesas e clericais costumam acenar à ingenuidade do povo, dos trabalhadores em geral, para os indispor com aqueles que preconizam o advento duma sociedade nova onde não haja ricos nem pobres, (...) é apresenta-los como homens terríveis que querem destruir pelo prazer de destruir, gente de cara sinistra, com os bolsos cheios de dinamite, com pretensões a tudo arrasar, a tudo demolir." ([87])

Através de sua expressão enfática característica, os próprios anarquistas enumeravam os epítetos a eles atribuídos nos diversos meios de comunicação: desordeiros, criminosos, assassinos, ladrões, tarados, utopistas, loucos, visionários, violentos, destruidores, terroristas, rebotalhos e degenerados. Questionavam também vários jornais especializados no sensacionalismo, voltados unicamente para a ampliação da vendagem. O exagero que se aproximava do ridículo era apontado quando, ao se noticiar a prisão de alguns militantes, mencionava-se "A sensacional descoberta de um foco de anarquistas". O local da prisão fora a sede da FOSP, localizada na Praça da Sé, que era publicamente conhecida, sem nenhum caráter clandestino.

A grande imprensa, entretanto, era utilizada como fonte de informação pelos libertários, na medida em que seus próprios jornais não poderiam suprir esta necessidade com seus limitados recursos financeiros. O jornal *O Estado S. Paulo* era citado com freqüência, passando, porém, suas notícias, assim como o próprio periódico, pelo crivo crítico dos anarquistas, sendo caracterizado por suas posições ideológicas e morais:

> "**O Estado de S. Paulo** (...), o órgão conservador por excelência da velha moral, da arcaica rotina, das caducas concepções, das arqueológicas usanças morais, econômicas e religiosas, que têm infelicitado, embrutecido e escravizado o povo." ([88])

---

[87] "Divagações". *A Plebe*. 3 dez. 1932, n. 3, p. 3.
[88] "O sagrado matrimônio". *A Plebe*. 20 maio 1933, n. 25, p. 3.

b. o anarquismo exótico e utópico

O jornal *O Estado de S. Paulo*, no final da década de 20, regozijava-se por ser o periódico paulista de maior difusão nacional ([89]), sendo também um dos principais representantes da proposta liberal e conservadora, conforme considerações das historiadoras Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato. ([90]).

Esta postura liberal do jornal, entretanto, segundo Prado e Capelato, foi-se transformando no decorrer da década de 30 quando o grupo editor, por um lado, adaptava a aplicação dos princípios conforme a conveniência de seus interesses e, por outro lado, fazia concessões paulatinas à intervenção estatal na sociedade, em nome do perigo que o comunista representaria para a ordem pública e social. Assim, segundo as autoras, no período que transcorreu entre o final da década de 20 até o ano de 1937, quando o jornal passou a sofrer rígida censura, desenvolveu-se uma progressiva transformação em relação ao enfrentamento do comunismo:

> "O jornal deu pouca ênfase ao comunismo nesse primeiro momento em vista de não o considerar ainda uma ameaça séria à estrutura social brasileira. O perigo pressentido assumiu formas concretas para os representantes do jornal no período que se segue à Revolução de 1930, quando, então, os editoriais evidenciavam um 'terror pânico' pelo comunismo." ([91])

Assim, antes da década de 30, de acordo com a perspectiva liberal, *OESP* ([92]) defendia as liberdades de pensamento, expressão, manifestação e organização, que deveriam ter garantias constitucionais, havendo tolerância mesmo quanto a posições extremamente divergentes como o anarquismo, o comunismo e o socialismo. Até o final da década de 20, o comunismo não representaria perigo para a ordem pública, estando restrito a pequeno grupo. Os reduzidos núcleos, isolados e delimitados segundo a construção interpretativa do jornal, eram destacados do conjunto dos trabalhadores, constituindo-se numa imagem dicotômica. Haveria, de um lado, uma população brasileira pacífica e ordeira, avessa à propaganda dos militantes operários que eram, por sua vez, estrangeiros, que pregavam ideologias exóticas, em atitude de agitação e subversão à ordem pública.

---

[89] "O jornal de maior circulação no Brasil". *OESP*. São Paulo, 20 nov. 1927, p. 4.

[90] CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutuno (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo")*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980 e CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo (imprensa paulista: 1920-1945)*.São Paulo: Brasiliense, 1989.

[91] CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia. *Op. cit*, p. 105.

[92] Utilizaremos a forma abreviada *OESP* para as referências a este periódico, conforme tem sido adotado pela bibliografia especializada.

A reiteração de exotismo e estrangeirismo era explicada por um colaborador assíduo do jornal, Vivaldo Coracy, defendendo a liberdade de expressão frente à Lei Celerada em 1927, justamente pelo pouco alcance que teriam, como ideologias estranhas ao país:

> "O fato é que no Brasil socialismo, comunismo, anarquismo, são plantas de estufa e estão adstritos aos centros industriais das grandes cidades. Temos aqui (...) socialistas de porta de fábrica, elementos estrangeiros em geral, que aparecem nas ocasiões de greve." ([93])

A rebeldia dos trabalhadores não teria origem na exploração e opressão da sociedade, mas viria de fora, provocando conflitos e agitações entre os operários de índole pacífica. Esta argumentação do jornal remetia ao mito da "planta exótica", proficuamente utilizado desde o início do século para justificar a política excludente estabelecida em relação aos trabalhadores. Suas atitudes de contestação eram atribuídas à influência externa das "idéias fora de lugar" que não se adequariam à realidade nacional. Reativava-se assim a idéia da exterioridade entre a realidade européia e a brasileira, conforme é apontado por Maria Sylvia de Carvalho Franco que questiona esta separação abstrata pelo fato de a mesma conduzir ao encobrimento de que a "produção e circulação das idéias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas". ([94])

A expansão do comunismo, segundo a ótica de *OESP*, não representava perigo no final dos anos 20. O anarquismo, entretanto, era apontado como "**a maior de todas as calamidades sociais**", legitimando-se o seu combate e extermínio com base na justiça e nos princípios liberais da imprensa livre:

> "É justo que se dêem ao governo todas as armas de que haja precisão para lutar contra o anarquismo, que é a maior de todas as calamidades sociais. Não é justo, porém, que, a pretexto de combater o anarquismo, se lhe proporcionem meios de amordaçar a imprensa que lhe não aplaude todos os atos e não lhe cobre de flores todos os erros... Para que a justiça se não sacrifique e para que não escapemos de uma tirania e caiamos noutra, urge que, simultaneamente, em duas operações conjuntas, se aparelhe o Executivo para vencer o anarquismo e se aparelhe o povo, que não é anarquista, para se resguardar dos abusos do Executivo." ([95])

O jornal pronunciava-se aqui como intérprete do povo, qualificando a aversão deste ao anarquismo e afirmando que este mesmo povo apoiaria o combate ao comunismo. Por outro lado,

---

[93] CORACY, Vivaldo. "Problemas nacionais". *OESP*. São Paulo, 18 maio 1928, p. 3.
[94] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As idéias estão no lugar". *Cadernos de Debate*. São Paulo: Brasiliense, n. 1, 1976, p. 59-60.
[95] "Notas e Informações". *OESP*. São Paulo, 13 ago. 1927, p. 3.

como formador da opinião pública, era necessário protegê-lo da influência anarquista e dos abusos do governo.

"Elementos subversivos da ordem social", "empreiteiros de greves", "agitadores", anarquistas e comunistas não se intimidavam com a maior extensão das penalidades propostas para coibir a liderança grevista, segundo o jornal. Se o direito de greve e a tolerância com relação ao comunismo eram defendidos em julho de 1927, antes da aprovação da Lei Celerada, após a entrada em vigor desta, os editores passaram a defender a luta contra o anarquismo, configurando um perigo maior, visando a salvaguarda de seu próprio espaço de expressão oposicionista.

Comunismo e anarquismo eram, por vezes, fundidos no jornal, sem apresentar divergências ou oposições entre ambos. Nos editoriais, apesar da não distinção explícita entre as duas correntes, pareciam ficar reservados ao anarquismo os ataques mais drásticos, remetendo-se a ele a Lei Celerada. O perigo de instauração de uma tirania que provocou o surgimento de outra tirania com a lei repressiva, porém, conforme citação acima, não parecia condizer com a proposta libertária, mas, antes, com a ditadura do proletariado, defendida pelo Partido Comunista, implantada na URSS, que era vista como a instauração de um novo autoritarismo mais drástico do que o brasileiro. Esta ausência de distinção ou a aglutinação de caracteres de ideologias diferenciadas também era peculiar ao mito que associava vários temores sociais através da analogia, constituindo uma unidade polimorfa. ([96]) Esta tendência à fusão de elementos díspares na construção do mito tornou-se mais intensa e sistemática como estratégia do Estado Novo. Percebe-se a elaboração de modelos do inimigo público a partir dos estigmas correntes na sociedade, como é o caso do "subversivo" que aglutinava grupos distintos, dentre os quais podemos citar os comunistas, os anarquistas, os bolchevistas e os judeus. ([97])

No final dos anos 20, as leis sociais também eram criticadas por *OESP* como importação de idéias estrangeiras, apontando, em sua implantação, um modismo, a inadequada transposição de uma regulamentação própria a países industrializados europeus para uma economia incipiente como a brasileira.

Porém, na década de 30, em plena campanha anticomunista, os editoriais do jornal, afirmavam o irrestrito apoio à legislação social, sendo também favorável à organização dos trabalhadores para pressionar os patrões, os quais, por sua vez, eram avessos à intervenção estatal na relação trabalhista. Entretanto, a posição deste operariado seria de aversão à agitação de extremistas,

---

[96] GIRARDET, Raoul.*op. cit.*, p. 16.
[97] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

conforme direcionamento que o jornal pretendia imprimir à opinião pública:

> "Somos contra o comunismo mas não somos contra o operariado. (...) O operário verdadeiro, o operário que trabalha e gosta de trabalhar, detesta, quase sempre, o comunismo tanto quanto qualquer burguês. Os grandes chefes do comunismo e, portanto, os seus máximos aproveitadores, não são operários. São pessoas de outras classes, quando não são pessoas sem classe alguma. Há o comunista ideólogo, o sonhador de utopias, que é uma criatura respeitável, e há o comunista politiqueiro, o agitador permanente que, explorando o nome do operário, vive a turvar as águas para facilitar as suas pescarias. Este último não merece a mínima contemplação. São os desta espécie, em, geral, os empreiteiros de atentados e desordens." ([98])

Distinguia-se assim o anarquista utópico do comunista politiqueiro. O primeiro passava a ser visto com maior benevolência devido a seu caráter inofensivo de sonhador, enquanto que o comunista transformava-se no maior perigo, interferindo na política e provocando violências no meio operário. Ambos, entretanto, seriam figuras alheias ao operariado autêntico que não abraçaria nenhuma ideologia.

c. a dupla imagem do anarquista internacional mártir e assassino

No decorrer da década de 30, o perigo mais alarmado de uma conspiração internacional passou a ser atribuído ao comunismo. Havia, porém, a permanência do "fantasma anarquista" contra o qual houve intensa campanha de erradicação no final dos anos 20, sendo seu espectro reavivado durante o desenrolar da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Se o foco do "perigo vermelho" encontrava-se em Moscou, difundido através de "agentes treinados" que se infiltrariam nas organizações operárias, a ameaça anarquista estava dispersa em ações de "terroristas", isoladas e anônimas, que se pulverizavam pelo mundo.

No noticiário internacional do período, destacava-se em 1927, o acompanhamento doloroso da prisão e condenação pela justiça norte-americana dos anarquistas Nicola Sacco e Bartholomeu Vanzetti. O longo processo de prisão, julgamento e condenação dos libertários italianos iniciou-se em 1920, tendo desfecho em agosto de 1927. Paralelamente e, com dimensão menos ampla, os libertários espanhóis Ascaso, Durruti e Jovel, presos em Paris, eram reclamados pela justiça argentina, no mesmo ano.

Em ambos os casos, a condenação inicial ao anarquismo era diluída, tomando os movimentos pela libertação dos militantes operários um alcance que extrapolava os grupos libertários.

---

[98] "Notas e Informações". *OESP*. São Paulo, 22 jan. 1931, p. 3.

Os anarquistas eram defendidos enquanto mártires, sem restrições a suas convicções. Comunistas, liberais e a imprensa em geral tomavam partido, em nome da justiça, obtendo a libertação dos anarquistas espanhóis.

Quanto a Sacco e Vanzetti, durante o processo e após a execução dos mesmos, foram noticiadas explosões de bombas de dinamite em locais públicos, com mortos e feridos, reabilitando-se a associação de imagens entre o militante anarquista e o terrorista explosivo. Boatos ou "crenças das autoridades policiais" atribuíam o lançamento das bombas a companheiros dos condenados, com prisões de suspeitos, mesmo sem provas concretas:

> "Uma das explosões de ontem, à noite, fez ruir uma estação ferroviária subterrânea da linha Brooklin-Manhattan, na rua 21, em Brodway, matando uma pessoa e ferindo 16 passageiros. Há, porém, quem afirme que houve dois mortos.
>
> A multidão, tomada de pânico, foi dificilmente contida pelas autoridades que aconselhavam calma e que, algumas vezes, se viram na contingência de usar de certa violência para evitar maiores atropelos. A polícia efetuou grande número de prisões e matou a tiros um popular, que procurava fugir depois de intimado a entregar-se à prisão. (...)
>
> As autoridades estão convencidas de que esses atentados são obra de amigos de Sacco e Vanzetti." ([99])

Assim, ao mesmo tempo em que uma mobilização internacional de operários, liberais e conservadores tomava a defesa de Sacco e Vanzetti (incluindo-se, entre estes, os jornais publicados pelos governos de Mussolini e Stalin), uma contrapropaganda procura reavivar a imagem do espectro ameaçador do anarquismo a partir dos EUA. Mas o jornal *OESP* mencionava editorial do *Pravda* que atribuía os atentados a dinamite à polícia secreta norte-americana, visando a incompatibilizar os operários com a opinião pública do país. ([100])

A reversão do estigma maléfico dos operários libertários tornados mártires do "ódio capitalista" ou simplesmente da perseguição pessoal do juiz e do governador de Massachussetts era acompanhada pela idéia de decadência da concepção anarquista, diante da difusão mundial da doutrina comunista no meio operário. Aqui configura-se a característica ambivalente do mito analisado por Raoul Girardet em cujo imaginário atuava uma dialética dos contrários que o tornava flexível à inversão:

> "O tema da própria conspiração não é necessariamente acompanhado de exclusivas conotações negativas: a imagem do complô demoníaco tem como contrapartida a da santa conjuração." ([101])

---

[99] "Explosões de bombas em Brooklyn, N. Y. e Filadélfia - Danos e vítima". *OESP*, São Paulo, 7 ago. 1927, p. 28.

[100] "O jornal Russo Oficial atribui os atentados a dinamite à polícia secreta". *OESP*, São Paulo, 13 ago. 1927 p. 5.

[101] GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

No caso, os terroristas e assassinos anarquistas transformavam-se em "santos mártires", da posição de ameaça à ordem estabelecida passavam a vítimas do próprio Estado que combatiam. Assim, a imagem do anarquista oscilava entre as informações de explosão de bombas de protesto, atribuídas a companheiros de Sacco e Vanzetti no exterior, e as manifestações de solidariedade internacional.

A extradição dos anarquistas espanhóis Ascaso, Durruti e Jover, reclamados pela justiça argentina depois de terem-se asilado na França, também provocava intensas manifestações de solidariedade pela intelectualidade parisiense. Em nome dos direitos humanos, mesmo adversários políticos dos três condenados prenunciavam as torturas que lhes iriam ser infringidas na República Argentina, a qual tinha intenção de entregá-los para a justiça espanhola, onde também haviam sido condenados. A discussão arrasta-se de maio a julho de 1927, em período quase concomitante à condenação de Sacco e Vanzetti, tendo, porém, diferente desfecho, com a libertação dos três espanhóis. ([102])

A maioria dos incidentes internacionais envolvendo anarquistas acusados de terrorismo tiveram final trágico, criando-se previamente provas e confissões para a obtenção da condenação e ambiente de ameaça que propiciava o respaldo da opinião pública.

Assim, em 1928, um boato de atentado contra o presidente norte-americano em visita à Argentina provocou a prisão e vigilância de vários anarquistas, com passado "criminoso", efetivando-se descobertas extraordinárias que confirmariam as suspeitas levantadas pelos policiais. O principal acusado foi preso e, na busca em sua casa, já se encontravam as provas para sua condenação:

> "A polícia prendeu, ontem, Manuel Scarzo, de 24 anos, tendo efetuado uma busca na casa em que ele residia na rua Estomba, onde foram encontradas sete bombas de dinamite, numerosas pistolas, explosivos e títulos falsificados. As autoridades suspeitam de que o preso estivesse implicado em alguma conspiração contra a vida do sr. Hoover.
>
> Na mesma casa foi também encontrado um mapa das estradas de ferro argentinas, com alguns pontos marcados a lápis." ([103])

No dia seguinte era noticiada a confissão do "dinamiteiro" Scarzo, "jactando-se" este de que mesmo que não pudesse realizar o atentado a bomba em linha de trem, outros executariam a façanha.

Em 1930, notícia de anarquistas fugidos da Itália espalhavam-se pela Europa, especial-

---

[102] *OESP*. São Paulo, maio a ago. 1927.

[103] "Boato de um "complot" contra Hoover". *OESP*. São Paulo, 13 dez. 1928, p. 2.

mente na França e Suíça. "Pesquisa" realizada na casa de um deles revelava volumosa correspondência que provava uma rede internacional a sustentar "extensa conspiração" ([104])

Confissão explícita de atentado contra o "Duce", com condenação exemplar e aplausos do júri, era divulgada, em 1931. O anarquista estrangeiro Schirru recebera informações detalhadas de um cúmplice em Londres sobre os itinerários de Mussolini, vindo para a Itália carregado de bombas e tendo unicamente o fito de realizar o ato terrorista. A confissão noticiada era taxativa, mostrando instinto assassino frente à ameaça de execução sumária:

> "Ao invés de intimidá-lo a acusação despertara-lhe o desejo de cometer realmente o atentado, desejo de que, aliás, não dera notícia a ninguém. (...)
> Interrogado sobre as razões do atentado o depoente faz ardente profissão de fé anarquista e declara que na figura do presidente do conselho não visava senão o inimigo de seus ideais." ([105])

Todas estas notícias, estampadas nas manchetes de *OESP*, eram cercadas de boatos, sendo, muitas vezes, imediatamente desmentidas. Assim, em 1927, através de uma informação de segunda mão, o jornal repassava notícia alarmante do *Petit Parisien* sobre organizações anarquistas em Paris, que contariam com cerca de 1.500 membros e em cuja sede teriam sido localizadas 3.200 bombas. Na mesma página, seguia-se o desmentido da Segurança Pública francesa, dizendo tratar-se de acusação leviana. ([106]) Em outro boato da prisão de 200 operários anarquistas em Londres, pertencentes à organização terrorista polaca denominada "Trincheira Negra", o desmentido demorou dois dias, afirmando o governo não ter ocorrido nenhuma prisão de elementos extremistas. ([107])

Esta rede de boatos, somada aos tratados estabelecidos entre vários países para a extradição de prisioneiros estrangeiros, apontava para a montagem de uma campanha de combate ao anarquismo, que a imprensa, ideologicamente afinada com os mesmos propósitos, tratava de veicular e reforçar. O caráter fragmentário destas notícias, conforme era reproduzido em *OESP*, tornava-se propício para o lançamento das suspeitas sobre um complô anarquista, com a divulgação da informação, sem que houvesse uma continuidade que viesse a esclarecer o sucedido. Mesmo quando o boato não era confirmado, a sua publicação seguida por desmentido, também prestava-

---

[104] "As polícias da França e Suiça prosseguem na campanha contra os agitadores estrangeiros". *OESP*. São Paulo, 5 jan. 1930, p. 1.
[105] "Anarquista condenado à morte na Itália". *OESP*. São Paulo, 29 maio 1931, p. 1.
[106] "Organizações anarquistas estrangeiras". *OESP*. São Paulo, 1 maio 1927, p. 2.
[107] "Prisão de anarquistas" e "Desmentido à suposta prisão de 200 anarquistas". *OESP*. São Paulo, 10 e 12 mar. 1927, p. 2.

se ao reforço do estigma de violência e terrorismo associado às atividades anarquistas.

Os anarquistas, cujo perigo internacional estaria amortecido no decorrer da década de 30, ressurgiram nas manchetes dos jornais, triunfalmente, com a Guerra Civil Espanhola, quando os ataques e incêndios de igrejas e instituições religiosas eram destacados desde a eclosão das greves gerais que precederam o conflito:

> "Na capital da Espanha, o povo deitou fogo a doze estabelecimentos religiosos - Em Sevilha, Aliçante, Cadiz e Málaga a multidão depredou e incendiou vários conventos, igrejas e sedes de instituições e jornais católicos." ([108])

Já em 1934, o perigo da associação entre anarco-sindicalistas e comunistas era alardeado pela ameaça de um complô mais amplo e destrutivo:

> "Em Ceuta foi descoberto importante depósito de armas, o que provocou a prisão de numerosos socialistas e anarco-sindicalistas. (...)
> Os danos causados às linhas férreas de Astúrias, durante a recente insurreição, são avaliados em perto de 10 milhões de pesetas. Os revolucionários fizeram saltar, a dinamite, uma locomotiva elétrica, que tinha custado um milhão, um trem de mercadorias e destruíram quinze pontes." ([109])

Após o levante comunista de novembro de 1935, no Brasil, com a instauração da censura à imprensa, os jornais e revistas passaram a modelar mais intensamente os noticiários internacionais, alinhando-se à campanha anticomunista empreendida pelo governo Vargas, conforme aponta Maria Luiza Tucci Carneiro. O recorte das informações propiciava o estímulo a antídotos nacionais contra o caos e a violência que teriam sido provocados pelos anarquistas:

> "Los diarios culminan con la 'fabricación' de la verdad acerca del conflicto, fortaleciendo la idea de que el caos, el desorden, las muertes y el anticlericalismo eran responsabilidad de los comunistas y anarquistas, fantasmas que rondaban la sociedad brasileña.(...)
> De todos los personajes, la imagen del anarquista (después del judio) fue una de las más estereotipadas y manipuladas por nuestros caricaturistas, que no consiguieron deshacerse del mito anarquia/terrorismo. Presentado como 'un hombre del pueblo' - modelo despreciado para componer la realidad brasileña -, su figura viene siempre asociada a actos terroristas y revanchas anticlericales. La visualización de esta figura es uno de los índices más intensos de su caracterización político-social. Algunos elementos son realzados, como la barba crecida y descuidada, las ropas viejas y sucias, y los ojos rabiosos. En las manos trae siempre una bomba lista para explotar." ([110])

---

[108] "O Movimento anti-religioso de Madrid estendeu-se às províncias". *OESP*. São Paulo, 13 maio 1931, p. 12.

[109] "Apreciações sobre os acontecimentos políticos da Espanha". *OESP*. São Paulo, 28 out. 1934, p. 7.

[110] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "La Guerra Civil Española a través de las revistas ilustradas brasileñas: imágenes y simbolismos"*Estudios Interdiciplinarios de America Latina y el Caribe*. Israel, Universidade de Tel Aviv, vol. 2, n. 2, jul-dez. 1991, p. 46-47.

d. o anarquista assassino no Brasil

No Brasil, a estratégia de associação dos militantes anarquistas à violência desmedida era tentada, envolvendo-os casualmente notícias de deportações e assassinatos. Em geral, as deportações mereciam notas sumárias em *OESP*, sem explicitação das atividades subversivas do indivíduo expulso, rotulando-se o condenado como "indesejável", "elemento perigoso à ordem pública", "nocivo aos interesses da República" ou "agitador das classes operárias".

Em alguns casos, as causas da deportação eram especificadas, como ocorreu com o sapateiro italiano Affonso Festa que exercera intensa atividade no meio libertário. Encontrava-se preso por mais de um mês sem notificação dos motivos, sendo apressadamente processado e condenado sob a alegação "ser anarquista e pregar as suas idéias nas associações operárias e nos comícios públicos". ([111])

Outra notícia digna de figurar nas páginas dos jornais sensacionalistas apresentava-se sob o título: "*Anarquista Assassino*". Contava a história de Indalécio Iglésias, anarquista criminoso que, em 1923, matara um operário, secretário da União dos Sapateiros, num baile promovido em benefício da associação. A dicotomia entre o agitador e o pacato operário reaparecia aqui, pois a notícia omitia que o operário morto, Ricardo Cipolla, ainda merecia homenagens do sindicato, como vigoroso lutador anarquista.

Conforme relata o jornal, o assassino fora anarquista em 1920, expulso do país ao ser flagrado preparando "bombas e outras máquinas infernais". Após seu retorno ao Brasil, teria assassinado Cipolla que tentara separar briga sua com outro operário por desentendimento pessoal. Fugira para Belo Horizonte, sendo identificado ao tentar ingressar na Força Pública mineira, com nome falso. As convicções antimilitaristas ou a ingenuidade deste "anarquista" seriam no mínimo contestáveis no momento em que o jornal utilizava a notícia para alimentar o estereótipo do anarquista violento. ([112]) O jornal *A Plebe*, em 1933, apresentava o assassino como "sicário da burguesia" e operário sectário, indicando que este não partilhava dos ideais libertários no momento do crime. ([113])

Em outubro de 1933, *OESP* anunciava a apreensão de boletins subversivos que empregavam "termos violentos, incitando o operariado a manifestações públicas", os quais tinham sido

---

[111] "Operários presos - Affonso Festa vai ser deportado e Domingos Passos já está em liberdade". *OESP*. São Paulo, 31 mar. 1928, p. 6.

[112] "Anarquista Assassino". *OESP*. São Paulo, 6 fev. 1929, p. 9.

[113] MÁSCULO, Lucas. "A propósito da tolerância". *A Plebe*. São Paulo, 14 jan. 1933, n. 8, p. 2.

produzidos por elementos anarquistas. Os inspetores do DOPS prenderam vários militantes anarquistas, entre eles Hermínio Marcos Hernandez, conseguindo evitar a distribuição dos manifestos. O conteúdo "subversivo dos manifestos, entretanto, não era explicitado - o protesto contra o ditador argentino general Augustin Justo - criando-se uma aura de mistério ameaçador. ([114])

e. o operariado pacífico

Os comícios, greves e reuniões sindicais não apresentavam nenhuma coloração ideológica nas páginas de *OESP* - eram apenas manifestações operárias. A referência a anarquistas e comunistas aparecia quase que tão somente quando presos ou deportados. Em contraste, era destoante a referência a estas ideologias nos editoriais, com reação alternada de horror e tolerância liberal. Percebe-se uma ruptura no discurso sustentado pelo noticiário e pelos editoriais. O primeiro falava de greves e manifestações promovidas por operários pacíficos, sem opção ideológica, conotação que passava a existir quando instigadas por agitadores subversivos. Os editoriais referiam-se a este perigo anarquista e comunista que constituiriam uma ameaça externa, como um espectro que rondava as manifestações pacatas de trabalhadores.

Nos relatos de *OESP* sobre o 1° de Maio, destacava-se a campanha eleitoral no comício do PCB, enquanto que, na breve menção ao comício anarquista, realizado na Praça 11 de Junho do Rio de Janeiro, era enfatizada a "apologia ao comunismo" ali feita. ([115]) Porém, na maioria das vezes, as manifestações eram relatadas de modo despolitizado, apesar da intensidade dos conflitos ideológicos que estavam em jogo e que motivavam a organização de dois comícios diferenciados.

Em outras circunstâncias nas quais estas disputas tornaram-se cruciais, o relato jornalístico apresentava-se desconexo devido à omissão dos motivos geradores do conflito, como ocorreu em reunião sede operária no Rio de Janeiro, onde a concorrência entre anarquistas e comunistas era exacerbada na disputa pela direção do sindicato dos tecelões. O debate ficava reduzido à suspeita de propaganda comunista naquele meio, sendo publicado depoimento do deputado comunista Azevedo Lima que culpava "agentes provocadores" pela morte de dois operários após invasão policial. O cerne da questão não era explicitado, transmitindo-se apenas uma imagem de violência inerente às reuniões de operários comunistas. ([116])

---

[114] "Apreensão de boletins subversivos e várias prisões". *OESP*. São Paulo, 8 out. 1933, p. 8.
[115] "A Festa do Trabalho". *OESP*. São Paulo, 2 maio 1928, p. 4.
[116] "O conflito da Associação dos Trabalhadores Gráficos - Morreu um dos feridos - Foi fechada a associação". *OESP*. São Paulo, 16 fev. 1928, p. 6.

Para a divulgação dos eventos sindicais havia uma coluna própria em *OESP*, intitulada "Movimento Associativo". Ao lado de associações de proprietários, centros beneficentes católicos ou órgãos de profissionais liberais, os sindicatos anunciavam sucintamente suas assembléias, em geral, somente com local e data, tornando-se incompreensível a existência de duas ou mais associações para uma mesma categoria. A opção ideológica do sindicato transparecia ocasionalmente, como no caso da Federação Brasileira do Trabalho que, em abril de 1932, congregava operários paraenses, oferecendo sua solidariedade ao ministro do Trabalho e "assegurando seu combate intensivo contra os ideais anarquistas e comunistas".([117])

Quanto aos sindicatos sob influência anarquista, comunista ou trotskista, suas opções doutrinárias não eram identificadas, senão de forma dúbia. Assim o título de uma palestra de Florentino de Carvalho na Federação Operária de São Paulo: "*Valor e significação do Socialismo, do Sindicalismo e do Anarquismo*", poderia caracterizar esta federação sob a diretriz libertária, como realmente acontecia, enquanto que, sob o tema "*O anarquismo*", era anunciada conferência pelo diretor do departamento jurídico da Associação dos Empregados no Comércio, cuja orientação era independente, aproximando-se por vezes dos socialistas. ([118])

Também reuniões e conferências de associações libertárias eram anunciadas como aquelas do Ateneu de Cultura Social ou do Centro de Cultura Social, indicando-se raramente o assunto: "o professor José Oiticica fará uma palestra em que abordará temas de palpitante atualidade".([119]) Ou ainda, sob o título bastante genérico, anunciava-se, num sindicato oficializado, conferência do professor Azis Simão que, nos anos 60, se tornaria um dos pioneiros nos estudos do movimento operário: "A alimentação dos trabalhadores em face da exigüidade de salários". ([120])

Durante os anos 30, o alarme em relação à ação comunista fazia com que o jornal apontasse atos de violência em comícios de comunistas, incitação à revolta operária e também ao uso de bombas de dinamite e armas de fogo. O horror ao comunismo, repetidamente afirmado nos editoriais de *OESP* e em ácidas críticas ao regime soviético, à origem não operária de seus militantes, levava o jornal a apoiar progressivamente as medidas repressivas. Após o levante de 1935, o temor que os editores do periódico voltavam ao comunismo era exacerbado, considerando a Lei de Segurança Nacional branda e justificando o estado de guerra, pois, em nome da proteção contra o comunismo, apostava-se com a perda dos direitos liberais antes ferrenhamente defendidos,

---

[117] "A sindicalização de Associações Trabalhistas do Pará". *OESP*. São Paulo, 22 abr. 1932, p. 1.
[118] "Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo". *OESP*. São Paulo, 22 set. 1932, p. 4.
[119] "Centro de Cultura Social". *OESP*. São Paulo, 16 dez. 1933, p. 5.
[120] "União dos Trabalhadores da Light". *OESP*. São Paulo, 19 nov. 1935, p. 4.

segundo Capelato. ([121])

Nesse momento, as milhares de prisões efetuadas englobavam, sem distinção todas as correntes que se aproximaram da ANL, sendo todos os presos acusados de extremistas e indesejáveis. Anunciou-se, assim, a prisão de dois comunistas em cuja casa foram apreendidos vários "meios de propaganda da doutrina comunista". ([122]) Eram eles: Rodolpho Felippe, redator-gerente de *A Plebe*, e Gusmão Soller, assíduo conferencista no Centro de Cultura Social. A prisão do primeiro e deportação do segundo seriam inspiradas no apoio dado à ANL em sua campanha antifascista.

Outra acusação ambígua de comunismo era dirigida ao sapateiro brasileiro Francisco Marques, tendo como provas para atividades comunistas, livros encontrados em sua casa dos seguintes autores: Kropotkin, Phoudhon, Tolstoi e um "pedido de adesão, do Partido Comunista Brasileiro, extraído em nome de Miguel Bacunin", além de boletins da ANL e uma carta de Indalécio Iglésias, o anarquista assassino. ([123])

Também a ativa conferencista anticlerical D. Luiza Peçanha de Camargo Branco, apesar de participar da ANL, era acusada de ter emprestado seu prestígio de educadora às doutrinas subversivas da ordem e da moral, alcançando maior periculosidade por dirigir grupo escolar no Tatuapé. ([124])

A ênfase das perseguições policiais recaía sobre os comunistas, mas os anarquistas, mesmo quando identificados como tal, eram igualmente marcados pela periculosidade. Neste caso, localizavam-se os espanhóis Luís Peres Fernandes e Ângelo Las Heras, presos por receberem publicações de Barcelona e por fazerem propaganda da "Federação Anarquista Internacional". Eram apontados como indesejáveis devido à importação de ideais estranhos aos interesses nacionais. ([125])

---

[121] CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 121.
[122] "Prisão de Comunistas". *OESP*. São Paulo, 30 maio 1936, p. 6.
[123] "Estrangeiro processado para ser expulso do Brasil". *OESP*. São Paulo, 8 abr. 1936, p. 7.
[124] "Providências da polícia de São Paulo para evitar a divulgação da literatura de propaganda comunista". *OESP*. São Paulo, 13 fev. 1936, p. 9.
[125] "Indesejáveis". *OESP*. São Paulo, 26 nov. 1936, p. 11.

3. O agitador violento sob o olhar do DOPS

Os mesmos estereótipos de anarquista e trabalhador, veiculados pela grande imprensa, também estavam presentes no discurso oficial do DOPS. As prisões e perseguições policiais a que os anarquistas eram submetidos encontravam fundamento em imagens produzidas pelo aparato policial que coibia suas ações e difusão de suas idéias na sociedade.

A imagem central que alinhava os vários elementos do perigo anarquista caracterizava-se pela associação entre a anarquia tomada no significado corrente de *desordem* e *violência* exacerbada, e terrorismo. Bombas de dinamite, revólveres e outras armas eram buscados com argúcia durante as invasões nas residências e nas sedes sindicais sob orientação libertária.

Como nas leis de repressão ao anarquismo de 1921 e 1927, a peculiaridade da ação anarquista era atribuída ao porte de bombas de dinamite e aos atentados. ([126]) Apesar de não existirem registros comprovados de atos terroristas cometidos por anarquistas no Brasil, este atributo era considerado como típico de suas atividades, em função das ocorrências na Espanha, Itália e França. ([127])

No Brasil, as agitações de maior amplitude imputadas aos libertários foram as greves de 1917 e 1919, desenvolvidas sob estratégias anarco-sindicalistas que não incluíam o apelo ao terrorismo. Um empreendimento envolvendo anarquistas com caráter armado foi a tentativa frustrada de uma "insurreição" no Rio de Janeiro em 18 de novembro de 1918, sob inspiração da Revolução Russa, com participação de militantes de destaque como José Oiticica, Manuel Campos, Carlos Dias, Astrojildo Pereira, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João Pimenta e Agripino Nazaré. Destes, os três primeiros permaneceram anarquistas, enquanto que os demais aderiram ao PCB após 1922. A insurreição durou um dia, com explosão de bombas e concentração de cerca de 400 operários grevistas no campo de São Cristóvão . O plano era de invadir o palácio e criar um governo popular a exemplo do acontecido na Rússia. ([128])

---

[126] *Decreto n. 4.269*, de 17 de janeiro de 1921 e *Decreto n. 5.373* de 12 de dezembro de 1927.

[127] Daniel Guérin aponta, no final do século XIX, o afastamento em relação ao movimento operário ocorrido entre os anarquistas que optaram pela "propaganda pelo fato", empregando atitudes terroristas. Este processo teria sido revertido com a condenação a esta prática por militantes como Kropotkin e Malatesta. In: GUÉRIN, Daniel. *Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968, p. 81-85.

[128] ADDOR, Carlos A.. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986 e RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 227-233.

A estas manifestações somaram-se as revoltas tenentistas que, por sua vez, geraram a necessidade da criação de um órgão policial preventivo e repressivo. Assim, em dezembro de 1924 foi criado o DOPS que, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, atuava em dois planos: a vigilância para o controle e prevenção de ações perturbadoras da ordem e a repressão para punição e recolhimento dos elementos perigosos. ([129]) Estas duas formas de atuação delimitam as restrições com que contavam os anarquistas, assim como os aspectos que representavam maior ameaça em suas atividades. Uma "*Relação de Anarquistas*" foi elaborada pelo DOPS em setembro de 1926, enfatizando atividades terroristas e agitadoras de seus militantes. Essa relação fornecia elementos para as investigações sobre a atuação anarquista no final dos anos 20 e início dos anos 30. ([130])

Nos relatórios policiais detectamos grandes variações quanto ao sentido atribuído ao termo anarquismo, notando-se diferenças entre alguns, com informações mais precisas e próximas ao ideário anarquista, enquanto outros faziam observações superficiais e exteriores.

A vigilância, segundo transparece nos relatórios, era feita tanto por policiais que se postavam ostensivamente à frente das sedes das associações operárias, visando a intimidação de suas ações, como por infiltração de policiais disfarçados de operários. O sucesso desta forma de penetração revelava-se na quantidade de informações acumuladas nos prontuários, assim como na confiabilidade frente aos militantes, com a participação destes investigadores disfarçados inclusive em reuniões restritas.

Embora não houvesse ainda uma sistematização tão intensa como ocorreu após o golpe militar de 1964, percebemos, pela documentação até então analisada, uma vigilância constante que registrava não só entrada e saída de militantes das sedes sindicais, assembléias, manifestações, comícios, congressos, como também a criação de novas associações, suas ligações entre as correntes sindicais e a relação de endereços daqueles considerados como "suspeitos" de anarquismo.

A reação das associações anarquistas era por vezes formal, enviando ofícios ao governo que apontavam para a ilegalidade de tal procedimento. Um dos recursos para evitar a infiltração de "elementos estranhos" foi a criação de carteiras profissionais com o objetivo de restringir ape-

---

[129] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 109.

[130] O estudo da estrutura e do funcionamento do DOPS que forneceria embasamento para situar de modo mais preciso a atuação da vigilância e coerção deste órgão policial ainda está sendo desenvolvido, devido à recente abertura do acervo à pesquisa. A documentação recolhida nos prontuários do DOPS contém tanto relatórios produzidos por policiais encaminhados a seus superiores quanto documentos dos próprios organismos anarquistas, como jornais, boletins, panfletos, atas de assembléias, convites para festivais, fotos etc., arquivados como provas do "crime" de cada militante ou sindicato fichado.

nas aos sócios a participação nas reuniões. ([131]) Quando estas tentativas demonstravam-se infrutíferas, os militantes apelavam para os discursos, enfatizando seu destemor diante dos espiões, como ocorreu com o sapateiro Pedro Catallo. Este, diante da prisão do companheiro Hermínio Marcos em 1933, discursou de modo provocativo, atacando as autoridades, conforme é mencionado em relatório policial:

> "Falou ainda contra o gen. Waldomiro, a polícia, o clero, o Ministro do Trabalho etc. e, terminando, disse que tudo quanto acabou de afirmar era para mostrar que não tinha medo, pois sabia que dentro da reunião se encontravam lacaios da polícia, para, em relatórios e à troca de miserável ordenado, tudo comunicarem às autoridades policiais." ([132])

Criava-se, dessa forma, uma vigilância recíproca, gerando-se clima de tensão em ambos os lados. Hermínio Marcos chegou a afirmar, após "entrevista" com o chefe da polícia em 1933 , que esta instituição repressora deixara de invadir a sede da FOSP por temer sua força, localizada nos homens e não nas armas. ([133])

Rolando Henrique Guarany era um dos policiais responsáveis pela maioria dos relatórios referentes aos sindicatos anarquistas. Em novembro de 1933, foi citado como um dos principais agitadores em manifestação pública anti-integralista, "*dando vivas ao comunismo e ao anarquismo, entoando A Internacional*". ([134]) Em outro relatório, o mesmo Guarany desculpava-se ante seu superior pelo não comparecimento a uma reunião da ANL, por estar ocupado com a incumbência de procurar novo prédio abrigar a FOSP, o que demonstrava sua inserção no grupo anarquista em posição de confiança. ([135])

Diante do discurso sustentado pelos policiais do DOPS, podemos identificar as seguintes idéias componentes da construção da imagem do anarquista, que examinaremos a seguir:

a. intolerância diante de outras correntes sindicais.

b. imagem aventureira do anarquista estrangeiro.

c. elemento sedutor e agitador da massa operária.

d. uso de discurso violento contra autoridades.

e. ameaça com bombas de dinamite e atentados terroristas.

---

[131] Relatório de 6 de abril de 1933. *Prontuário n. 716: Federação Operária de São Paulo*, vol. 3, DOPS / AESP.

[132] Relatório de 13 abr. 1933. *Pront. 377: Pedro Catallo*. DOPS / AESP.

[133] Relatório de [mar. 1933]. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.

[134] Relatório de 15 nov.1933. *Prontuário n. 377: Pedro Catallo.* DOPS / AESP.

[135] Relatório de 10 maio 1935. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.

a. intolerância diante de outras correntes sindicais

Quanto à caracterização ideológica, um relatório de 1931 distinguia as divergências entre comunistas, trotskistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas. A divisão entre as duas últimas tendências não era esclarecida, provavelmente devido ao fato de referir-se à corrente que se auto-intitulava em geral como sindicalista revolucionária ([136]):

> "Existem atualmente três tendências definidas de idéias sociais proletárias: anarquistas, sindicalistas e comunistas.
>
> Os anarquistas partidários da organização operária (porque há anarquistas que são contrários à organização sindical das massas) são os que se denominam anarco-sindicalistas, chegando alguns a fazer do sindicalismo um verdadeiro corpo de doutrinas que, em tese, tem a seguinte expressão doutrinária: - Todo o poder aos sindicatos. (...)
>
> Os sindicalistas concebem, com os anarco-sindicalistas, o sindicalismo como uma doutrina social definida, e são os que constituem atualmente a maioria no campo operário." ([137])

A preocupação destes relatórios, além da distinção das correntes ideológicas, era a de verificar possíveis alianças, o que demonstrava o interesse estatal na alimentação das divergências, colaborando para o enfraquecimento das forças operárias. O objetivo político do comunista, "dirigido por interesses de Moscou", apresentava-se como mais perigoso, em vista de ser um movimento subversivo, opondo-se aos interesses puramente econômicos dos sindicalistas. Assim, os passos em direção da aproximação ou da oposição entre comunistas e anarquistas eram seguidos pormenorizadamente, principalmente nas tentativas de formação de Frentes Únicas propostas pelo PCB. Os relatórios acompanhavam apreensivamente os "boatos" de adesão da FOSP à estratégia comunista, em 1931 e 1932, quando esta federação reunia expressivo número de trabalhadores e reforçava o compromisso sindical e não político da organização sob princípios libertários.

A preocupação do órgão policial com fusões sindicais voltou a ocorrer a partir de 1933, quando os anarquistas iniciaram a formação de associações antifascistas, aliando-se aos socialistas e intelectuais. Estas alianças emergiam como um novo perigo tanto por seu objetivo anti-autoritário como pela concentração de forças de diferentes setores sociais que culminaram com a formação da ANL.

Contra a união e o fortalecimento dos sindicatos, os policiais do DOPS não permaneciam

---

[136] Conforme mencionamos no capítulo II, os anarco-sindicalistas utilizavam com maior freqüência a denominação de sindicalistas revolucionários.

[137] Relatório de 10 jun. 1931. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 2, DOPS / AESP.

em atitude apenas de observação, mas interferiam, estimulando as divergências. Na União dos Trabalhadores da Light (UTL), em março de 1933, os comunistas descontentes com a eleição de nova diretoria sob orientação anarquista decidiram formar outro sindicato a partir da coordenação de um trabalhador comunista, apontado como elemento sob controle do policial. ([138])

As lutas nos sindicatos pela hegemonia ideológica eram descritas com ênfase nos momentos em que as discussões acaloradas provocavam agressões físicas. Os anarquistas eram caracterizados como elementos perigosos e intolerantes. Teriam chegaram a atirar escada abaixo, em fevereiro de 1933, um membro do PCB por ter interrompido discurso libertário em comício na sede da FOSP, verificando-se a intenção provocativa do comunista que portava um revólver. ([139])

Estas disputas apresentaram maior intensidade nos anos de 1931 e 1932, quando as federações anarquista e comunista concorriam pelo direcionamento dos sindicatos que se encontravam em fase de reorganização. Numa reunião da UTL, a FOSP teria se apossado da mesa "como de costume" e procurado, sem sucesso, obter a supremacia na assembléia através da instigação dos operários contra seus superiores:

> "Hermínio Marcos, o maior demagogo anarquista, chama fiscais e inspetores da Light de lacaios da companhia e traidores -- estes revoltam-se com trocas de bofetadas, gritos, correrias e grande parte da assistência retira-se." ([140])

As avaliações a respeito do grau de periculosidade anarquista variavam, havendo certa ambigüidade quanto a seu alcance. As atividades relatadas variavam desde as pacatas reuniões e discussões sobre ideais e interesses classistas até a preparação de greves violentas ou atentados com "bombas de dinamite". Esta ambigüidade podia ser notada num relatório que abordava, de forma dicotômica, o ideário anarquista e sua prática, apontando certa positividade da FOSP em seu combate ao bolchevismo e em seu caráter educativo, mas recriminando a rebeldia produzida no meio operário:

> "Esta organização, apesar de combater o bolchevismo, está criando inegavelmente um ambiente de rebeldia e indisciplina nos meios trabalhistas, com sua imprensa legal, assim como ampla liberdade de reuniões e propaganda. (...)
>
> Observa-se agora que as comissões de propaganda, criadas nas padarias, oficinas, etc., não são compostas exclusivamente de elementos com ideologia formada, mas, de elementos influenciados pela propaganda extremista, que se limitam a 'pregar' contra o atual estado de cousas e pela 'solução revolucionária' das várias questões! A ideologia anárquica 'em si' não oferece perigo algum, mas é preciso observar o ambiente criado

---

[138] Relatório de 28 mar. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[139] Relatório de [jun. 1932]. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 1, DOPS / AESP.
[140] Relatório de 17 nov. 1932. *Prontuário n. 710: UTL*, vol. 1, DOPS / AESP.

pela propaganda metodizada, (ou organizada) que não se limita a fazer secamente a propaganda anárquica, mas agitar as questões mais sentidas pelas massas." ([141])

Quanto à especificidade das formas de organização anarquistas, outros relatórios apresentavam suas palestras educativas proferidas por "elementos cultos do meio operário" como "*perigo para a nossa sociedade, para o Estado e para o País*". ([142]) Mesmo os festivais operários que, em geral, obtinham alvará para a utilização de teatros mais amplos do que os auditórios dos sindicatos, por vezes eram proibidos "devido ao prontuário da organização", como ocorreu com a União dos Artífices em Calçados em 1931. ([143]) O festival do jornal *A Lanterna* foi destacado, em 1934, pela obscenidade de suas peças, indicando-se a atuação da Polícia de Costumes. A censura era aconselhada também por causa da presença de elementos perigosos à ordem pública e ao caráter do jornal, considerado "um dos órgãos extremistas de maior circulação no Estado. ([144])

b. imagem aventureira do anarquista estrangeiro

A nacionalidade dos militantes anarquistas era sempre destacada nos relatórios policiais, dando origem à averiguação do passado criminal dos estrangeiros em seus países de origem. É o caso de Florentino de Carvalho, anarquista espanhol com extensa trajetória, característica de agitador internacional. Carvalho imigrara para a cidade de Rosário, na Argentina, sendo dali deportado em 1910 por porte de arma e por divulgar manifestos anarquistas. Viera para o Brasil, donde também fora expulso para Portugal por duas vezes, em 1912 e 1917, por tentar conduzir o proletariado a uma "reação armada contra o governo". Retornou ao Brasil em 1919, com *habeas corpus*, procurando difundir sua "escola terrorista", indo propor ações violentas nas reuniões operárias no decorrer da década de 30. ([145])

O percurso itinerante deste anarquista seria a demonstração da intenção de agitação em nível internacional, reavivando-se a velha concepção da "planta exótica" identificada como o anarquismo, a fomentar rebeliões com motivações exteriores à realidade nacional. Em assembléia de tecelões na FOSP, o militante João Baccheto foi visto como uma ameaça internacional que esten-

---

[141] Relatório de [1933]. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 2, DOPS / AESP.
[142] Relatório de 3 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[143] Relatório de 16 nov. 1931. *Prontuário n. 582: União dos Artífices em Calçados*, DOPS / AESP.
[144] Relatório de 15 jul. 1934. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[145] "Relação de anarquistas feita em setembro de 1926, copiada em 15 fev. 1931". *Prontuário n. 144: Florentino de Carvalho ou R. S. Soares*, DOPS / AESP. Florentino de Carvalho era o pseudônimo adotado por Raimundo Primitivo Soares quando veio para o Brasil, segundo Edgar Rodrigues. *Os companheiros*, vol. 2, Rio de Janeiro: VRJ, 1995, p. 96.

dendo-se pelo mundo, tentava criar suas raízes no Brasil:

> "Destacara-se pela violência do tom das idéias subversivas manifestadas o conhecido agitador JOÃO BACCHETO, um empregado da Light que, expressando-se em idioma italiano, disse ter tomado parte em várias greves e agitações na Itália, Turquia, Grécia e Áustria meridional, por isto, estava apto a julgar o embuste constituído pelo sindicalismo que é o adotado em todos os países governados por burgueses. (...) Finalmente falou um velho espanhol, adepto do comunismo anárquico." ([146])

Esta exterioridade do anarquista caracterizada no discurso policial remete-nos à representação mítica do "nômade na cidade", apontada por Eduardo Colombo em seu artigo "El sueño anarquista". A imagem do homem misterioso, implicado em conspirações de Outro lugar, que vive do sonho e da obstinação, segundo o autor, configura o inimigo externo do anarquista que, numa atitude individualista, penetra na sociedade, tornando-se seu inimigo interno.

Tais referências à origem estrangeira da maioria dos anarquistas foi utilizada para justificar, em 1933, o impedimento ao direito de reunião, contrapondo-se ao direito dos comunistas que teriam origem nacional. ([147]) Generalizações desta ordem foram utilizadas também na "Portaria de fechamento da FOSP", em 18 de novembro de 1937, que apontava o caráter subversivo da federação e a presença de uma "maioria de elementos estrangeiros". ([148])

Os relatos das assembléias apontavam com freqüência a fala de espanhóis que discursavam em tom exaltado, provocando sensação de deslocamento com relação aos ideais nacionais. Apesar das expulsões de estrangeiros e das migrações internas, ainda na década de 30, predominavam no meio operário de São Paulo os trabalhadores provenientes da Itália, Espanha e Portugal, somados aos descendentes de primeira geração nascida no Brasil. ([149])

As teorias das "idéias fora de lugar" e da "planta exótica", alimentadas pelo discurso da grande imprensa, reapareciam, funcionando como recurso argumentativo. Ou seja, como um eficaz instrumento repressivo, dada a maior vulnerabilidade dos estrangeiros em relação à ação punitiva dos órgão repressivos.

Além das origens estrangeiras, a correspondência internacional dos militantes e organizações anarquistas era observada, atentando-se para o recebimento de publicações e cartas de associações que divulgavam seus endereços para intercâmbio.

---

[146] Relatório de 13 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[147] Relatório de 9 mar. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[148] Relatório de 18 nov. 1937. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 1, DOPS / AESP.
[149] Somente um levantamento exaustivo dos prontuários do DOPS ou ainda de outras fontes sindicais poderia confirmar a constatação policial desta maioria alienígena. Apenas como referência de amostra, identificamos, numa reunião de militantes libertários em outubro de 1932, a nacionalidade de 10 participantes, dos quais 3 eram brasileiros, e 7 estrangeiros (3 espanhóis, 2 italianos e 2 portugueses).

c. elemento sedutor e agitador da massa operária

A origem estrangeira da militância libertária, em meio a uma "massa" operária cuja maioria possuía igualmente proveniência européia, provocava não o estranhamento, mas a identificação. Dessa forma, apesar de procurar enfatizar o caráter alienígena dos discursos anarquistas, assim como o de seus emissores, os investigadores do DOPS, ao que parece, não podiam deixar de reconhecer o poder de sedução desses militantes. As qualidades de tais oradores, entretanto, eram transformadas em ameaças, dado o seu sucesso junto a alguns setores do operariado.

Assim, o relatório policial constatava que, entre os sapateiros, a notícia da libertação de Pedro Catallo, em 1932, provocou grande satisfação, pois este "goza de muita simpatia no seio da classe, e é um elemento inteligente na orientação sindical." ([150])

A identidade e coesão verificadas entre líderes e operários através do olhar policial foi-se metamorfoseando em outros relatórios: a inteligência e simpatia do militante transformou-se em poder de manipulação e a receptividade da classe tornou-se uma ilusão mitificada. As habilidades retóricas do lingüista José Oiticica foram incorporadas pela descrição policial que estendia à observação do nível verbal do orador sua postura corporal, a qual se coadunaria com o discurso do professor anarquista em conferência para trabalhadores da Light:

> "militante anárquico de grande valor e profundo adepto do credo da terra de Affonso XIII, (...) É rico fraseologista, a assistência delirou em ouvi-lo, e tem o dom de encontrar e seduzir pelas suas palavras; seu porte lhe dá uma autoridade bastante grave, respeitosa, amável." ([151])

Ao mencionar um português que dissera ter-se convertido ao anarquismo, motivado pelo discurso do brilhante professor, o relatório a visava destacar o caráter doutrinário e embriagante da fala do palestrante, que possuiria "poderes suspeitos".

Por outro lado, a retórica de Hermínio Marcos Hernandez, operário espanhol da construção civil, devido a seu destacado papel junto à campanha de arregimentação da FOSP, despertava o interesse do investigador policial que se mostrou impressionado com sua participação em assembléia da União dos Trabalhadores da Light, em outubro de 1933:

> "modo de falar claro e ao mesmo tempo veemente; historia fatos da Revolução Francesa, (...) investe contra o Prefeito usando de palavras semelhantes às dos seus com-

---

[150] Relatório de [1932]. *Prontuário n.868: Sindicato dos Manipuladores de Pão*, vol. 1, DOPS / AESP.
[151] Relatório de 22 mar. 1933. *Prontuário n. 122: Edgard Leuenroth*, vol. 1, DOPS / AESP.

> panheiros. Dotado de palavra fácil e inflamada, Hermínio Marcos é bem o elemento que cativa as massas para os seus modos de pensar, o que constitui perigo para a ordem pública. (...) A Federação estava disposta a reconstruir as cenas francesas de 1779. O orador foi aplaudido vivamente." ([152])

Sem a erudição e o porte do professor Oiticica, o velho operário espanhol possuía outros atrativos populares e emocionais em sua oratória, conduzindo a massa na direção de seus objetivos. As referências históricas à Revolução Francesa não demonstravam o esforço do autodidatismo do trabalhador imigrante, mas a ameaça do velho perigo anarquista, que novamente poderia incendiar o operariado através da popularidade do linguajar do líder estrangeiro. Hermínio Marcos, um dos principais responsáveis pela expansão da FOSP no meio sindical, sendo seu secretário geral entre os anos de 1931 e 1932, continuou sob vigilância do DOPS mesmo quando afastado do meio operário no interior de São Paulo. Finalmente, foi preso e deportado para a Espanha em 1934.

Partindo do paradigma de um povo pacato que poderia vir a ser estimulado à agitação por elementos estranhos, o órgão policial procurava localizar aqueles que pudessem vir a ser perturbadores da rotina do trabalho. Assim, eram elaboradas listas de trabalhadores "extremistas" que se alçavam à liderança dos sindicatos. Segundo a Polícia Política, a eliminação destes indivíduos levaria à pacificação das assembléias ou a seu esvaziamento. Sob este ponto de vista, a diminuta "assistência" em reunião da Liga Operária de Água Branca e Lapa foi atribuída à ausência do anarquista Ângelo De Vittis, "principal elemento agitador daquele arrabalde". ([153])

O poder de liderança e de mobilização dos discursos libertários era assim conferido àqueles militantes que traziam seus ideais do exterior ou de outras cidades, infiltrando-se junto à massa. Embora a maioria tivesse origem operária e adquirisse formação anarquista por meio do esforço autodidata, muitas vezes fugindo à perseguição das autoridades de outras localidades, era-lhe negado o vínculo de classe, sendo rotulada sob a categoria excepcional de agitadora ou extremista, sob o ponto de vista policial.

A capacidade de canalizar as insatisfações latentes no meio operário era abstraída da visão policial que se limitava apenas a um recorte da sociedade, com uma perspectiva heterônoma, ao buscar a origem das agitações proletárias num elemento externo à classe. O militante alienígena teria assim uma espécie de "compulsão interna para a agitação", alheia à condição da sociedade,

---

[152] Relatório de 15 out. 1933. *Prontuário n. 710: Uniao dos Trabalhadores da Light*, vol. 1, DOPS / AESP.

[153] Relatório de 30 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.

como ocorreu com Edgard Leuenroth cujo discurso em assembléia de trabalhadores da Tecelagem Ítalo-Brasileira, em julho de 1935, foi assim registrado:

> "Edgard Leuenroth, como era de se esperar, não deixou de comparecer à mesma, a fim de dar expansão aos seus propósitos agitadores. (...) Procurando lançar o operariado presente na mais desastrosa agitação de ânimos, logrou ver ele seu discurso abafado por uma prolongada e intensa salva de palmas, ao passo que um deputado classista, que então se encontrava nesta Capital, viu-se forçado a abandonar o recinto, para não ser alvo da reação que se esboçava, em meio ao tumulto que suas palavras provocara. " ([154])

Neste relato, o poder de mobilização do discurso proferido pelo líder libertário fora imediato, tendo inclusive um de seus alvos presentes à assembléia, ou seja, o político que pedira moderação e viera há semanas protelando as negociações com o patronato, segundo referências do jornal *A Plebe*. ([155])

Este poder de mobilização teria como finalidade primordial promover greves desestabilizadoras da ordem pública. Do mesmo modo que na grande imprensa, nos relatos policiais as insatisfações e reivindicações não eram o principal fator de relevância. A motivação das greves era atribuída aos agitadores cujas referências ao emprego desta estratégia destacavam-se dos discursos libertários, mesmo quando mencionadas como recurso retórico. A necessidade de previsão destes movimentos para a montagem do aparato repressivo alardeava a menção a qualquer tentativa de paralisação do trabalho.

Procurava-se identificar os operários que mobilizavam a categoria, os quais, por seu discurso incisivo, eram considerados estranhos ao meio sindical. Tanto o anarquismo como as demais ideologias que se propagavam nos sindicatos eram considerados incompatíveis com os interesses operários por constituírem ideais extremistas que provocariam a dissolução da ordem. Assim, o entusiasmo demonstrado pelos sapateiros para a deflagração de um movimento grevista era atribuído não à decisão do conjunto da categoria, mas à presença de elementos incitadores da massa:

> "Nessa reunião notou-se a tensão de ânimo que reina entre os mesmos, não sendo surpresa se eles se manifestarem logo em greve. Notou-se ainda que, como sempre, elementos estranhos, professando dos mais variados ideais extremados, tomavam parte integrante nas discussões, manifestando-se favoráveis a greves, como de costume.
>
> Os sapateiros, portanto, merecem, no momento, alguma vigilância da polícia, especialmente e considerando que elementos estranhos não perdem seu tempo para pregarem doutrinas dissolventes, entre eles. ([156])

---

[154] Relatório de 5 mar. 1936. *Prontuário n. 122: Edgard Leuenroth*, vol. 1, DOPS / AESP.
[155] "O proletariado à mercê dos maus pastores". *A Plebe*. São Paulo, 20 jul 1935, n. 93, p. 1.
[156] Relatório de 22 jun. 1934. *Prontuário n. 582: União dos Artífices em Calçados*, DOPS / AESP.

No discurso anarquista, além de seu caráter sedutor, era apontado seu aspecto coativo ao obrigar ou arrastar os trabalhadores para a adesão à greve. Esta deveria continuar "de qualquer maneira", projetando-se um intuito de agitação dissociado da existência de motivações materiais e ideológicas dos militantes libertários.

O oportunismo e a inconseqüência eram atribuídos a estes militantes que se utilizariam de qualquer pretexto para provocar a desordem. A intensidade da propaganda libertária tornava-se mais ameaçadora quando se tratava da greve geral, proposta pelos "elementos mais agitados" em janeiro de 1933, visando a libertação de Hermínio Marcos, secretário geral da FOSP na ocasião:

> "Qualquer pequeno movimento de descontentamento, será motivo para a Federação Operária de S. Paulo encabeçar um movimento grevista na capital." ([157])

d. discurso violento contra as autoridades

O discurso "puramente" anarquista que, em algumas versões dos relatórios policiais, aparecia como influência inofensiva e meramente cultural, em outros relatórios era frisado por seu teor violento, tanto no conteúdo como na forma inflamada de sua veiculação. Os principais alvos de ataque eram as autoridades nacionais (governo, políticos, polícia, clero), os governos estrangeiros, os patrões, as correntes de oposição sindical e os trabalhadores "fura-greves".

A violência localizava-se tanto na linguagem utilizada como em seu conteúdo. Do vocabulário empregado nos periódicos e panfletos, os policiais destacavam os termos mais agressivos, como aqueles atribuídos ao patronato, por exemplo: "horda canibalesca" ou "déspotas". Também nos textos dos estatutos sindicais identificavam-se referências violentas e ameaçadoras, como o do Sindicato dos Manipuladores de Pão, em 1937, visto pelo DOPS como profissão de fé comunista:

> "a simples leitura da "afirmação de princípios" que encabeça o extrato dos estatutos constante das cadernetas fornecidas pelo Sindicato aos seus associados, (...) é uma verdadeira profissão de fé comunista, referindo-se constantemente à injustiça social, a 'patrões parasitas, opressores', à 'revolta da consciência proletária contra a injustiça do regime capitalista' etc.." ([158])

É importante notar que estes estatutos permaneceram os mesmos desde a fundação do sindicato, em novembro de 1930, sendo focalizado seu caráter "comunista" somente em 1937,

---

[157] Relatório de 19 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.

[158] Relatório de 17 fev. 1937. *Prontuário n.868: Sindicato dos Manipuladores de Pão*, vol. 2, DOPS / AESP.

quando o DOPS, encarregado da tarefa de punir e eliminar a parte "doente da sociedade atacada pelo comunismo", estava muito mais preocupado em perseguir qualquer facção extremista do que em distinguir oposições sindicais.

Os depoimentos colhidos de militantes anarquistas, demonstram a mesma generalização, procurando vincular todo sindicalista ativo a células do PCB ou à ANL. Muitos justificavam não ter participado da ANL ou, tendo apoiado suas manifestações, não estando afinados com o comunismo bolchevista por serem anarquistas. Tal argumentação, entretanto, não surtia efeito para a cessação dos processos, na medida em que uma simples afirmação de convicções anarquistas já constituía crime.

Assim, Rodolpho Felippe ([159]), redator-gerente de *A Plebe*, foi preso em 26 de novembro de 1935, por "medida de caráter preventivo", durante cerca de três meses. Em junho do ano seguinte encontrava-se encarcerado novamente, por mais um ano, no Presídio Maria Zélia. Apesar da inexistência de vínculos com a atuação da ANL, seu crime estava configurado na confissão do ideal anarquista e na publicação de artigos violentos que atingiam as autoridades. Declarações anteriores, emitidas por ocasião das várias detenções por que passara em 1933 e 1934, demonstravam sua insistente trajetória vinculada à difusão do anarquismo, além do desacato à censura exigida a artigos considerados inconvenientes pela polícia:

> "o declarante compartilha do ideal anarquista desde o ano de 1910, e faz propaganda do mesmo apenas por intermédio da imprensa, isto é do jornal "A Plebe", sucessor de Edgard Leuenroth, com tiragem de 4.500 exemplares, (...) reconhece na verdade, que o número setenta e cinco do jornal "A Plebe", de dez do corrente, contém alguns artigos algo violentos, digo mais vivazes e enérgicos de outros números, em virtude, porém das circunstâncias que assim o determinaram, (...) recorda ter sido intimado, há meses, para retirar de seu jornal um tópico em que se lia, como título, "O que é o anarquismo", tendo o declarante atendido; que, na verdade, esse tópico saiu publicado, após essa proibição." ([160])

Como agravante da averiguação de sua periculosidade, constava de seu prontuário ataque a autoridades em 1913 na cidade de Taquaritinga, participação na greve de 1917 e promoção de sessões secretas concernentes à prática anarquista em 1922. No decorrer de sua reclusão no Presídio Político Paraíso, fora acusado ainda de propaganda anarquista por ter redigido, ainda que a lápis, jornais que tinham títulos sugestivos, fazendo críticas satíricas à condição carcerária. *O Xa-*

---

[159] Consta em seu prontuário ser brasileiro de Bragança, Estado de São Paulo, ateu, cego de uma vista por acidente e ter dedos calejados. A profissão nas várias fichas existentes registrava jornalista, negociante ou pedreiro. *Prontuário n. 400: Rodolpho Felippe*, DOPS / AESP.

[160] Relatório de 12 nov. 1934. *Prontuário n. 400: Rodolpho Felippe*, DOPS / AESP.

drez noticiava a prisão do cozinheiro por ter melhorado o "rancho" e *A Cana* anunciava a apreensão do jornal devido aos ciúmes do "concorrente" *O Estado de S. Paulo*. Em junho de 1937, seu processo foi arquivado pelo TSN, considerando-se cumprida a penalidade pelo crime de ser anarquista e publicar artigos violentos.

Seus artigos no jornal *A Plebe*, atingidos pela censura, criticavam a ação da polícia que, ao prender sete operários após o fracasso da manifestação integralista na Praça da Sé, negava tê-lo feito, além de protelar atendimento médico ao sapateiro espanhol João Peres Parada na prisão. O jornal relatava o diálogo com o médico do Presídio que, em lugar de prestar o atendimento necessário, questionara a nacionalidade do preso, afirmando ser o Brasil exclusivamente dos brasileiros. O artigo denunciava a alucinação e as infâmias dos homens alçados a posições de mando, além de criticar as leis afirmando terem estas valor de papel higiênico no governo Armando Sales. ([161])

Junto ao relato das prisões injustificadas era publicada uma gravura (**ilustração 9**) que retratava os espancamentos de alguns presos por homens fardados, portando o sigma integralista em seus braços. A imagem estaria projetando o que seria, no futuro, um cruel regime de torturas postulado pelos integralistas que tinham por modelo os sistemas totalitários, segundo a legenda. As manchetes, porém, associavam as cenas de tortura às prisões dos operários no cárcere paulista da Rua dos Gusmões. Esta justaposição indevida entre imagem e texto, assim como o vocabulário ofensivo às autoridades policiais, teriam provocado a apreensão do jornal.

Outras imagens que geraram censura foram alegorias à Revolução Social editadas no contexto da Revolução Espanhola, visando a estimular o apoio a este movimento internacional. Tratava-se da figura feminina erguendo tocha incendiária, publicada em panfletos e no jornal *O Trabalhador* (**ilustração 1**), e da figura alegórica com expressão veemente erguendo os instrumentos de trabalho estampada em *A Plebe* (**ilustração 27**). As imagens anarquistas, assim, eram consideradas também como elementos instigadores da violência, apesar de seu teor idealizado. Por esta razão eram apreendidas pela polícia de ordem política e social, sendo anexadas aos prontuários como "provas" do crime. ([162])

A terminologia impressa era reproduzida verbalmente nas reuniões e comícios, adquirindo os acréscimos da expressão exaltada ou do grito coletivo. O investigador do DOPS selecionara, em reunião de protesto contra a prisão do anarquista Hermínio Marcos, os ataques dirigidos à

---

[161] MERINO, Francisco. "Passa o tufão reacionário!..." *A Plebe*. São Paulo, 10 nov. 1934, n. 75, p. 1-2.

[162] Relatório de 17 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP. Em 1935 também foram apreendidas imagens referentes à guerra, com o apelo pacifista: "Papai não vás à guerra" (ILUSTR.).

própria polícia, emitidos pelo sapateiro Pedro Catallo que atribuía a esta instituição os epítetos depreciativos de "canalhada, cachorros da Ordem Social, miseráveis, lacaios da política." ([163])

Além da adjetivação carregada utilizada em referência a patrões, governo, políticos e clero, os relatórios policiais destacavam aspectos específicos de contestação, como a conferência em que Gil Soler teria proposto a imitação do povo de Cuba, "desobedecendo a tudo que se diz "LEI". ([164]) Tais apelos adquiriam maior ressonância quando proferidos coletivamente em "calorosos apoiados" de "abaixo o Estado" e "morram os Políticos", como foi apontado no encerramento de reunião na União dos Artífices em Calçados, promovida para homenagear dois sapateiros assassinados. ([165])

Segundo avaliação colhida por um investigador, após assembléia na FOSP para criação de um novo sindicato, em 1933, a receptividade do operariado não habituado às reuniões, frente à intensidade da exaltação e à terminologia carregada dos libertários, seria de "estranhamento":

> "O pessoal da 'Repartição de Águas e Esgotos', conforme comentários ouvidos, saíram dali mal impressionados por estranharem o ambiente e a linguagem usada." ([166])

Pedro Catallo e Hermínio Marcos, estimulados pelos novos componentes do público, teriam exagerado na intensidade do protesto contra prisões ocorridas em Sorocaba devido à greve de tecelões. Demonstravam seu ativismo de modo oportunista, como era próprio a estes militantes aficcionados por seus ideais, segundo a ótica policial.

e. bombas de dinamite e atentados terroristas

A transição entre os discursos violentos e as atitudes revolucionárias eram buscadas nos contatos entre anarquistas e grupos políticos, merecendo especial atenção dos vigilantes policiais para a prevenção de possíveis tentativas de golpes. Apesar da postura apolítica dos libertários, a presença de um militante da FOSP em reunião pró-candidatura de Miguel Costa, em julho de 1931, produziu a conclusão de que a federação estaria sob a ascendência do miguelismo. Porém, o referido militante, Pedro Catallo, afirmava ter apenas assinado lista de presença, sem atribuir a este gesto o significado de apoio pessoal ou de engajamento da federação de que era participante.

---

[163] Relatório de 13 abr. 1933. *Prontuário n.377: Pedro Catallo*, DOPS / AESP.
[164] Relatório de ago. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 4, DOPS / AESP.
[165] Relatório de 3 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[166] Relatório de 30 jan. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.

As conversações de líderes da FOSP com o general Waldomiro Lima, no decorrer da Revolução de 1932, tratando de reivindicações operárias, demonstravam a ambigüidade das posturas libertárias nos movimentos revolucionários. Essas aproximações momentâneas eram investigadas minuciosamente, revelando-se um dos principais riscos que ao DOPS competia evitar, ou seja, o da união das diferentes facções da oposição ao governo.

Também envolvendo o plano político, as visitas dos presidentes argentinos ao Brasil provocaram intensas perseguições aos anarquistas por pretenderem realizar protestos contra esses governantes autoritários. Antes da chegada ao Brasil do general Uriburu, em fevereiro de 1931, e do general Augustin Justo, em outubro de 1933, grande número de prisões e apreensões de boletins era feita pelo DOPS, como medida preventiva. Realizaram-se intensas buscas às gráficas de São Paulo, São Bernardo e São Caetano, para evitar a impressão dos panfletos ofensivos aos chefes do Estado vizinho. ([167]) Por ocasião da execução de um anarquista norte-americano, também fora registrada a pretensão, de um grupo de libertários, de atacar o Consulado Americano, não havendo, entretanto, confirmação deste indício. ([168])

Quanto às decantadas "bombas de dinamite", estas eram citadas de modo insistente na "Relação dos Anarquistas" feita em setembro de 1926, apontando indícios ou flagrantes assombrosos de anarquistas empenhados em sua fabricação. Tais informações parecem forjadas de modo exagerado para justificar, naquela época, a expulsão de grande quantidade de militantes estrangeiros. Como esta relação compunha-se apenas da síntese dos crimes cometidos por cada militante, sem as respectivas investigações, torna-se difícil contestar ou acatar o conteúdo nela veiculado.

As numerosas práticas terroristas atribuídas aos anarquistas no período anterior a 1926, entretanto, contrastam com sua ausência nos anos subseqüentes. Na década de 30, eram citados apenas militantes que se dispunham à fabricação de bombas, sem casos comprovados de sua efetivação. Um relatório de 1932 menciona isoladamente um operário estrangeiro que propõe esta estratégia em assembléia dos vidreiros, não havendo, porém, nenhuma referência a incidentes explosivos nas greves da categoria:

> "Existe um operário de nacionalidade portuguesa que se prontificou a fabricar material explosivo. Parece que o mesmo só sabe trabalhar bombas com estopim."([169])

Nos anos posteriores deixaram de aparecer as referências às bombas, atribuindo-se o fato

---

[167] Relatórios de 19 fev. 1931, vol 2 e de 10 out. 1933, vol 3. *Prontuário n. 716: FOSP*, DOPS / AESP.
[168] Relatório de mar. 1933. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[169] Relatório de 17 jun. 1932. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 1, DOPS / AESP.

às perseguições ou prisões dos elementos mais perigosos da FOSP. Estas medidas teriam obtido sucesso, na medida em que, segundo a perspectiva policial, a agitação e as atitudes violentas estavam localizadas em elementos provocadores, na ausência dos quais a massa de trabalhadores desintegrava-se passivamente:

> "Posso adiantar com segurança, que aquela agremiação está virtualmente falida: tirando dali LUIZ PAPPERO e PEDRO CATALDI, a sede terá fatalmente as suas portas fechadas. Ali não se tem cogitado de atentados terroristas pessoais ou coletivos; quando JOÃO PEREZ PARADA (que atualmente se acha foragido) e NATALINO RODRIGUES freqüentavam aquela sede, estes planos ali se consertavam, por serem postos em prática em ocasiões oportunas."([170])

A exaltação dos discursos era registrada pelos investigadores que procuravam ressaltar nas frases ameaçadoras, a previsão de futuros atentados, como ocorreu em assembléia da União dos Trabalhadores da Light onde o operário Antônio de Jesus tentava, por todos os meios, pressionar o Prefeito contra decreto prejudicial aos motorneiros:

> "A assistência chegou a se inflar com as suas palavras, gritando em altas vozes que se preciso for, atentar mesmo contra a vida do Sr. Prefeito." ([171])

E ainda, mesmo sem nenhuma comprovação de vínculo, as investigações a respeito de uma bomba de dinamite encontrada em bueiro ao lado de prédio da Light eram anexadas ao prontuário da UTL. Verificou-se apenas que a bomba, de fabricação caseira e com baixo alcance, no máximo, assustaria pessoas a seu redor. ([172])

A justaposição dos registros da bomba aos do sindicato demonstrava a existência de um modelo prévio que direcionava o olhar policial, buscando fatos que pudessem comprovar o perfil pré-moldado do anarquista violento. Semelhante circunstância surgiu quando Florentino de Carvalho fora hospedar-se na casa de um amigo, localizada próxima à Pedreira Municipal de Cotia, para realizar conferências na cidade. Como se tratava de um "comunista perigoso" e como existia na pedreira um depósito de explosivos, levantou-se a hipótese do aproveitamento desta proximidade para a fabricação de bombas. O receio não teve confirmação, permanecendo, porém, a vigilância policial atenta a coincidências que guiavam os intentos terroristas dos militantes libertários. ([173])

O porte de armas de fogo para possíveis atentados também era destacado apesar das es-

---

[170] Relatório de 9 mai. 1935. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.
[171] Relatório de 15 out. 1933. *Prontuário n. 710: União dos Trabalhadores da Light*, vol. 1, DOPS / AESP.
[172] Relatório de 1 e 10 mar. 1933. *Prontuário n. 710: União dos Trabalhadores da Light*, vol. 2, DOPS / AESP.
[173] Relatório de 4 ago. 1933. *Prontuário n. 144: Florentino de Carvalho*, DOPS / AESP.

parsas comprovações pelos policiais. Assim, após reunião anti-integralista, em 1933, cerca de 150 militantes saíram para a Praça da Sé, dando vivas ao comunismo e ao anarquismo, indo posteriormente ao Brás com "armas em punho". Um dos manifestantes teria disparado um tiro, gerando-se violento tiroteio que resultou no ferimento de um anarquista portador de uma garrucha e de uma faca punhal. Um dos manifestantes era o policial Guarany que realizava a vigilância da federação operária. ([174])

A polícia, que realizava batidas na sede da FOSP com freqüência, providencialmente apreendeu um revólver sobre um armário no dia seguinte ao conflito ocorrido na Praça da Sé, a 7 de outubro de 1934, entre antifascistas e integralistas. Vários trabalhadores foram presos, sendo o padeiro Natalino Rodrigues, ex-secretário da FOSP, acusado como suspeito pela morte de dois inspetores vitimados na ocasião. ([175])

Assim, as várias acusações de utilização de bombas e armas de fogo pelos anarquistas, apesar de intensamente investigadas, não encontravam sustentação material. Mas, independentemente de fatos comprobatórios, a imagem do anarquista violento continuava a ser alimentada no imaginário policial, em virtude de atos terroristas praticados internacionalmente no passado, reforçando um mito do que uma realidade concreta.

Se a violência empregada nos discursos anarquistas não tinha um sentido literal, mas antes um caráter simbólico e "retórico", conforme mencionamos, remetendo às análises de Michèlle Perrot, esta não era assim compreendida pelos policiais e pela grande imprensa.

Localizamos, neste aspecto, uma questão específica do imaginário social. O discurso libertário possuía como estilo peculiar uma forma de comunicação expressionista, como bem caracterizou Lili Litvak, no plano estético, abordando frontalmente a miséria social e esquematizando de modo didático e maniqueísta os inimigos destruidores e os benfeitores revolucionários. Esta estética seria condizente com a perspectiva radical de mudança social proposta pelo anarquismo, buscando-se uma coerência entre ação e representações ideais ou imaginárias.

A violência, assim, apesar de possuir uma dimensão simbólica e, apesar de provocar grandes polêmicas e divergências entre os libertários, não era um recurso simplesmente retórico, principalmente se situada no contexto do período. Por um lado, a revolução popular era vista como um fato viável desde a Revolução Francesa, mas seu imaginário adquiriu maior potencialidade com a eclosão da Revolução Russa de 1917, criando-se, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, uma

---

[174] Relatório de 15 nov. 1933. *Prontuário n. 377: Pedro Catallo*, DOPS / AESP.
[175] Relatório de 19 out. 1934. *Prontuário n. 716: FOSP*, vol. 3, DOPS / AESP.

"ilusão" que atuaria com mais intensidade no plano mítico do que no plano ideológico. ([176]) Esta ilusão não poderia ser relegada simplesmente à categoria de "engodo histórico", mas adquiria o teor de uma utopia mobilizadora e renovadora das ações.

Por outro lado, os acontecimentos na Espanha pré-revolucionária, aproximavam os anarquistas da concretização de suas metas, na medida em que os operários espanhóis punham em prática suas estratégias de ação. As greves e comunas estabelecidas caminhariam em direção a uma greve geral revolucionária com expansão nacional que teria em vista a destruição do Estado e a instauração da sociedade livre. Assim, se no contexto repressivo brasileiro e naquele de outros países caracterizados por sistemas totalitários como a Itália, Portugal e Alemanha, não era possível vislumbrar a Revolução Anárquica, a Espanha apontava para a concretização deste sonho.

As várias construções imaginárias dos anarquistas, da grande imprensa e da polícia, embora comportassem a forma abstrata própria a este tipo de pensamento, encontravam suas raízes e seus efeitos nas condições históricas do momento, direcionando as ações de seus agentes. A luta entabulada no próprio nível das representações imagéticas, através dos diferentes veículos de comunicação e registro empregados por esses agentes, moldava a repercussão social dos vários elementos cuja imagem estava em jogo: o trabalhador, o anarquista, o governo, o policial e a ordem pública.

---

[176] PINHEIRO, P. S.. *op. cit., p. 14-15.*

CAPÍTULO IV

ESTADO, ANARQUISMO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

"Um direito, para afirmar-se e exercer-se,
não precisa do apoio de texto algum."
(Sebastian Fauré)

Partindo das formas de organização anarquista e anarco-sindicalista que abordamos no capítulo II e do imaginário libertário que analisamos no capítulo III, percebemos os diversos planos em que se tecia a resistência anarquista frente a uma gama de obstáculos: a repressão policial, as disputas sindicais, as divergências internas e os estereótipos difundidos pela grande imprensa.

Porém, no final dos anos 20 e início da década de 30, um novo fator surgiu em cena a coibir a atuação libertária: a Legislação Trabalhista que começara a fazer-se presente no decorrer da década de 20 e que, após a "Revolução de 30", tomava um caráter mais sistemático.

A radicalização da postura libertária, negando qualquer concessão à penetração e controle estatal sobre as associações operárias, fundava-se sobretudo na necessidade de preservar a **autonomia sindical**, espaço essencial para a construção da nova sociedade, segundo a perspectiva anarco-sindicalista. A adesão a qualquer estrutura burocrática significaria sua própria extinção enquanto afirmação do princípio da liberdade anti-estatal.

Assim, ambigüidade, contradição ou incoerência eram juízos constantemente atribuídos aos anarquistas, diante de sua postura negativa, quando surgiram leis formalizando antigas reivindicações operárias. Cabe, portanto, averiguar as circunstâncias e as conseqüências desta proposição libertária, contrastando suas transformações nos anos que precederam e naqueles que sucederam a criação do Ministério do Trabalho.

4. 1. A legislação trabalhista anterior aos anos 30: Prolongados debates e ausência de fiscalização

A existência de uma legislação trabalhista anterior à "Revolução de 30" já foi apontada por vários autores que fizeram levantamentos acerca dos ensaios legais desenvolvidos desde o despontar do sistema republicano ([1]) Tais estudos demonstram a existência de leis esparsas desde a primeira Constituição Republicana, pondo em xeque o **mito da outorga**, forjado pelo próprio regime Vargas. O questionamento deste mito era parte integrante da posição anarquista desde a decretação das primeiras leis trabalhistas em 1930, assim como a crítica à ineficácia das leis anteriores.

A legitimação republicana do regime tinha como um dos pilares a inclusão do trabalhador na sociedade, criando leis que visavam ao registro de suas associações e a delimitação da amplitude de suas manifestações. Assim, foram fixados decretos para a regulamentação de associações com fins diversos em 1893, de associações agrícolas em 1903 e de sindicatos propriamente ditos em 1907, os quais gozavam, de acordo com a lei, de liberdade e autonomia, conforme caracteriza Ângela Gomes ([2]) A respeito das manifestações grevistas, cabe lembrar que o Código Penal Brasileiro de 1890 penalizava apenas os atos de violência. ([3])

Vários decretos foram aprovados entre 1989 e 1930, visando a melhoria da condição operária. Estes contemplavam as principais reivindicações, com exceção da fixação da jornada de 8 horas, reclamação central dos movimentos grevistas, que permaneceu apenas no plano dos

---

[1] Podemos citar: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30.* Campinas, Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994 (mimeo); BERNARDO, Antonio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil 1930-1945.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1982; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho - política e legislação social no Brasil 1917-1937.* Rio de Janeiro: Campus, 1979 e *A invenção do trabalhismo.* São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988; LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945).* Petrópolis: Vozes, 1978; MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1981; MORAES FILHO, Evaristo de. *Apontamentos do direito operário.* São Paulo: EDUSP, LTr, 1971; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e ZAIDAN FILHO, Michel. "Aspectos da legislação social na Primeira República". *Clio: Revista de Pesquisa Histórica.* Recife: Universidade Federal de Recife, n. 13, v. 1, 1990, p. 129-149.

[2] *Decreto n. 173* (10 set. 1893), *Decreto n. 979* (6 jan. 1903) e *Decreto n. 1.636* (5 jan. 1907). In: GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

[3] Antonio Carlos Bernardo cita os artigos 205 e 206 do Código Penal Brasileiro. *Op. cit.*, p. 34.

projetos. Entre os decretos do período, podemos citar:

- proibição do trabalho do menor de 12 anos, no Rio de Janeiro (1891), em São Paulo (1911 e 1917) e em nível federal (1926);
- reparação de acidentes de trabalho pelos sindicatos (1907) e pelos patrões (1919);
- regulamentação do trabalho feminino, em Lei Estadual de São Paulo (1917);
- aposentadoria e pensões para ferroviários (1890 e 1923), telegrafistas (1904), trabalhadores em transportes (1923) e marítimos (1926);
- contrato de trabalho, em 1906 e 1916;
- direito a férias anuais para funcionários públicos (1890) e para todos os trabalhadores (1925).

Foram também criados organismos oficiais para a implantação e fiscalização destes direitos, como o Departamento Estadual do Trabalho, em São Paulo (1911), o Departamento Nacional do Trabalho (1917) e o Conselho Nacional do Trabalho (1923). Verifica-se, assim, que a iniciativa e a necessidade de garantir uma melhor condição de trabalho urbano pela via legal e estatal, com decretos e órgãos de fiscalização, já vinha ocorrendo, pelo menos de modo formal, não sendo novidade absoluta sua introdução no governo Vargas. Uma das transformações implantadas após 1930 fora o deslocamento da tarefa de criação das leis sociais, que antes era competência do Congresso Nacional, para a esfera do Poder Executivo, com a criação do Ministério do Trabalho.

Em 1926, uma emenda à Constituição estabelecia a competência privativa ao Congresso Nacional para legislar sobre o trabalho. ([4]) Vários projetos foram apresentados na Câmara, propondo o estabelecimento de limites para a duração da jornada de trabalho e para a fixação de salários mínimos relativos a cada setor industrial. Os principais proponentes foram os deputados Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda, sendo que este último elaborou, em 1917, um Código do Trabalho, reunindo legislação referente aos vários direitos sociais. Este projeto foi discutido por Comissões de Legislação Social na Câmara Federal no mesmo ano e, em 1923, no Estado de São Paulo, não obtendo, porém, nenhuma efetivação. A reunião orgânica de um conjunto de leis trabalhistas neste projeto contrastava com a dispersão dos decretos promulgados

[4] Emenda 28 à Constituição de 1891 - Art. 34, *Apud.* BERNARDO, Antonio Carlos. *Op. cit.*

durante a Primeira República, procedimento que continuou a ser adotado durante o governo Vargas. Ângela Gomes destaca este caráter da atuação legislativa que ainda esteve presente até a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, não chegando a estruturar um código sistemático, mas apenas a justapor decretos isolados:

> "nos anos trinta verificaremos que os projetos de leis sempre tratarão de um ponto específico da legislação social. Por esta razão, não temos no Brasil, como ocorre em outros países, um Código de Trabalho e sim uma Consolidação das Leis do Trabalho, que constitui, exatamente, a reunião das leis existentes sobre o assunto." ([5])

A coincidência entre os anos de assinatura dos decretos e aqueles em que se desenvolvia maior organização e mobilização operária não era fortuita. Em 1917, principalmente, intensificou-se a elaboração de projetos e leis que, promulgados e regulamentados praticamente não alcançavam o cumprimento pelas empresas . As razões da sua não implementação já foram bastante discutidas pela historiografia brasileira contemporânea. As análises citadas combinam vários fatores: a diretriz liberal não intervencionista do Estado Republicano, a pressão e a resistência do empresariado e da oligarquia cafeeira. O poderio destes últimos pode ser atestado pela ausência de legislação para o trabalho rural, mesmo nos anos 30, conforme é assinalado por Maurício de Lacerda. ([6]) Havia apenas regulamentação para a locação de serviços e parceria agrícola, constando no Código Civil de 1916 e, no Decreto de 1903, regulamentação de sindicatos de profissionais agrícolas, visando a obtenção de créditos, sem repercussão prática, segundo Evaristo de Moraes Filho. ([7])

Os processos de elaboração, discussão e regulamentação destas leis podem ser mais concretamente discutidos, acompanhando-se as tramitações da Lei de Férias. Este direito, apesar de não ser o principal dentre os pleiteados pelos trabalhadores, alcançou grande relevo ao ser incluído na pauta de reivindicações, junto a aumento de salários e redução da jornada de trabalho, a partir de 1927. Adquiriu um significado simbólico, funcionando como teste para as intenções do governo que prometia melhorias para os operários. Nos anos 30 foi ainda foco de lutas operárias, constituindo-se em instrumento do governo para enquadramento na sindicalização oficial.

A Lei de Férias foi promulgada em 24 de dezembro de 1925, sendo regulamentada em 30 de abril de 1926, concedendo descanso anual de 15 dias para os trabalhadores urbanos após 12

---

[5] GOMES, Ângela de Castro. *Op. cit.*, p. 98.
[6] LACERDA, Maurício de. *Evolução legislativa do direito social brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1960, p. 18-19.
[7] MORAES FILHO, Evaristo de. *Op. cit*, p. 185-188.

anos de trabalho ininterrupto. Participaram da discussão de sua regulamentação o Conselho Nacional do Trabalho, empresários e operários reunidos em comissão mista, procedimento retomado na década de 30.

A eficácia das pressões exercidas pelos industriais já fora atestada, com o rebaixamento da idade mínima permitida para o trabalho de menores, de 12, para 10 anos, assim como na eliminação do limite de sua jornada de 6 horas, com 1 hora de descanso. Marisa Saenz Leme mostra as formas de organização desta burguesia industrial em formação que, apesar de não desfrutar de influência política nas esferas governamentais, criava mecanismos para a defesa de seus interesses, obtendo vitórias na alteração ou protelação da aplicação da legislação trabalhista. Conseguiu dividir a regulamentação das férias, diferenciando as normas para os trabalhadores no comércio e na indústria, sob alegações bastante curiosas.

Os industriais opunham-se à introdução das leis sociais, vendo-as como a implantação de um "pleno regime de socialismo de Estado". Alegavam serem as férias prejudiciais à empresa, por interromper a produção, e ao operário braçal que não sabia utilizar seu tempo livre, caindo no desregramento social. Ou seja, as férias trariam desorganização moral e social. Argumentava-se que o empregado de escritório era diferente por ser um intelectual, enquanto que o operário braçal, por não depender das energias do cérebro, que seriam as mais suscetíveis de se esgotar, não precisaria de férias. O empregado de escritório, em seu lazer, evitava diversões subalternas, como ocorria com o proletário que ficava com sua "psicologia" alterada em busca de lazer nas ruas.

Os empresários apontavam também uma perda de 5%, transferida para o total da produção em virtude da concessão de férias. Entretanto, esta perda seria proporcionalmente menor, já que os salários representavam apenas 15% dos custos da produção, conforme afirma Marisa Saenz Leme. ([8])

A participação operária na regulamentação da Lei de Férias teria resultado negativo na medida em que legitimava a vitória da burguesia, segundo Michel Zaidan Filho. Devido à proporção minoritária na comissão mista, tinha ratificado duas grandes derrotas que inviabilizaram a execução da lei de férias: o não reconhecimento do direito de fiscalizar seu cumprimento pelos sindicatos, suprindo a falta de recursos do CNT e a exigência de caderneta de identificação com fotografia do trabalhador, para o usufruto do direito. Este último requisito provocava a rejeição

[8] LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 117.

do operariado que via, nesta forma de identificação, um instrumento de controle. ([9])

O empresariado alegava falta de regulamentação quanto à comprovação do tempo de serviço para que pudesse conceder férias, enquanto que os trabalhadores paulistas criavam um Comitê Pró-Lei de Férias, em abril de 1927, tendo como principal propulsionador do movimento a Associação dos Empregados no Comércio. Este sindicato propunha-se a exercer a fiscalização e a confecção das cadernetas de identificação, porém, até o ano de 1930, ainda era protelada a aplicação da lei do descanso anual.

As outras leis decretadas no período, apesar da relevância de seus temas, não produziram semelhante polêmica. O Código do Menor, instituído em 1 de dezembro de 1926 e regulamentado em 12 de outubro de 1927, proibia o trabalho de crianças com idade inferior a 12 anos e, até os 18 anos, a título de aprendizagem, deveriam trabalhar no máximo 6 horas diárias, com interrupção de 1 hora para repouso. ([10]) Novamente o problema residia na extrema restrição do órgão fiscalizador - o Juízo de Menores - que contava apenas com 2 funcionários para o acompanhamento do trabalho de metade dos trabalhadores existentes em São Paulo, que seria a proporção dos menores segundo estimativa noticiada em *O Estado de S. Paulo*:

> "Essa fiscalização, porém, devido ao grande número de fábricas, em S. Paulo, não tem sido feita, com a regularidade que era para se desejar, pois apenas dois comissários estão encarregados desse trabalho, em uma capital, onde se acham localizadas centenas de fábricas, com trezentos mil operários, dos quais cerca de cento e cinqüenta mil são menores." ([11])

A fiscalização, apesar de restrita, penalizava várias fábricas, provocando o protesto dos empresários. Assim, em junho de 1929, de 68 fábricas visitadas, 55 foram multadas. Por outro lado, surgiam denúncias de menores que trabalhavam 6 horas numa fábrica, conforme estabelecido no código, dirigindo-se para outra fábrica para executar a mesma jornada. ([12]) Também buscando formas de burlar a lei de proteção do menor, garçonetes eram acusadas de apresentarem falsas certidões de idade ou casamento, já que a mulheres casadas abaixo da maioridade, era concedido o direito ao trabalho em lugares públicos. ([13])

A reforma da chamada Lei Elói Chaves, que criara a Caixa de Aposentadoria e Pensões

---

[9] ZAIDAN FILHO, Michel. *Op. cit.*, p. 142-143.
[10] *Decreto Legislativo n. 5.083*, de 1 dez. 1926 e *Decreto n. 17.943-A*, de 12 out. 1927.
[11] "Os estabelecimentos industriais em face do código de menores". *OESP*, São Paulo, 11 abr. 1929, p. 10.
[12] "O trabalho de menores". *OESP*. São Paulo, 21 jun. 1929, p. 8.
[13] "As 'garçonetes'". *OESP*. São Paulo, 1 fev. 1929, p. 10.

dos Ferroviários em 1923 ([14]) e dos Marítimos em 1926 ([15]), passava a ser objeto de intensos debates no Congresso Nacional em 1929, devido às deficiências que apresentavam seus fundos em várias ferrovias, embora muitas dessas Caixas de Aposentadoria acumulassem recursos consideráveis, oferecendo assistência médica a seus contribuintes. Nesse mesmo ano surgiram novos projetos de extensão desse benefício aos empregados no comércio, apresentados pelo deputado Agamenon Magalhães, e de criação de caixa única para todos os trabalhadores por Viriato Correa. A discussão percorreu o ano de 1930, atravessando inclusive a mudança de regime, ao ser retomada pelo Ministério do Trabalho do governo "revolucionário". A discussão arrastava-se por quase dois anos, revelando continuidade, apesar do deslocamento do eixo do Legislativo para o Executivo.

Outras leis também foram discutidas, como a reforma da Lei de Acidentes de Trabalho de 1919, a criação de Estatuto do Funcionalismo Público Federal, o direito ao descanso semanal para gráficos, padeiros e barbeiros, funcionando o CNT (Conselho Nacional do Trabalho) como órgão catalisador dos projetos no Congresso Federal, também com a função de fiscalizar e julgar as reclamações trabalhistas.

Assim, a premência de uma regulamentação do trabalho urbano estava na ordem do dia nos últimos anos da década de 20, não se constituindo em fato inusitado as tentativas de torná-la forma de reduzir os conflitos entre operários e patrões. Nos anos 30 surgiu a expectativa quanto ao cumprimento destas leis, na medida em que constava das plataformas eleitorais, tanto do candidato situacionista, como do oposicionista vitorioso pela via "revolucionária".

---

[14] *Decreto n. 4.682*, de 24 jan. 1923.
[15] *Decreto n. 5.109*, de 20 dez. 1926.

4. 2. A ilusão da legalização dos direitos na perspectiva libertária

De modo análogo às imagens analisadas no capítulo anterior, a perspectiva anarquista abordava as iniciativas governamentais em bloco: todas eram igualmente tirânicas, enganadoras e escravizadoras. Também, à semelhança da atitude adotada perante os movimentos revolucionários ocorridos no Brasil, nem sempre ocorria alheamento dos militantes libertários frente às leis trabalhistas, apesar de existir uma postura de desconfiança permanente.

Diante do quadro de ineficácia das tentativas de regulamentação legal do trabalho, a argumentação libertária era corroborada, apesar de esta fundamentar-se em princípios mais amplos contrários a qualquer tutela, principalmente àquela proveniente do Estado. Alguns aforismos espalhados nas páginas de seus jornais caracterizavam de forma sintética esta concepção:

> *"Os poderes constituídos rir-se-ão da vontade popular enquanto ela se manifestar dentro dos limites da lei."* (Guesde) ([16])
>
> *"Ainda mesmo sob a constituição mais livre um povo ignorante é sempre escravo."* (Condorcet) ([17])
>
> *"Um direito, para afirmar-se e exercer-se, não precisa do apoio de texto algum."* (Sebastian Fauré) ([18])
>
> *"As leis são como as teias de aranha, que prendem as pequenas moscas e deixam passar as grandes."* ([19])

Esta oposição libertária a qualquer lei provocava polêmicas na organização de comitês e manifestações conjuntas com outras correntes que chamavam para compô-los os sindicatos sob sua orientação. A justificação anarquista passava assim por um plano "teórico" que poderia ser melhor definido através da distinção entre a ***lei formal e instituída pelo Estado*** e o ***direito*** enraizado numa concepção de ***justiça natural ou humanitária***, independente do Estado. A lei seria um recurso para sancionar as violências e a exploração estabelecidas pelo Estado ([20]) , enquanto que o direito seria incodificável, fundando-se a partir da Igualdade econômica, da Solidariedade e da Liberdade. ([21])

---

[16] *A Plebe*. São Paulo, 25 jun. 1927, n. 254, p. 4.
[17] *A Plebe*. São Paulo, 9 jul. 1927, n. 255, p. 1.
[18] *Idem*, p. 2.
[19] *A Plebe*. São Paulo, 6 ago. 1927, n. 257, p. 3.
[20] TOLSTOI, Leão. "O Direito". *A Plebe*. São Paulo, 5 ago. 1933, n. 36, p. 2.
[21] SOLER, G. "O dr. Pontes de Miranda e o anarquismo". *A Plebe*. São Paulo, 29 jul. 1933, n. 35, p. 2.

José Oiticica, em artigo publicado na grande imprensa, contestava a afirmação de serem os anarquistas contrários a todas as leis. Estabelecia a diferença entre a lei coercitiva e reativa, utilizada pelos governos para controlar e enganar os trabalhadores, e a lei conquistada pelos movimentos populares, que constituíam suas armas e patrimônio:

> "... eu explicara, nas minhas palestras semanais, no Sindicato da Construção Civil, o conceito anarquista da 'lei', como criação burguesa e como criação revolucionária. Há, com efeito, duas espécies de leis: as que representam a pressão dos possuidores sobre os não-possuidores, e as que representam conquistas dos não-possuidores contra os seus amos. Estas são leis impostas pelas revoluções; exemplos: a 'Magna Carta', a 'Declaração dos Direitos do Homem', a lei de 13 de Maio' etc.. (...)
>
> Mas, para conseguir tais leis, nunca foi preciso ter 'representantes' nos parlamentos. A imposição faz-se na rua, nas fábricas, nas minas, nos centros de trabalho ou nos quartéis." ([22])

Assim, a lei seria burguesa ao participar do aparato jurídico e policial que se encontrava inserido na tríade ESTADO-CAPITALISMO-IGREJA, a qual, sob o princípio da autoridade, opunha-se radicalmente ao trabalhador. Por outro lado, a lei ou direito revolucionário conquistado pelo operário fugia à esfera institucional, não necessitando transitar pela esfera do parlamento ou dos partidos políticos.

Sob esta ótica, a luta dos trabalhadores deveria circunscrever-se ao plano da negociação direta com o patronato, sem intervenção externa. O fracasso da legislação fornecia elementos para a corroboração deste princípio libertário e para a prevenção do operariado contra o engodo produzido pelos decretos governamentais.

A concessão de benefícios aos trabalhadores pelo Estado era vista como um "fato ocasional", de descuido do Congresso que os aprovava, sem que a isso correspondesse o reconhecimento do respectivo **direito** pela burguesia ou seu empenho em efetivá-la. Assim, a Lei de Férias não passaria de "letra morta", segundo previsão do jornal *A Plebe*, em abril de 1927, logo após a regulamentação da lei:

> "A lei de férias, votada pelo Congresso Nacional num de seus momentos de displicência, está sendo objeto de discussões e deliberações no seio de algumas associações operárias. (...)
>
> A maioria, porém, dos patrões mantêm-se indiferentes aos trâmites legais dessa inovação, cônscios da própria força e de que na quase totalidade do país a lei não será executada, pois dispõem de todos os meios de a burlarem, servindo-se das necessidades, da miséria, da inconsciência e da desorganização dos trabalhadores, que eles exploram e tiranizam a seu bel-prazer." ([23])

---

[22] OITICICA, José. "A Lei". *A Pátria*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1929. *Apud.* OITICICA, José. *Ação Direta (meio século de pregação libertária)*. Rio de Janeiro, Ed. Germinal, s.d., p. 98-99.

[23] "A Lei de Férias e os Trabalhadores". *A Plebe*. São Paulo, 9 abr. 1927, n. 249, p. 2.

Em segundo lugar, a Lei de Férias, além de não ter efetividade, levaria ao engodo das classes trabalhadoras, amortecendo suas lutas e desviando suas energias para a busca de intermediários: os políticos, deputados e partidos. Oferecia um atrativo para conquistar os trabalhadores, indicando uma aparente regalia que não seria cumprida, deslocando o operário de suas verdadeiras lutas, conforme assinalavam os libertários:

> "... os anarquistas, inimigos declarados das leis, porque são emanação da engrenagem burguesa; porque estão convencidos pelo ensinamento da história de que as leis só servem para iludir os pobres, os trabalhadores, as vítimas da tirania burguesa; porque sabem, pela experiência de toda a parte e de todos os tempos, que, confiando nos ilusórios benefícios das leis, os trabalhadores desprezam, abandonam a luta em prol de sua emancipação com receio de perder a migalha caída dos banquetes capitalistas; porque sabem que só será executada onde e quando os próprios trabalhadores a fizerem executar pela sua ação decisiva." ([24])

Desta maneira, a canalização das energias operárias para a obtenção de benefícios legais levaria a um duplo deslocamento: do plano da relação trabalhador-empresário, onde efetivamente ocorria a reivindicação-concessão de *direitos*, para uma esfera alheia à produção -- a esfera do jurídico e da política institucional. No plano da lei, haveria um círculo vicioso de colaboração entre Estado e burguesia. Por outro lado, como um segundo deslocamento, as reivindicações necessitavam da intermediação de políticos e partidos distantes do meio operário, desviando-se da iniciativa direta do próprio trabalhador.

Os anarquistas adiantavam-se no repúdio à concessão de uma lei cujo caráter formal não reivindicavam e voltavam-se para a luta pela reorganização do operariado, num país recém-saído do estado de sítio. Consideravam os riscos de cair em descrédito ao prever o fracasso da aplicação da lei e também o de adotar uma atitude antipática aos trabalhadores, questionando os benefícios concedidos, vistos com bons olhos por muitos, além de apoiados pelos seus adversários sindicais -- os "bolcheviques".

No mesmo mês de abril de 1927 em que *A Plebe* publicava essas críticas à legislação, três sindicatos sob influência anarco-sindicalista participavam , em São Paulo, do Comitê Pró-Lei de Férias, promovido pela Associação dos Empregados no Comércio e pela União dos Trabalhadores Gráficos. O Comitê propôs enviar ofícios ao presidente da República, ao Conselho Nacional do Trabalho, ao Ministro da Agricultura e à Associação Comercial de São Paulo. ([25]) Os anarquistas

---

[24] *Idem*.
[25] "A Lei de Férias". *OESP*. São Paulo, 7 abr. 1917, p. 6.

criticaram os sindicatos que acreditavam na via legal, deixando de promover a emancipação dos trabalhadores. Atacaram duramente outros que seriam meramente oportunistas, pela utilização do benefício concedido como chamariz para atrair operários para sua ideologia:

> "Esses são os tartufos, os embrulhões, os mentirosos, os inimigos da revolução proletária. Nesse caso estão os bolchevistas."

Como resposta, os libertários eram acusados pelos comunistas de recusar o próprio direito e benefício das férias, de combater esta lei, pois os sindicatos sob sua influência retiraram-se do Comitê Pró-Lei de Férias. Esta recusa foi utilizada para atacar a militância anarquista que guardava sua marca nos meios trabalhistas de São Paulo. ([26])

Os sindicatos libertários dos sapateiros, dos chapeleiros e dos canteiros não acataram esta proposta, voltando-se para a pressão direta sobre os patrões. A União dos Canteiros decidira no mês anterior, enviar ofícios aos industriais, dando prazo para o cumprimento da lei:

> "foi resolvido enviar um ofício a cada industrial, reclamando a regularização das cadernetas até o dia 20 do corrente, devendo até essa data responder diretamente ao sindicato.
> (...) a classe realizará uma assembléia geral no dia 27, a fim de decidir sobre a atitude que deverá assumir caso os industriais persistirem na sua recusa, estando os canteiros dispostos a agir de maneira a provar mais uma vez que qualquer lei que não favoreça diretamente os capitalistas só é executada quando os operários a fazem executar." ([27])

Os chapeleiros chamavam a lei de "lei panacéia", ironizando a crença em seu efeito imediato, independente da pressão operária. Denunciavam os patrões que se negavam a receber as cadernetas para que o prazo de apresentação das mesmas fosse esgotado:

> "Com o intuito de prejudicar o direito que essa lei pode oferecer aos operários, os patrões negam-se a receber as cadernetas, para que o prazo seja esgotado sem a apresentação das mesmas. Outros fazem figurar nos seus registros que os operários trabalham a muito menor tempo nas fábricas, com o fim de não terem direito às férias. Operários ocupados até há 10 anos numa mesma fábrica, aparecem como se tivessem entrado ainda este ano!" ([28])

A postura libertária, ao negar a formalização da lei, entraria em contradição ao criar

---

[26] "A ofensiva anarcóide contra a Lei de Férias". *A Nação*. Rio de Janeiro. 5 abr. 1927.
[27] "União dos Canteiros de S. Paulo - Correu muito animada a última assembléia geral". *A Plebe*. São Paulo, 12 mar. 1927, n. 247, p. 3.
[28] "União dos Chapeleiros". *A Plebe*. São Paulo, 28 mai. 1927, n. 252, p. 3.

comitês para a cobrança exatamente dos direitos instituídos. Ela encontraria sua justificação na expectativa gerada, em torno das discussões parlamentares, no meio operário. As vias jurídicas não eram descartadas por todos os sindicatos coordenados pelos libertários, havendo, porém, desconfianças e seguidas críticas a ratificar a ineficácia das mesmas.

Foi o que ocorreu no Rio de Janeiro, de modo dramático com um operário canteiro que perdeu a vista numa explosão, recorrendo à Justiça para o pagamento de indenização, com base na Lei de Acidentes de Trabalho. Dada sentença favorável ao acidentado, o industrial recorreu e, após confirmação judicial, apelou para a revisão do processo. Durante esse ano de espera o Centro dos Operários das Pedreiras auxiliou financeiramente o trabalhador. Este sindicato anarco-sindicalista mostrava-se cético quanto ao cumprimento da lei, afirmando a existência da justiça e da solidariedade no seu interior como alternativa para a ineficácia do direito legal e burguês:

> "o respeito às leis dos acidentes de trabalho é, portanto, um complemento às leis que a civilização criou. Se esta for burlada, o que resta ao trabalhador cego?
> Sua inevitável incorporação ao exército dos mendigos de rua. (...)
> Sabemos que a justiça é de classes, o direito do trabalhador é simplesmente trabalhar e produzir para enriquecer aqueles que nada fazem, e que já nasceram em berços de ouro, apelamos para a instituição das leis por uma questão de rotina e não por confiança absoluta nas mesmas, se no caso presente elas falharam servimo-nos da justiça de casa, esta não falhará, porque não é falho entre nós o sentimento humano e de solidariedade." ([29])

Desta maneira, o sindicato era quem realizava o direito, na medida das suas possibilidades financeiras e organizacionais, pagando uma pensão mensal ao operário. Nesta época, o sindicato carioca tinha condições para pagar inclusive aposentadorias e pensões para famílias de operários falecidos. Exercia intensa pressão sobre os industriais do ramo de cantaria, obtendo o cumprimento de sua tabela de salários e da jornada de 8 horas. As estratégias utilizadas eram não só as greves, mas principalmente o boicote à oficina que transgredisse a tabela e a expulsão do meio sindical dos operários que fossem trabalhar nas obras boicotadas. Esta pressão sobre os associados adquiria forte tonalidade moral de sorte que os "traidores" ou "crumiros" eram penalizados com a perda dos benefícios econômicos oferecidos pelo sindicato, somada ao ostracismo no interior da categoria.

O direito ou a lei conquistados independentemente de um decreto governamental, mas através de sacrificadas lutas desencadeadas a partir do referencial simbólico da grande greve de

---

[29] ARRUDA, Mauricio. "As leis dos Acidentes no Trabalho e a chicana da Classe Patronal". *A Vida*. Rio de Janeiro, 1 dez. 1927, n. 44, p. 2.

1917, possuíam forte enraizamento, compondo a história de cada organização sindical. Assim, a conquista da jornada de 8 horas, quando ameaçada, provocava intensa reação, sendo a sua violação considerada como atitude criminosa:

> "Esse truque que nos preparam, como seja o fazer extraordinário (que quer dizer violar as 8 horas), é um crime que cometeríamos contra nós, se o admitirmos no nosso meio.
>
> Repeli, companheiros, essa afronta que os industriais nos oferecem. Lembrai-vos a luta que houve para a conquista das 8 horas. (...)
>
> Camaradas, é tempo de compreendermos que temos direito à vida, como a burguesia. (...)
>
> Camaradas, avante pela integridade do dia legal de 8 horas." ([30])

De 1927 a 1930, sindicatos sob orientação libertária, como o dos Canteiros e o dos Chapeleiros, organizaram comissões para a agitação da Lei de Férias, enviando ofícios a cada industrial para a regularização do tempo de serviço dos operários e conseqüente concessão das férias, ofícios estes que receberam respostas por parte de seus destinatários. Seguem-se greves de tecelões, chapeleiros e gráficos que incluíam em sua pauta de reivindicações a aplicação da lei.

A opção anarquista pela ação direta foi muitas vezes interpretada como adequada à condição de complementaridade com relação à estrutura de exclusão social do trabalhador estabelecida na Primeira República. Assim, diante de uma sociedade e de um Estado que consideravam o operário como epifenômeno do social, não reconhecendo seus direitos trabalhistas como necessários ao bem-estar comum, a ação libertária que ignorava as discussões parlamentares, coadunar-se-ia com a postura patronal que despendia atitude de igual indiferença pela inócua intervenção governamental no seio da produção. ([31])

---

[30] ALMEIDA, Joaquim Dias. "O truque da burguesia". "*A Vida*. Rio de Janeiro, 1 ago. 1928, n. 54, p. 1.

[31] HARDMAN, Francisco Foot. "Anarquistas e anarco-sindicalismo no Brasil". In: MARANHÃO, Ricardo e MENDES JÚNIOR, Antonio (orgs.). *Brasil História: República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 320-321.

4. 3. Os distantes benefícios sociais

A atitude dos anarquistas perante a nova legislação trabalhista pós-30 permaneceu a mesma dos anos anteriores. Os benefícios prometidos pelo "Ministério da Revolução", como o ministro Lindolfo Collor denominava a pasta do trabalho, revelavam-se insatisfatórios, em continuidade com os procedimentos rotineiros desde a "República Velha", reforçando a postura libertária de rejeição à formalização legal dos direitos sociais.

Entre as heranças da legislação do "Antigo Regime", o Ministério do Trabalho encontrou a Lei de Férias promulgada e regulamentada, bastando criar os meios para sua fiscalização. No entanto, uma série de medidas legais suspenderam sua execução, visando a contornar as resistências patronais. Em 11 de fevereiro de 1931, como iniciativa prática, a fiscalização das férias foi transferida do Conselho Nacional do Trabalho para o recém-criado Departamento Nacional do Trabalho. Em 28 de março do mesmo ano, a lei foi suspensa, criando-se comissão para sua reforma. O mesmo decreto, entretanto, obrigava a concessão dos 15 dias de férias referentes ao ano de 1930 a todos os trabalhadores, permitindo seu parcelamento em períodos não inferiores a 3 dias no prazo de 12 meses. Os empregados e operários teriam um mês para reclamação após o término deste prazo. ([32])

Tal iniciativa de aplicação da lei, porém, adiou por mais 6 meses os novos prazos para as empresas concederem férias, considerando as dificuldades econômicas enfrentadas pelas indústrias. Uma nova comissão passou a estudar tais dificuldades. Findo este prazo, novos adiamentos ocorreram em novembro de 1932 e, em janeiro de 1933, foi estabelecida a carteira profissional, como requisito para o usufruto do direito no final de 1932. ([33])

Em junho de 1933, outras comissões foram instaladas, com subdivisão entre comissão do comércio e da indústria, na medida em que os industriais encontravam-se mais avessos ao estabelecimento do descanso operário, retomando as alegações de prejuízos na produção e de sua inconveniência para os trabalhadores braçais, do mesmo modo que ocorrera em 1925, conforme mencionamos anteriormente. Em torno desta lei continuavam a se tecer acirradas polêmicas, sendo

---

[32] *Decreto n. 19.686*, de 11 fev. 1931 e *Decreto n. 19.808*, de 28 mar. 1931..

[33] *Decreto n. 21.176*, de 21 mar. 1932, *Decreto n. 22.052*, de 7 nov. 1932, *Decreto n. 22.346*, de 11 jan. 1933 e *Decreto n. 22.132*, de 25 nov. 1932.

o direito que teve a maior rejeição do empresariado. ([34])

Finalmente, em agosto de 1933 surgiu a nova Lei de Férias dos empregados em estabelecimentos comerciais, devendo este descanso ocorrer num bloco de 15 dias corridos ([35]), enquanto que, só em janeiro de 1934, foram decretadas as férias para empregados na indústria, restritas, porém, a operários sindicalizados e podendo ser parceladas em períodos não inferiores a 5 dias. A divisão das duas categorias de trabalhadores devia-se às pressões dos industriais que conseguiram um regulamento mais favorável a seus interesses, parcelando as férias, além de submeter os trabalhadores à sindicalização. ([36])

Diante desse penoso processo de adiamentos e concessões ao patronado, os libertários confirmavam seus princípios. Para eles, a "Revolução de 30" não rompia a prática governamental de manipulação dos anseios dos trabalhadores, visando apenas a interesses eleitorais ao contemplar a chamada "questão social com migalhas". E, no mesmo estilo da "Velha República", enredava as exigências operárias em trâmites burocráticos quando defrontada com as cobranças dos trabalhadores.

Na perspectiva anarquista, atitude semelhante era adotada pelos revolucionários de 32 que, no momento da insurreição, exigiam o cumprimento da Constituição, mas depois fugiam à execução da lei, pois esta não atendia aos seus interesses. Permanecia, assim, a mesma associação entre o Estado e a burguesia que se uniam contra o operariado em torno de interesses comuns. A diferença encontrava-se nas estratégias de dominação, ja que a chamada "República Nova" substituía a mera violência policial por meios mais astuciosos que buscavam iludir o trabalhador por intermédio das promessas do Ministério do Trabalho, não dispensando, entretanto, a ação policial violenta e a prisão dos descontentes. A imprensa anarquista denunciava as contradições deste processo:

> "O Sr. Bernardes, após o movimento militar de S. Paulo, em 1924, para atrair um pouco de popularidade, promulgou a lei de férias operárias que nunca tiveram execução nestes oito anos decorridos. (...)
>
> Depois do movimento revolucionário de 30, o Ministro do Trabalho avisou que a lei iria ser executada, estabelecendo um prazo para entrar em vigor, prazo que foi dilatado de novo a pedido dos industriais e de todos os exploradores do suor alheio. (...)
>
> Os operários trataram de reclamar o pagamento das férias, o cumprimento fiel da lei, mas os industriais continuaram surdos às reclamações, alegando que só a Federação

---

[34] GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 233-234 e LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 140-142.

[35] *Decreto n. 23.103*, de 19 ago. 1933.

[36] *Decreto n. 23.768*, de 18 jan. 1934.

das Indústrias é que podia decidir. (...)

E, dessa maneira, os despudorados que lançaram o país nessa sinistra voragem da luta civil, com a desculpa de restabelecer o *Império da Lei*, agora fogem ao cumprimento duma lei que não lhes agrada nem lhes convém, prejudicam os pobres trabalhadores, pretendem lançá-los num movimento de greve e, ao mesmo tempo, perturbar a marcha regular da vida moral e econômica da Nação e do povo." ([37])

A pressão das organizações operárias no decorrer destas protelações legislativas foi bastante intensa, organizando-se uma Comissão Pró-Lei de Férias, como ocorrera no final da década de 20. A FOSP reuniu os sindicatos a ela filiados, constituindo desde o início de outubro de 1930 seu próprio comitê. Este obteve resultados positivos entre os sapateiros, metalúrgicos, trabalhadores da Light, vitórias atribuídas à pressão dos trabalhadores que, alheios às medidas legais, estavam organizados, de acordo com princípios libertários, em torno dos sindicatos (União dos Artífices em Calçados, União dos Operários Metalúrgicos e União dos Trabalhadores da Light). O direito do trabalhador comportava uma história de lutas, representando sua obtenção não uma outorga estatal, mas o resultado da pressão sobre o patronato e o Estado que faziam concessões quando abalados pelas manifestações operárias:

"É preciso que se convençam que a Lei de férias é uma conquista proletária: que as férias são dadas aos trabalhadores porque estes, em movimentos de contínuo protesto determinados pelo descontentamento em virtude do desequilíbrio de um contraste social que os força a pensar, as conquistaram. Essa, como todas outras leis sociais, é dada às classes proletárias porque os movimentos de revolta do proletariado desequilibraram as instituições burguesas e põem em perigo os governos." ([38])

Em síntese, os anarquistas denunciavam a retomada dos processos da Antiga República, com referência à elaboração das leis. A diferença estaria na maior astúcia com que se associava a concessão de direitos à tentativa de retirar a dignidade do operariado e de iludi-lo através das exigências da carteira profissional e da perda da autonomia sindical.

Os chapeleiros que haviam obtido o direito às férias pela ação direta desde 1927 apontavam, na demora da reforma da legislação, a justificativa utilizada pelos patrões para deixar de conceder as férias. A formalização legal do **direito conquistado** servia, neste caso, para confundir sua aplicação em lugar de lhe fornecer uma garantia, segundo estes trabalhadores que apelavam para a ação direta através da greve:

"Os operários da Fábrica Ramenzoni estão em greve desde quinta-feira 13 do

[37] "A Lei de Férias - Uma burla como as outras". *A Plebe*. São Paulo, 17 dez. 1932, n. 4, p. 2.
[38] "A famosa questão das férias". *A Plebe*. São Paulo, 3 mar. 1934, n. 57, p. 1.

> corrente, ao meio dia, porque a ganância do industrial chegou ao extremo de negar-se ao pagamento das férias do ano passado - 1932 - dizendo aos operários que a lei estava suspensa e até que o Governo não as decretasse de novo, não as pagaria, procurando por esse meio não pagar mais férias e burlando, assim, os direitos dos trabalhadores, daqueles que lhes fazem a fortuna.
>
> Estamos em luta na defesa dos nossos direitos porque está em jogo uma reivindicação que nós conquistamos à custa do nosso próprio esforço e nunca por meio de lei, pois as férias foram sempre conquistadas diante da exigência dos trabalhadores por meio da ação direta.
>
> Desde 1927 que a Fábrica Ramenzoni vem, bem ou mal, pagando as férias. Não atinamos agora o porquê dessa nova atitude do industrial, que prometeu aos operários que pagaria sempre as férias." ([39])

A União dos Trabalhadores da Light, pela coesão de sua organização e devido ao setor estratégico em que atuava - o do transporte coletivo nos bondes - obteve o direito às férias com uma greve de 4 dias apenas, mesmo mantendo seu sindicato organizado segundo a orientação libertária, sem reconhecimento oficial. ([40])

Se o estabelecimento da Lei de Férias demonstrava a repetição de procedimentos da "República Velha", a reforma das Caixas de Aposentadorias e Pensões também ocorria numa linha de continuidade. Às vésperas da "revolução", encontravam-se em andamento projetos que estenderiam a aposentadoria a todos os trabalhadores, além dos ferroviários, marítimos e portuários que já desfrutavam deste benefício. Para os ferroviários que haviam instalado suas caixas desde 1923, encontrava-se em discussão o desconto de 15 % nos salários dos aposentados, autorizado pelo Conselho Nacional do Trabalho, em setembro de 1930, sob alegação de déficits em seus fundos. A Associação dos Ferroviários de São Paulo, porém, contestava a necessidade de tais descontos com base nos avultados recursos das Caixas ferroviárias e com base no artigo da Lei de 1926 que só permitia redução no valor das aposentadorias quando os fundos fossem insuficientes. ([41])

Assim, os ferroviários de todo o país, com base em suas experiências anteriores, participavam ativamente das discussões da nova lei de aposentadorias que incluiria todos os trabalhadores. Com o novo projeto, perderam a aposentadoria integral, inclusive os de salários mais baixos. Em 17 de dezembro de 1930 as Caixas foram estendidas para empregados de serviços de força e luz, bondes, telefones, telegrafia e radiotelegrafia. Durante o ano de 1931,

---

[39] A Comissão Executiva. "Manifesto - Aos trabalhadores da indústria de chapéus". *O Trabalhador*. São Paulo, 23 jul. 1933, n. 6-7, p. 3.

[40] "Lei de Férias". *O Trabalhador da Light*. São Paulo, 1° maio 1934, n. 3, p. 2.

[41] "Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários - Um apelo dos ferroviários contra a redução das suas aposentadorias". *OESP*. 30 out. 1930, p. 4 e Caixa de Aposentadoria e Pensões - Sugestões da Associação dos Ferroviários de São Paulo ao sr. ministro do Trabalho". *OESP*. 27 dez. 1930, p. 7

ficaram suspensas as aposentadorias, com exceção daquelas por invalidez, ressurgindo no ano seguinte, com aumento no desconto dos salários de 3 para 4%, o que ocasionou o protesto dos ferroviários.

Somente em 1934 surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) dos comerciários, dos bancários, dos estivadores e outros. Quanto aos industriários, a criação de seu IAP teve de aguardar o regulamento que só foi concluído em agosto de 1937.

Os libertários criticavam a atribuição do direito à aposentadoria ao Estado na medida em que este seria pago pelo próprio trabalhador cujo salário estava sendo extorquido em parcelas. Este fato podia ser constatado, segundo *A Plebe* de janeiro de 1933, pelos operários da Repartição de Águas e Esgotos que pagavam 3 a 5 % para a Caixa de Aposentadorias e Pensões, mais um mês de salário a título de "jóia". Sofriam ainda outro desconto de 20 % desde 1929 e de 5 % desde 1930, para pagamento da dívida externa do país. ([42])

Para os anarquistas, a exploração dos menores era uma outra questão não resolvida pelo Estado através das leis. De acordo com o discurso anarquista, a situação de exploração vivenciada pelos menores seria produto da sociedade degenerada que, ao invés de fornecer educação e ambiente sadio para as crianças, levava-as ao crime, à prostituição ou à competição com os pais no mercado de trabalho, devido ao estado de penúria da família proletária. O jornal *A Plebe*, apontava a lei dos menores como apenas mais uma que não estaria sendo cumprida, como antes, servindo o Ministério do Trabalho apenas para compactuar com a desumanidade e a corrupção do patronato:

> "serve este ninho de burocratas, é para acobertar irregularidades que são verdadeiros crimes e garantir a impunidade dos exploradores desumanos. (...)
>
> A Lei dos Menores estava sendo burlada, não é à revelia das autoridades, mas com o seu consentimento.
>
> Se alguém se desse ao trabalho de visitar as inúmeras fábricas da Capital constataria que, em sua maioria, particularmente na indústria do vidro e têxtil, os menores são explorados impiedosamente, em número elevadíssimo." ([43])

O Código de Menores de 1926 continuava a ser burlado, além de constituir-se num retrocesso a nova legislação de novembro de 1932. O limite de idade havia sido rebaixado de 14 para 12 anos no trabalho industrial, a jornada especial de 6 horas abolida e o trabalho noturno, que

---

[42] "Entre os operários da Repartição de Águas e Esgotos". *A Plebe*. São Paulo, 21 jan. 1933, n. 10, p. 4.
[43] "O valor das Leis Sociais". *A Plebe*. São Paulo, 17 mar. 1934, n. 58, p. 3.

era proibido a partir das 19 horas, estendido até as 22 horas. ([44]) Segundo a historiadora Marisa Saenz Leme, praticamente deixava de existir proteção ao menor trabalhador, em função das pressões vitoriosas dos industriais. Os dispositivos eliminados do Código de 1926 eram exatamente aqueles rejeitados pelos industriais e que viabilizavam uma condição de trabalho menos exaustiva para o menor. ([45])

Além de várias outras discussões que ficaram à margem, como a regulamentação do trabalho da mulher e Lei de Acidentes de Trabalho, duas outras reivindicações centrais nas greves operárias sofreram repetidas prorrogações para alcançarem seu ingresso nos direitos oficializados: o estabelecimento de um salário mínimo e da jornada de 8 horas.

A fixação de um salário mínimo, reivindicação constante nos memoriais apresentados aos patrões, era apontado pelos libertários como promessa dos primeiros dias da "Revolução" que não fora cumprida. Em São Paulo, o general Waldomiro Lima, interventor que acenou com estudos sobre o assunto, revelou-se um político que desejava apenas angariar o apoio popular, criando falsa expectativa. Este fato foi apresentado pelo jornal *O Trabalhador* em janeiro de 1934 como "eterna tapeação", instigando os operários a organizar-se para sua conquista, deixando de acreditar nos "amigos do povo". ([46])

A jornada de 8 horas, bandeira histórica de luta que impulsionou as manifestações dos trabalhadores, dando origem ao Dia do Trabalho, em 1886 ([47]), e que no Brasil fora uma das principais reivindicações nas greves de 1917, ainda não era efetivada nos anos 30. Durante a Primeira República, obteve sua implantação em algumas categorias mais atuantes, sendo constantemente burlada. Sem formulação legal, sua concretização era resultante, embora de modo descontínuo, das pressões operárias, para orgulho dos sindicatos libertários.

A "Nova República", entretanto, somente em março de 1932 transformou em lei a jornada de 8 horas para os trabalhadores no comércio. ([48]) Para o trabalhador da indústria que, de modo semelhante à regulamentação das férias, enfrentaria maiores resistências dos empresários do ramo, as 8 horas foram fixadas em lei em maio de 1932 ([49]), mas, diante de sua restrita aplicação,

---

[44] *Decreto n. 22.042*, de 3 nov. 1932.
[45] LEME, Marisa Saenz. *op. cit.*, p. 139.
[46] Um trabalhador. "Pelo salário mínimo". *O Trabalhador da Light*. São Paulo, jan. 1934, n. 2, p. 2. Apesar dos estudos realizados no gabinete do ministro Lindolfo Collor e das Comissões de Estudos em 1936 e em 1938, e ainda de estar presente nas Constituições de 1934 e de 1937, este direito só foi regulamentado em 1940.
[47] DOMMANGER, Maurice. *Historia del Primero de Mayo*. Buenos Aires: Editorial Américalee, 1956.
[48] *Decreto n. 21.186*, de 22 mar. 1932, regulamentado pelo *Decreto n. 22.033*, de 29 out. 1932.
[49] *Decreto n. 21.364*, de 4 maio 1932.

criou-se em maio de 1935 uma comissão para nova regulamentação. Durante este intervalo, nos anos de 1933 e 1934, sucessivos decretos foram sendo lançados, concedendo a mesma jornada para as categorias não abrangidas no comércio ou na indústria: barbearias, farmácias, padarias, casas de diversão, casas de penhores, bancos, transportes, frigoríficos, armazéns, telegrafia, hotéis, restaurantes.

A regulamentação da jornada e das condições de trabalho para cada uma destas categorias foi realizada em separado, publicada uma medida a cada mês, sendo acompanhada pela imprensa o processo de discussão, com notícias freqüentes. Esta estratégia maquiavélica que prenunciava o populismo, ao manter o Ministério do Trabalho em evidência, numa profícua concessão de benefícios, era denunciada pelos trabalhadores libertários da Light. A aparência de um compromisso popular era desmascarada quando se cobravam direitos que atingiam privilégios das classes dominantes, tendo como resposta a perseguição aos operários. Apontavam a dubiedade da atitude governista na combinação entre manipulação e repressão:

> "Diariamente, para justificar sua existência, o Ministério do Trabalho apresenta uma nova lei que, depois de publicada, se favorece aos trabalhadores imediatamente é arquivada e, se favorece aos capitalistas, é aplicada com todo rigor. Se por acaso algum operário tiver a ousadia de exigir seja cumprindo qualquer decreto prejudicial aos interesses patronais, encontrará hoje, como ontem, na sua frente, o chanfalho, a pata de cavalo, as ilhas ou as deportações." ([50])

A fixação em lei da duração normal do trabalho diurno em 8 horas e do trabalho noturno em 7 horas, porém, era acompanhada de diversos "casos de derrogação", com pagamento de percentagem adicional. Por acordo entre empregados e empregadores podia-se estender a jornada até 12 horas, aplicáveis em casos de emergência. A percentagem salarial para o trabalho adicional, entretanto, não era estabelecida em lei, com exceção do trabalho no dia de descanso semanal, o qual deveria ser pago em dobro.

Grande parte dos sindicatos desenvolvia campanha pela jornada de 8 horas, a qual era reforçada pelo aspecto legal que o decreto conferia a esta reivindicação. Entretanto, frente à crise econômica que atingia vários setores industriais de 1930 a1933, principalmente a metalurgia, a construção civil e a tecelagem, esta reivindicação dava lugar a concessões com o objetivo de reduzir o número de desempregados. Assim, várias categorias operárias pleiteavam a redução da jornada para 6 horas, com proporcional redução de salários, para permitir o ingresso de maior

---

[50] "Aos trabalhadores e à opinião pública em geral". *O Trabalhador da Light*. São Paulo, jan.1934,n.2, p. 2.

número de empregados na indústria. Manifesto de tecelões, reproduzido em *A Plebe* em setembro de 1933, clamava contra o desemprego e contra as vastas jornadas impingidas aos operários. Enquanto algumas fábricas restringiam o trabalho a 3 ou 4 dias por semana, outras tinham jornadas de 10, 12 e até 14 horas. ([51]) Apesar da União dos Tecelões não adotar as estratégias libertárias, parcelas desta numerosa categoria mantinham-se em contato com a FOSP, obtendo seu apoio à proposta de solidariedade aos desempregados, assim como à denúncia contra as extensas jornadas de trabalho.

Com o esgotamento do prazo para que a jornada de 8 horas entrasse em vigor, em 1933, a FOSP denunciava a indiferença do empresariado que, frente à maleabilidade do decreto, não o levava em conta:

> "Os trabalhadores paulistas estão, naturalmente, boquiabertos, ante a desfaçatez das classes patronais que nem sequer tomam a sério, não lhes causando a menor impressão os decretos e as leis sociais, que, para enganar as classes produtoras, o Ministério do Trabalho assina e faz publicar. A lei de 8 horas, então, foi um formidável 'bluff' pregado ao proletariado brasileiro.
>
> Acabado o prazo para ser posto em execução o decreto que estabelece o horário de 8 horas, os comerciantes e industriais não se dignaram dar confiança às deliberações da Prefeitura, nem ligaram às ameaças do Departamento do Trabalho.
>
> Acostumados, como estão, a comprar os agentes da lei, ainda se ufanam de afirmar que têm muito dinheiro para comprarem todas as leis." ([52])

Os vidreiros, por sua vez, destacando o valor de sua profissão, segundo os princípios anarquistas, pleiteavam jornada especial de 6 horas devido ao maior desgaste físico da profissão, a exemplo da regulamentação existente em outros países. Em jornal específico da categoria, *O Trabalhador Vidreiro*, de junho de 1933, o Diretor do Departamento do Trabalho era criticado pelo desconhecimento das condições específicas deste trabalho, considerando os operários como "extremistas". Porém, a "culpa" pelo insucesso da reivindicação era atribuído à covardia dos próprios vidreiros que não deveriam confiar no Ministério do Trabalho ou nos "politiqueiros". ([53])

Quando pressionados, os empregadores utilizavam-se de quaisquer subterfúgios para não aplicar os dispositivos legais. Assim, era expressa a indignação dos empregados anarquistas em cafés pelo não cumprimento das 8 horas, por meio do deslocamento de sua profissão para a categoria de domésticos que não era contemplada pela nova lei. Este artifício visando a contornar a aplicação das leis era relacionado ao estereótipo do patrão imoral por sua desumanidade e falta

---

[51] "União dos Operários em Fábricas de Tecidos". *A Plebe*. São Paulo, 9 set. 1933, n. 39, p. 3.
[52] "Federação Operária de S. Paulo - Nota oficial". *A Plebe*. São Paulo, 25 fev. 1933, n. 15, p. 4.
[53] "O Vidro". *O Trabalhador Vidreiro*. São Paulo, 17 jun. 1933, nº único, p. 1.

de escrúpulos:

> "O patronato, denunciando as suas concepções reacionárias, vem tecendo na sombra, despendendo ou prometendo grossas quantias a advogados de causas perdidas, manobras no sentido de anular a lei de 8 horas, recorrendo a um processo que, além de ser um atentado aos sentimentos de humanidade, é ainda um insulto aos trabalhadores da indústria hoteleira e aos empregados em cafés.
>
> Pretendem eles obter a desclassificação da classe a fim de colocar os trabalhadores deste ramo em condições de não serem beneficiados pela Lei de 8 horas, classificando "domésticos" os empregados cujos braços exploram em um ramo comercial e industrial." ([54])

A tentativa patronal não obteve sucesso e a União dos Empregados em Cafés desenvolveu campanha para a fiscalização, com questionários enviados aos associados para a localização das casas que não cumpriam a lei, sendo estas denunciadas publicamente. Da mesma forma eram apontados os empregados que se submetiam a jornadas superiores a 8 horas, não exigindo o cumprimento das leis.

Na mesma direção, seguindo a estratégia da ação direta, os padeiros, sob orientação anarco-sindicalista, reescalonaram os períodos de trabalho dos funcionários dos estabelecimentos, implantando a jornada por conta própria:

> "Já são aproximadamente vinte casas onde, contra a vontade dos patrões, que são os mais reacionários, os empregados estabelecem, por conta própria, recusando a intervenção do Ministério do Trabalho, que até agora só tem servido de contrapeso no avanço aos dinheiros públicos, o horário de oito horas. Nalgumas casas, como já noticiamos, tem havido sururu, o patrão pretende pô-los na rua, mas eles, firmes, conscientes de que lançam mão de um direito que lhes cabe, e que, sobretudo, já está transformado em lei, recusam sair, vai a polícia, vai o Ministério, mas eles não ligam, e as 8 horas continuam.
>
> (...) eles já provaram que o público não é absolutamente prejudicado, o trabalho se faz com normalidade, e não há nenhuma razão que justifique o carrancismo dos proprietários de padarias, que se obstinam em não querer conceder as 8 horas, após 3 anos de tempo para regular as disposições dessa lei, que já não vem sem tempo. ([55])

Para os libertários, seria eficaz apenas a pressão direta sobre os patrões pela greve ou pelo convencimento dos mesmos, como ocorreu neste caso exemplar, embora peculiar, cuja ação concreta, sem prejuízo do serviço, não permitia contra-argumentação. Novamente era a contraposição entre **direito e lei** que se colocava. A lei era uma formalidade que iludia o operariado, e, após intermináveis discussões consumindo as energias dos trabalhadores e o

---

[54] "Os Empregados em Cafés e Lei de 8 horas". *A Plebe*. São Paulo, 4 mar. 1933, n. 16, p. 4.
[55] TITTUS. "As 8 horas nas padarias". *A Plebe*. São Paulo, 16 dez. 1933, n. 50, p. 3.

dinheiro público, não trazia nenhum benefício.

A crítica anarquista pautava-se, portanto, pelo princípio geral da inutilidade da lei devido ao fato de sua origem encontrar-se sob o vínculo entre o Estado e o Capital. Desta idéia geral decorriam:

- a frustração dos trabalhadores na melhoria de sua condição de vida;
- o engodo político que desviava as energias operárias para as vias parlamentares;
- o abandono dos sindicatos autônomos e da ação direta.

A insistente denúncia libertária a tais fatos prestava-se à comprovação de suas teses de que o direito do trabalhador deveria ser conquistado e garantido por suas próprias forças, sem a intervenção de partidos políticos ou do Estado. Contrastando a ineficácia da lei com a ação direta para a obtenção de benefícios, destacava a superioridade da estratégia que vinha defendendo desde o passado, reforçando-se desta maneira a forma de organização libertária que, além de mais eficaz seria condição para a autonomia operária.

O recurso às greves, como forma de ação direta, também era mencionado como corroboração dos princípios anarquistas, opondo-se às outras tendências que postulavam as vias parlamentares para a obtenção de direitos trabalhistas. O grande número de greves ocorridas no início da década de 30 seria a demonstração de que suas estratégias de luta não estavam ultrapassadas diante da Legislação "outorgada" pelo Estado.

4. 4. A resistência ao controle sindical

Imediatamente após a "Revolução de 30", vários sindicatos sob orientação libertária guardavam certa expectativa quanto à liberdade de reunião e associação e quanto à concessão de alguns benefícios anunciados. Esta confiança, porém, foi rapidamente frustrada com as atitudes repressivas da "Nova República". Outros sindicatos desconfiavam previamente das promessas eleitorais da Aliança Liberal sendo, por este motivo, criticados, mas confirmaram estas previsões com as protelações na efetivação dos benefícios sociais nos anos seguintes.

Frente à mudança do regime, os anarquistas confrontavam seu caráter político e corrupto com a verdadeira revolução popular almejada, cobrando suas promessas de liberdades democráticas e soluções para os anseios do proletariado:

> "... norteados pelas idéias que consubstanciam a filosofia anarquista, cumpre-nos, em face da atual perturbação econômica, política e social, das agitações e explosões revolucionárias, definir a nossa atitude de militantes de uma corrente social iconoclasta e libertária, de uma grei que, de viseira erguida, defronta os arrestos reacionários, o avanço do capitalismo e da burguesia, os ataques do imperialismo à soberania popular. (...)
>
> O nosso repúdio das atividades políticas não significa que havemos de permanecer indiferentes ao desenrolar dos acontecimentos. (...)
>
> Como revolucionários e libertários, estamos prontos à defesa das poucas e limitadíssimas liberdades que hoje gozamos, as quais constituem patrimônio dos homens que em seu holocausto tombaram nos campos, nas trincheiras, ou morreram nas regiões inóspitas. ([56])

A nova legislação, no interior do discurso libertário foi imediatamente identificada com o rótulo de **fascista**, sistema de atrelamento sindical cujas conseqüências eram acompanhadas na Itália sob o governo de Mussolini. As fases de implantação deste sistema eram acompanhadas com indignação crescente, tendo como principais momentos:

- a Lei de Sindicalização, em março de 1931;
- a Carteira Profissional, em novembro de 1932;
- o atrelamento da Lei de Férias à sindicalização oficial, em janeiro de 1934;

Diante das primeiras medidas da "Nova República", a criação do Ministério do Trabalho

---

[56] CARVALHO, Florentino de. "A nossa atitude em face do momento revolucionário". *O Trabalho*. São Paulo, 1 maio 1931, n. 1, p. 3.

([57]) - a Lei dos Dois Terços ([58]) e a Lei de Sindicalização ([59]) - a reação libertária anunciava-se pela **indiferença**, criticando, entretanto, a intervenção dos órgãos e agentes do Estado que até então nunca tiveram iniciativa tão invasiva. A Lei de Sindicalização, porém, apesar de propor a unicidade para os sindicatos oficializados em cada categoria, não obrigava a filiação, convivendo com os vários sindicatos independentes. ([60])

A referida lei prescrevia medidas restritivas como o impedimento da atuação de estrangeiros na direção sindical, a maioria de 2/3 de brasileiros natos entre os associados, o impedimento de difusão de ideologias políticas etc. ([61]) A União dos Trabalhadores da Light

---

[57] *Decreto n. 19.433*, de 26 nov. 1930. Cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 4 de fevereiro de 1931, foram criados seus vários departamentos, entre eles o Departamento Nacional do Trabalho, que substituía o Conselho Nacional do Trabalho (*Decreto n. 19.667* e *n. 19.671-A*).

[58] *Decreto n. 19.482*, de 12 dez. 1930. Sob a alegação de reduzir o desemprego, limitava a entrada de passageiros de terceira classe. As empresas deveriam contar com, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros, tendo o prazo de 90 dias para enviarem relação nominal de empregados, adaptando-se ao dispositivo legal no decorrer deste período. Novo decreto de 7 de março de 1931 (*Decreto n. 19.740*) equiparava ao brasileiro nato o estrangeiro que tivesse cônjuge brasileiro, filhos brasileiros e que residisse há mais de 10 anos no país. Devido à impossibilidade do cumprimento da lei, com reclamações de empregados e patrões, em 29 de julho de 1931, a equiparação ficou restrita ao tempo de permanência no país, tendo o estrangeiro mais 5 anos para casar-se com brasileira e ter filhos. Também houve isenção para empresas que empregassem estrangeiros na lavoura, pecuária e indústrias extrativas, na medida em que se pretendia estimular estas formas de empreendimento para reduzir o desemprego (*Decreto n. 20.261*).

[59] *Decreto n. 19.770*, de 19 mar. 1931. Regula a Sindicalização das Classes Patronais e Operárias.

[60] MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978 (2ª ed.), p. e ARAUJO, Rosa M. Barbosa de. *O batismo do trabalho - a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 143.

[61] Os artigos que provocavam maiores reações eram:

"Art. 1° - alínea a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos;

b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados;

c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado à maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser adminitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos,20 anos;

f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações.

Art. 2° Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1°, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham aprovados pelo Ministério os seus estatutos. (...)

Art. 5° (...) os sindicatos que forem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão considerados, pela colaboração dos seus representantes ou pelos representantes das suas federações e respectiva Confederação, órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com os seus interesses de classe.

Art. 9° Cindida uma classe e associada em dois ou mais sindicatos, será reconhecido o que reunir dois terços da mesma classe, e, se isto não se verificar, o que reunir maior número de associados.

Art. 12° O operário, o empregado ou patrão, que pertencer a um sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não poderá, sob pena de ser excluído, fazer parte de sindicatos internacionais, como só poderão as organizações de classe federar-se com associações congêneres, fora do território nacional, depois de ouvido o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

criticava o "monstruoso decreto", apontando sua inspiração fascista ao pretender incorporar e controlar à força as organizações operárias, segregando os estrangeiros:

> "Estes politiqueiros compreenderam que os trabalhadores brasileiros já representam uma força, cuja força, arregimentada e controlada pelo Estado, podia representar uma arma e um aliado potente nas mãos dos revolucionários outubristas... Assim os pseudos Sociólogos e Economistas da Nova República estudaram a carta del Lavoro da Itália e o Sindicalismo Fascista. (...) Os politiqueiros da ditadura, com o monstruoso decreto 19.770 criaram a lei de Sindicalização, que além de ser contra o livre pensamento, e de negar a luta de classe, a mesma é fascista e chauvinista, a lei dos 2/3 os estatutos sindicais explicam bem claro, que as diretorias devem ser formadas só por brasileiros etc." ([62])

Para os militantes anarquistas representava o ingresso de novos concorrentes na já acirrada disputa existente com os comunistas pela condução da organização operária. Assim, a Federação Operária de São Paulo, reorganizada no 3° Congresso Operário Estadual, lançou em abril de 1931 suas resoluções, reafirmando os princípios libertários e propondo **estratégias de resistência**.

Estas resoluções enfatizavam a estrita aversão a qualquer intervenção do Estado nas associações operárias ou nos conflitos trabalhistas, que deveriam ser regidos por "**normas do sindicalismo revolucionário**", emanando dos próprios interesses proletários. As novas leis contrariavam ainda o espírito liberal que conduzira a Primeira República e a plataforma da Aliança Liberal, considerando-se, por este motivo, a interferência estatal como uma medida fascista:

> "Considerando que a lei de sindicalização (...) visa a fascistização das organizações operárias (...), o que é contrário às mais rudimentares normas sindicalistas (...), não se inspira nas necessidades intrínsecas do proletariado. (...) A Federação Operária resolve: a) Não tomar conhecimento da lei que regulamenta a vida das associações operárias; b) Promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências, etc., de crítica à lei; c) Fazer, mediante essa campanha de reação proletária, com que a lei de sindicalização seja derrogada." ([63])

Assim, a proposta libertária era a de ignorar a lei mas, ao mesmo tempo, combatê-la até sua extinção, visando minar desde o início a tentativa de interferência institucional no meio sindical. Tais atitudes seriam necessárias para evitar o engodo produzido entre os trabalhadores

---

Art. 15° Terá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto aos sindicatos, às federações e confederações, delegados com a faculdade de assistirem às assembléias gerais e a obrigação de, trimestralmente, examinarem a situação financeira dessas organizações, comunicando ao Ministério, para os devidos fins, quaisquer irregularidades ou infrações do presente decreto.

[62] ROUXINOL. "As Leis Sociais". *O Trabalhador da Light*. São Paulo, jan. 1934, n. 2, p. 4.

[63] "Federação Operária de São Paulo - Nota oficial". *A Plebe*. São Paulo, 26 nov. 1932, n. 2, p. 4.

que, esperançosos pelo desfrute dos benefícios sociais, poderiam participar da "farsa oficial". Os agentes ministeriais também criavam uma "nova casta de parasitas", sustentada pelos trabalhadores, burocratizando e retraindo a energia das lutas operárias:

> "A República Getulista, cheia de 'Amigos dos trabalhadores' (...), promoveu a criação de uma burocracia permanente com a missão de convencer a classe trabalhadora de que deve limitar suas aspirações, a nivelar o mais possível o salário com o custo de vida moderno, deixando ao Estado como árbitro, em este caso, a defesa do salário, regulamentação das horas de trabalho e demais medidas tendentes a estabelecer relações harmônicas entre o capital e o trabalho. Esta nova casta de parasitas se está introduzindo em todas as organizações e particularmente nas mais numerosas, onde conta com o auxílio direto de tartufos." ([64])

Deste modo, apesar da sindicalização oficial não ser obrigatória, ela ameaçava os sindicatos independentes. Mas, como vimos no capítulo II, adesão significativa só ocorreria a partir de 1933. Tal fato deveu-se ao atrelamento que se iniciou no final de 1932, com a concessão de benefícios restrita aos sindicatos oficializados. Assim, decreto de 25 de novembro de 1932 que criava as Juntas de Conciliação e Julgamento, para realizar as negociações entre trabalhadores e empregadores nos conflitos de interesses, só aceitaria reclamações a respeito da Lei de Férias ou demais direitos provenientes de operários sindicalizados. ([65])

No mesmo ano foi instituída a Carteira Profissional, a qual, com fotos, ficha datiloscópica e descrição de características físicas, assemelhava-se a uma ficha policial, suprimindo outras instituídas anteriormente em Estados e Municípios ou empresas privadas. Incluía todos os assalariados com mais de 16 anos, inclusive estrangeiros, registrando o sindicato correspondente. ([66])

No ano seguinte, eram denunciadas ameaças aos sindicatos não enquadrados, ao mesmo tempo que se procurava seduzi-los com manifestações oficiais pomposas e com a cessão do Palácio das Indústrias para suas assembléias. Acenava-se também com promessas de benefícios e de proteção policial.

A coerção tornou-se explícita quando a Lei de Férias, cuja efetivação havia sido suspensa por repetidos decretos, finalmente tomou corpo, sendo concedida apenas aos operários sindicalizados e com carteiras profissionais.

A resposta anarquista a estas estratégias coercitivas utilizava-se de qualificações

---

[64] Lumeras. "A Função Única do Sindicato". *O Trabalhador Vidreiro*, São Paulo, 14 nov.1931, n.1, p. 2.
[65] *Decreto n. 22.132*, de 25 de novembro de 1932.
[66] *Decreto n. 21.175*, de 21 mar. 1932, alterado pelo *Decreto n. 22.035*, de 29 out. 1932.

agressivas correspondentes à **violência** que tais medidas representavam ao atingir o princípio da **autonomia sindical**, tão caro à afirmação libertária. A sindicalização compulsória era contestada por vários sindicatos, sendo considerada uma "monstruosidade", uma "fascística lei que criava entidades anti-proletárias", "embuste", "mistificação", "maquiavelismo":

> "Sindicalização promovida pelo Estado, compulsoriamente, seria o mesmo que dar alguém armas a quem o quer matar. (...)
> Só se explica isso , considerando essa tal sindicalização mais uma das muitíssimas burlas com que os espertíssimos argentários procuram, e desgraçadamente conseguem, mistificar o proletariado insurreto." ([67])

Ao mesmo tempo em que o caráter "fascista" da sindicalização era criticado, pela intenção governamental de atrelamento ao Estado e amortecimento do órgão de luta, eram denunciados o uso da força e o artificialismo na adesão de sindicatos criados pelo Ministério do Trabalho, sem respaldo dos associados, quando estes não se deixavam iludir pelos róseos apelos da nova condição. A "farsa dos sindicatos de papel" era denunciada entre os tecelões e sapateiros, entre outros. O Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus contrapunha, ao pseudo-sindicato oficial, o **reconhecimento dos operários conscientes**, tendo este valor superior e mais proveitoso aos sócios devido às conquistas oferecidas:

> "Um grupo de inconscientes fundou em Vila Prudente um sindicato amarelo de chapeleiros, tendo à frente dois indivíduos intrusos na classe: um ferroviário e um mestre-escola do arrabalde. (...)
> O fundamento invocado pelos intrujões é que o nosso Sindicato não está reconhecido nem legalizado. Esquecem esses senhores, entretanto, que o S. O. F. C. está devidamente reconhecido pelos chapeleiros conscientes. (...)
> O tal sindicato amarelo não conta com mais de 30 indivíduos (...) vão para dentro das fábricas por um mesquinho salário com o intuito premeditado de desmoralizar a indústria do maior centro industrial da América do Sul." ([68])

No Rio Grande do Norte, era denunciado fiscal do Ministério do Trabalho que perseguia os trabalhadores, recebendo propinas dos patrões. O fiscal, apelidado de "Sr. Vulcão", utilizava-se da força para obter a sindicalização oficial, substituindo a direção de um sindicato por um tenente:

> "... o sr. 'Vulcão', fiscal da 5ª Inspetoria Regional do Ministério dos Trabalhos, neste Estado, está cometendo toda sorte de violências e arbitrariedades contra os direitos

---

[67] OITICICA, José. "Carta aberta aos fundadores do Partido Socialista Brasileiro". *A Plebe*. São Paulo, 24 dez. 1932, n. 5, p. 1.

[68] Um trabalhador consciente. "Aos Chapeleiros em geral". *O Trabalhador*, São Paulo, mar.-abr. 1932, n. 4-5, p. 3

> dos operários, isto mais ainda porque as agremiações proletárias neste Estado negaram-se terminantemente a fazer o seu reconhecimento no Ministério dos Trabalhos do sr. Salgado Filho.
>
> Calculem os nossos companheiros do Sul que nesta terra não se pode dizer nada porque o sr. 'Vulcão' chama a polícia e prende o operário que reclamar os seus direitos, como fez com a União dos Operários Estivadores, botando como presidente um tal Tte. Caldeira, depois do mesmo 'Vulcão' ter criado a discórdia entre os operários daquela sociedade." ([69])

A concretização dos sindicatos oficiais também era denunciada em sua ineficácia na obtenção de benefícios, provocando a frustração e a revolta do operariado que apelava para a ação direta, percebendo o engodo do instrumento oficial. A burocratização dos processos reivindicativos, o adiamento da fiscalização e a não penalização dos patrões que não cumpriam as leis eram apontados em várias partes do país. Muitos operários retomavam a prática das greves no interior de sindicatos oficiais, por vezes espontaneamente e, outras vezes, estimulados por trabalhadores comunistas, cujo partido deliberara, desde 1933, a atuação nestes sindicatos em lugar da criação de novas associações.

Um caso extremo ocorreu com a Federação Operária do Rio Grande do Sul que havia se oficializado desde 1933 junto aos vários sindicatos que aglutinava. Cansada de aguardar a solução ministerial para suas reivindicações, devolveu em bloco as cartas de reconhecimento em dezembro de 1933. ([70])

Porém, em São Paulo, era motivo de orgulho a resistência anarquista à sindicalização que contestava diretamente o ministro do Trabalho em visita aos sindicatos para tentar convencer o operariado. Em reunião ocorrida em maio de 1931, veio o ministro Lindolfo Collor que, em conturbada palestra na União dos Operários em Fábricas de Tecidos, foi aparteado, provocando-se várias prisões de operários. A União dos Trabalhadores da Light afirmava o sucesso da manutenção da tradição libertária do operariado paulista até 1934:

> "Em São Paulo, o proletariado prefere fechar as portas dos sindicatos, antes que aceitar o monstrengo 19770. (...)
>
> O operariado de São Paulo, conseqüente com seu organismo federativo, e com suas tradições, jamais se submeterá ao imperativo de leis que lhes cortem sua liberdade ou estejam em choque com o Sindicalismo Revolucionário.
>
> Em confirmação do que deixamos dito, até hoje ninguém em boa fé poderá afirmar haja qualquer organização operária aceito a carta de sindicalização. Existe na verdade um

---

[69] BRAZIL, J. "Fiscal politiqueiro". *A Plebe*, São Paulo, 18 nov. 1933, n. 47, p. 3.

[70] "No Rio Grande do Sul". *A Plebe*, São Paulo, 30 dez. 1933, n. 52, p. 3. e FORTES, Alexandre. *"Buscando os nossos direitos...": trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, nov. 1994, p. 90-93.

> certo número de "Sindicatos" que a solicitaram por intermédio de um tal Mario Rota, porém estes sindicatos são todos apócrifos, não existindo mais que nominalmente, sendo os seus quadros meramente imaginários, como imaginárias são as assembléias e as atas que levantam.. As organizações operárias de São Paulo, exceção de algumas que, por diferentes táticas e princípios estão à margem, a maioria se congrega na Federação Operária de São Paulo." ([71])

A adesão aos sindicatos oficiais era considerada atitude ingênua de trabalhadores que se deixavam conduzir pelas maquiavélicas e tentadoras estratégias governamentais. Porém, a adesão dos socialistas, comunistas e, por fim, dos trotskistas, era avaliada como traição e oportunismo na medida em que estas tendências inicialmente também se opuseram à oficialização, percebendo os malefícios que produziria no proletariado.

Assim, os trotskistas foram duramente criticados quando resolveram oficializar a União dos Trabalhadores Gráficos para que seus associados pudessem gozar as férias concedidas apenas a sindicatos reconhecidos:

> "o representante gráfico fez peremptória declaração de que a União dos Trabalhadores Gráficos irá até a sindicalização oficial, para não perderem eles, os orientadores, o controle das 'massas'... gráficas.
>
> Quer dizer: políticos como são, raposas como todos os outros políticos, não têm nenhum escrúpulo em submeter os trabalhadores da enorme corporação, cujo passado na história do proletariado é cheio de lances magníficos de luta, ao jugo do Ministério do Trabalho e, conseqüentemente, aos interesses do patronato. ([72])

Contra as Carteiras Profissionais, os indignados protestos utilizavam vocabulário carregado, designando-a como o "estigma da escravatura moderna", a "marca policial de delinqüentes", o "ferrete ignominioso", a "degradante criação mussoliniana". ([73]) Conjugada com o sindicato oficial, a Carteira Profissional representava a implantação de um sistema de controle sobre o meio operário, visando a contenção dos conflitos trabalhistas que seriam canalizados nas Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento. ([74]) Porém, o controle extrapolava este nível, atingindo o plano organizacional das liberdades de associação e da cidadania prometida, com a participação parlamentar, na concepção liberal. Na perspectiva anarquista, o sindicato era uma escola de aprendizado e de preparação para a sociedade futura que ficaria inviabilizada pelo projeto corporativo que tomava conta da associação de classe.

---

[71] "Aos trabalhadores e à opinião pública em geral". *O Trabalhador da Light*. São Paulo,jan.1934,n.2, p.2.
[72] "Recuos e 'táticas' do bolchevismo". *A Plebe*. São Paulo, 3 mar. 1934, n. 57, p. 4.
[73] "A Caderneta Profissional". *O Trabalhador Vidreiro*. São Paulo, 17 jun. 1933, n. único, p. 4.
[74] *Decreto n. 21.396*, de 12 maio 1932.

A Federação Operária de São Paulo promove reuniões e comícios, lançando manifesto, considerando a caderneta:

> "... marca de fábrica, coleira de animal ou o que melhor convenha a esse estafermo, lembrança peregrina, parto laborioso dum cérebro desequilibrado em busca de peias e limites e etiquetas e embaraços ao livre movimento e ao livre trânsito dos trabalhadores.
> (...) Sim, é uma grilheta no peito, no rosto e no coração do trabalhador honrado, esse desejo estúpido de querê-lo matriculado, arrolado, numerado, retratado, catalogado, como se ele fosse um elemento pernicioso à sociedade, como se fosse um gafado ou um delinqüente. Ao trabalhador, ao operário, bastam-lhe os braços robustos para, com o suor da sua fronte, ganhar o pouco pão que come e com que se alimenta. Para ser útil, para arruinar a saúde na lida constante, num trabalho rude, ímprobo, ininterrupto, não precisa de comprar licença como se compra licença para os cachorros não serem apanhados e carregados na carrocinha." ([75])

Também a União dos Artífices em Calçados revolta-se contra as carteiras, apontando suas conseqüências quanto ao controle do trabalhador não só pelo Estado, mas também pelos empresários:

> "é a vara maravilhosa pela qual o patronato ficará dono absoluto de nossa vida, podendo dispor à mercê dos seus caprichos e bastará um simples rabisco para reduzir-nos a 'indesejáveis' em todas as fábricas e oficinas, pois o malfadado instrumento é preciso exibi-lo no ato de pedir o emprego. ([76])

Os sindicatos anarquistas se viam cada vez mais cercados pelas leis que impediam a sobrevivência de suas formas de organização e pelos trabalhadores que passavam para o campo do "inimigo". O espaço vital de sua atuação nos sindicatos livres era invadido pela concorrência com sindicatos que contavam com a estrutura do Estado, sendo coagidos também individualmente como assalariados que não podiam desfrutar de benefícios antes obtidos na negociação direta.

O relativo sucesso da sindicalização oficial só teria sido alcançado, inicialmente, pela adesão de trabalhadores que já teriam afinidades com a máquina governamental - os chamados "amarelos" - principalmente no Rio de Janeiro. Seguiu-se, após 1933, a estratégia de atuação dos comunistas que, ao não conseguir fundar novos sindicatos em São Paulo, sob sua orientação, nem transformar os sindicatos anarquistas, dirigem suas energias para a criação de minorias nos sindicatos oficiais. Por fim, foram os trotskistas que optaram por esta estratégia para a obtenção das férias, nos sindicatos em que atuavam. Para tanto, aliaram-se aos socialistas que desde o início

---

[75] A Comissão Executiva. "Federação Operária de S. Paulo. Contra a carteira profissional". *A Plebe*. São Paulo, 15 abr. 1933, n. 20, p. 4.
[76] *Idem.*

da sindicalização já a haviam apoiado, em coerência com os deputados que ocupavam cargos de assessoria no Ministério do Trabalho, entre outros, Evaristo de Moraes, Agripino Nazareth e Joaquim Pimenta.

Esta adesão dos antigos opositores da sindicalização teria sido fundamental para a efetivação do enquadramento sindical em São Paulo, segundo Ângela Araújo, embora não significasse necessariamente submissão à orientação política do governo. ([77])

Ficaram as associações anarquistas isoladas nos sindicatos de sua Federação, defendendo a autonomia que era afirmada radicalmente sob seus princípios, preferindo fechar suas portas a participar da farsa imposta aos trabalhadores:

> "Não tememos a reação porque a Federação Operária de S. Paulo, mesmo sendo obrigada a cerrar as suas portas, vive na consciência dos trabalhadores organizados!" ([78])

Os anarquistas viam os direitos obtidos e garantidos a duras custas pelos sindicatos atuantes de um passado entremeado por vitórias exemplares e perseguições implacáveis, que compunham as histórias particulares das associações profissionais, sendo engolfados por seus opositores sindicais e pelo Estado. Isolados em grupos cada vez mais restritos, restava a lembrança que permanecia na consciência dos trabalhadores de um passado que, apesar de estar envolvido em mitos, tinha como valor central a dignidade e a independência do trabalhador.

---

[77] ARAÚJO, Ângela M.Carneiro. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas, Tese (Doutorado em Ciência Política) IFCH, Unicamp, 1994, p. 292-293.

[78] "Federação Operária de S. Paulo - Nota oficial". *A Plebe*. São Paulo, 25 fev. 1933, n. 15, p. 4.

CAPÍTULO V

AS GREVES ENQUANTO ESTRATÉGIA ANARQUISTA

> *"denunciamos as infâmias, os vexames que diariamente vão destilando na alma dos trabalhadores a indignação, a revolta que há de explodir um dia em atos de uma violência terrivelmente justiceira, a que os trabalhadores serão levados fatalmente."* [1]

A greve tinha um papel de destaque nos discursos dos sindicalistas que adotavam a concepção libertária. Com relação tanto ao passado, como ao momento em que eram vivenciadas, as greves eram apontadas como um **sinal** de vigor, de mobilização e de efetiva organização operária.

As "greves memoráveis" eram orgulhosamente relembradas como atitudes exemplares de uma categoria de trabalhadores ou do conjunto da classe. Atribuía-se uma valorização exacerbada a este acontecimento que se transformava, por vezes, em marco divisor da história do anarquismo no Brasil, como ocorreu com a greve de 1917.

A greve, enquanto ato de protesto, era comparada à entrada em cena, numa manifestação pública, do operário consciente que "rompia os grilhões da opressão" para reivindicar seus direitos. Esta atitude, porém, revestia-se de denso **caráter simbólico**, irredutível à simples contabilidade dos ganhos e perdas dos trabalhadores. Apontada como instrumento para a transformação revolucionária, a greve era vista como uma "semente da sociedade futura", expressão de rebeldia do oprimido que carregava a potencialidade para a quebra radical das estruturas da sociedade. A violência era, nesta circunstância, um fator subjacente que, como ameaça, permeava todo conflito, mas era contornada, procurando-se concentrá-la no momento da

---

[1] "Nas fábricas, nas oficinas, nos campos e nas associações". *Ação Direta*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1929, n. 3, p. 4.

destruição revolucionária.

Na a grande imprensa a greve também era noticiada como um fato excepcional de ruptura com a normalidade. O referencial para esta, porém, era a ordem que estava sendo ameaçada, com o deslocamento dos trabalhadores de seus afazeres cotidianos para as ruas ou para a porta da fábrica.

De forma semelhante à legislação, a grande imprensa, embora não pudesse negar a existência do conflito entre operários e patrões, procurava cercar a eclosão das greves com o apelo aos aparatos policiais, para evitar o risco da explosão violenta. O enquadramento da greve nos parâmetros da legalidade ou sua redução a uma breve manifestação de protesto parecia constituir-se no objetivo do Estado e da grande imprensa sob a ótica liberal. Porém, na medida em que esta aspiração não se concretizava, alimentava-se o imaginário, configurando as reivindicações operárias como ameaças, visto que conduziam à alteração da ordem. Poderia até haver uma "normalidade da greve", mas suas manifestações estariam constantemente extrapolando os limites da ordem.

Este excesso surgia no imaginário como um espectro que seria o terror destrutivo para os conservadores e a esperança revolucionária para os anarquistas. O vermelho e o negro da revolução acompanhavam as manifestações operárias em suas bandeiras, revelando-se nas greves como símbolo da força que esta classe tinha nas mãos, podendo vir a bloquear a produção e a colocar em xeque a autoridade estatal.

5. 1. A PARTICIPAÇÃO LIBERTÁRIA NAS GREVES

A greve não se constituía no único meio de resistência do trabalhador frente à intervenção do Estado nas relações de trabalho, mas era, segundo a perspectiva anarquista, a forma mais eficaz e visível para a demonstração desta resistência. Surgia como uma das formas de expressão da **ação direta** a que recorria o operário com intensidade crescente durante a implantação da Legislação Trabalhista. Com base na crescente eclosão de greves, confirmavam-se as teses libertárias da inutilidade das leis e da necessidade da autonomia sindical para a resolução dos conflitos entre empregados e patrões.

No intervalo entre os anos de 1927 e 1937, localizamos grande intensidade de manifestações grevistas, com oscilações na sua freqüência que podem ser correlacionadas com os níveis de desenvolvimento econômico, da repressão policial e de organização sindical, como tem sido feito nas análises historiográficas e sociológicas. Pretendemos enfatizar o terceiro tipo de correlação, com especial atenção à organização anarco-sindicalista, sem no entanto desprezar os demais aspectos que também se constituem como fatores circunstanciais na organização sindical.

A elaboração de alguns gráficos, quadros esquemáticos e estatísticas possibilitam a organização dos dados coletados para viabilizar uma reflexão sobre o conjunto das greves. Os dados estatísticos oferecem apenas tendências que necessitam ser explicadas, conforme aponta E. P. Thompson, devendo-se buscar o significado das manifestações operárias por meio da aproximação com a experiência vivida. ([2]) Segundo este autor, as revoltas populares não ocorrem mecanicamente, como reação aos movimentos de crise econômica, mas são mediadas pela avaliação de um padrão de vida desejável dos trabalhadores que também constituem sua identidade e sua consciência enquanto classe em torno de seus padrões culturais. ([3])

Michèlle Perrot, em estudo sobre as greves operárias na França, também propõe diretrizes que permitem sua correlação com o imaginário operário enquanto decisão humana permeada pelos valores e formas de organização dos trabalhadores. Fornece elementos que nos permitem situar a simbologia da greve em seu contexto econômico e político. ([4])

Localizamos, em primeiro lugar, o conjunto de greves no período abrangido (**Gráfico 1**), notando-se não apenas a continuidade após a Revolução de 30 mas, ainda, o seu incremento

---

[2] THOMPSON,E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.37, v. II.
[3] *Idem*, p. 34, vol. II.
[4] PERROT, Michèlle. *Les ouvrieres en grève: France 1871-1890*. Paris: Mouton, 1974, Tomo I e II.

entremeado por períodos de retração. ([5]) As fases de menor intensidade situam-se, de modo geral, no contexto do tratamento repressivo dispensado ao operariado após a Lei Celerada em agosto de 1927, da Revolução Constitucionalista em 1932 e do Levante Comunista em 1935. Os picos grevistas também genericamente podem ser atribuídos aos períodos de maior liberdade de manifestação e organização operária, como ocorreu no primeiro semestre de 1927, com o fim do estado de sítio, em novembro de 1930, após a tomada do poder pela Aliança Liberal até a fase anterior à revolta paulista, sendo retomado em julho de 1934, depois da promulgação da nova Constituição e no decorrer do ano de 1935.

Por outro lado, também eram fatores condicionantes a conjuntura econômica, tendo a crise mais profunda do período ocorrido em 1929, prolongado seus efeitos até o ano de 1932, com taxas negativas de produção industrial a qual somente foi retomada no ano seguinte. ([6]) O custo de vida e o valor dos salários foram reduzidos neste período, havendo descontos nominais nos últimos, além da demolidora pressão do desemprego sobre o operariado. A recuperação econômica a partir de 1933 foi acompanhada pela elevação do custo de vida e dos salários.

Notamos, porém, que a crise de 1929, apesar do drástico empobrecimento gerado, não se traduziu imediatamente pela intensa mobilização operária, tendo como condicionante o contexto político repressivo e convulsionado que precedeu a Revolução de 30. Após o início do novo governo, as greves multiplicaram-se devido às promessas de melhoria da condição dos trabalhadores. O contexto de crise e ameaça de ampliação do desemprego tinham como contrapartida a atmosfera política liberalizante, ocorrendo a reorganização operária sob impulso de comitês anarquistas, principalmente em São Paulo.

A seguir, no ano de 1933, quando o desemprego foi reduzido e o custo de vida elevou-se, apresentou-se sensível redução das manifestações grevistas. As organizações sindicais mantinham-se em atividade, mas com transformações internas por causa das pressões para sua oficialização, com leis que vinculavam os benefícios sociais ao atrelamento estatal. Os sindicatos e a imprensa libertária encontravam-se em permanente atividade, sofrendo a competição com as demais correntes sindicais.

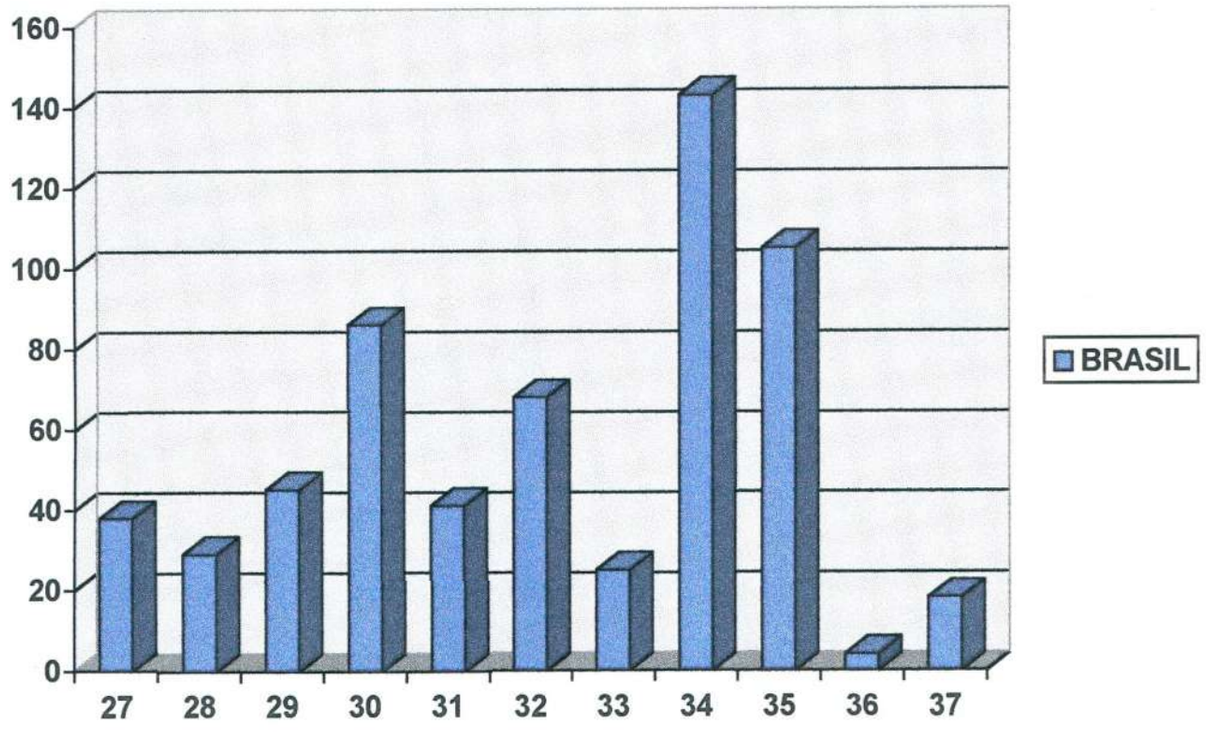
---

[5] Vários aspectos que poderiam ser quantificados e analisados ficam prejudicados devido à fragmentação dos dados colhidos dos jornais do período, principalmente *O Estado de S. Paulo* e *A Plebe*, sendo complementados com as referências da bibliografia.

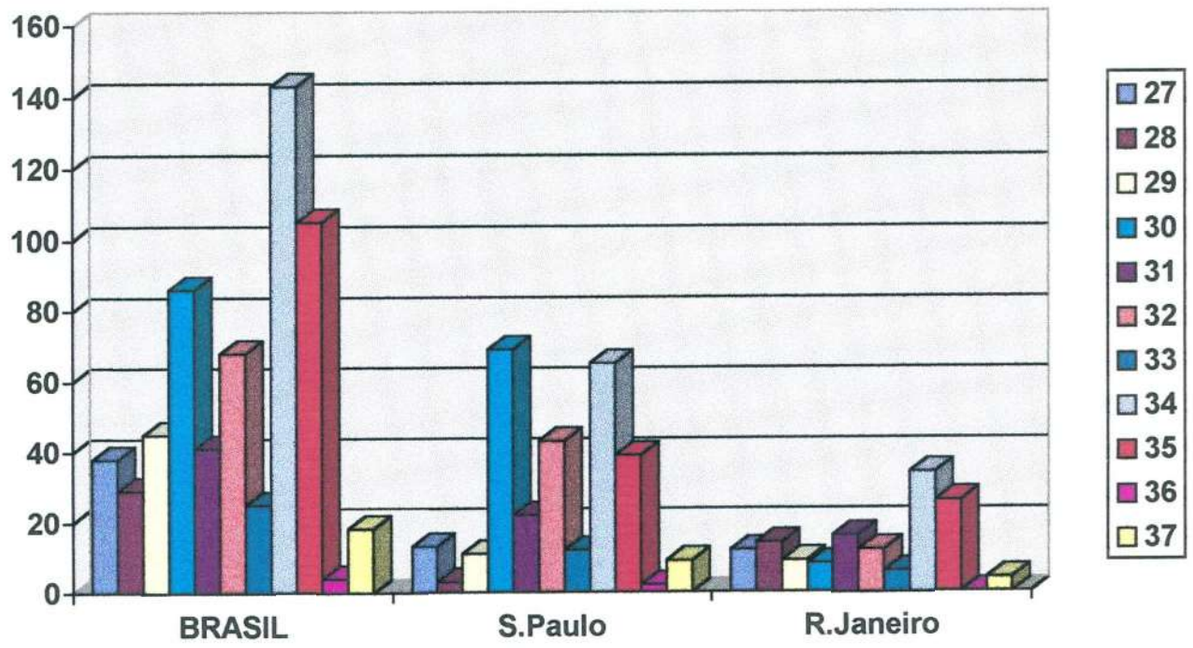
[6] Conforme Pedro Cezar Fonseca, em 1930 teria havido a redução de cerca de 20% no número de indústrias e de operários no Estado de São Paulo, em decorrência da crise econômica.. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 203.

GRÁFICO 1

GRÁFICO DE GREVES - BRASIL: 1927 - 1937
(greves gerais consideradas por cada empresa, categoria ou cidade)



GREVES POR LOCALIDADES: Brasil / São Paulo / Rio de Janeiro



Os anos de 1934 e 1935 teriam, como fatores possibilitadores das greves o crescimento industrial e a maior liberdade política que cercou o período anterior e posterior à elaboração da Constituição de 1934, com a promulgação de artigos pautados por princípios de liberdade sindical. No ano seguinte a luta contra o fascismo aglutinava os trabalhadores, apesar da contenção estabelecida pela Lei de Segurança Nacional. Após a tentativa de insurreição comunista no final de 1935, o rígido controle policial só possibilitava a eclosão de greves esporádicas e de pequenas dimensões.

Categorias profissionais

Correspondendo à predominância das tecelagens no setor fabril do país, cerca de 28 % das greves ocorreram entre os tecelões. ([7]) Os anarquistas apoiavam e estimulavam as greves desta categoria, apesar de o sindicato dos tecelões encontrar-se sob liderança de um ex-anarquista. As tentativas de penetração no sindicato eram insistentes por parte dos anarquistas e dos comunistas.

Na área dos transportes, também eram significativas as correspondências entre expansão do setor e as greves, encontrando-se entre as categorias que mais se manifestavam ferroviários, marítimos, estivadores, motoristas de praça e motorneiros. Nestas duas últimas categorias, as greves em São Paulo eram impulsionadas pelos sindicatos libertários. Já nos serviços públicos de comunicação, como correios e telégrafos, o controle estatal obtinha maior sucesso, embora, no momento de eclosão de greves, estas fossem amplas e conflituosas, sendo realizadas à margem do sindicato.

Em algumas categorias com forte influência libertária, eram freqüentes as greves como entre padeiros, metalúrgicos, empregados em hotéis e restaurantes, sapateiros, operários da construção civil, canteiros e vidreiros. Estes setores, de modo semelhante aos tecelões, concentravam-se nos centros urbanos onde existiam algumas grandes fábricas, tendo, porém, a maioria dimensões médias ou pequenas.

Reivindicações

O principal móbil para a organização das greves era a reivindicação de aumento salarial, como tem sido característico nas paralisações operárias desde o fim do século passado, conforme afirmação de Azis Simão. ([8]) Esta aspiração de melhoria econômica carregava o estigma do

---

[7] A indústria têxtil do Estado de São Paulo representava, segundo A. Simão, 47% das fábricas, reduzindo-se paulatinamente a 36%, em 1937. SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado.* São Paulo: Ática, 1981, p. 44.

[8] *Idem*, p. 108.

imediatismo, entre a "vanguarda operária", pois restringiria a expansão dos horizontes operários na direção de outras exigências que poderiam proporcionar benefícios mais amplos. Era o caso da redução da jornada de trabalho que permitia ao trabalhador tempo livre para o lazer e para o estudo. O imediatismo da melhoria salarial era questionado pelos anarquistas devido à ausência de dimensão revolucionária, e pelos comunistas também devido à falta de conteúdo político. Assim, cerca de 70% das reivindicações tinham entre seus assuntos principais a elevação dos salários.

Pode-se distinguir o teor destas reivindicações pelo aspecto defensivo ou ofensivo. O caráter defensivo, conforme tem sido definido pela bibliografia, inscreve-se na mobilização que visa a manter os direitos adquiridos, ameaçados nos períodos de crise econômica ou de desorganização dos trabalhadores. Suas principais expressões eram a luta pela abolição da redução de salários e contra o atraso de pagamentos. Essas reivindicações intensificaram-se no ano de 1930, após a vitória da Aliança Liberal. Surgiram extensas greves que pleiteavam a reposição dos descontos que variavam de 5 a 50% no valor dos salários. O atraso de pagamento provocava greves esporádicas desde o final da década de 20, diminuindo sua intensidade após 1933, quando se iniciava recuperação econômica.

Outros subterfúgios dos empresários para a redução do custo da mão de obra revelavam-se nas resistências dos trabalhadores que protestavam contra descontos de salários nas férias, na produtividade, a suspensão de vales ou o pagamento em espécie. Também a contratação de mulheres e crianças com salários mais baixos gerava o slogan: "para igual trabalho, igual salário", princípio libertário encontrado nos memoriais dos grevistas, principalmente em 1932, como forma de resguardar o nível salarial.

Por outro lado, apresentava-se com maior intensidade, a partir de 1931, a exigência de salários mínimos. Tabelas de salários progressivos, segundo as funções exercidas, diferenciavam-se das tabelas uniformizadas que eram estudadas desde a gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho. Reivindicavam-se pisos salariais. Muitas vezes, porém, estes aumentos visavam apenas a reposição das perdas advindas do encarecimento do custo de vida, tornando-se relativo o caráter ofensivo ou defensivo das greves.

O histórico anseio pela jornada de 8 horas reiterava-se no decorrer da discussão sobre sua regulamentação a partir de 1932. Diante da ausência de fiscalização, a implantação deste direito tomava caráter ofensivo, enquanto que a luta contra tentativas de ampliação da jornada pelos patrões teria conotação defensiva.

O cumprimento das leis sociais constituiu-se em motivação para novas greves, principalmente nos anos de 1932 e 1934, quando se avolumaram os decretos. A lei que motivava maiores mobilizações era a Lei de Férias, existindo continuidade desde 1928 até 1935 na reivindicação deste direito, com muitas greves que a colocavam como reivindicação central, enquanto igual número a incluía entre outros itens.

Outras leis trabalhistas que provocavam paralisações eram criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões ou sua reforma, questionando-se o aumento dos descontos nos salários ou a mudança de sua direção, entregue aos patrões. O Código dos Menores e a Lei de Acidentes de Trabalho também apareciam entre os direitos pleiteados. O repúdio à regulamentação governamental aparecia na oposição à Lei de Sindicalização, às Carteiras Profissionais e à imposição de convenções coletivas de trabalho, também ocasionando paralisações operárias em campanhas promovidas principalmente por iniciativa dos anarquistas.

O reconhecimento do sindicato pelo empresariado ainda aparecia nas pautas de reivindicações, mesmo no caso das associações oficiais. Já sindicatos anarquistas e independentes pleiteavam o reconhecimento do delegado ou das comissões dos operários.

Outro conjunto de reivindicações devia-se às relações disciplinares que se desenvolviam no interior da fábrica, provocando demissão, suspensão ou multa contra membros do sindicato ou grevistas. A opressão atribuída a funcionários da chefia também gerava protestos, devido às perseguições contra operários ou maus tratos, especialmente de tecelãs. Estas reivindicações representavam a considerável proporção de 4,5% entre as principais reclamações das greves.

Com caráter mais amplo, protestava-se contra leis de expulsão dos estrangeiros, Lei Celerada de 1927 e Lei de Segurança Nacional, em 1935. Estas motivações consideradas "políticas" têm sido valorizadas por alguns autores que identificam nelas um salto qualitativo no nível da consciência operária. ([9]) Estas não recebiam tal destaque dos anarquistas pois, para estes, o salto de consciência das melhorias imediatas em vista da transformação revolucionária dava-se na destruição do Estado, do capitalismo e da Igreja. Era antes a atitude rebelde de reconhecimento do inimigo opressor, tanto no patrão como no político ou no padre, demonstrativo da consciência do trabalhador do que a canalização das insatisfações para o centro do poder estatal.

---

[9] ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930/45*. São Paulo, Tese (Doutorado), FFLCH, USP, 1979 e ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil - da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1988.

5. 2. A GRANDE IMPRENSA: UM CONTRAPONTO AO DISCURSO LIBERTÁRIO

a. A desordem grevista

A veiculação das informações a respeito das ações grevistas passa pelo filtro dos meios de comunicação, dentre os quais a imprensa que é o nosso principal registro. Este veículo de comunicação representava um papel específico como agente participante dos fatos, no caso das greves, sendo que os recortes construídos a respeito das mesmas revertiam como estímulo ou freio para sua expansão. Os relatos sobre greves no jornal *O Estado de S. Paulo* produzem ambigüidades quanto ao papel genérico atribuído à grande imprensa como freio às manifestações grevistas por causa da postura liberal que se foi conformando diante das atitudes interventoras e repressoras do Estado na sociedade. ([10])

Nos artigos e notas informativas surgem recortes e destaques dos fatos presenciados pelo jornalista, sendo que, no interior de seus relatos, muitas vezes também são introduzidas opiniões pessoais ou posições do grupo editor. A escolha das palavras revela ainda conotações positivas ou negativas da informação a ser veiculada.

A greve transformada em notícia jornalística era um dos principais momentos em que o trabalhador vinha coletivamente a público, como personagem principal de uma ação que atingia a comunidade. As condições de trabalho eram expostas através das reivindicações pleiteadas e das denúncias contra a opressão sofrida.

O cotidiano do trabalho, quando superava limites aceitáveis de sujeição e empobrecimento, tornava-se notícia ao configurar-se o **conflito** entre empregados e patrões. O fenômeno, entretanto, só adquiria o estatuto de notícia no momento em que ocorria a cessação do trabalho, o que **significava ameaça de perturbação da ordem** e **prejuízos** à população ou à produção.

---

[10] Os relatos a respeito das greves no jornal *O Estado de S. Paulo* foram analisados de modo bastante amplo por Bárbara Weinstein, que aborda as greves de 1906 a 1917. Esta análise mostra as posições diferenciadas que o jornal assumia segundo os interesses atingidos no momento. WEINSTEIN, B.. "Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em 'O Estado de S. Paulo':1902/1907". Apêndice de CAPELATO,M.H.. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

Violência e força eram elementos que participavam da prática e do imaginário vinculados à ação grevista, em constante contradição com o discurso governista que pretendia institucionalizar as relações trabalhistas através das negociações ministeriais.

De modo estereotipado, a caracterização das greves tinha a ordem ou a desordem como referência. Quando a greve não se resolvia rapidamente, no meio do operariado legítimo procurava-se identificar os agitadores incorrigíveis, os elementos perigosos à ordem social. As reivindicações justas passavam a ser exigências descabidas, muitas vezes, com interesses ocultos que prenunciavam um complô. Devidamente sobrepostos os estigmas de inimigos da ordem aos agentes da greve, esta perdia legitimidade, tornando-se atividade com fins escusos.

Poucas greves relatadas em *OESP* mereciam manchetes, com comentários e análises, sendo a maioria apresentada em notas relativas aos assuntos locais. Na maioria das notícias não era apontada corrente política a que se filiavam os sindicatos envolvidos e, muitas vezes, os dados ficavam circunscritos à categoria em greve, ao local e às informações sobre a atitude das autoridades, sem informações sobre as reivindicações e sindicatos. A greve era considerada um direito do trabalhador, segundo os editoriais do jornal, mas o exercício deste direito era apresentado de forma despolitizada, como luta restrita à esfera trabalhista. Tal fato poderia ser atribuído à posição subalterna concebida para o trabalhador e também à percepção do efeito contagioso que a divulgação das greves poderia alcançar. Demonstrava-se a consciência do poder evocativo das palavras, no caso a greve que, divulgada, poderia expandir-se para outras categorias insatisfeitas com sua condição de trabalho. ([11])

b. Greves pacíficas

Os relatos sobre as greves em *OESP* oscilavam entre o apoio à justiça das reivindicações operárias e a crítica e censura às conturbações provocadas e, especialmente, às ações violentas. Uma "classificação" das greves era configurada na utilização de qualificativos atribuídos às diferentes ações. A principal dicotomia empregada pelo jornal era a oposição entre a **greve pacífica** e a **greve violenta**. As greves consideradas pacíficas não necessariamente excluíam de-predações, piquetes, conflitos físicos ou até mortes, conforme aponta B. Weinstein ([12]), mas era o jornal que conferia a tônica de pacificidade às ações, dependendo de considerá-las **justas** quanto a

[11] PERROT, Michèlle. *Op. cit.*, p. 32, tomo I.
[12] Weinstein, Barbara. *Op. cit.*, p. 160.

suas reivindicações ou de os setores atingidos não terem vínculo direto com os editores.

Apesar de a greve ser considerada um direito de manifestação do trabalhador, podemos localizar uma associação subjacente que se constituía numa imagem triádica:

greve - violência - prejuízo

Havia grande destaque, mesmo nos relatos breves, para os **prejuízos** da paralisação de serviços ou da produção, sendo, por vezes, a principal informação transmitida. Mesmo na greve classificada como pacífica, era ainda necessário acrescentar que não ocorreram distúrbios ou agressões.

A greve era notícia antes como **fato policial**, com conseqüências violentas ou prejuízos, com movimentação de tropas, com desordem, do que como manifestação de trabalhadores cujas causas necessitassem ser averiguadas e difundidas. A violência policial era amenizada, citando-se prisões que teriam, na maior parte, sido relaxadas ou então trabalhadores que, tendo de "comparecer à presença das autoridades para explicação, não sofreram outro constrangimento". Assim, configurava-se a tônica pacífica e justa de uma greve cuja perturbação da rotina era tolerável e até agradável, desde que ela fosse iniciada e concluída rapidamente.

O anúncio prematuro do final do movimento desde o primeiro dia demonstrava a intenção de influenciar o desenrolar dos acontecimentos, desmobilizando e acelerando a conclusão do conflito trabalhista.

A partir do vocabulário dos relatos das greves de *OESP*, nos anos de 1927 e 1937, levantamos as qualificações atribuídas à greve violenta e à greve pacífica, tendo como contraponto o cotidiano existente antes e após a greve:

VOCABULÁRIO UTILIZADO NOS RELATOS SOBRE A GREVE EM *OESP*

COTIDIANO	GREVE VIOLENTA	GREVE PACÍFICA
ORDEM	Desordem	Ordem com alteração do cotidiano
Normalidade	Alteração da ordem	Absoluta calma, perfeita ordem
Vida normal	Anarquia	Incorriqueiras aparências
POPULAÇÃO	Medo	Surpresa
	Oposição	Apoio à reivindicação, Simpatia
TRABALHO	Recusa ao trabalho	Abstenção, suspensão do trabalho
Regularizado	Serviços paralisados	Oficinas desfalcadas de braços
Na hora de costume		Impossibilidade de continuar
Retomada das ocupações		Parada reconfortante
		Fechamento espontâneo das fábricas
REIVINDICAÇÕES AO PATRÃO	Intransigência	Interesses, direitos legítimos
Acordos	Exigências descabidas	Reivindicações justas
Entendimentos	Imposições	Exigências não excessivas
	Propósitos agitadores	Situação desesperadora, dolorosa, aflitiva, precária
	Coação	
RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES	Piquetes	Convite à adesão
Direito ao trabalho	Aliciamento	Convencimento do abandono do serviço
	Coerção	Direito de greve
	Sacrifício dos colegas	Greve consentida
	Impedimento ao trabalho	Solidariedade
	Ameaças	Adesão positiva
		Movimento coletivo
CARÁTER DOS AGENTES	Agitadores, Insufladores	Operários conscientes da defesa de seus direitos
Povo brasileiro ordeiro e pacífico	Chefes do movimento grevista	Trabalhadores honestos
	Maus elementos, maus instintos	Expectativa pacífica
	Interesse distante da maioria	Ação calma e firme
	Elementos estranhos ao operariado	Protesto
	Perigosos perturbadores	Espírito de ordem do operariado brasileiro
	Elementos comunistas suspeitos	Ações justificáveis
	Exaltados, Turbulentos	
	Agitação de pequeno grupo	
	Profissionais da desordem	
	Anarquistas tresloucados	
	Inimigos da ordem, extremistas	
	Elementos perigosos à ordem social	
	Exploradores da politicagem e da demagogia	
	Atitudes francamente ameaçadoras	
OCORRÊNCIAS	Incidentes desagradáveis	Sem incidentes lamentáveis
	Arruaças, depredações	Nada de anormal
	Sabotagens, Atearam fogo	Ordem mantida
	Violências lamentáveis	Violências necessárias sem prejuízos ou vítimas
	Invasão da fábrica	
	Estéreis agitações de rua	
	Assaltos a estabelecimentos	
PRODUÇÃO	Prejuízo na produção, no serviço para o patrão ou para a população	Sem prejuízos imerecidos
	Transtorno completo	Deficiência dos trabalhos
POLÍCIA	Garantia da propriedade	Caráter preventivo
	Restabelece a ordem	Assegura liberdade de trabalho
		Prisões sem outros constrangimentos
		Concordância, consentimento
		Prisões determinadas por excessos
		Dispersão de comício com bons modos
CONSEQÜÊNCIAS	Greve geral	Volta ao trabalho após protesto
	Conspiração Comunista	Entendimento
	Nova revolução, Agitação política	Aumento de preços

A greve violenta, assim, configurava-se como rompimento e ameaça à ordem, porém, quando pacífica, ela poderia ser incorporada à ordem, na medida em que participava da legalidade, coexistindo com a ordem e a calma do cotidiano. A partir dos parâmetros da tonalidade pacífica e justa das reivindicações, podemos caracterizar os relatos das greves de protesto ocorridas em todo o país contra a execução dos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti.

Seguindo a vaga internacional de apoio aos dois anarquistas, o jornal noticiava, com destaque e benevolência, as greves ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belém, Petrópolis, Niterói e outras. Em todas elas, ressaltava-se o consentimento policial com as restrições de que não houvesse violência e aliciamento de trabalhadores para participar do movimento.

O policiamento foi intenso, com cavalaria e infantaria nas ruas e nas proximidades das fábricas. A participação operária foi bastante numerosa e as greves se prolongaram por vários dias, nas vésperas e após a execução dos anarquistas, promovidas por Comitês libertários com apoio das outras correntes sindicais.

A cobertura do jornal destacava sempre a "perfeita ordem", a "absoluta calma", a "normalidade", a "ausência de distúrbios". A participação operária era, em grande parte, espontânea e os termos usados para designar a ação de paralisação do trabalho também foram bastante amenos: solidariedade dos operários que deixam de comparecer ao trabalho, fábricas desfalcadas de braços, abandono do trabalho e suspensão do serviço.

Impedidos os piquetes e aliciamentos, os manifestantes pediam adesão, convenciam os trabalhadores ou convidavam os companheiros a aderirem à greve. A atitude dos diretores das fábricas era surpreendentemente benévola: vários fechavam espontaneamente as suas portas, encerravam os trabalhos com poucas presenças, dispensavam os operários ou davam folga aos que haviam comparecido.

Porém, apesar desta confraternização geral de trabalhadores, policiais e patrões que o noticiário do jornal pretendia transmitir para reforçar o aspecto pacífico da greve, os mesmos relatos eram permeados de prisões e ameaças de transtorno à ordem nos piquetes à frente das fábricas.

Por outro lado, as **greves gerais** ou quase gerais ocorridas em São Paulo e Petrópolis, num protesto cuja motivação não era trabalhista, mas política e internacional, não acrescentavam perigo maior já que o jornal apoiava a causa. Mas os apelos esperançosos de que a greve tivesse

encerramento breve eram reiterados constantemente em S. Paulo:

> "A execução dos anarquistas Sacco e Vanzetti repercutiu fundamente nesta capital, não se tendo todavia registrado incidentes lamentáveis. A paralisação das fábricas que se iniciou anteontem, tornou-se ontem quase geral. (...)
> À polícia foram feitos diversos pedidos de garantias, tendo esta fornecido contingentes embalados para guardarem as maiores empresas norte-americanas desta capital, que se julgaram ameaçadas por parte dos mais exaltados. O dia, porém, foi de absoluta calma.
> Espera-se para hoje a volta ao trabalho de todos os operários." ([13])

c. Greves gerais e violentas

A citação de **boatos** nos relatos informativos das greves era bastante constante, sendo que muitos não chegavam a ser confirmados ou desmentidos, especialmente quando diziam respeito a ações violentas. O boato conferia um caráter nebuloso e ameaçador às greves. É o que ocorreu com a ameaça de greve dos Motorneiros da Light no Rio de Janeiro, adquirindo, neste caso, conseqüências funestas quando se tornou uma **Conspiração Comunista**.

A notícia, reproduzida do jornal *A Noite*, apontava como reivindicação a execução da Lei de Férias, recusada aos empregados, que ameaçam a paralisação de todo o tráfego de bondes da cidade, "até que a poderosa companhia resolvesse 'entrar nos eixos'."([14]) Dois dias depois, representantes dos trabalhadores apontavam a tentativa de greve de alguns companheiros dispensados do serviço, circunscrevendo a greve ameaçadora a elementos agora externos à companhia. Em meio aos boatos, ficava no ar a conspiração comunista, reforçada pelo "ouro de Moscou", sob o título de "A Agitação dos Operários":

> "De um lado afirma-se francamente a existência de uma conspiração, de que devia rebentar uma greve destinada a generalizar-se não somente no Distrito Federal como também em alguns Estados. Fala-se mesmo na existência de provas de que da Argentina teriam vindo cerca de 2000 contos 'de dinheiro russo' para incentivar a população contra as classes conservadoras. Seria prematuro, ao que parece, aceitar isso como verdade."([15])

Não houve confirmação do boato mas, esparsamente, o jornal noticiava a prisão e expulsão dos empregados da Light, por serem considerados perigosos à ordem pública. Nesta referência ao boato de uma "conspiração comunista", podemos localizar a "espantosa identidade

---

[13] *OESP*. São Paulo, 24 ago. 1927, p. 4.
[14] *OESP*. São Paulo, 2 jun. 1927, p. 4.
[15] *OESP*. São Paulo, 6 jun. 1927, p. 2.

de estrutura" apontada por Girardet, quanto ao **mito do complô**. ([16]) Mas a "arquitetura" da conspiração mostrava-se de modo mais completo e exemplar no artigo que *OESP* reproduz de *O Jornal*, tratando do material "descoberto" pelo governo federal para justificar o projeto da Lei Celerada.

O plano da Terceira Internacional para introduzir no Brasil a propaganda comunista era exemplar quanto à configuração das características que Girardet localiza nos complôs judeu, jesuítico e maçônico. Assim, numa reunião secreta, a Terceira Internacional de Moscou punha em prática "uma larga campanha de **alteração da ordem**", com a organização de atentados, sabotagens e greves. ([17])

Neste complô secreto, agentes especiais com nomes supostos, agindo na **clandestinidade**, teriam recebido **armas e explosivos** disfarçados em carregamento de pregos e ferramentas, para organizar a **campanha** bolchevista, criando comitês por todo o Brasil e "aliciando" trabalhadores e oposicionistas para sua causa ou, na expressão de Girardet, "sujeitando as inteligências e almas". ([18])

Para a organização desta "campanha de agitadores", os agentes recebiam o "ouro de Moscou" de uma companhia russa estabelecida em Buenos Aires e por intermédio da associação "Arcos", localizada em Londres. Paulo Sérgio Pinheiro, analisando as investigações norte-americanas a respeito da utilização desta agência comercial russa para fins de propaganda comunista, concluiu que nada foi provado quanto às atividades extra comerciais da agência, sendo a Associação Arcos sede do Partido Comunista Inglês e não uma sociedade secreta.

Pinheiro analisa a construção do "Mito da Ameaça Estrangeira", apontando o frágil limiar estabelecido entre as manifestações operárias de greve e as revoluções, o que conduziu à proibição de ambas na Lei Celerada Anibal de Toledo:

> "Havia uma dificuldade notória em distinguir entre insurreição e greves, umas e outras confundidas no pavor.(...)
>
> Trata-se do mesmo raciocínio conspiratório que prevalecia em relação aos anarquistas: o mal vem de fora, está sendo instilado por agentes. A existência de um centro coordenador da revolução em Moscou, com um Estado por trás, ajuda a tornar mais estruturada a ameaça, independentemente da realidade ou não do apoio material à organização comunista no Brasil. É relevante sublinhar a continuidade desse mito, quase com os mesmos elementos durante toda a Primeira República, que sobreviverá depois de 1930. No que diz respeito à ameaça estrangeira e à infiltração no 'puro' meio operário brasileiro, não há alteração significativa na repressão desencadeada pelo Estado antes e

---

[16] Girardet, Raoul. *Op. cit.*, p. 33.
[17] *OESP*. São Paulo, 27 jul. 1927, p. 5.
[18] Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39.

depois de 1930. A única diferença é o aprofundamento, pelo menos no nível da legislação e da retórica, das 'concessões sociais'." ([19])

Essa continuidade apontada no mito levava à aproximação criminal do anarquismo ao lenocínio, numa analogia que classificava a ambos, lado a lado, como **crime contra a ordem pública**.

Num exemplo desta aproximação entre grevistas e criminosos, *OESP* reproduzia, em abril de 1929, as informações policiais que incriminavam 12 padeiros da União dos Trabalhadores em Padarias do Rio de Janeiro, sob influência comunista. Desde o início do movimento já se apontava o caráter vingativo desta categoria profissional contra os proprietários de padarias e as carrocinhas dos entregadores de pão. ([20]) As ameaças eram, segundo o noticiário, feitas a mão armada por membros da Comissão Executiva do sindicato, havendo trocas de tiros e feridos para obrigar os trabalhadores reticentes a aderir à greve. Contra os proprietários ameaçava-se com bombas de dinamite colocadas à porta das padarias. ([21])

A vitória da greve foi anunciada pelo secretário da Associação dos Proprietários de Padarias que parabenizou a União dos Padeiros. Porém, apesar do sucesso obtido pelos 3.000 padeiros em sua reivindicação de aumento salarial, o assassinato de um proprietário de padaria era associado à greve já terminada. Antes de morrer a vítima teria prestado depoimento, acusando padeiro demitido durante a greve a quem fora recusada readmissão. Este conflito pessoal era aplicado a toda a categoria e ao sindicato, com a prisão de 12 acusados que comporiam a "Camorra dos Padeiros", "bando sinistro" que realizara sorteio entre os proprietários que não tinham concedido o aumento salarial pleiteado.:

> "Foram apreendidas todas as armas de que se serviram, as quais - segundo declararam sem discordância - lhes foram fornecidas para esse fim pela União dos Empregados em Padarias. (...)
>
> Segundo as declarações que já prestaram no inquérito, os criminosos organizaram-se em 'societas sceleris', fizeram entre si um sorteio para a escolha, entre os vários nomes que constituíam uma lista negra, organizada depois da última greve, e assim executaram seu plano sinistro." ([22])

---

[19] Pinheiro, Paulo Sergio. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[20] Estes trabalhadores autônomos não se solidarizavam com os padeiros, sofrendo forte pressão dos últimos que, em diferentes ocasiões, utilizaram a estratégia de destruir as mercadorias ou as carrocinhas para que a greve não perdesse seus efeitos. Esta mesma estratégia fora utilizada também em outras cidades como São Paulo, Campinas e Santos.

[21] "Continua a greve dos padeiros". *O ESP*. São Paulo, 10 abr. 1928, p. 7.

[22] "Foi descoberta a quadrilha dos mascarados que cometeu depredações nos subúrbios". *O ESP*. São Paulo, 28 mai. 1928, p. 7.

A defesa dos acusados, publicada posteriormente por Edgardo de Castro Rebello, desmontava as provas que teriam sido forjadas grosseiramente para justificar novas represálias contra a greve vitoriosa que gozava da simpatia popular. O autor desmascarava as provas de acusação produzidas em massa, com uma mesma data, sendo, no caso de um padeiro, a confissão anterior à acusaçã, com a incriminação de outros padeiros para que não pudessem servir de testemunha.

O longo relato mostrava que, entre os boletins produzidos pelos grevistas, fora introduzido um com teor violento, de fabricação policial, com data retroativa a dez anos. Nesta época, segundo Rebello, ainda não se propagaria o comunismo no Brasil, mas o anarquismo, teoria pequeno burguesa que pregava atentados individuais e que, na época, mais se opunha ao comunismo. ([23]) Assim, apesar das contundentes provas da inocência dos padeiros, procurava-se ao mesmo tempo desviar as acusações para os adversários sindicais, indignando-se o autor também pelo fato de ter-se usado da Lei de Repressão ao Anarquismo de 1921 contra uma sociedade comunista, a União dos Trabalhadores em Padarias. ([24])

d. O direito de greve nos editoriais

Quanto ao direito de greve, este era defendido por *OESP* de forma incisiva. Suas restrições, seguindo modelo inglês, referiam-se à **greve geral**, pois esta constituía "perigo sério para a coletividade", mesmo quando desacompanhada de violência, podendo "subverter toda a organização social"([25])

A greve, segundo a postura liberal do jornal, era incorporada à legalidade, ao "direito à liberdade de trabalho". Ela ficava circunscrita à esfera trabalhista, na negociação direta entre trabalhador e empresário. Sem ferir o âmbito criminal através da violência e sem alargar-se para o domínio político, como na greve geral, ela era assimilável:

> "Greves parciais, circunscritas a esta ou aquela indústria, a este ou aquele oficio, não amedrontam, nem causam transtornos irreparáveis, desde que os grevistas não recorram à violência."([26])

---

[23] REBELLO, E. de Castro. *A greve dos padeiros e a reação capitalista.* Rio de Janeiro: Oficina Alba, 1930, p. 64-65.
[24] *Idem*, p. 31.
[25] *OESP*. São Paulo, 16 jul. 1927, p. 3.
[26] *OESP*. São Paulo, 16 jul. 1927, p. 3.

Esta ótica mostrava-se coerente com os relatos analisados anteriormente, quando as "greves pacíficas" eram abordadas de modo favorável, ao mesmo tempo em que as manifestações e associações eram apresentadas de forma despolitizada, sem a identificação de correntes ideológicas.

A difícil coesão entre a defesa do direito de greve e de associação ficava demonstrada nos comentários à longa greve dos gráficos paulistas que se estendeu por 72 dias, em 1929. O movimento não atingia gráficas de jornais, mas ameaçava expandir-se para este setor. Editorial de *OESP* criticava o fechamento da sede dos gráficos, a União dos Operários Gráficos (UTG), pela polícia, já que não teria havido depredações contra a propriedade privada. Defendia-se, porém, o direito de **greve parcial**, somente em casos **desesperadores**:

> "Sem desconhecer o direito de greve, somos contrários, entretanto, ao exercício freqüente desse direito, entendendo que o operariado só deve recorrer a ele em situações desesperadoras, quando esgotados todos os meios amistosos de obter as reivindicações justas, que pleiteia." ([27])

Por outro lado, questionava as reivindicações que propunham um controle do sindicato sobre as contratações de operários gráficos através de sua Bolsa de Trabalho. Para os editores do jornal, esta medida era incabível, levando à submissão das empresas ao sindicato. Neste momento a greve teria um caráter de coação e violência em relação à liberdade do patrão:

> "A greve é uma forma de coação e a coação não é, quer do ponto de vista moral, quer do ponto de vista jurídico, processo regular para alterações de contratos (...) a greve, pelo seu caráter violento e peremptório, torna impossível qualquer debate." ([28])

A prolongada greve promovida pela UTG, sob direção dos comunistas, obteve apoio de outras categorias e também dos anarquistas. No Rio de Janeiro, o Bloco Operário e Camponês organizou comício-monstro de apoio aos grevistas, repudiando prisões de líderes gráficos. Apontavam a paralisação dos gráficos como o "despertar de outras greves muito maiores". ([29]) A seguir anunciava-se a ameaça de um levante comunista a partir da greve geral, com o apoio de soldados e marinheiros. Apesar destes boatos de complô comunista, associados a outras greves simultâneas no Rio de Janeiro dos padeiros e da construção civil, o jornal não utilizou estes rumores para condenar a greve.

---

[27] "Notas e informações". *OESP*. São Paulo, 10 abr. 1929, p. 3.
[28] "Notas e informações". *OESP*. São Paulo, 27 mar. 1929, p. 3.
[29] "Grande comício de solidariedade aos gráficos de S. Paulo." *OESP*. São Paulo, 17 abr. 1929, p. 7.

Porém, após a Revolução de 30, a postura do jornal foi se transformando em torno da ameaça comunista que começava a representar um perigo iminente, justificando-se a intenção do Estado de combatê-lo, como mencionamos anteriormente. Paralelamente, o direito de greve perdia legitimidade quando insuflado pelos "agitadores vermelhos estranhos ao meio operário"

Diante da greve quase geral ocorrida em São Paulo em 1932, com intensa participação dos sindicatos libertários, a postura do jornal ficava abalada. Esta greve atingiu proporções bastante amplas, englobando ferroviários, sapateiros, vidreiros, tecelões, garçons, padeiros, operários em fábricas de fumos e de biscoitos. No interior também eram atingidas pela greve as cidades de Santos, Lins, Sorocaba, Jundiaí, São Bernardo e São Caetano. ([30]) Iniciou-se a 2 de maio, estendendo-se por mais de um mês. Pleiteavam-se aumentos salariais de 10 a 30 % e o cumprimento das leis trabalhistas, contra a sindicalização e a carteira profissional.

A linha ideológica dos sindicatos atuantes não era mencionada nos relatos, embora fossem constantemente citadas prisões de agitadores comunistas, principalmente entre os ferroviários. As associações sob liderança comunista negavam sua opção ideológica, afirmando terem caráter puramente operário, como a União Beneficente dos Empregados em Hotéis e a Federação Sindical Regional de São Paulo.

Os sindicatos anarquistas não eram acusados diretamente de infiltração, mas a eles atribuíam-se ações violentas. Assim, um comício de sapateiros era dissolvido pela polícia para evitar depredações de fábrica e uma notícia de invasão pelos vidreiros de uma cristaleria era depois desmentida. Os padeiros, também ligados a sindicato libertário, por sua vez, eram alvo de acusações mais drásticas, tendo sua sede fechada pela polícia que ali teria encontrado armas e ácidos para o ataque às carrocinhas dos entregadores de pão, de modo semelhante ao que ocorrera no Rio de Janeiro, em 1929:

> "Em diversos pontos da cidade, grevistas inutilizaram todo o pão encontrado nas carrocinhas, jogando no seu interior ácidos muriático e fênico, gasolina e querosene.
>
> Outras vezes, depois de partirem os pães, um a um, metodicamente, jogavam-nos depois à rua. Cortaram os arreios dos animais e depredaram as carrocinhas. (...) o entregador de pães Herculano Dias Lopes (...) foi atacado por um grupo composto por uns trinta padeiros em greve. Um destes o agrediu a bordoada, ferindo-o levemente. Defendendo-se, Herculano sacou de um revólver e fez diversos disparos contra o grupo." ([31])

---

[30] Zélia Lopes da Silva analisa estas greves mais detidamente em *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 95-127.

[31] "Movimento operário". *OESP*. São Paulo, 21 maio 1932, p. 4.

O fechamento do Sindicato dos Manipuladores de Pão também teria ocorrido com tumulto e trocas de tiros, somente se consumando com o uso de gás lacrimogêneo e com a prisão de 123 grevistas.

Os editoriais do jornal, entretanto, mantinham a defesa do direito de greve, mas os trabalhadores deveriam reconhecer as concessões das leis sociais, apesar da falta de fiscalização para seu cumprimento. Deveriam também considerar os prejuízos causados aos patrões, sendo mais tolerantes e evitando depredações. A greve seria um **direito sagrado** e um **recurso supremo** a ser utilizado somente diante da ganância do patrão que desejasse enriquecer à custa do operário. Porém, este direito não poderia ser exercido com freqüência, acarretando o risco da ruína dos empresários e a infiltração de agitadores estrangeiros que teriam como objetivo a **anarquização da indústria**:

> Convém, numa palavra, que se eliminem todos os pretextos para lutas perigosas. O operariado é ingênuo e em torno dele cresce, todos os dias, importado do estrangeiro, um bando de exploradores dos seus sofrimentos e da sua credulidade, cujo único objetivo é anarquizar tudo, pouco se lhe dando que, com a ruína das indústrias, se verifique, também, a dos trabalhadores que nelas colaboram. Com a transformação da greve em processo ordinário de reivindicações, o operariado tornará cada vez mais precária a vida das indústrias e, portanto, mais remota a realização das suas justas aspirações. Com isso, em vez de prestar serviço a si mesmo, ele prestará serviço, apenas aos empreiteiros internacionais de barulhos e depredações. Fará tão só o jogo do anarquismo tresloucado." ([32])

No dia seguinte, outro editorial vislumbrava "alguma coisa mais" nas greves que um conflito de interesses. Enquanto o perigo anarquista era associado à violência e às depredações que atentavam contra o direito de propriedade, o comunismo surgia como ameaça suplementar de destruição da ordem, mas visando a implantação do despotismo e da escravização. ([33])

Investigações posteriores denunciavam a trama de uma conspiração encabeçada por Miguel Costa, procurando conexões com a greve que se desenvolvia em São Paulo. O boato, entretanto, foi desmentido, com a rejeição de apoio por parte da FOSP. ([34]) Vários comunistas foram presos meses depois, em agosto de 1932, encontrando-se entre eles um anarquista francês, José Joubert, que seria "um dos mais antigos agitadores estrangeiros do Brasil", encabeçando a "primeira greve de colonos verificada no país". Assim, o noticiário desmentia os boatos da Revolução Constitucionalista e de suas ligações com os líderes grevistas, visando a desestimular tais conexões. As investigações policiais, porém, continuavam buscando conspiradores entre

---

[32] "Notas e informações". *OESP*. São Paulo, 12 maio 1932, p. 3.
[33] "Notas e informações". *OESP*. São Paulo, 13 maio 1932, p. 3.
[34] "A notícia de uma conspiração". *OESP*. São Paulo, 11 jun. 1932, p. 1.

operários.

Outra circunstância que mereceu os comentários editoriais do jornal foi a inusitada greve de funcionários dos Correios e Telégrafos que representaria uma **ameaça interna**, já que não podia ser atribuída aos agitadores comunistas.

Esta greve ocorreu em duas fases no ano de 1934: em 12 de julho, os telegrafistas paralisaram seus trabalhos no Norte e Nordeste, estendendo-se a paralisação às outras regiões do país e tendo como principal reivindicação o reajustamento salarial. Numa segunda fase, com a mesma reivindicação, a greve foi deflagrada pelos funcionários dos correios em 26 de dezembro, prolongando-se até a primeira semana de 1935 nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A continuidade deu-se pela mesma reivindicação de reajuste, aguardado e negociado durante os cinco meses de intervalo.

Através do próprio telégrafo a notícia da suspensão dos trabalhos alastrou-se por todo o país, o que permitiu a peculiaridade de uma greve declarada e propagada quase que simultaneamente em tão distantes localidades.

O jornal *O ESP* fornecia a reprodução dos comunicados oficiais do ministro da Viação, José Américo de Almeida, com dados sobre as medidas que estavam em andamento para o benefício dos funcionários. A fala dos grevistas só iria merecer espaço no jornal através de seus mediadores: deputados classistas que negociavam o fim da greve com o governo provisório no Rio de Janeiro ou quando sindicalistas concitavam seus companheiros para o retorno ao trabalho. Apareciam reproduzidos alguns informes dos grevistas que constituíram um **comitê independente** das associações de classe e do Ministério do Trabalho.

Quanto aos prejuízos trazidos pela greve, o jornal noticiava constantemente os locais atingidos e aqueles que tinham funcionamento parcial ou total. O prejuízo provocado à população adquiria teor mais grave quando atingia o plano econômico: o comércio e a indústria que não podiam retirar suas mercadorias, cujos pedidos e duplicatas eram remetidos por cartas. Nos editoriais de *OESP*, o direito de greve, reconhecido para os trabalhadores de empresas particulares, era negado aos funcionários públicos sob o risco da **anarquia**:

> "Reconhecer aos funcionários o direito de greve é permitir, dentro do Estado, um poder novo com forças para enfrentá-lo e, portanto, para embaraçá-lo no exercício regular de suas funções. É, por outras palavras, abolir a disciplina e suprimir a hierarquia, coisas essenciais para a boa marcha dos negócios públicos e coisas sem as quais não subsiste nenhum órgão, quer social quer político." ([35])

---

[35] *OESP*. São Paulo, 28 dez. 1934, p. 3.

A falta de votação de um Estatuto do funcionalismo público pelo Congresso, como determinou a Constituição, era considerada a causa do movimento: a criação de vias formais para a canalização das insatisfações poderia refrear o movimento e extinguir o conflito, segundo o sonho liberal. Os direitos deveriam ser instituídos para todos desde que não fossem exercidos, devendo estar circunscritos a limites estritos para que nada mudassem na ordem dada:

> "Não justificamos, mas compreendemos o movimento de revolta dos funcionários. Desanimados de obter, pelos meios suasórios, aquilo que lhes parece eqüitativo, praticaram esse ato de desespero, provavelmente mal inspirados por agitadores profissionais, mas, em todo o caso, fustigados pelo silêncio com que lhes acolhia as pretensões. Todavia, não se iludam. Quando o funcionalismo não se contém e sai do terreno das representações para o das greves, não demora a reação do absolutismo." ([36])

Assim, na perspectiva de *O ESP*, funcionários públicos não tinham direito à greve, pois esta rompia com os princípios de disciplina e hierarquia que sustentavam o funcionamento do Estado. O movimento dos funcionários diante do Estado representava **"um poder novo com forças para enfrentá-lo"**. Nesta argumentação que reconhecia a justiça das reivindicações e mesmo sua legalidade, situava-se a ambigüidade e a contradição do direito liberal que permitia a luta dos trabalhadores formalmente, mas não oferecia meios para sua efetivação.

Assim, na perspectiva de *OESP*, a greve era defendida enquanto direito, mas na condição de que fosse pacífica e não alcançasse a expansão da greve geral, provocando medo e ou terror. A greve geral deveria ser ilegal, pois constituía **"perigo sério para a coletividade"**, podendo **"subverter todo o organismo social"**.

A ambigüidade das posições assumidas pelo jornal ao defender o direito de greve, mas procurar estabelecer limites que o tornariam impraticável, seria inerente ao direito burguês que não comportaria esta relação coletiva, segundo Bernard Edelman. Os limites colocados à coerção e aos atos violentos que a greve engendrava, transgredindo a autoridade do patrão dentro da empresa, apontariam para a impossibilidade de enquadrar a greve no contrato de trabalho ou no direito de propriedade. Pois a greve, enquanto ação coletiva, representaria justamente o surgimento de um outro poder que não se fundaria nem no acordo trabalhista nem na legislação da propriedade, mas estaria fora da lei, não sendo possível estabelecer seus limites:

> "l'«abus» consiste précisément à faire fonctioner la *grève, c'est-à-dire la violence de classe* dans les obligations contractuelles, somme toute à les detourner de leur objet.

---

[36] *Idem.*

> Et si la jurisprudence résiste structurellment à cette confusion c'est que la violence de classe ne doit pas entraver le bon fonctionnement de l'entreprise. Sitôt que cette violence passa dans le contrat elle en révèle l'«illusion», elle fait apparaître que les ouvriers, *en fait*, sont les véritables «maîtres» de l'entreprise. Et les obligations contractuelles se présentent alors comme l'ultime rempart du droit de propriété." ([37])

Walter Benjamin analisa, sob outra ótica, o direito de greve pacífica, como um direito compatível com o Estado, tomando-se em conta apenas apenas a greve enquanto abstenção do trabalho, ou seja, subtração de um poder/violência. ([38]) Porém, no momento em que este direito é exercido pelo trabalhador, torna-se evidente seu caráter coercitivo na chantagem implícita feita ao proprietário da empresa pelas perdas que acarreta a ausência da produção. A própria abstenção do trabalho torna-se assim um poder/violência, mesmo quando não são praticadas depredações, porque ela consiste na pressão exercida pela omissão. Haveria neste caso, segundo o autor, uma violência/poder assumida no próprio exercício do direito:

> "a omissão de ações, um não-agir - o que, em última instância, vem a ser a greve - não pode ser designada de forma alguma como violência*. Foi provavelmente uma reflexão desse tipo que facilitou ao poder do Estado a concessão do direito de greve, quando não havia mais meios de evitá-la. (...) O momento da violência*, no entanto, acontece nesta omissão sob a forma de chantagem, quando a omissão é praticada com a disposição, em princípio, de voltar a exercer a ação omitida como antes, sob certas condições que ou não têm nada a ver com ela ou que modificam apenas o seu aspecto exterior. É nesse sentido que, segundo a concepção do operariado - oposta à do Estado -, o direito de greve é o direito de usar a violência* para alcançar determinados objetivos." ([39])

A greve geral significaria a extensão deste poder/violência para a sociedade, incompatibilizando-se com o Estado, cujo direito institucional se propõe a conferir o direito de cidadania ao trabalhador, mas não comporta o cidadão coletivo que, na greve geral, representaria um poder que ameaça sua própria destruição. Neste caso, o direito procura isolar a greve econômica da greve política, segundo Edelman. ([40])

Nestes limites do direito, localizamos a base do imaginário que associava a greve às conspirações revolucionárias, através das expressões irracionais e exacerbadas do horror, do

---

[37] EDELMAN, Bernard. *La légalisation de la classe ouvrière*. Paris: Christian Bougois, 1978, Tome 1: *L'entreprise*, p. 50-51.

[38] Este termo duplo que utilizamos nas referências ao conceito de Benjamin acompanha observação do tradutor do texto que ressalta o duplo sentido da palavra alemã empregada pelo autor (*Gewalt*). A remissão a este duplo sentido na tradução é feita pelo uso de asterisco. BENJAMIN, Walter. "Crítica da violência, crítica do poder". In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986, p. 160.

[39] *Idem*, p. 163.

[40] EDELMAN, Bernard. *Op. cit.*, p. 53.

perigo e da subversão. A irredutibilidade da greve aos parâmetros da legalidade gerava as ambigüidades, as tensões que cercavam sua eclosão. Assim, as manifestações de protesto dos trabalhadores eram envolvidas pelo mito do complô, alimentando-se, em contrapartida, por parte dos trabalhadores, o imaginário da revolução redentora.

Os discursos do jornal *OESP* procuravam alinhavar, de modo coerente com os princípios liberais, um direito de greve compatível com a ordem, em consonância com o Estado que buscava disciplinar os conflitos trabalhistas na legislação dos contratos coletivos de trabalho e nas Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento. Paralelamente, as manifestações grevistas eram reprimidas sob alegação de conspiração, pois, guiadas pelo imaginário da Revolução, permaneciam irredutíveis a estes enquadramentos,.

5.3. A GREVE COMO EXPRESSÃO DA REBELDIA LIBERTÁRIA

A greve, no interior da concepção libertária, ocupava um lugar de destaque, comportando acentuado caráter simbólico. Representava, antes de mais nada a **rebelião**, a quebra das estruturas disciplinares do trabalho e do Estado, apontando para a possibilidade do "despontar do Sol da Liberdade". Era na ação grevista que se colocavam as esperanças de transformação, tanto no cotidiano, quando o operário abandonava sua postura submissa e assumia uma atitude altiva e contestadora, como na greve generalizada que prenunciava a sociedade livre do futuro.

A relação entre as imagens da greve e da revolução era vista, pelos anarquistas, como esperança, por um lado, enquanto para o Estado era a própria ameaça da transformação. Mas, em ambos os casos, ela apontava para um excedente de significado, irredutível à normalidade da negociação de interesses entre patrões e empregados.

Contra as tentativas de burocratização dos conflitos trabalhistas e a canalização dos interesses operários que vinham sendo feitas pelo governo, a greve mostrava-se também como instrumento de luta insubstituível na conquista da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Por este motivo, reforçava-se o repúdio dos anarquistas pelas vias políticas, assim como a afirmação da supremacia da ação direta para a garantia dos direitos operários.

Podemos afirmar que as greves, quanto ao significado e papel entre anarquistas e anarco-sindicalistas, assumiam aspectos diferenciados, dentre os quais cabe ressaltar: a limitação das greves parciais, o espectro e a iluminação da greve geral, a relação entre greve e violência e o papel dos sindicatos nas greves.

a. A dignidade de resistir

"OS FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS ESTÃO EM GREVE. FOI A ÚNICA FORMA DE FAZEREM COMPREENDER AO GOVERNO QUE SÃO SERES HUMANOS, QUE SENTEM, PENSAM, QUE TÊM NECESSIDADES, PARA OS QUAIS NÃO HÁ APENAS DEVERES, MAS, TAMBÉM, DIREITOS.

CANSADOS DE VEREM PROTELADAS INDEFINIDAMENTE, AS SUAS JUSTAS ASPIRAÇÕES, QUE VIRIAM BENEFICIAR O PRÓPRIO PÚBLICO, RECORRERAM À GREVE, ÚNICA FORMA DE ARRANCAR AO CAPITALISMO E AO ESTADO O RESPEITO À DIGNIDADE DE QUEM TRABALHA E AS REIVINDICAÇÕES ECONÔMICAS DAS NECESSIDADES IMEDIATAS.

SERÁ A GREVE GERAL REVOLUCIONÁRIA E EXPROPRIADORA QUE, CONFRATERNIZANDO OS TRABALHADORES DE TODO MUNDO, HÁ-DE CONSTRUIR UM MUNDO NOVO, DE JUSTIÇA E FRATERNIDADE, SOBRE OS ESCOMBROS DA PODRIDÃO CAPITALISTA." ([41])

Esta manchete estampada no jornal *A Plebe*, em janeiro de 1935, traz à tona os múltiplos elementos valorizados pelos anarco-sindicalistas durante as manifestações grevistas. Como ponto de partida, a motivação da greve era apresentada como a **consciência** do trabalhador de seus direitos que, colocada em primeiro plano, simbolizava a afirmação de sua **dignidade**, expressa numa postura altiva.

Do mesmo modo que o conjunto dos princípios libertários eram permeados pelo aspecto moral e não apenas pelo aspecto racional ou econômico, a consciência aqui também não coincidia com o conhecimento das relações econômicas de exploração, apesar de este ser um dos componentes estimulados na conscientização. A atitude revestia-se do caráter valorativo da fidelidade aos princípios e da coragem assumida.

Por outro lado, a espontaneidade dos grevistas, defendida pelos anarquistas, fundava-se igualmente sobre esta consciência na ação autônoma. Para eles não se tratava de uma ação impensada e puramente emocional, mas da espontaneidade que dizia respeito à ação livre, não direcionada exteriormente por líderes sindicais ou políticos. Na manchete acima citada percebemos, porém, certa ambigüidade entre a opção refletida e o desespero diante da situação de penúria que levaria os trabalhadores à greve, lançando mão do último recurso disponível.

---

[41] *A Plebe*. São Paulo, 5 jan. 1935, n. 79, p. 1.

Sob a ótica do discurso libertário, as reivindicações eram freqüentemente rotuladas como **reivindicações imediatas**, por dizerem respeito a aumentos salariais, representando apenas o anseio de uma melhoria material. Neste aspecto residia a principal discordância entre anarquistas e anarco-sindicalistas. Para os primeiros, como discutimos anteriormente, a melhoria econômica não possuía dimensão revolucionária, na medida em que se atinha à lógica capitalista das barganhas por índices econômicos. Atrelava os trabalhadores e os militantes a este jogo, perdendo-se a perspectiva da associação e da greve educativas e revolucionárias.

Os anarco-sindicalistas, por sua vez, afirmavam a necessidade da luta pelas reivindicações imediatas ou econômicas, as quais constavam nos estatutos das associações de classe sempre ao lado das reivindicações "morais" ou sociais. Por este motivo, eram também criticados pelos comunistas que lhes atribuíam a ausência de exigências políticas de mais amplo alcance, como via para a transformação revolucionária.

Porém, os anarco-sindicalistas identificavam na greve - enquanto atitude contestatória com alvos diversos - um valor tão educativo quanto aquele desenvolvido pela propaganda dos seus ideais. A luta no plano econômico, opondo-se à esfera alienante da política era, por si mesma, uma forma de combate ao capitalismo que impingia ao trabalhador baixos salários e a opressão disciplinar. A partir destas reivindicações, possíveis de ser concretizadas, o trabalhador podia conscientizar-se de seu poder de transformação em relação às condições dadas.

Os baixos salários, além de provocarem a submissão ao patrão, também limitavam as preocupações do trabalhador à sua própria subsistência material e a de sua família. O operário ficava vulnerável à aceitação de trabalhos extras com a finalidade de obter pequenos acréscimos em seus vencimentos, além de sujeitar, também, seus filhos ao ingresso precoce no mercado de trabalho. A transformação do seu tempo livre em tempo de trabalho e o desgaste físico impediam a dedicação do operário a atividades educativas e formadoras, propugnadas pelos anarquistas, como elos essenciais para a nova sociedade.

Segundo o discurso anarquista, a paralisação coletiva favorecia o **aprendizado da solidariedade**, fortalecendo a identidade de classe que se constituía pela ação comum e pela valorização do trabalhador em sua dignidade. Este discurso adquiria, assim, caráter moral, estabelecendo uma clivagem entre os trabalhadores, que era expressa enfaticamente através do vocabulário utilizado para a qualificação do trabalhador consciente, do inconsciente e do não aderente à greve. O grevista era enaltecido pelo gesto heróico de resistência que o dignificava,

opondo-se ao trabalhador inconsciente, qualificado por sua falta de vigor e pela ingenuidade. Porém, as expressões mais agressivas eram reservadas aos "fura-greves" que deliberadamente prejudicavam o movimento, conforme podemos verificar no levantamento das expressões mais freqüentes empregadas pela imprensa libertária:

TRABALHADOR CONSCIENTE	TRABALHADOR NÃO ADERENTE	TRABALHADOR INCONSCIENTE
firmeza	crumiro	carneiro
gesto de altiva dignidade	carneiro	rebanho
atitude digna, sobranceira	fura-greve	fraqueza
falange vigorosa	inconsciente	desunião
diligente, decidido	espião da polícia	boa fé, mas pouco experiente
espírito de luta	escravo da tirania patronal	ludibriado com promessas patronais
cabeça erguida	incapaz de repelir sua escravidão	acredita na demagogia dos políticos
cônscio de seus deveres de homem	tipo infame	iludido com o Ministério do Trabalho
assumem inteira responsabilidade de seu gesto rebelde	defende interesses antagônicos aos seus ou aos de sua classe	resultado do envenenamento do ambiente sindical
serenidade surpreendente, calma	infeliz	atonia
consciente do que quer e do que pode	trai os seus companheiros	desânimo
resiste estoicamente	ato repulsivo	lassidão de espírito
insubmisso aos caprichos industriais	merece desprezo moral	modorra
consciência revoltada	papel contristador	massa dispersa, desorientada
extraordinária força de vontade	encharca-se no lodo	sem consciência e sem vontade
unido num só bloco	rouba o pão alheio	vergonhoso estado de desmoralização
atitude heróica, bravura, brilho	joguete	falta de espírito associativo
disposto a todos sacrifícios	fraco e covarde	crise moral confrangedora
defende com ardor e entusiasmo a própria causa	papel de lacaio	vergonhoso e deprimente indiferentismo
atitude expressivamente revolucionária	relapso e desavergonhado	infeliz
dignidade de resistir	ignóbil papel	falta de brio
classes revolucionárias	ignorância ou inconsciência	massa desorganizada
atitude franca e desassombrada	rebotalho da classe	não cuida de seus direitos
atitude intransigente, irredutível, inabalável	pouca vergonha	as infâmias da sociedade burguesa aniquilam a consciência e a dignidade
faz valer seus foros de gente livre	"pecado"	
trabalhador digno de seu nome	baixeza	
massa ativa e interessada		

O apego aos interesses pessoais e aos interesses de ofício não eram desprezados, na medida em que representavam momentos de construção da identidade que só adquiririam verdadeiro significado se vinculados ao conjunto da classe. O espaço do sindicato era essencial para a expressão da opinião pessoal do trabalhador, contrapondo-se às estruturas hierarquizadas e centralizadas implantadas pelos comunistas sob diretrizes externas. A greve deveria ser deliberada espontaneamente e de modo autônomo pelos trabalhadores que, reunidos no sindicato, optassem por esta estratégia de luta.

A demonstração de solidariedade era ressaltada como um dos principais elementos para a

efetiva realização da greve. Esta, além do caráter humanitário que comportava, possuía também um efeito social: a demonstração da **força** dos trabalhadores, obtida através da união da consciência de cada um. Assim toda e qualquer manifestação pública, passeatas, comícios e assembléias, representavam não apenas a necessidade de reunião para a tomada de decisões coletivas, mas também tinham por finalidade a demonstração da coesão dos trabalhadores na ação conjunta.

A massa de trabalhadores reunidos era vista, sob a ótica conservadora, como um elemento de pavor, externado pela somatória da força braçal de homens rudes que poderiam cometer atos vândalos. Entretanto, para os anarquistas a greve tinha muito mais um valor simbólico do que o significado da coerção física. Representava a somatória de vontades conscientes e não a ameaça física, conforme comentários de Domingos Passos em seu artigo "A organização operária", publicado em julho de 1927, por *A Plebe*:

> "Uma das mais poderosas e eficazes armas de combate é, sem dúvida a greve. (...)
> Avisados os patrões, diretamente pelo sindicato operário, de suas pretensões, e, não obtida resposta satisfatória, os trabalhadores, conscientes do seu valor produtivo, negam-se a concorrer com os seus braços para o enriquecimento dos citados exploradores.
> E estes, que nada são sem os trabalhadores, só encontram uma saída - a rendição - se outros trabalhadores inconscientes não forem em seu socorro. E por isso, afirmamos que a maior luta a empreender pelo sindicato é com os trabalhadores." ([42])

O limite, porém, entre estes dois significados seria bastante tênue, residindo neste deslize o embrião ameaçador das greves parciais. A violência potencial que a massa de operários reunidos comportava, mesmo quando disposta em "atitude pacífica", seria justamente seu fator de incompatibilidade com a regulamentação legal.([43]) Esta contradição era apontada pelo sapateiro libertário, Pedro Catalo que destacava o **estigma** da greve por parte das classes abastadas:

> "A greve foi sempre um elemento estigmatizado pelas classes abastadas porque se processa fora da lei. (...)
> A lei permite ao trabalhador pedir, mas garante ao patrão negar, e fora deste círculo vicioso nada mais se tolera ao infeliz proletário, chamando-se 'sentimentalismo' ao seu sofrimento, e 'desordem' às suas reivindicações." ([44])

As tentativas feitas para o enquadramento das negociações salariais, visando-se eliminar a

---

[42] PASSOS, Domingos. "A organização operária". *A Plebe*. São Paulo, 9 jul. 1927, n. 255, p. 1.
[43] BENJAMIN, Walter. *Op. cit.*, p. 163.
[44] CATALO, Pedro. "O clero em greve". *A Plebe*. São Paulo, 26 maio 1934, n. 63, p. 2.

deflagração de greves, tornavam-se inócuas. Durante a Primeira República, a penalização da greve atingia somente as depredações da propriedade ou a utilização de meios violentos para forçar os trabalhadores à adesão, conforme o Código Penal, cujas penalidades foram ampliadas pela Lei Celerada de 1927. Em maio de 1932, a instituição das Comissões Mistas de Conciliação exigia negociações formais antes da declaração de greve e estabelecia mediadores para as negociações. ([45]) As greves, porém, eram declaradas muitas vezes sem recorrer a estas comissões, passando depois a rejeitá-las devido à demora na solução das reivindicações.

Do mesmo modo que os anarquistas contrapunham os direitos conquistados pelos trabalhadores à Legislação Trabalhista, a greve era apontada como um **direito natural de rebeldia**. Após a instalação das comissões que visavam a coibir as paralisações do trabalho, a greve adquiria a conotação de resistência e de confirmação das estratégias libertárias pelos trabalhadores que deixavam de se iludir com os intermináveis processos burocráticos para a obtenção de benefícios. Era a luta de classes que se manifestava através da ação operária "fora da lei", impulsionada muitas vezes pelos próprios sindicatos reconhecidos, conforme avaliação do jornal *A Plebe* das greves ocorridas em julho de 1934:

> "Verificando que o Ministério do Trabalho nada de útil para as classes trabalhadoras produziu desde a sua existência, que, sem a manifestação direta dos trabalhadores, em protestos e greves, esse monstrengo da revolução de 30 nada conseguiu realizar de prático que beneficiasse as classes proletárias, resolveram os trabalhadores sair fora da lei, ir de encontro às determinações do Ministério e adotar, como recurso a solução dos seus problemas imediatos, a ação direta proclamada pelos anarquistas como único meio eficaz na luta de classes. (...)
>
> A luta de classes, como a encaram os anarquistas, é a ação direta dos trabalhadores, como demonstração de uma independência de caráter e de consciência, contra as classes que exploram o trabalho escravizando os indivíduos ou submetendo-os por uma educação disciplinada com base na obediência do chefe." ([46])

---

[45] Código Penal Brasileiro de 1890, artigos 205 e 206, Decreto Legislativo n. 5.221 de 12 ago. 1927 e Decreto n. 21.396 de 12 de maio 1932.

[46] "Os movimentos grevistas e o conceito anárquico da luta de classes". *A Plebe*. São Paulo, 21 jul. 1934, n. 67, p. 1.

b. A Greve Geral Redentora

A simultaneidade das greves parciais apontava para a possibilidade da declaração da greve geral. Esta última não seria apenas a somatória de negociações de reivindicações específicas em cada empresa, mas comportaria um "algo mais", conforme um dos editoriais de *OESP* ([47]). Esta intenção subjacente era perigosa, não sendo passível de legalização.

A ameaça localizava-se justamente na revolução, isto é, na tomada ou destruição do poder. Se as greves parciais proporcionavam aos trabalhadores um poder de pressão sobre os patrões, este não poderia ser exercido até suas últimas conseqüências sem respaldo do conjunto da sociedade. A direção da empresa, com a divisão do lucro entre os produtores e com estabelecimento de regras de funcionamento, implicaria expropriação do empresário, fato que só poderia ocorrer com a violação ou ruptura da lei. Assim, se as greves parciais também comportavam o exercício limitado do poder operário sobre a fábrica, este somente poderia ser desenvolvido até o fim com a autogestão advinda de uma revolução.

Na perspectiva libertária não era a tomada do poder, mas a sua destruição que se objetivava através da greve geral. O "poder" da greve geral revelara-se em 1917, em São Paulo, quando a paralisação de todos os serviços tornou sem efeito as ordens dos governantes, ficando a cidade entregue aos grevistas. Nestas circunstâncias, somente a convicção libertária de toda a população poderia autogerir a sociedade, o que não aconteceu, restando aos grevistas a alternativa de participar do comitê criado por jornalistas, já que a Federação Operária estava impedida de se reunir e de negociar com o Estado o atendimento da reivindicações imediatas.

Esta greve colocou em xeque a postura dos anarquistas paulistas, a exemplo do que viria a ocorrer na Espanha, no decorrer da Guerra Civil, onde várias cidades adotaram a autogestão que se tornou inviável em nível nacional. No Brasil, porém, a experiência de 1917 era modelar para os libertários e apavorante para as classes dominantes. Em outra situação concreta, em 1932, a Federação Operária recusara-se a decretar greve geral às vésperas da Revolução Constitucionalista, desconfiando das finalidades políticas dos tenentistas. ([48])

---

[47] *OESP*. São Paulo, 13 maio 1932, p. 3.

[48] GARCIA, Martins. "A Federação Operária de São Paulo em face dos últimos acontecimentos político-militares". *O Trabalhador*. São Paulo, jul. 1932, n. 7, p. 3.

Assim, para os anarco-sindicalistas, a greve geral era identificada com a revolução, decorrente de pequenas lutas que se ampliariam até a "greve geral revolucionária e expropriadora", com pressão suficiente para a destruição do Estado e da estrutura capitalista. Através das greves parciais contra o patronato o trabalhador iria exercitando sua capacidade de iniciativa autônoma e conscientizando-se de que estaria no Estado a origem de sua opressão, sendo conduzido à sua destruição. Em texto de Rodolfo Rocher, estes princípios do anarco-sindicalismo eram explicitados:

> "*É, pois, missão dos sindicalistas dar às lutas diárias pelo salário uma mais funda significação social, aprofundando cada vez mais entre o proletários o pensamento de que o fim dos seus sofrimentos será um fato com a queda da escravidão do salariato e do sistema capitalista.*
>
> Todas as lutas entre o capital e o trabalho são por assim dizer *etapes* nesse caminho, pois fortalecem o sentimento de solidariedade dos trabalhadores e sobrepõem os interesses de classe aos interesses de ofício. Essa é também a verdadeira essência da idéia da greve geral, na qual acham a sua mais elevada expressão os meios econômicos e sociais de luta do proletariado." ([49])

Para os anarquistas extra-sindicais, no entanto, a greve geral era apenas o início de um movimento geral de rebeldia. A greve geral não eliminaria a necessidade de uma revolução violenta, segundo Malatesta, pois a paralisação da produção poderia conduzir, também, à fome geral, impulsionando os trabalhadores a retornarem ao trabalho, sem terem alcançado nenhuma conquista. ([50])

---

[49] ROCKER, Rodolfo. "Métodos de luta". *A Plebe*. São Paulo, 9 jul. 1927, n. 255, p. 1.

[50] MALATESTA, Errico. "Sindicalismo: a crítica de um anarquista". *Apud* WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1985, p. 206-207.

c. A polêmica violência "justiceira"

O recurso à violência como estratégia de luta foi um assunto polêmico entre os anarquistas, apesar de term sido identificados com o terrorismo. Este debate transparece nos seus periódicos, expressando um intenso conflito entre as diferentes opiniões além da que era exposta a público, de modo semelhante ao que ocorria no caso das divergências entre anarquistas e anarco-sindicalistas.

Combatendo esta imagem de violência, os jornais, por várias vezes, procuravam neutralizar o estigma do terror causado pela simples menção da palavra anarquia que afastava seus militantes da população. O jornal *O Sindicalista*, de Porto Alegre, por exemplo, condenava a propagação dos atentados individuais, atribuindo-os à impaciência ou ao impulso de heroísmo de jovens inexperientes, ansiosos por verem concretizados seus ideais. Argumentava-se com os prejuízos trazidos ao humanitarismo revolucionário, provocando feridos entre inocentes e o aumento de presos por crimes sociais. Isto, por sua vez, envolveria os sindicatos que teriam de empenhar-se em libertar seus correligionários, dificultando a consecução das reivindicações pleiteadas e, ainda, produzindo sentimentos de repulsa por parte da população:

> "É notável a freqüência com que em diversos países se recorre à bomba explosiva, supondo-se que nada há mais coerente com os princípios do humanitarismo revolucionário, do que o emprego destes meios violentos. (...)
>
> Pelo contrário eles tem sido sempre o pretexto para perseguições em massa e, em casos de greves, para o triunfo dos exploradores. (...)
>
> Quase sempre estes atentados são praticados por homens muito novos, mais facilmente sugestionáveis, supondo-se predestinados para grandes empreendimentos.
>
> Os militantes mais velhos (...) não se deixam envolver por esses fugazes entusiasmos, que nem sempre correspondem a uma profunda convicção revolucionária; mas necessário se torna que estes mesmos procurem fazer exercer toda a influência para se reagir contra o desenvolvimento d'um injustificável movimento terrorista em que além de se perderem inutilmente tantas energias, se perde muitas vezes as simpatias do público e se estraga a propaganda revolucionária." ([51])

Tais referências a atentados terroristas eram discutidas em função de ocorrências em outros países. Porém, o tom de alerta do texto indicava a possibilidade destes casos terem ocorrido no Brasil ou, pelo menos, de que se cogitasse sua utilização entre os jovens libertários

---

[51] LIMA, Campos. "O emprego da bomba - Quando ele é, por vezes, prejudicial à propaganda revolucionária". *O Sindicalista*. Porto Alegre, 26 dez. 1925, n. 11, p. 4.

aqui residentes.

O exagero das acusações policiais e o alarde com que a grande imprensa cercava os anarquistas não necessita ser tomado simplesmente como total falsificação, conforme indicação metodológica de E. P Thompson. O autor aponta a dificuldade em discernir uma resistência clandestina não registrada, no caso do movimento ludista inglês, dos relatos policiais que forjavam grandes conspirações e introduziam espiões como agentes provocadores, constituindo-se, então, uma região de história secreta. ([52]) Tomando por base alguns indícios no próprio discurso anarquista, tanto pelas precauções e condenações citadas, como pela defesa da violência em circunstâncias especiais, não se pode descartar o apelo a atentados no Brasil.

Segundo o militante Campos Lima, a violência, enquanto recurso coletivo, numa situação de defesa ou num momento revolucionário, poderia ser justificada:

> "O atentado compreende-se quando é o efeito de uma extrema violência.
> Entende-se, quando põe cobro a uma ditadura, a uma perseguição sistemática e isto quando atinge o homem, ou o grupo dominador.
> Justifica-se ainda em plena luta de ruas, quando a massa popular é atacada a tiro, ou a metralhadora e quando essa se defende com os meios de que pode dispor; explica-se também num momento de excitação revolucionária, num ataque organizado contra a força pública.
> Em todas essas situações o grande público abrange perfeitamente as causas que o determinaram e, se delas resulta um movimento de libertação e de progresso, aplaude-o." ([53])

O tema da violência parecia cercar-se de considerações delicadas, na medida em que sua defesa atentava contra o princípio fundamental da vida, valor primordial para os anarquistas. Não havia a pregação da violência pela violência, como um instinto natural ou uma convicção destrutiva como se pretendia atribuir aos anarquistas.

A violência estaria restrita a certas circunstâncias, como sugere o discurso acima citado, não deixando, entretanto, de provocar ambigüidades. Tais ambigüidades estavam presentes também no discurso liberal desde suas origens, necessitando justificar a derrubada de um governo absolutista para a instauração da democracia burguesa, após a qual havia necessidade de conter e exorcizar a violência empregada em sua origem. O mesmo ocorria com as Revoluções de 30 e de 32, conforme denúncia dos anarquistas: após o momento revolucionário, os membros do governo que haviam feito uso de meios violentos pregavam a ordem e o pacifismo, em seus posteriores

---

[52] THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, p. 58-60, vol III.
[53] LIMA, Campos. *Op. cit.*

discursos. Nestes discursos, assim como naqueles de *OESP*, a violência era escamoteada e encoberta pelo enaltecimento da legalidade e das vias pacíficas para a resolução dos conflitos:

> "Quando surgia um movimento grevista (...) os jornais ao serviço da casta industrial e da casta política desembestavam na pior das investidas, chamando os grevistas de desordeiros, de estrangeiros perturbadores da ordem, de energúmenos perigosos, que queriam arruinar o país com as suas exigências descabeladas quando o Brasil era um paraíso de opulência e abundância, (...) não havendo pois lugar para agitações e reclamações insensatas e disparatadas. (...)
>
> Os operários agora estão vingados. E a população de São Paulo e de todo o Brasil está edificada, certa de que não é o operariado paulista quem provoca desordens com suas reclamações e com suas greves pacíficas, mas que os verdadeiros desordeiros são os provocadores da última contra-revolução, (...) da mais inaudita chacina fratricida que já afligiu o Brasil." ([54])

Assim, no discurso anarquista, a imagem da violência revolucionária era sublimada pelas imagens confortadoras da paz na sociedade futura. A necessidade da destruição para a construção do novo era uma das justificativas de sua utilização. Não se poderia conceber que a criação de uma sociedade nova fosse construída sem a eliminação das antigas estruturas autoritárias que precisavam ser reelaboradas, desde os alicerces, para que a opressão não brotasse novamente. Neste aspecto, todas as relações de trabalho, de organização da cultura, da educação e da família deveriam ser recriadas sob os princípios da harmonia e do pacifismo.

O emprego da violência justificava-se, também, diante das resistências dos inimigos de classe, ou seja, da burguesia que não entregaria amigavelmente suas propriedades para os trabalhadores. Justificava-se que a sociedade capitalista por ser uma sociedade permeada de violências e repressora de qualquer mudança, fosse objeto de violência, segundo texto de Malatesta publicado em *A Plebe* de setembro de 1933:

> "A humanidade arrasta-se penosamente sob o peso da opressão política e econômica: acha-se embrutecida, degenerada, assassinada (não sempre lentamente) pela miséria, pela escravidão, pela ignorância e por todos os seus resultados. Para defesa deste estado de cousas, existem poderosas organizações militares e políticas, que respondem com a prisão e o cadafalso a qualquer tentativa séria de transformação. Não existem meios pacíficos nem legais para sair desta situação, e é natural que assim seja, pois as leis foram feitas pelos privilegiados, expressamente para defender os privilégios.
>
> Contra a força física que nos impede a marcha, só há a força física, só existe a revolução violenta.
>
> Evidentemente a revolução produzirá muitas desgraças, muitos sofrimentos; produzem-se, porém, muitos mais no regime atual." ([55])

---

[54] "Os verdadeiros desordeiros". *A Plebe*. São Paulo, 26 nov. 1932, n. 2, p. 3.
[55] MALATESTA, Errico. "A violência". *A Plebe*. São Paulo, 23 set. 1933, n. 41, p. 2.

A polêmica em torno da legitimidade do uso da violência na sociedade capitalista contra a violência que esta produzia, e a necessidade deste recurso na sociedade futura, aparecia nas páginas de *A Plebe*, com ardoroso envolvimento. Sob o título "A violência não constitui a essência da propaganda anarquista", Domingos Passos, ex-prisioneiro do Oiapoque, procurava dissociar o vínculo entre anarquismo e violência. Atribuía a explosão de bombas a agentes ligados à polícia, que visavam a denegrir a imagem da militância libertária. Como exemplo, citava uma experiência concreta:

> "Julgam muitas pessoas, mal orientadas, aliás, que o terrorismo é a essência da propaganda anarquista. Puro engano. A propaganda terrorista foi sempre o meio de que se serviram os *agentes provocadores*, para proporcionarem as reações, perseguições desencadeadas contra os verdadeiros apóstolos do anarquismo. Conheci, no Rio de Janeiro, um fabricante de bombas e um outro cuja especialidade consistia em atirá-las nos bairros pobres ou em locais onde nunca deram prejuízo algum.
>
> Uma das vezes em que me encontrava na cadeia, (...) entrou o fabricante das ditas, numa formidável camaradagem com os policiais, rindo, brincando, etc." ([56])

Em resposta a Domingos Passos, outro colaborador do jornal, sob o pseudônimo de Uranus, provocativamente intitulava seu artigo "Tolstoianos ou Revolucionários". Remetia-se com este título ao pacifismo defendido por Tolstoi que considerava carente de caráter revolucionário. Os atentados praticados por anarquistas eram justificados sob a alegação de serem conseqüência da violência da sociedade burguesa que nada concederia senão sob a ameaça da força:

> "Julgo também que o terrorismo não é a essência da propaganda anarquista, mas creio que o terrorismo não é uma *causa* provocada pelo ideal libertário, mas sim um efeito produzido, quase sempre, pela mais feroz reação, provocada pelo regime burguês.
>
> (...) Que haja, às vezes, agentes provocadores, nos meios de proletários é verdade, mas na maioria dos casos, os atentados são consumados por idealistas.
>
> (...) E o que é uma revolução senão a violência em vasta escala, posta ao serviço da mais nobre e justa de todas as causas?"
>
> (...) Mas a prática quotidiana nos ensina que só obrigada pela força a burguesia cede algo ao proletariado, e é por isso que somos revolucionários e por conseqüência, violentos.
>
> O que vale o nosso direito se não tiver a força a ampará-lo? ([57])

Dos atentados praticados comprovadamente por anarquistas fora do Brasil no século

---

[56] PASSOS, Domingos. "A violência não constitui a essência da propaganda anarquista". *A Plebe*. São Paulo, 25 jun. 1927, n. 254, p. 2.

[57] URANUS. "Tolstoianos ou Revolucionários". *A Plebe*. São Paulo, 23 jul. 1927, n. 256, p. 2.

passado, eram citados como autores Vaillant, Emile Henri, Augiolilo e Bresci. Provocavam sérias polêmicas, mas eram atribuídos a iniciativas individuais e isoladas, sem ligações com grupos libertários. ([58]) Apesar das polêmicas geradas, reivindicava-se como ação libertária o incêndio do Reichstag na Alemanha pelo militante holandês Van Der Lubbe. Seu heroísmo e dignidade eram louvados enquanto atitude individual, sendo incluído no rol dos "grandes mártires da revolução". ([59])

Assim, isolada a violência dos atentados no individualismo, justificada a violência enquanto reação à violência burguesa e tomada em sua inevitabilidade no decorrer da transformação revolucionária, restava o risco destas formas de violência virem a contaminar a "sublime comunidade do futuro". A. Fernandez, em artigo para *A Plebe*, alertava para este perigo encarnado no desejo de vingança, que identificava no discurso de Uranus. Apelando para uma inteligente analogia, exclamava: "Deveria ser desolador, terrível, uma anarquia de brutos!" ([60])

O anarquista italiano Luiz Fabri, defendia a necessidade da violência que deveria defender a violação da liberdade alheia na sociedade futura, distinguindo-a da violência ofensiva ou coativa, fundando-se em Malatesta. Seria necessário o uso da força para expulsar o criminoso, o qual teria a liberdade de viver livre, mas afastado da sociedade. Mas a necessidade do emprego da violência defensiva seria um indício de que a anarquia não triunfara ainda. ([61])

Com referência às greves, os recursos violentos não eram defendidos pelos anarco-sindicalistas que utilizavam a mesma expressão da grande imprensa para defender seu direito: a greve pacífica. Deveria funcionar como recurso extremo para pressionar o patronato, enquanto que a violência advinda desta manifestação teria caráter defensivo ou seria unilateralmente proveniente da repressão policial. Assim, o Ateneu Libertário de Cultura Social denunciava as violências cometidas pelo novo governo em 1931:

> "Pelo único motivo de divergirem politicamente do regime atual e propagar publicamente suas idéias, um grande número de trabalhadores foram presos e sumariamente transferidos para a Capital da República à disposição do carrasco mór da classe trabalhadora, Batista Luzardo, que por sua vez, os expulsou do país, embora todos eles fossem brasileiros natos. (...)
>
> Todos os que não pactuamos direta ou indiretamente com a violência, devemos preparar-nos para responder eficientemente aos desmandos da horda fascista dominante.
>
> **Idéias se combatem com idéias, à violência se responde com a violência.**" ([62])

---

[58] "Quanta invencionice!". *A Plebe*. São Paulo, 21 jul. 1934, n. 67, p. 1.
[59] "Van Der Lubbe condenado à morte". *A Plebe*. São Paulo, 30 dez. 1933, n. 52, p. 1.
[60] FERNANDEZ, A. "Inevitavelmente". *A Plebe*. São Paulo, 6 ago. 1927, n. 257, p. 3.
[61] FABRI, Luiz. "Acerca do emprego da força". *A Plebe*. São Paulo, 31 dez. 1932, n. 6, p. 2.
[62] Ateneu Libertário de Cultura Social. "Aos trabalhadores e ao povo em geral". *O Trabalhador*. São Paulo, 5 dez. 1931, n. 2, p. 4.

Por outro lado, as denúncias contra as violências policiais nas greves eram uma constante, adquirindo formas novas e mais intensas em determinados momentos. Diante das tentativas de implantação da legislação social, a repressão mantinha-se principalmente nas manifestações públicas:

> "O emprego dos gases lacrimogêneos, uma inovação, no Brasil, da República Nova; a traição, a falta mesmo de palavra quando a polícia concede licença para a realização de comícios e, depois, os dissolve à bala, deixando operários mortos e feridos e as ruas salpicadas de sangue proletário, como nos recentes acontecimentos do Rio de Janeiro; a infâmia das modalidades descobertas também pelos tiranetes de 30, no emprego da mistificação como arma contra as greves, pretextando libertar operários 'sequestrados' ao invadir as sedes dos sindicatos onde se reúnem os trabalhadores para a defesa dos seus direitos. (...)
>
> Nunca houve no Brasil, nem mesmo sob o tacão das botas reacionárias do perrepismo, tantos crimes praticados pelas autoridades contra os trabalhadores.
>
> (...) A justiça popular se fará sentir, em dia talvez não muito longe, e os trabalhadores saberão como 'pagar', com juros, a soma de violências, arbitrariedades e perseguições que suportam dos novos 'senhores' do governo." ([63])

À violência cometida com a sindicalização forçada e atrelada ao Estado somava-se a violência física devido ao insucesso da estratégia governista. Diante destas, a resposta anarquista era a violência vingativa, projetada para o futuro revolucionário, sendo esta projeção personificada na imagem dos trabalhadores unidos que atacavam a fera da Reação, que acompanhava o texto. **(ilustração 15)**

[63] "De Profundis". *A Plebe*. São Paulo, 29 set. 1934, n. 72, p. 1.

d. A ação direta orientada pelo sindicato autônomo

Nos estatutos dos sindicatos libertários indicava-se a greve, o boicote e a sabotagem como estratégias de luta. Eram todas formas de **ação direta**, em que o trabalhador pressionava diretamente o patrão, sem intermediários, para a obtenção de suas reivindicações.

O boicote e a sabotagem teriam sido mais freqüentes nas duas primeiras décadas do século, conforme foi analisado por Jacy Alves Seixas. ([64]) As duas estratégias atingiam diretamente uma empresa, sendo usadas isoladamente ou paralelamente às greves. O boicote ocorria através da negativa do consumo das mercadorias ou da prestação de serviços a uma empresa, e a sabotagem consistia na produção deficiente ou na inutilização das máquinas:

> "Outra arma formidável preconizada pelos sindicalistas é a boicotagem.
> Quando os trabalhadores, forçados por quaisquer circunstâncias a abandonar uma greve, (...) resta-lhes ainda essa arma formidável - o boicote.
> Por exemplo: os camaradas gráficos de São Paulo decretaram há pouco o boicote à casa Júlio Costa. Pois bem, se à greve contra esta casa eram chamados os trabalhadores gráficos, ao boicote são chamados não só todos os trabalhadores, em geral, como ainda os demais homens que (...) têm uma consciência sã. (...)
> Ainda de uma outra arma serve-se o sindicalismo, a *sabotagem*. A sabotagem tem por fim inutilizar os meios de produção, evitando, assim, que trabalhadores não conscientes vão trabalhar enquanto seus irmãos lutam na defesa de seus direitos." ([65])

A utilização freqüente e eficaz do boicote era feita pelo Centro dos Operários em Pedreiras do Rio de Janeiro, entre 1927 e 1928. Boicotavam-se as oficinas que não respeitavam os regulamentos estabelecidos pelos sindicatos que determinavam jornada de 8 horas, tabela de salários e dias de pagamento. O boicote ocorria pela recusa dos trabalhadores à prestação de serviços ao industrial:

> "O 1° Relator da Comissão de Melhoramentos relata à assembléia o caso da pedreira da Providência.
> Declarando que a mesma se acha funcionando em desacordo com este Centro, em virtude dos seus dirigentes terem ordenado aos seus operários, que trabalhassem mais duas horas por dia.
> Esse assunto levantou fortes e gerais protestos contra a atitude insólita e anti-

---

[64] SEIXAS, Jacy Alves de. *Anarchisme, syndicalisme revolutionnaire et participation politique au Bresil: mythe et histoire*. Paris, These de Doctorat de l'EHESS (École de Hauts Études en Sciences Sociales), 1984, p. 359-361.

[65] PASSOS, Domingos. "A organização operária". *A Plebe*. São Paulo, 9 jul. 1927, n. 255, p. 2.

> humana da gananciosa companhia, sendo a mesma boicotada pelos trabalhadores conscientes." ([66])

Este centro operário desfrutava de grande poder de pressão já que, nas assembléias relatadas em seu jornal, apontava-se constantemente a utilização de boicotes, sendo freqüentes os pedidos de industriais para que suspendessem esta medida após o atendimento das exigências. Os trabalhadores que se oferecessem ao trabalho nas oficinas boicotadas perderiam direito aos benefícios sindicais, sendo tratados como "crumiros" ou "traidores". Provocava grande agitação o pedido de um destes "traidores" para retornar à associação, lotando a assembléia os "companheiros ofendidos". ([67])

A defesa da autonomia e da espontaneidade dos grevistas na condução de seus movimentos levou os sindicatos libertários a abdicarem da direção dos movimentos. Elegeu-se um **Comitê de Greve** que tinha o papel de coordenar a ação, convocando as assembléias e elaborando a pauta de reivindicações que seria encaminhada aos patrões, negociando com os mesmos. Este procedimento era citado na greve dos vidreiros em maio de 1932, afirmando-se que, diante da criação do comitê, ficava sem efeito a Comissão Executiva do sindicato. ([68]) Ao sindicato, fora dos períodos de greve, cabia o papel conscientizador através de palestras e conferências, campanhas nos bairros e fábricas, fornecendo, no decorrer da greve, apoio ao Comitê.

As Federações tinham o papel de fornecer apoio e estabelecer a comunicação entre os sindicatos. Quando a violência policial era mais intensa com invasão de sindicatos, ou quando não havia sindicato organizado, a federação se encarregava de estabelecer as mediações com a polícia ou com os patrões.

Os piquetes muitas vezes eram as atividades geradoras de violências entre os trabalhadores, intensificando-se devido à intervenção policial. Na concepção anarquista, o trabalhador não deveria ser constrangido à adesão por ameaças, nem conduzido inconscientemente, sendo a sua participação espontânea. A pressão admitida era "moral", chamando-se os operários ao **cumprimento do dever de sua consciência**, enquanto os não aderentes eram taxados de "fura-greves", "crumiros", "traidores". Em greve de tecelões em Sorocaba, os ataques dirigidos aos operários que iam trabalhar, indiferentes ao movimento grevista, eram atribuídos a crianças precocemente rebeldes:

---

[66] "Assembléia Geral 17-9-1927". *A Vida*. Rio de Janeiro, 1 out. 1927, n. 42, p. 4.
[67] *A Vida*. Rio de Janeiro, 1 jun. 1928, n. 51, p. 4.
[68] "As Greves". *OESP*. São Paulo, 5 maio 1932, p. 6.

> "Os inconscientes, escravos da tirania patronal, incapazes ainda de repelir as tentativas postas em prática no sentido de aumentar a sua escravidão, dirigiram-se passivamente para o ergástulo do trabalho.
>
> Ao mesmo tempo que os mais conscientes os chamavam ao cumprimento do seu dever, a criançada (...), com irreverência e a rebeldia espontânea próprias da infância, fê-los recuar a pau e a pedradas, num gesto animador de consciência nascente, ao grito de - "Viva a jornada de 8 horas!" ([69])

A coesão do movimento devia ser garantida por assembléias constantes no decorrer da greve, quando não se mantinha a assembléia permanente ou reuniões diárias. Os comícios durante as greves nas portas das fábricas ou nas praças públicas, tinham a finalidade de obter o apoio de outros sindicatos e da população, demonstrando-se a solidariedade da classe. As greves de outras categorias motivadas não por reivindicações particulares, mas por solidariedade, eram enaltecidas assim como a mobilização para o fornecimento de sustentação material de outra categoria.

A solidariedade de sindicatos congêneres era, muitas vezes, fundamental para o sucesso de uma paralisação, evitando-se a substituição dos grevistas pela contratação de novos funcionários. Esta estratégia patronal era denunciada principalmente nos anos de 1934 e 1935, enquanto anteriormente a reação ocorria através do *lock-out* e das demissões em massa.

Os bons resultados da **ação direta**, praticada por sindicatos libertários, eram contrastados com o fracasso previsível dos sindicatos que pediam a mediação das autoridades policiais ou do Ministério do Trabalho. Marcavam a memória operária as vitórias obtidas pelos sapateiros em "formidável movimento" de 1932, no qual fora recusada a intervenção das autoridades, pressionando-se cada patrão até a obtenção do aumento salarial para toda a categoria. As pequenas oficinas cediam mais rapidamente a esta forma de atuação, tendo a greve se prolongado por mais de um mês, até a vitória nas grandes fábricas. O acontecimento era lembrado anos depois como demonstração de força e coesão:

> "Está ainda na mente de todos o formidável movimento de Maio de 32, em que 10.000 operários das fábricas de calçados, reunidos no Teatro Olímpia, se declararam em greve, arrancando dos tubarões de sua indústria várias melhorias imediatas que reivindicaram.
>
> Fez temer a burguesia essa demonstração de força e coesão, esse movimento que obrigou o patronato a ceder a todas as reivindicações constantes do memorial que naquela ocasião constituiu o motivo da luta." ([70])

---

[69] "A greve dos tecelões de Sorocaba". *A Plebe*. São Paulo, 1 maio 1927, n. 250, p. 4.

[70] "O aniversário da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas". *A Plebe*. São Paulo, 4 ago. 1934, n. 68, p. 3.

A superioridade da estratégia da ação direta frente aos trâmites burocráticos, assim como a consciência e a organização sindical da categoria, eram comemoradas como estrondosa vitória pelos metalúrgicos da Metalgráfica Matarazzo. Mesmo com a divisão do movimento ocorrida entre as duas categorias envolvidas, devido a diferenças ideológicas, a União dos Operários Metalúrgicos, sob linha anarquista, conseguira neutralizar a tentativa de fazer fracassar o movimento pela União dos Trabalhadores Gráficos, ligada aos trotskistas, reafirmando-se a validade de sua estratégia:

> "Apesar do manejo das forças reacionárias; apesar dos esforços do Ministério do Trabalho em fazer fracassar a greve pacífica das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo de Vila Pompéia e Água Branca, a força consciente dos trabalhadores organizados e unidos em seus sindicatos de classe alcançou uma estrondosa vitória. O conde Francisco Matarazzo, compreendendo afinal que os seus milhões são importantes ante a força de consciência de seus operários quando reclamam os seus direitos, cedeu à pressão esmagadora dos braços cruzados que, não movimentando as máquinas, faziam diminuir a entrada de ouro em suas caixas fortes, durante 12 dias de greve em que os operários dessa indústria, principalmente as mulheres, se mantiveram em um atitude digna de operários que têm consciência dos seus deveres e já vão compreendendo o valor dos seus direitos." ([71])

Outras greves, apesar de não serem organizadas por anarquistas, eram admiradas por terem em sua atitude o princípio da ação direta. Eram relatadas nos jornais libertários com entusiasmo. Os operários das Minas de Carvão do Recreio, no Rio Grande do Sul, por falta de pagamento, teriam assumido a direção dos trabalhos da mina, em 1933, até a compensação de suas perdas, fornecendo um salário ao proprietário. ([72]) Em São Paulo, no ano seguinte, os tecelões da Fábrica de Juta Penteado paralisaram o trabalho, mas permaneceram na fábrica de braços cruzados, tendo obtido vitória em dois dias.

Em atitude mais ameaçadora, extensa greve em Santos, no ano de 1934, envolvia operários da construção civil, garçons, padeiros e motoristas que tinham acabado de abandonar os sindicatos oficiais. Surgiam sucessivas notícias de explosão de bombas, as quais tinham pouco alcance, não provocando feridos. Esses sindicatos não eram libertários, embora, pela associação de idéias aparecesse em *OESP* notícia que utilizava a denominação de anarquista para se referir ao terrorista autor dos atentados. ([73]) O jornal *A Plebe*, entretanto, avaliava positivamente tais

---

[71] "Foi solucionada a greve de Água Branca". *A Plebe*. São Paulo, 17 dez. 1932, n. 4, p. 4.
[72] "Era dar-lhe uma blusa..." *A Plebe*. São Paulo, 22 jul. 1933, n. 34, p. 1.
[73] "Os atentados Terroristas". *OESP*. São Paulo, 31 ago. 1934, p. 4.

iniciativas, como exemplos da ação direta para pressionar os trabalhadores, no caso, o sindicato dos garçons, e os patrões:

> "Em conseqüência das greves houve um atentado contra o Centro Internacional de Santos. Uma bomba explodiu ali fazendo danos materiais.
> Outras bombas explodiram, também, noutras partes, notando-se grande propensão para a ação direta, caso os patrões não resolvam atender as reivindicações pleiteadas." ([74])

As bombas explodiam em locais próximos às residências dos proprietários, das autoridades ou nos locais de trabalho, para pressionar os "fura-greve", obtendo bons resultados, na avaliação libertária:

> "O serviço dos hotéis e similares também tem estado paralisado, embora se notassem muitos "krumiros", que, ante a atitude dos grevistas e alguns atos de sabotagem que se verificaram, resolveram aderir à última hora." ([75])

No final de greves vitoriosas, o pagamento dos dias parados era exigido dos patrões, na medida em que estes eram responsabilizados pelo advento de uma paralisação defensiva. A União dos Canteiros de São Paulo deflagrou greve em 1927 contra a implantação de um cartão de identificação que serviria para a catalogação dos operários, prenunciando as Carteiras Profissionais instituídas em 1932. ([76])

A garantia das conquistas também dependia da coesão da categoria que, diante da quebra dos acordos realizados com os patrões, voltava à greve. As leis não forneciam garantia, pois não eram cumpridas. Assim, os sapateiros libertários do Rio de Janeiro, após conclusão de uma greve bem sucedida, em 1933, ao serem informados de que uma das fábricas burlara o acordo firmado, retornaram à paralisação. ([77])

Portanto, as greves vitoriosas contribuíam para o robustecimento do sindicatos cuja categoria, demonstrando resistir às investidas patronais, impediria a perda das conquistas. Assim, a ação direta não era uma ação individualizada nem violenta na concepção libertária, apesar de apoiar atos violentos em algumas circunstâncias. Ela ocorria, segundo seu próprio discurso, através do sindicato enquanto organização autônoma que permitia a conscientização do operário e

---

[74] "Greves em Santos". *A Plebe*. São Paulo, 4 ago. 1934, n. 68, p. 4.
[75] "O movimento grevista em Santos". *A Plebe*. São Paulo, 18 ago. 1934, n. 69, p. 1.
[76] "Terminou o movimento provocado pelo espírito reacionário dos patrões". *A Plebe*. São Paulo, 11 jun. 1927, n. 253, p. 3.
[77] "União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas". *A Plebe*. São Paulo, 28 jan. 1933, n. 11, p. 4.

a prática da solidariedade.

Após a repressão desencadeada pelo Levante Comunista de novembro de 1935, ainda ocorreram greves com dimensão bastante limitada. Especialmente entre os padeiros que mantinham seu sindicato sob orientação libertária, ocorreu em fevereiro de 1936 uma greve circunscrita a um único estabelecimento. ([78]) Em agosto de 1937 foram paralisadas cerca de 200 padarias em São Paulo, obtendo-se resultado positivo em várias delas. ([79]) Apesar da intensa perseguição aos sindicatos independentes, o Sindicato dos Manipuladores de Pão permaneceu atuante, com militantes libertários em sua Comissão Executiva até 1939 quando, sob estrita vigilância do DOPS, foi obrigado a transformar-se em associação, alegando-se que o título de sindicato era prerrogativa das associações oficiais. Segundo documentação deste sindicato encontrada em Prontuário do DOPS, seus militantes pediram o reconhecimento do sindicato em 1940 para evitar a oficialização de outra associação não representativa da categoria. ([80])

A estratégia dos anarquistas, através da ação direta, estimulada pelos sindicatos autônomos, apesar de seu retraimento no meio sindical, continuava a ser reafirmada com base no seu passado de lutas. Assim, num resposta do jornal *A Plebe* ao ex-anarquista Antônio Bernardo Canellas que havia aderido ao PCB, reafirmava-se a identidade libertária frente às acusações de estarem as teses libertárias ultrapassadas:

> "Velho anarquismo modelo 1910?
> Aí está uma novidade para nós que somos anarquistas há mais de 30 anos e que, em nosso parecer, achamos que o anarquismo não sendo tão moderno como o bolchevismo pseudo-comunista, ainda não teve tempo de envelhecer nem de mudar de figurino. (...)
> O anarquismo está onde sempre esteve: na estacada, batendo-se pelo máximo de liberdades para todos e pelo mínimo de compressões, de autoritarismos, de injustiças, enquanto não chega a hora de as extirpar pela raiz, de as arrancar inteiramente, de as suprimir completamente." ([81])

---

[78] "Com a padaria Paulista". *O Trabalhador Padeiro*. São Paulo, 25 mar. 1936, n. 6, , p.1. Vide tabela de greves em anexo.
[79] *OESP*. São Paulo, 21 ago. a 1 set. 1937.
[80] Relatórios de 6 set. 1939 e 30 set. 1940. *Prontuário n. 868: Sindicato dos Manipuladores de Pão*, vol. 2, DOPS / AESP.
[81] "Os anarquistas e o jornal '5 de Julho'". *A Plebe*. São Paulo, 29 jul. 1933, n. 35, p. 4.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos as marcas deixadas pela experiência libertária no meio sindical brasileiro, no período de 1927 a 1937, verificamos não só traços de ruptura com relação às práticas antecedentes das duas primeiras décadas do século, como, também, elementos de continuidade.

Embora não possamos delimitar com precisão o alcance da presença libertária nos sindicatos, demonstramos se não, a predominância desta corrente no meio sindical paulista, como afirmavam os próprios libertários, também uma influência tão significativa quanto aquela de seus oponentes. As listagens que elaboramos dos sindicatos e grupos libertários, apesar de não serem exaustivas, visam a sustentar tais conclusões. Pretendemos ter contribuído com a historiografia do movimento operário que menciona estas associações de modo esporádico no início da década de 30, muitas vezes, fundamentando-se em parâmetros exteriores ao processo sindical e libertário.

A ruptura do vigor demonstrado nas duas primeiras décadas do século, quando o anarquismo predominava entre a militância operária, foi paulatina, em decorrência de uma série de fatores que interferiram nas práticas sindicais. A perseguição aos anarquistas mais destacados nas manifestações operárias, intensificada durante os anos 20, com prisões, deportações e degredos, teria atingido parte da militância mais atuante. Simultaneamente, os comunistas reforçavam a competição pela direção dos sindicatos, obtendo sucesso, principalmente no Rio de Janeiro. Tanto pelo ingresso de ex-libertários no PCB como pela penetração de novos integrantes, vários sindicatos mudaram sua orientação, voltando-se para a estratégia de centralização comunista. A intervenção estatal na organização operária, através da Legislação Trabalhista e dos sindicatos oficiais, constituiria outro fator de ruptura enquanto estratégia para o controle dos trabalhadores. Na perspectiva anarquista, estes novos agentes, apontados muitas vezes como estranhos ao meio operário, representavam a multiplicação de seus inimigos, contrastando-se com os áureos anos de sua "hegemonia".

Tais fatores, porém, podem ser relativizados pela continuidade da atuação libertária nos

vários sindicatos que permaneceram aglutinados sob a corrente libertária, principalmente em São Paulo. A insistência na remissão ao passado e na manutenção de um conjunto de padrões morais, culturais e organizativos surgiu como recurso para a garantia da integridade de uma identidade que se defrontava e se afirmava em meio hostil. Como é próprio ao processo de construção da identidade, a oposição ao "diferente" participava do discurso libertário. Enquanto porta-voz do explorado e do oprimido, voltava-se contra as classes dominantes, possibilitando a formação de uma consciência e cultura operárias. Estabelecendo-se a luta de classes como elemento deste processo, conforme afirma Thompson, a ação libertária visava a eliminação do Capitalismo, do Estado e da Igreja, seus inimigos autoritários,. Em contraste com relação às outras correntes atuantes no meio operário, não se defendia a oposição, mas a tolerância, considerando-as diferentes opções ideológicas. Esta tolerância, porém, transformava-se em exaltado ataque às práticas autoritárias e aos princípios geradores de um novo Estado opressor inerentes a essas doutrinas políticas.

A viabilidade da prática educativa, fundamental na concepção libertária, calcava-se nas formas de organização dos sindicatos e grupos que tinham, como base, o princípio antiautoritário e mecanismos que impedissem o estabelecimento de chefes ou interesses que desviassem a opção consciente dos trabalhadores pela associação solidária. As atividades culturais, como os festivais, cursos e palestras, não eram apenas complementos às atividades sindicais e aos grupos, mas compunham-se como meios para a concretização de suas finalidades primordiais, ou seja, para a formação e conscientização do trabalhador.

As formas de organização e de expressão cultural, como o discurso e o imaginário libertário, apresentavam traços marcantes de suas origens no século passado. Sua adaptação e recriação ocorriam, predominando, porém, a repetição como garantia da identidade, buscando-se no lastro da tradição o impulso e o vigor para sua continuidade. Criticando os comunistas que constantemente renomeavam suas organizações federativas, propondo novos rótulos para a formação de frentes únicas, os anarquistas retomavam orgulhosamente as mesmas denominações e procedimentos em suas associações, jornais e festivais.

As imagens e o discurso libertário foram empregados como recursos para as lutas operárias e para a preservação da identidade dos grupos de militantes. Através da expressão visual e imagética detectam-se os embates estabelecidos entre os ideais antiautoritários e a repressão estatal. Assim, à afirmação da dignidade operária, representando o trabalhador robusto e altivo,

aos ideais de revolução e de harmonia projetados na alegoria feminina, sobrepunha-se o estereótipo do anarquista terrorista e subversivo difundido pela grande imprensa e pelos retratos policiais do DOPS.

A violência contida nas expressões veementes e nas imagens que projetavam a destruição revolucionária era apresentada muito mais como ameaça do que como efetividade. Apesar da admissão do recurso a meios violentos, como forma de defesa ou como instrumento para a destruição do sistema capitalista, a violência não era elemento central na concepção libertária, conforme destacam os estereótipos sobre o anarquista. Contra tais imagens enfatizadas pela grande imprensa que associava bombas e mortes à atuação libertária, os anarquistas procuravam defender-se, revertendo esta imagem negativa em seus atos de propaganda.

As imagens gráficas veiculadas nos periódicos libertários eram alvo da censura por parte do DOPS, do mesmo modo que eram destacadas nos relatos policiais as expressões agressivas utilizadas por seus militantes nas assembléias operárias. Verificavam-se, assim, tentativas de contenção do poder de persuasão e mobilização que as imagens e discursos possuíam, apesar da sua aparente anacronia, já que foram reeditados durante décadas.

A reiteração discursiva também surgia na postura frente às leis trabalhistas, através do desprezo dos anarquistas diante de sua institucionalização. Tanto sob o ponto de vista do Estado que buscava na elaboração legal do direito um meio de contenção das agitações dos trabalhadores, como sob o ângulo das reclamações e pressões operárias, haveria um processo contínuo no decorrer dos anos que antecedem a Revolução de 30 e naqueles que se seguem.

Os sindicatos guiados pela influência libertária, ao incluir em suas pauta de reivindicações o cumprimento das leis, exigem-nas enquanto direitos distintos da sua formulação legal, pois estes deveriam ser conquistas das lutas dos próprios trabalhadores. Em nome destas lutas do passado os anarquistas concitavam os trabalhadores para a ação direta, com pressão sobre o patronato, sem a mediação dos órgãos governamentais.

Na medida em que a elaboração das leis arrastava-se vagarosamente e a fiscalização do Ministério do Trabalho revelava-se ineficaz, a tese anarquista era reforçada pela luta contra os sindicatos que optavam pela via parlamentar ou ministerial para a obtenção de benefícios. As greves desencadeadas simultaneamente ao estabelecimento das leis trabalhistas demonstravam a validade das afirmações anarquistas, mas não produziam a reversão do processo de perda da autonomia sindical combatida pelos mesmos. As projeções de uma greve geral revolucionária eram

partilhadas entre anarquistas e comunistas, mas não proporcionavam a união entre ambos devido principalmente, às divergências quanto à autonomia sindical.

A experiência libertária teria se constituído numa tentativa de resistência à implantação do atrelamento dos sindicatos ao Estado, obtendo alguns resultados, principalmente na capital paulista. O enfraquecimento da orientação libertária nos sindicatos deveu-se à penetração das outras correntes no meio operário e à intervenção do Estado nas formas de organização dos trabalhadores, por meios brandos (concessão de direitos e burocratização) e por meios violentos (repressão policial), atingindo as associações sindicais já reduzidas e com limitada amplitude. Um último golpe de força foi aplicado com a repressão que se abateu sobre todas as organizações sindicais em novembro de 1935, ensaiando-se o controle sindical que passou a se exercer de modo ostensivo após a decretação do Estado Novo.

No meio sindical, os anarco-sindicalistas recolheram-se no final de 1935, aparecendo esporadicamente em assembléias operárias sob estrita vigilância do DOPS ou em manifestações antifascistas. Somente após 1945 os libertários voltam às manifestações públicas, em torno de grupos de afinidades ou de jornais, não reavendo, entretanto, posições significativas no meio sindical.

A afirmação da autonomia sindical na primeira metade dos anos 30 representa, porém, um entrave para o projeto de cooptação dos trabalhadores no início do período Vargas. Os militantes anarquistas desempenharam papel fundamental nesta resistência, denunciando os perigos a que o enquadramento sindical conduziria. O atrelamento das organizações operárias brasileiras teve vida longa, enquanto que a experiência libertária retirou-se do ambiente sindical, ressurgindo em ameaças de explosões, não mais de "bombas de dinamite", mas em atitudes rebeldes e contestadoras dos micro-poderes, como ocorreu nas agitações que percorreram o mundo em maio de 1968.

FONTES

1. Imprensa anarquista

Alba Rosa. Periódico Libertário. Dir. Francesco Cianci, São Paulo, 1934.

Boletim da Federação Operária de São Paulo. São Paulo, 1931.

O Grito Operário. Órgão da Liga Operária da Construção Civil, São Paulo, 1933.

A Lanterna. Órgão anticlerical. Dir. Edgard Leuenroth, São Paulo, 1934-1935.

O Libertário. Órgão da Agrupação "Braço e Cérebro", Porto Alegre, 1927.

A Luta. Órgão do Grupo Anarquista Internacional. Dir. Daniel Conde, Porto Alegre, 1928-1930.

A Plebe. Periódico Libertário. Red. Rodolfo Felipe, São Paulo, 1927, 1932-1935.

Quaderni della Libertá. Dir. Alessandro Cerchiai e Nino Danielli, São Paulo, 1932.

Lo Spaghetto. Dir. Alessandro Cerchiai e Nino Donnele, São Paulo, 1931.

O Sindicalista. Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Dir. Frederico Kniestedt, Porto Alegre, 1927-1928.

O Trabalhador. Órgão da Federação Operária de São Paulo. Dir. Hermínio Marcos, São Paulo, 1931-1934.

O Trabalhador Chapeleiro. Órgão do Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus. São Paulo, 1933.

O Trabalhador da Light. Órgão da União dos Trabalhadores da Light, São Paulo, 1934-1935, 1938, 1939.

O Trabalhador Padeiro. Órgão do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares. Red. Claudio Alvares e José Rocca, São Paulo, 1934-1936.

O Trabalhador Vidreiro. Órgão do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Vidros. São Paulo, 1931 / 1933.

O Trabalho. Publicação Libertária. Dir. Florentino de Carvalho e Francisco Cianci, São Paulo, 1931.

A Vida. Órgão do Centro dos Operários das Pedreiras. Dir. Diamantino Lopes Moreira e Moreira Busto, Rio de Janeiro, 1926-1928.

A Voz Proletária. Órgão da Federação Local dos Núcleos Operários Anti-políticos e Porta-Voz dos Princípios da Confederação Operária Brasileira. Porto Alegre, 1933-34.

2. Grande Imprensa

O Estado de S. Paulo. Dir. Julio de Mesquita Filho e Nestor Rangel Pestana, São Paulo, 1927-1937.

A Platéia. Dir. Pedro Cunha, São Paulo, 1927-1935.

3. Publicações oficiais

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1934-1938.

Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil (1927-1937). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928-1938.

4. Prontuários do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - São Paulo

n. 55: Antonio Arcas Gimenez.

n. 69: Antonio Domingues.

n. 122: Edgard Leuenroth, 2 vols.

n. 144: Florentino de Carvalho.

n. 147: Francisco Arouca.

n. 188: Hermínio Marcos Hernandez.

n. 189: Hugo Biocatti.

n. 195: Isabel Cerrutti

n. 283: José Rodrigues.

n. 377: Pedro Catallo.

n. 400: Rodolpho Felippe.

n. 582: União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas.

n. 710: União dos Trabalhadores da Light.

n. 716: Federação Operária de São Paulo, 4 vols.

n. 860: José Oiticica.

n. 868: Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros, 3 vols.

n. 927: Liga Operária da Construção Civil.

n. 1.123: Sindicato dos Operários Metalúrgicos.

n. 1.914: Centro de Cultura Social.

n. 2.303: A Plebe.

n. 2.945: Confederação Operária Brasileira.

n. 70.757: Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas.

5. Coletâneas de Documentos

CARVALHO, Florentino (Primitivo Soares). *A guerra civil de 1932 (em São Paulo): solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo, Ariel, 1932.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

CADERNOS AEL. Operários e anarquistas fazendo teatro. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth

Centro de Pesquisa e Documentação Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, n. 1, 1° semestres de 1992.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 2° ed., 1977. [1ª ed., 1962]

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*, vol I - Documentos (1889 a 1930). São Paulo: Alfa-Omega, 1975; vol II - Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

OITICICA, José. *Ação Direta (meio século de pregação libertária)*. Seleção, introdução e notas de Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Germinal, s. d.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Tchê!, 1992.

REBELO, Edgardo de Castro. *A greve dos padeiros e a reação capitalista*. Rio de Janeiro: Oficina Alba, 1930.

PRADO, Antonio Arnoni e HARDMAN, Francisco Foot. *Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

Acervos

Campinas Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, UNICAMP

São Paulo Arquivo do Estado de São Paulo

Biblioteca Municipal Mario de Andrade

Centro de Apoio à Pesquisa em História

Instituto de Estudos Brasileiros

Rio de Janeiro Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Casa Rui Barbosa

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas

BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

AGULHON, Maurice. *Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris: Flammarion, 1979.

------. *Marianne au pouvoir. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*. Paris: Flammarion, 1989.

ALMEIDA, Jaime de. *Le mouvement ouvrier bresilien des annes 1930*. Paris, Memoire présente ao Departement Histoire, Université de Paris VIII, Maitrisse sous la direction de Marianne Debouzy, [1979] (mimeo)

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930/45*. São Paulo, Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

ALVES, PAULO. *Anarquismo, movimento operário e o Estado: suas relações no contexto capitalista da Primeira República: 1906-1922*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1981 (mimeo).

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil - da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1988.

------. *A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979/80)*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas, Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1994 (mimeo).

ARAÚJO, Paulo Eduardo Martins. *Domínio da regra: condição do saber e do agir. Considerações sobre as experiências liberal e anarquista na República*. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado na área de Ciências Sociais aplicadas à Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1988 (mimeo).

ARAUJO, Rosa M. Barbosa de. *O batismo do trabalho - a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ARENDT, Hannah. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

------. *O Sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

------. *Da Violência*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

BACZCO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.

BAJTIN, Mijail. *La cultura popular en la Edad Media y en el Renascimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BANDEIRA, Moniz et alia. *O ano vermelho (a revolução russa e seus reflexos no Brasil)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARROS, Mônica Siqueira Leite. *As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1979 (mimeo).

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Tese (Doutorado em História), Université de Paris I, Pantheon-Sorbonne, 1986. (2 vol.)

------. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje 1990*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, p. 117-127, 1990.

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Global, 1977.

BENJAMIN, Walter. "Crítica da violência, crítica do poder". In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986.

BERNARDO, Antonio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil 1930-1945*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

BLANCO, Esmeralda Luiz. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1977 (mimeo).

BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.

BOOKCHIN, Murray. *Los anarquistas españoles: los años heroicos (1868-1936)*. Barcelona, Buenos Aires, México: Grijalbo, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário (movimento operário nos anos de 1917 a 1921)*. Campinas: Pontes / UNICAMP, 1988.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *O sindicalismo bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

------. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto / EDUSP, 1988.

------. e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo")*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social". *Revista Brasiliense*. São Paulo, n. 41, p. 98-122, mar.-jun. 1962.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

------. *Preconceito Racial: Portugal e Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

------. "La Guerra Civil Española através de las revistas ilustradas brasileñas: imágenes y simbolismos" *Estudios Interdiciplinarios de America Latina y el Caribe*. Israel, Universidade de Tel Aviv, vol. 2, n. 2, jul-dez. 1991, p. 39-50.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

------. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

------. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo, Ática: 1991.

CARR, Raymond. *La trajedia española: la Guerra Civil en perspectiva*. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

------. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado (investigação de antropologia política)*. Porto: Afrontamento, 1979.

COLOMBO, Eduardo. *El imaginario social*. Montevidéu: Nordon-Comunidad; Buenos Aires: Altamira, 1989.

COSTA, Emília Viotti. "A nova face do movimento operário na Primeira República". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 2, n. 4 , p. 217-232, set. 1982.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Origens do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

------. "Arquivos anarquistas". *Congresso Pensamento Libertário Internacional: outros 500*. Pontifícia Universidade Católica, 24 a 29 ago. 1992.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL ROIO, José Luiz. *1º de Maio: cem anos de luta, 1886-1986*. São Paulo: Global, 1986

------ (org.). *Trabalhadores no Brasil: imigrantes e industrialização*. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1990.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DIAS, Odete da Conceição. *O trabalhador no discurso fotográfico do jornal "A Gazeta" (1930-1945)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993 (mimeo).

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

------. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

EDELMAN, Bernard. *La légalisation de la classe ouvrière*. Paris: Christian Bougois, 1978, Tome

1: *L'entreprise*.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1981.

------. "Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 20, p. 6-37, março de 1988.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores no Nordeste: práticas consentidas? 1930-1935*. São Paulo: Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1988-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORTES, Alexandre. *"Buscando os nossos direitos...": trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, nov. 1994.

FRANCO, Maria Isabel Silva. *A redescoberta da festa (o teatro amador na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As idéias estão no lugar". *Cadernos de Debate*. São Paulo: Brasiliense, n. 1, 1976, p. 59-64.

FRENCH, John D.. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A formação da classe trabalhadora (movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho - política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

------. *As idéias anarquistas em visão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1985, dat.

------. *Os anos 20: competição e debate no movimento sindical carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1986, dat.

------. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

------. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GUERIN, Daniel. *Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. *Sindicato do Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Campinas, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1982 (mimeo).

HALL, Michael. "Italianos em São Paulo (1880-1920)". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Tomo XXIX, p. 201-215, 1979.

------ e PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle". *Remate dos Males*, Campinas, n. 5, p. 96-120, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot - "O proletariado industrial na Primeira República", In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1977, vol 9: O Brasil Republicano.

------ *Nem pátria, nem patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

------ "O movimento operário e a Revolução de 30". In: MARANHÃO, Ricardo e MENDES JÚNIOR, Antonio (orgs.). *Brasil História - Era Vargas*. São Paulo: Hucitec, 1989.

------. "Anarquistas e anarco-sindicalismo no Brasil". In: MARANHÃO, Ricardo e MENDES JÚNIOR, Antonio (orgs.). *Brasil História - República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 311-321.

------. e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*, São Paulo: Ática, 1991.

HAUPT, Georges. "Por que a história do movimento operário?". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5, n. 10, p. 208-231, mar/ago, 1985.

HOBSBAWM, Eric J.. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

------. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

------. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

------. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOROWITZ, Irving Louis. *Los anarquistas*. Madrid: Alianza Editorial, vol. 1: *La teoria*, 1982,

vol. 2: *La práctica*, 1975.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas: Pontes, 1990.

KHOURY, Yara Maria Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*, São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1978 (mimeo).

------. *Edgard Leuenroth - uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. São Paulo, Tese (Doutoramento em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988 (mimeo).

KORNIS, Mônica Almeida. *Metalúrgicos paulistas: experiências de organização (1919-1935)*. Campinas, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991 (mimeo).

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LACERDA, Maurício de. *Evolução legislativa do direito social brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1960.

LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Maria Emília A.T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LITVAK, Lili. *Musa Libertária: arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Barcelona: Antoni Bosch, 1981.

LOPES, Juarez B.. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964.

LÓPEZ-MONIZ DE CEVO, Carlos. *O direito de greve, experiências internacionais e doutrina da OIT*. São Paulo: LTr, IBRART, 1986.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (org.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado e conjuntura*

econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970. Rio de Janeiro: Access, 1992.

LOWY, Michael et al.. *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

LUIZETO, Flávio Venâncio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional*. São Paulo, Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984 (mimeo).

------. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAFRA, Marcia Yajounovitch. *Relação entre as classes sociais e a campanha constitucionalista: 1930-1932*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984.

MAGNANI, Sílvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo, 1906-1917*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France*. Paris: François Maspero, 1983, v. II: *De 1914 à nous jours*.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protesto urbano*. São Paulo, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979 (mimeo).

MOLES, Abraham. *O cartaz*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Apontamentos do direito operário*. São Paulo: EDUSP, LTr, 1971.

------ *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978 (2ª ed.)

MULLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam - Giovani Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília*. São Paulo, Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

MUNAKATA, Kazumi. "O lugar do movimento operário". In: *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*. Araraquara, SP, ANPUH-UNESP, 1980.

------. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

------. *Algumas cenas brasileiras*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1982 (mimeo).

PAES, Maria Helena Simões. *O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira". In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional, 1987, p. 53-101.

------. e SADER, Éder. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)" In: CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-65.

------. e SADER, Éder e TELLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v. 3, nº 6, p. 129-149, set. 1983.

PARIS, Robert. "A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um vaudeville". *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, v. 8, nº 15, p. 61-89, set. 1987 - fev. 1988.

PERROT, Michèlle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

------. *Les ouvrieres en grève: France 1871-1890*. Paris: Mouton, 1974, Tomo I e II.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

------. "O proletariado industrial na Primeira República". In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, vol. 9.

------. "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão". *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 14, p. 119-131, out-dez 1975.

------. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

PIOZZI, Patrizia. *Natureza e artefacto. A ordem anárquica: algumas considerações sobre a gênese da idéia socialista libertária.* São Paulo, Tese (Doutorado em Filosofia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REYNAUD, Jean-Daniel. *Les syndicats en France*. Paris: Seuil, 1975, tome I.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. "A festa libertária no Brasil". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 9, 1983.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

------. *Novos rumos (pesquisa social 1922-1946)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976.

------. *Trabalho e conflito (as greves operárias no Brasil 1900/1935)*, Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1977.

------. *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.

------. *Alvorada operária (os congressos operários)*, Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

------. *Os libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.

------. *Os companheiros*. Rio de Janeiro: VRJ - Editores Associados, 1994 (vol. 1), 1995 (vol. 2)

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

------. "Sindicalismo e classe operária (1930-1964)". In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, vol. 10.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Anarchisme, syndicalisme revolutionnaire et participation politique au Bresil: mythe et histoire*. Paris, These de Doctorat de l'EHESS (École de Hauts Études

en Sciences Sociales), 1984.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarco-sindicalismo: orientação do movimento operário brasileiro em 1906-1907*. Piracicaba, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/ História), Universidade Metodista de Piracicaba, 1982 (mimeo).

SILVA, Lígia Maria Osório. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1977 (mimeo).

SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado (suas relações na formação do proletariado de São Paulo)*. São Paulo: Ática, 1981. [1ª ed.: 1966]

THOMPSON, E. P.. *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

------. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vols.

------. *Senhores & caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

------. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, s.d. Textos didáticos, circulação interna.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. 1.

TOLEDO, Edilene. *O amigo do povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993 (mimeo).

TOURAINE, Alain. "Industriazation et conscience ouvrière à São Paulo". *Sociologie du Travail*. Paris, v. 3, n. 4, p. 77-95, oct.-dec. 1961.

TROYANO, Annez Andraus. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

VESENTINI, Carlos A. e DECCA, Edgar S. de. "A revolução do vencido". *Contraponto*. São Paulo, ano I, n. 1, p. 60-69, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

------. "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências".

Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 3, p. 9-24, 1978.

------. "Atualizando uma bibliografia: 'novo sindicalismo', cidadania e fábrica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 53-68, 1984.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

VILCHES, Lorenzo. *Teoria de la imagem periodistica*. Barcelona, Buenos Aires, México: Edicciones Paros, 1987.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e Política*. São Paulo, Tese (Livre-Docência em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972 (mimeo).

WHITE, Hayden. "A questão da narrativa na teoria contemporânea da história". *Revista de História*. Campinas, n. 2/3, p. 47-89, 1991.

WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Porto Alegre: LPM, 1983, 2 vols.

------. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: LPM, 1986.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto: 1922-30*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

------ "Aspectos da legislação social na Primeira República". *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Universidade Federal de Recife, n. 13, v. 1, 1990, p. 129-149.

ANEXO

TABELA DAS GREVES : 1927-1937

Fontes:

Jornais:

oesp	*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1927-1937.
pleb	*A Plebe*, São Paulo, 1927 / 1932-1935.
AçDir	*Ação Direta*, Rio de Janeiro, 1928.
Bol FOSP	*Boletim da Federação Operária de São Paulo*, São Paulo, 1931.
OTrbLight	*O Trabalhador da Light*, São Paulo, 1934.
A Lant	*A Lanterna*, São Paulo, 1934.
OTrbPad	*O Trabalhador Padeiro*, São Paulo, 1936.
A Luta	*A Luta*, Porto Alegre, 1929.
Vida	*A Vida, Rio de Janeiro*, 1927.

Bibliografia:

(*H*)	Maria Hermínia de Almeida - *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil*. Tese de Doutoramento, USP, 1978
(Z)	Zélia Lopes da Silva - *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30*. SP: Marco Zero/CNPq, 1990.
(L)	Lobo, Eulalia - *Rio de Janeiro Operário*. RJ: Access, 1992.
(C)	Carone, Edgard - *A República Nova (1930-1937)*. SP: Difel, 1974.
(AA)	Araújo, Ângela - *Construindo o consentimento*. Tese Dout-UNICAMP, 1994.
(ER)	Edgar Rodrigues - *Novos Rumos*. RJ: Mundo Livre, 1976.
(JF)	John French - *O ABC dos operários*. SP: Hucitec, 1995.
(BK)	Boris Koval - *História do Proletariado Brasileiro*. SP: Alfa-Omega, 1982.
(Rant)	Ricardo Antunes - *Classe operária, Sindicatos e Partico no Brasil*. SP: Cortez e Ensaio, 1988
(D)	Dulles, John Foster - *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1977.

TABELAS DE GREVES: 1927 a 1937

GREVES ANO: 1927

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1	[ESTIVADORES]	Salvador-BA	[2d]3jan-dp [5jan]	Porto de Salvador	aumento salarial					4,5jan, JRF
2	2	[METALÚRGICOS]	R. Janeiro-RJ	[13 jan]	Metal SA Elevadores	atraso de pagamento					13 jan, L
3	3	**MOTORISTAS de Praça**	S. Paulo-SP	4 dias 25 jan - [28 jan]	categoria	prorrogar prazos p/ pagar imps, ctra imp estadual estrs, aum/ tab preço		Soc Intern Benef Cfeurs, Ctro Político Automobilistas,Ctro dos Mots	vitória parcial: não retira impostos de estradas	polícia, prisões	**oesp**26,27,28, 29 jan1,7 jun
4	4 5	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	+ 60 dias [28jan - 18abr]	Fáb N.S. das Victórias e Piedade	desrespeito de chefias, não cumprimento de direitos conquistados					28jan 18abr, L
5	6	**MOTORISTAS**	B.HorizonteMG	29 jan	categoria	ctra regulamento inspetoria veículos			[acordo favorável]		**pleb**26 fev
6	7	[ESTIVADORES]	Salvador-BA	1 dia : 11 fev	Docas do Porto						12 fev, JRF
7	8	**OPERÁRIOS DA ILHA DAS COBRAS**	R.Janeiro-RJ	[18 fev]	Ilha das Cobras	pagamento salários, alimentação, seg trab, baixos salários					18fev, 14abr, L
8	9	**PADEIROS**	Salvador-BA	16 dias 23 fev - 11 mar	várias padarias	aumento sal, normalizar hor trab, direito soc padeiros fiscalizar prods	+ 800	Sociedade dos Padeiros	promessas de acordo	repressão	23fev, 11mar, JRF
9	10 a 13	**COLONOS Administradores, fiscais, empreiteiros e camaradas**	Sertãozinho-SP	22 mar	Fazendas: Guilherme Schmidt,Vassoural, Engenho Central, S.Miguel	falta de pagamento há 23/24 meses	4.000				**pleb**12 fev,9abr
10	14a 17	**TECELÕES**	Sorocaba-SP	17 dias 25 mar - 11 abr	Fábs Votorantin, NS Ponte,Fonseca,StoAntonio	ctra aumento jorn 8 p/ 10 h, aumento de salário	centenas	sem sindicato ou comissão de propaganda	vitória	polícia, prisões, agentes secretos	**oesp**26,30/35jan29 **pleb**9/4,1,14 mai
11	18	[OPERÁRIOS]	Recife-PE	[26 mar]	Rossbach Brasil Co.					polícia	**pleb** 26mar
12	19		S. Roque-SP	algs sems: 2ªqz mar	Brasital S. A.	[jorn 8 hs com salário anterior]			acordo satisfaz2lados	inspetor de polícia	**pleb**26mar,9abr
13	20	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	[2 abr]	Fáb Tecs Sapopemba	atraso de pagamento					L
14	21	[OPERÁRIOS]	R.Janeiro-RJ	[15 abr]	J. Peleia		24				L
15	22	**OPS da FORÇA e LUZ**	Jacareí-SP	[12 mai]	categoria					polícia (F.Pública)	**oesp** 13 mai
16	23	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	7 dias: 2 mai - 8 mai	Tec Sedas NS Penha	contra redução salarial , jornada 8 h		sem sindicato	vit:+ % hs extras		**pleb**14 mai
17	24	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[14 mai]	Fáb de José Maluf	falta de pagamento					**pleb**14 mai
18	25a 39	**CANTEIROS**	S. Paulo-SP	39 dias 23 abr - 31 mai	15 oficinas de cantaria	ctra cartão de identificação, pagamento dos dias parados (*lockout*)		União dos Canteiros	vit: paga dias parados	polícia	**pleb**14,28 mai, 11jun,9jul
19	40 41	**FERROVIÁRIOS**	SE Salvador-BA	22 dias 9 mai - 30 mai	Chemins de Fer Fédéraux de L'est Brésilién	saída superitd corrupto, aum/ sal, abono trab extra,pagamento à CAP	6.000		vit: aumento sal e paga dias parados	polícia	**oesp**14,18,20, 27,30mai,1 jun
20	423	**FERROVIÁRIOS**	Salvador-BA	[28 mai]	EF Ilhéus-Conquista	aumento salarial, jornada 8 h				polícia est e fed	**oesp**28mai
21	44	**GRÁFICOS**	S. Paulo-SP	algs sems [28 mai]	Casa Júlio Costa	ctra funcionário que persegue ops		UTG	frac: boicote gráfica		**plb**28/5,11,25/6,9/7
22	45	**FERROVIÁRIOS**	Manaus-AM	5 jun	Manaus Tramways						**oesp**6 jun
23	46	**TECELÕES(ctra-mestres)**	Sorocaba-SP	16 jul	Fáb Sto Antônio	aumento salarial					**pleb**23 jul
24	47	**MARÍTIMOS**	P.Alegre-RS	[9,11 jun]	navegação fluvial	jornada 8h, aumento salarial	600/700	União Marítima			**oesp**9,11/6**pleb**23/5
25	48a 52	**VÁRIAS:vidreiros trabs em fáb de fósforo**	Niterói R.Janeiro-RJ	[7,10 ago]	-fábs fósforos e vidros -ofics, obras públs / parts	ctra extinção liberdade pensamento e direito de greve (Lei Celerada)				polícia, prisão	**oesp** 7, 10 ago
26	53 a 63	**VÁRIAS:tecelões, motoristas, sapateiros operários da construção naval**	RJaneiro,Petrópolis,Niterói-RJ SPaulo,Tatuí, Presid Prudente, Rio.Preto, Duartina-SP Belém -PA, PAlegre-RS Bananeira-PB	[3 dias] 10 ago -[12 ago] 22 ago - [24 ago]	-FábSCristóvan (SP) -Fáb Polar (RJ) -Fáb Ouro -chaufs (Rio Preto) -estaleiros Matilde (P.Al) -Fáb Gen Motors/saps	contra execução de Sacco e Vanzetti		Sociedade Operária de Presidente Prudente, Federação Operária de Belém		polícia prisões	**oesp**11a 13,23a26 ago, 11 ago, L, JF
27	64a 66	[ELETRICITÁRIOS]	R.Janeiro-RJ	[5 nov]	General Eletric,Fáb Lâmpadas Mazda, Inst.elétricas						5nov30, L
28	67	**SAPATEIROS**	R.Janeiro-RJ		Lopes Tinoco & Cia.Saps						L

GREVES **ANO: 1928**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1	TECELÕES	R.Janeiro-RJ	1 dia [1 - 2 jan]	FábTecidos Bangu	desentendimento com 2 gerentes				polícia	**oesp**3, 4 jan
2	2	TANOEIROS	CaxiasSul-RS	[6 fev]	categoria	ctra revogação jornada 8 hs	200				**oesp**7, 10 fev
3	3	OPS CONSTR CIVIL	R.Janeiro-RJ	[9 fev]	EstrRodagem Rio-SP	falta de pagamento					**oesp**10 fev
4	4	ESTAFETAS	Bento Gonçalves-RS	[15 fev]	Linha postal BtoGonçalves-AlfredoChaves	aumento de salário					**oesp**16 fev
5	5	ESTIVADORES	P. Alegre-RS	[15 fev]	categoria	contra redução de salários					**oesp**16 fev
6	6	CARVOEIROS	Niterói-RJ	[29 fev]	Firma Wilson,Sons & Cia	aumento de salários				chefe de polícia	**oesp**29 fev
7	7	MARMORISTAS	R.Janeiro-RJ	[1 mai]	Firma Carlos Silva Rocha	cumprimento lei de Féria1as					1mai L
8	8	CARVOEIROS	R.Janeiro-RJ	[6 jun]	Lloyd	aumento salarial			[frac]: demissões		5jun, L
9	9	TRABRS RURAIS SERINGUEIROS	Arumanduba - PA	[6 jun - 7 jun]	Fazenda do Coronel José Júlio	pagamento de salários			[frac]: retirada trabrs para outro local	aux govr neg interv pol	**oesp**8, 9 jun
10	10	TRABRS RURAIS	Vila Bela -PE	3 ago		movimento armado pela terra	600			pol	**BK**
11	11 12	Ops em Constr Naval, Carpinteiros e Ferreiros	[R.Janeiro] Niterói-RJ	± 2 meses [11 set - out]	categoria Lloyd, Brazillian Coal	aumento salarial		Resistência dos Carpinteiros			**oesp**12,20,30 set, L
12	13	OPS ESTALS (constr nav)	Niterói-RJ	1/2 dia : 20 out	Cia Navegação Costeira	falta de pagamento	2.000	(6 indivíduos)	vit parc: paga 1 mês	polícia	**oesp**21 out
13	14	OPS CONSTR CIVIL	R. Janeiro-RJ	[20 set]	Empr Engenh e Empreits	falta de pagamento	400				**oesp**21 set
14	15	OPS FÁB CAMISAS	R. Janeiro-RJ	4 out	Fáb Camisas Dragão	ctra rebaixamento posto ctra-mestre	60				**oesp**6 out
15	16	OPS OBRAS DA SOROCABANA	Samaritá-SP	[5 out]	E. F. Sorocabana	falta pagamento há 2 meses para funcs contratados pelo governo				polícia	**oesp**6 out
16	17	CARROCEIROS E COCHEIROS	R.Janeiro-RJ	[17 out]	categoria	aumento de salários, redução das horas de trabalho		(chefes do movimento)		polícia (negociação)	**oesp**11 out
17	18	TECELÕES	R.Janeiro-RJ	23 out	Fáb Tecs Linho da Estação Deodoro	atraso no pagamento de salários					**oesp**24 out
18	19	VIDREIROS	S. Paulo-SP	[13 nov]	FábVidros no Belenzinho	falta de pagamento de salários				polícia	**oesp**14 nov
19	20	[ESTIVADORES]	Salvador-BA	[+4 d]27out-dp31out	Docas Porto de Santos	aumento de salários					**DN**31out, JRF
20	21	CHAUFFEURS	Paranaguá-PR	15 nov	categoria						**oesp**16 nov
21	22	SERINGUEIROS	Santarém-PA	[21 nov]	Propriedades FORD (seringais)	aumento de salários	± 400		fracasso: abandono propriedade	polícia	**oesp**23 nov, BK
22	23	CARROCEIROS E ENTREGADORES	R.Janeiro-RJ	24 dez	Cia. Brahma	aumento de salários		AssResistência Cocheiros, Carroceiros Cls Anexas	[fracasso devido a fura-greve]	polícia, prisões	**oesp**25,28/12,11,15, 22jan29**ADir**10/1,L
23	24	CHAUFFEURS	Botucatu-SP	1 dia: 24 dez	categoria	retirada de multas da Prefeitura			vit: retiradas multas		**oesp**25 dez
24	25	OPS DE CONSTRUÇÃO DO PORTO	Recife-PE	[25 dez]	(Empresa construtora do Porto)	falta de pagamento, ctra obrigatoriedade de compra na empresa	400				**oesp**28 dez
25	26	CANTEIROS	R.Janeiro-RJ	[dez]	categoria						L
26	278	MOTORNS, MARÍTMOS	AM								BK
27	29	TRABRS em TRANSPORTES COLETIVOS	PB								BK

GREVES **ANO: 1929**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1	ESTIVADORES	Paranaguá-PR	[3 jan]	categoria	aumento de salários					oesp5 jan
2	2	TECELÕES	R. Janeiro-RJ	31 jan	Cia FiaçTec Botafogo	contra redução salarial, férias				CNT	oesp6,25jan
3	3 a7	TECELÕES	P. Alegre-RS	[4 dias] [12 jan - 15 jan]	Fbs:Renner,WGerdad,Wallig,CiaFiaçTec,FbGuayba	concessão da Lei de Férias			"entendimento . com o governo"	polícia	oesp13,15jan,8fev
4	8a9	CHAPELEIROS	S. Paulo-SP	12 jan - [14 jan]	Capelifício Sericchio, Fáb Dante Ramenzoni	Lei de Férias	840		entendimento	DOPS	oesp13,15,16jan
5	10	TECELÕES	S. Paulo-SP	[15-16 jan]	Fáb Catharina Braida	falta pagamento de salários			vit parc:paga1mês		oesp15,16jan
6	11 a13	COMERCIANTES	Turvo,BomJdim, S.Vicente Ferrer-MG	[30 jan]	Comércio atacado,varejo, bares, confts,pads, barbearias	contra aumento 300% nos impostos municipais					oesp30jan
7	14	ESTIVADORES	P.Alegre-RS	[8-16 fev]	categoria	aumento de salários					oesp8,10,16fev
8	15	SAPATEIROS	S.Paulo-SP	[18 jan]	Of Ismael SorianoCia	falta de pagamento				DOPS	oesp19fev
9	16	OPS FÁB CARTUCHO	S.Bernardo-SP	18 fev	FábNacCartuchoMunições					prisões	oesp19fev
10	17	TECELÕES	S.Paulo-SP	25 fev	Fiação Saturno	falta de pagamento				DOPS	oesp26fev,1mar
11	18	TECELÃS	S.Paulo-SP	1 dia: 26-27 fev	FábPassems IrãmosCaielli	contra contra-mestra	± 30		[acordo]		oesp27,28 fev
12	19	GARÇONS	Santos-SP	[1 mar]	Palace Hotel						Inten1mar, ER
13	20a 22	OPS FÁBS FUMO e ARMAZÉNS de CHARUTOS	Cachoeira,Muritiba,SFélix-BA	14 dias 5 mar - 19 mar	Fábs de Fumo, Armazéns de Charuto	aumento de salários	4.000 ou 3.500		vitória parcial	polícia	oesp8,13 mar
14	23	TECELÕES	P.Alegre-RS	[10ds]:8mar-[18mar]	Fáb Guaíba e Renner	aumento salarial, jornada de 8 horas	+ 200		8hs,50%sobre serões	pol:Brigada Mil	oesp10a20mar
15	24	PADEIROS	P.Alegre-RS	9 mar	categoria	aumento salarial, jornada de 8 horas		Sindicato Padeiral			oesp13,15-17mar
16	2526	OPS MOINHOS	P.Alegre-RS	9 mar	MhosRgdense,Ptoalegrense	aumento de salários					oesp13,15-17mar
17	27	GRÁFICOS	S.Paulo-SP	72 dias 23 mar	categoria	tab mín sal, férias, reconhecimento UTG, cumprimento Cód Menores	+6000	UTG,Comitê Defesa Proletária,apoio FOSP	vitória parcial, derrota dos gráfs	pol,DOPS: acordo, fecha UTG,prisões	oesp24a31/3,2a21abr,1a28/5 ,ER, BK.D
18	28	PADEIROS	R.Janeiro-RJ	8 dias 8 abr - 16 abr	categoria	descanso semanal, aumento salarial	±3000	União dos Empregados em Padarias	vitória [aumento de 40% a 15%]	pol/prisões,impedi/o reuniões,fech/o sede	oesp9 a14ab,26mai, 1a21jun,10set, L, D
19	29	OPS CONSTR CIVIL	R.Janeiro-RJ	6 dias: 16abr-21abr	categoria	nova tabela para aumento salarial		UOCC x UROCC	fracasso	prisão 3 grevs	oesp16a21abr,L,D
20	30	TECELÕES	Sorocaba-SP	[2 mai]	Fáb Tecs Sta Rosália	contra demissão de 8 operários	±1000		[derrota]	polícia	oesp3, 5 mai
21	3132	FERROVIÁRIOS	RibPreto-SP	5 meses: 18 abr	E.F.SP-MG (Metalúrgica Brasileira)	falta pagamento há 5 meses	120 a132				oesp8,23mai20jun 28jul15 set
22	33	MARÍTIMOS	Rio Gde-RS	+ 60 dias:[mai - jun]	categoria			Soc União Marítima	[vitória]	[prisões]	ALutajun
23	34 a37	CONDUTORES DE VEÍCULOS	PAlegre,RGde, Pelotas,BagéRS	[11 dias] 1 jun - [11jun]	Proprietários de Veículos (inclusive carga)	contra impostos de consolidação rodoviária (governo Estadual)		União dos Chauffeurs	derrota	polícia, fecha sindicato	oesp4,5,6,12,14 jun
24	38	PORTUÁRIOS	Rio Grande-RS	[2 dias]:[10-11 jun]	categoria	aumento salarial, com tabela			vitória	polícia	oesp 11 jun
25	39	LEITEIROS	Pelotas-RS	5 dias: [6 jun-10 jun]	categoria						oesp12 jun
26	40a 42	PADEIROS, GARÇONS, OPS CONSTR CIVIL	Campo Grande MT	3 jun	padarias, restaurantes, constr civil	jornada de 8 horas		Sociedade Op União dos Trabalhadores	frac:contrata ops alemães,húngaros de SP	polícia	oesp13,18 jun pleb 15jul33
27	43	MOTORS ASSIST MÉD	P.Alegre-RS	[8 ago]							oesp9 ago
28	44	COCHEIROS	R.Janeiro-RJ	[18 jun]	Cia. Brahma	aumento salarial			vitória		L
29	45	METALÚRGICOS	R.Janeiro-RJ	[ago]	várias empresas	execução de Sacco e Vanzetti		[espontânea]			L
30	46	MOTORNEIROS	P.Alegre-RS	[11,12 set]	categoria	aumento de salários				prisão	oesp11, 12 set
31	47	TECELÕES	Niterói-RJ	1 out	CiaManuf Fluminense	ctra redução sal,aumento jorn8 p/9h	2.800			pol: negocia,prisão	oesp2,3, 4,8,9out
32	48	ESTIVADORES	Rio Grande-RS	8 out		ctra impedir entrada livre Porto	400			polícia	oesp9 out
33	49	PADEIROS	R.Janeiro-RJ	out e nov							L
34	50	ESTIVADORES	R.Janeiro-RJ	[23 nov]					fracasso		L
35	51	ESTIVADORES	Pelotas-RS	[24 nov]		não cumprimento tabela serviços					oesp24 nov
36	52	AÇOUGUEIROS	Bauru-SP	[11 dez]		demitir zelador Matadouro Munic			frac: reduz pço carne		oesp12, 15,19dez
37	53	TRABS OBRAS PORTO	Itajaí-SC	[1 dia: 20 dez]	Cia. Brasil	atraso pagamento de out/nov	140		vit: promete pagar	polícia	oesp22 dez

GREVES **ANO: 1930 (1)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1	[VÁRIOS]	Petrópolis-RJ	1 dia: 21 jan - 22 jan			1.000			polícia	**oesp**23 jan,5 fev
2	2 3	**PADEIROS e TRABS em FRIGORÍFICOS**	Livramento RS	[7 fev]	Armour	solidariedade com empregados do Uruguai e Argentina			vitória dos padeiros		**oesp**7 fev
3	4	**Ops da CONSTR CIVIL**	R. Janeiro-RJ	13 mar	Firma Dolabella Portella	falta de pagamento				polícia	**oesp**15 mar
4	5	**CONDUTORES E MOTORNEIROS**	B.Horizonte MG	19 mar	Cia. de Força e Luz	ctra mudança hors bondes, aum/ sal, jorn 8 hs,Lei Férias, Acidentes Trab				polícia (prevenção)	**oesp**21 mar
5	6	**AÇOUGUEIROS**	BHzonte-MG	4 dias: 24 abr-28 abr	categoria	contra veterinário fiscal da matança			vit parc: + funcs		**oesp**25 abr,1mai
6	7	**TECELÕES**	Jundiaí-SP	[1 mai]	Fáb Tecs Argos Industrial					polícia	**oesp**2 mai
7	8	[TECELÕES]	R.Janeiro-RJ	2 dias: mai	Fáb. Tecs Corcovado	ctra diminção jorn/sals e demissões				repressão	L
8	9	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	4 meses: 2ago-[nov]	Indústria Jafet	ctra redução salarial e pagar h extra	1.500	UOFT	vitória		H
9	10	**Motoristas e Empgs**	R.Janeiro-RJ	25 ago	Cia Auto-ViaçãoNacional	atraso pagamento há 2 meses					**oesp**26 ago
10.1	11	**VÁRIOS** [tecelões]	S. Paulo-SP	[24 dias] 4 nov - 28 nov	Fábrica Nami Jafet	ctra redução salarial 20%, diminuição tarefa diária,aumento dias trab*	2.000 ±1500	UOFT, Comitê Greve		Gov Est, Secr Seg	**oesp**5nov, Z
.2	12	**FERROVIÁRIOS**	S. Paulo-SP	6,10,13nov	S. Paulo Railway (ofs mecânicas)	*idem anterior**, solidariedade e contra coerção do gerente	1.000		cessam medidas coercitivas	polícia (negociação)	**oesp**13,15nov,Z,H
.3	13	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	± 15 dias 10 nov - 27 nov	Fáb Tecidos Soc Com. Genova (Maluf)	* *idem ant*, ctra redução 25% dd 1929, ctra pagam/sals em cobertores	280	UOFT, Comitê Greve	vitória	Gov Est, Secr Seg	oesp13nov, Z,H,C
.4	14	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	15 dias:10/13-27nov	Sergio & Werneck	contra redução salarial de 20%	180			Gov Est	Z, H
.5	15	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[13 nov]	Malharia Ipiranga	* *idem anterior*	400				**oesp**13nov
.6	16	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	±15ds: 11nov-28nov	Fábrica de Tecs Labor	* *idem anterior*	80	UOFT, Comitê Greve			**oesp**13nov, Z
.7	17	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	±15ds: 11nov-28nov	Fáb de Tecs Assunção	contra redução salarial 20%,/10%	± 500	UOFT, Comitê Greve	vitória	Gov Est, Secr Seg	Z, H, C
.8	18	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[17ds]: 11nov-28nov	Fáb FiaçTecg Sant'Ana	ctra redução da jorn e salário	132	UOFT, Comitê Greve		Gov Est,Secr Seg	**oesp**2dez, Z, H
.9	19	**TECELÕES**		[13 nov]	FábricaSedaViscoseda	* *idem anterior*	350				**oesp**13nov
.10	20		S. Paulo-SP	[13 nov]	Fábrica Moussali	* *idem anterior*	18				**oesp**13nov
.11	21	**OPS FÁB PNEUS**		[13 nov]	Cia Pirelli	* *idem anterior*	700				**oesp**13nov
.12	22	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	12 nov	Fáb Tec Mª Cristina	[pagamento salários atrasados]			paga pte sal atrasado		**oesp**14nov
.13	23		S. Paulo-SP	12 nov	Fáb Encerados r. A. Nery	[ctra desconto salarial de 10%]			restabelece 10%	DOPS	**oesp**14nov
.14	24	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	12-13 nov	Cotonif Guilherme Jorge	ctra desconto salarial de 20%	200				**oesp**14,25nov
.15	25	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	12-13 nov	Fábs Metalúrgs Reunidas	salário integral nas férias	130			DOPS	**oesp**14nov
.16	26	**OPS ALIMENTOS**	S. Paulo-SP	12-13 nov	Fáb Biscs Duchen	ctra desconto salarial de 10%	120				**oesp**14nov
.17	27		S. Paulo-SP	12-13 nov	Inds Reunidas Ferreira	ctra desconto de 10 a 50%	200				**oesp**14nov
.18	28	[TECELÕES]	S. Paulo-SP	1 dia: 13 nov-14 nov	Fáb Tecs Souza Norchese	ctra desconto de 15%, 20%	50	UOFT, Comitê Greve		Gov Est	**oesp**14nov, H
.19	29	**BORDADEIRAS**	S. Paulo-SP	13 nov	Fáb Bordados da Lapa	ctra desc 15%, redução jorn 9 p/ 8h	500			Gov Est	**oesp**14,22nov,Z,H
.20	30	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	[15 dias]:13-28 nov	Serraria Lameirão	ctra redução salarial e/ou jorn				Gov Est, Secr Seg	**plat**13,14 nov,Z,H
.21	31	**SAPATEIROS**	S. Paulo-SP	[±15ds]:13-28nov	Fáb Calçados Clark	* *idem anterior*	300	Comitê de Greve		Gov Est, Secr Seg	**oesp**13nov, Z, H
.22	32	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	14 nov	Ofs Mecânicas de Fundiç Matarazzo	sol// a ops da Cama Artistica, ctra redução salarial 10%, jornada 8 hs	265			DOPS	**oesp**15, 16nov
.23	33	[MARCENEIROS]	S. Paulo-SP	14 nov	A Cama Artística	aumento salarial	50		(vitória)		**oesp**15, 22 nov
.24	34	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[15 nov]	Fáb Tecs Mariângela	contra redução salarial de 20%	500				**oesp**15nov
.25	35	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[22 nov]	Fáb Tec Seda Crusard	ctra redução de 20%	125				**oesp**22nov
.26	36	[MARCENEIROS]	S. Paulo-SP	[22 nov]	Fáb Móveis Tokio	reintegr100 réis p/h+5% e 40h sem	40				**oesp**22nov
.27	37	[VIDREIROS]	S. Paulo-SP	[22 nov]	Cristaleira Luzitânia	ctra 3 dias de trab por semana	90				**oesp**22nov
.28	38	[TECELÕES]	S. Paulo-SP	[28 nov]	Cia Bras Linhas p/ Coser	aumento salarial	1.500				**oesp**22nov
.29	39	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	[22 nov]	Fundição Pirie & Villares	aumento de 10%	60				**oesp**22nov
.30	40	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[21 nov]	Tec Seda Sta Matilde	aumento de 6%			[vit]:aumento 6%		**oesp**22nov
.31	41	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[25 nov]	Cotonificio Crespi	{contra redução salarial}					**oesp**25nov

GREVES **ANO: 1930** **(2)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
.32	42	[QUÍMICOS]	S. Paulo-SP	[25 nov]	Cia de Prods Quims	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.33	43	TECELÕES	S. Paulo-SP	[25 nov]	Fáb de Tecs Belém	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.34	44	OP FÁB PAPELÃO	S. Paulo-SP	[25 nov]	Fáb de Papelão	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.35	45	TECELÕES	S. Paulo-SP	[25 nov]	Cotonifício Adelina	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.36	46	[OPS de MOINHO]	S. Paulo-SP	[25 nov]	Moinhos Gamba	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.37	47	[VIDREIROS]	S. Paulo-SP	[25 nov]	Cia de Louças	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.38	48	TECELÕES	S. Paulo-SP	[25 nov]	Fábrica Prada	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.39	49	TECELÕES	S. Paulo-SP	[25 nov]	Lanifício Ítalo-Paulista	* *idem anterior*					**oesp**25nov
.40	50	[OPS FRIGORÍFS	Osasco-SP	[28 nov]	Continental	* *idem anterior*	+500				**oesp**28nov
.41	51	[TECELÕES]	S. Paulo-SP	[9ds]: 22nov-1dez	Inds Reunidas Matarazzo	ctra redução salarial, sol//	1200	UOFT, Comitê Greve		Gov Est	oesp28nov, Z, H
.42	52	TECELÕES	S. Paulo-SP	± 7 dias: 24 nov	todas empresas Brás	cumprir reajuste: decreto interventor	5.000	UOFT	vitória (em geral)		H
.43	53	[Ops de Frigoríficos]	S. Paulo-SP	±7ds: 26nov-28nov	Cia Armour (Lapa)	sol// e cumprim/ reajuste	700	Comitê de Greve		Gov Est	**oesp**28nov, Z, H
.44	54	[TECELÕES]	S. Paulo-SP	[1 dez]	Fáb Meias Mousseline	{contra redução salarial}	30+320				**oesp**2dez
.45	55	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	[1 dez]	Fáb Calçados Bordallo	* *idem anterior*					**oesp**2dez
.46	56	CERAMISTAS	S. Paulo-SP	[2 dez]	Cerâmica S. Caetano	* *idem anterior*	65				**oesp**2dez
.47	57	CERAMISTAS	S. Paulo-SP	[2 dez]	Cerâmica Sacoman	* *idem anterior*	170				**oesp**2dez
.48	58	TECELÕES	S. Paulo-SP	[nov]	Fáb Tecs Continental	* *idem anterior*					**C**
.49	59	OPS de MOINHO	S. Paulo-SP	[nov]	Moinhos Santista	* *idem anterior*					**C**
.50	60	TECELÕES	S. Paulo-SP	[nov]	Fáb Tecs Tatuapé	* *idem anterior*					**C**
.51	61	TECELÕES	S. Paulo-SP	[nov]	Fáb Sedas Libanesa	* *idem anterior*					**C**
.52	62	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	[nov]	Fábs Calçs r.25 Março	* *idem anterior*					**C**
11	63	Ops de LOCOMOÇÃO	R.Janeiro-RJ	[11] nov	locomoção da EFCB	contra chefe de divisão					**CM**11nov, L
12	64	PADEIROS	Recife-PE	6 dez	categoria(greve geral)	jorn 8 hs, [aumento salarial]		Un dos Panificadores	[fracasso]	polícia, prisões	**oesp**16nov, JRF
13	65-6	TECELÕES	Sorocaba-SP	[11ds: 15-25nov]	FábTecVotorantim,Sta Mª	jornada de 8 horas				Comis Sindicância,pol	**oesp**16,26 nov
14	67	SAPATEIROS	R.Janeiro-RJ	2 dias [24] nov	Fáb. de Calçados Mignon	ctra reduç sal e aum/jorn, ctra demissões ,lei de férias	70		acordo		L
15	68 69	TECELÕES	Santos Cubatão-SP	5 dias 10 dez	Cia Santista Tecelagem, Cia Fabril de Cubatão	aumento salarial	200		vit: propõe aumento 5% e 40 hs sems	polícia(acordo), prisão	**oesp**18,28 nov, H, C
16	70	FERROVIÁRIOS	Monte Azul-SP	11 nov	E. F. S. Paulo-Goiás						**oesp**18nov
17	71	MOTORNEIROS E CONDUTORES	P. Alegre-RS	15 nov	Cia. Carris Porto-Alegrense	ctra exigências de velocidade alta, uniformização salários por hora				chefe de polícia	**oesp**20nov
18	72	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	26 nov	Porf Manoel Carraekiel	aumento salarial				Gov Est	Z
19	73	TECELÕES	S. Paulo-SP	[1 dia]: 27-28 nov	Fáb Libanesa de Sedas	ctra redução salarial, solidariedade	parc	UOFT, Comitê Greve		Gov Est	Z
20	74	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	[4 dez]	Cia. Calçados Bordallo	retirada contra-mestre					**oesp**4dez
21	75	LIXEIROS	S. Paulo-SP	10/11 dez	Limpeza Pública	atraso nos pagamentos há 2 meses	238		(vit): ordem pagar	polícia, Prefeito	**oesp**11dz, H
22	76	TECELÕES	S. Paulo-SP	1/2 hora: 19 dez	Fábrica Tecidos Jafet	demitir contra-mestre	2.000			polícia	**oesp**20dez
23	77	FERROVIÁRIOS	S. Paulo-SP	19 dez	Central do Brasiil	protesto contra remoção de operário					H
24	78	TRABALHADORES DA LIGHT	S. Paulo-SP	1 dia 24 dez - 25 dez	Cia. LIGHT	aum/ sal, recho comissões internas, desligar Soc Benfic, 8 hs, h extras c/50% ,Lei Ap, férias, acidid trab		UTL:União dos Trabalhadores da Light	fracasso	DOPS, prisões	**oesp**13, 18,25,30 dez1jan, C
25	79	VIDREIROS	Niterói-RJ	27 dez	Fábrica Vidros Orion	pagamento de salários			(vit) promete pagar	polícia	**oesp**28dez
26	80 81	FERROVIÁRIOS	BA	[7 dias] [22 - 28 nov]	CiaFerrovEsteBras (Fed), Emprs Elétricas Brasils						C
27	82	FERROVIÁRIOS	RJ	[nov]	E F Central do Brasil	demitir escalante que persegue trabs					C
28	835		CE-PR-RS								C

GREVES **ANO: 1931 (1)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1	TECELÕES	R. Janeiro-RJ	6 jan	Tecg Moinho Inglês	aumento salarial, férias	100			polícia	**oesp**7 jan L
2	2 3	**MOTORISTAS** (praça e auto-ônibus)	S. Paulo-SP	2 dias 6 jan - 7 jan	categoria	ctra aumento no preço licença, taxa p/ cartas motorista, prorrogar prazo		Soc Internac Benef ,Ctro Mots,Un Sind Profs Vol	vitória: (redução das taxas)	polícia, deleg auxiliar (negociação), prisões	**oesp**7,8, 9jan, H, Z
3	4 5	**MOTORISTAS** (praça e auto-ônibus)	S. Paulo-SP	21 jan	categoria	tabela igual à do RJ (sem imposto de estradas)		Un Sindical dos Profissionais do Volante	fracasso	prisões, interventor e arcebispo	**oesp**22,23,24 jan, H, Z
4	6 7	**OPERÁRIOS DE MOINHO**	S. Paulo-SP	7 jan	Moinho Matarazzo [Moinho Santista]	contra dispensa 30 dos 70ops seção moagem, jornada 8 hs, aum/ sal	40			polícia, DOPS	**oesp**8jan, C
5	8	**"CHAUFFEURS"**	Bauru-SP	1 dia 17 jan - 18 jan	categoria	adiar e diminuir impostos municipais, pagamento semestral			(vit) mas baixa pço das corridas	políca(negociação)	**oesp**20,21 jan
6	9	**TECELÃS**	Itu - SP	25 jan	Fábrica Tecs S. Pedro	aumento salarial, eliminando cortes			acordo		**oesp**25 jan
7	10	**"CHAUFFEURS"** automóveis e caminhões	Faxina-SP	1 dia 3 fev - 3 fev	categoria	contra excesso de impostos					**oesp**3 fev
8	11 12	**TRABS FORÇA e LUZ e MOTORNEIROS**	Maceió-Al	[27 jan]	Cia Força e Luz (energia e bondes)	contra maus tratos de funcionários				polícia	BF
9	13	**OPS FÁB CIGARROS**	R.Janeiro-RJ	4 fev	Cia. Souza Cruz	ctra substitção hms p/mrs,demissões			(acordo)	MT (negocia)	**oesp**4 fev, L
10	14	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	dias 6 fev	Fáb Tecs Nova América, categoria	prejuízo contag mts tecs,ctra demissão de líderes, ctra redução salarial		UOFT	demissões, readmissão grevistas	polícia MT	**oesp**7fev3,4,7 mar L, D
11	15	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	1 fev	Fábrica S. Félix	ctra redução salarial e aum/ jornada	1.200	UOFT			**oesp**4mar, L
12	16	**MARCENEIROS**	S. Paulo-SP	[28 fev]	Fáb Ambiente Artístico	ctra falta pagamento salários	35			polícia	**oesp**28 fev
13	17 18	**MOTORISTAS** **(de praça e caminhões)**	Jundiaí-SP	[12 mar]	categoria	contra aumento do preço da gasolina	± 500			Depto do Trabalho	**oesp**13 mar
14	19	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	+ 15 dias [19 mar]	Cotonifício Gávea	contra diminuição de salários	800				**oesp**19mar, L
15	20	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	[11 abr] [18 abr]	Fáb Tecs Seda: Nader Azis	ctra redução salarial, jorn 8 hs, ctra 1 op p/ 2 tarefas, sal mínimo		UOFT		MT	**oesp**11,18abr
16	21	**"CHAUFFEURS"**	R. Janeiro Niterói- RJ	11 abr	categoria	baixa do preço da gasolina, óleo e pneus		Soc Ferrov Cfs	(vit parcial): reduz preço gasolina	polícia, prisões MT	**oesp**12,15, 16, 17 abr, L
17	22 23	**"CHAUFFEURS"** **(automs e caminhs)**	B.Horizonte MG	[5 dias] 12 abr - [16 abr]	categoria	reduzir pço gas,pneus,imps municipais,reorganizar Inspetoria Veículos		Centro dos Chauffeurs			**oesp**14,15,17,19 abr
18	24 25	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	16 abr	Fáb Tec de Bom Sucesso, Fáb Tecs Seda Sta Maria	ctra redução salarial, solidariedade				polícia militar	**oesp**17 abr
19	26	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	27 abr	Fábrica Cruzeiro	ctra punição de operários	2.300			MT, polícia	**oesp**28, 29abr
20	27	**MOTORISTAS**	PE	[abr]	[categoria]	aumento salarial					**C**
21	28	**Leiteiros: propriets leiteria e ambulantes**	S.Paulo-SP	[26 dias] [1 mai - 25 mai]	categoria -ctra usinas Vigor, União, Paulista	ctra exigência de pagam/ imediato leite, ctra aumento preços		Soc Benf Ppriets Leiterias,Un Pta Vends Ambs		polícia (negocia), prisões	**oesp**2,3,5,7,8,9,27 mai
22	29	**TECELÕES**	Petrópolis-RJ	13 mai	Fáb Tecs Cascatinha	gratificação igual à Cia. D. Pedro	1.200			MT	**oesp**14 mai
23	30	**VIDREIROS**	R. Janeiro-RJ	19 mai	Fáb Vidros Esberard	contra diminuição de salários					**oesp**20 mai
24	31	**TECELÕES** **(85% mulheres)**	S. Paulo-SP	1 jun	Fáb Brasileira de Sedas	dispensar mestre,tab pço p/metro, reconhecer comissão,trab c/1tear,8h		UOFT		reunião com representante MT	H, Z, C

GREVES **ANO: 1931 (2.)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
25	32	TECELÕES	S.Paulo-SP	6 jun	Fáb Bras de Sedas de Antonio Mikail	ctra redução salarial, ctra chefe tecelão					oesp6 jun
26	33 a37	TECELÕES	R.Janeiro-RJ	19 jun	FábCruzeiro,NovaAmérica Corcovado,Carioca, SFélix	ctra suspensão de operário, solidariedade		UOFT (interditada)	entendimento através do MT	polícia, prisões, MT, interdiçãoUOFT	oesp20,21,23,24 jun5jan 32,C
27	38	TECELÕES	S. Paulo-SP	16 dias 16 jun - 1 jul	Cotonifício Guilherme Giorgi	ctra: alteração horário, trabalho 2 teares, redução nos sals		UOFT	acordo	polícia, prisão	oesp17, 20 jun 3 jul, H, Z
28	39	TECELÕES	S. Paulo-SP		Tecg Sedas Joana D'Arc			UOFT	vitória		H,Z
29	40	TECELÕES	S. Paulo-SP	6 jun	Tecg Sedas Sant'Anna			UOFT			oesp3 jul
30	41	CHAPELEIROS	S. Paulo-SP	[2 dias: 9jul] - 11jul	Fáb Chapéus Ramenzoni	15 dias de férias de 1930	500		vitória	deleg DOPS (negocia)	oesp12 jul
31	42 a124	Tecelões,Ops Light (luz e bonde),Estivadores	S. Paulo Santos-SP	± 15 dias 17 jul - 31 jul	80 fábs 16 fábs citadas	8h,tab sals,indeniz dsemprs,ctra trab not menor/mulher, ctra cad trab	40000	UOFT FOSP	vit parc:readmissão e promessas de leis	pol, MT,DET, Secr Seg, intervr	oesp19,25jul,16a 20ago, Z, H, C
32	125	OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	Santos-SP	[5 dias] 25 jul - [29 jul]	categoria	aum/ salarial, pag/ qzenal, h extra 50%, colocação desempregados		Un dos Trabs da Construção Civil	vitória	polícia	oesp25, 30 jul
33	126	MARÍTIMOS	R.Janeiro-RJ	[29jul - 20 ago]	Cia Costeira	pagamento salários atrasados				MT / polícia	oesp29 jul,20ago
34	127	[VIDREIROS]	S. Paulo-SP	[1 ago]	Cristalaria Americana				vitória		Bol FOSP 1ago
33	129	GRÁFICOS	R.Janeiro-RJ	2 dias / 4 ago	Grf AEsquerda/A Batalha			Un Trabs Livro e Jornal	vitória	MT	oesp4, 5 ago
34	130	TECELÕES	S.Bernardo-SP	[18 ago]	Fáb Tecs Irmãos Tognato			apoio FOSP			ER
35	131	LEITEIROS(propriets)	S. Paulo-SP	[20 ago]	categoria			Assoc Comerc Varejistas		pol DOPS,prisões	oesp21,22, 23 ago
36	132	MARÍTIMOS	R.Janeiro-RJ	29 set	Cia Navegação Costeira	falta de pagamento					oesp30 set
37	133	POPULAÇÃO	Bauru-SP	[6 dez]	Cia Pta de Força e Luz	ctra aumento de preços de luz		Assoc Comercial Bauru	(acordo)		oesp6 dez
36	134	FERROVIÁRIOS	PR	28 dez						general: mediação	oesp29dz

GREVES **ANO: 1932 (1)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1 2	LAVRADORES DE CANA	PE BA	16 jan (PE) 23 jan (BA)	categoria	disparidade nas tabelas pagamento canas (PE), sold// (BA)		Centro de Fornecedores de Cana	tabela fixada governo ou sind	gov est e fed (negociação)	**oesp**1,5,8,9,10,15,17,21,23,24jan
2	3	COMERCIANTES	S. Luís-MA	[19 jan]	categoria			CtroCom,AssRetalhistas			**oesp**19jan
3	4	TECELÕES e TRABRS FÁB ÓLEO		[jan]	Fáb de Óleo e Têxtil de Antunes & Cia.						**C**
4	5	FERROVIÁRIOS e OPS DE OFICINAS	S. Paulo-SP	18 dias 1 fev - 13 fev	São Paulo Railway	ctra tx CAP 6a 9,5%, volta tx 3% e 200 hs de trab p/ mês	1.200	Sind Ferrov SP,Sind Trabs SPR,ComGrev	vit: taxa 3a4%, reposição trab aos sábs	pol,prisõesDOPS, MT,reivs aVargas	**oesp**2a16fv,2,8ma i**plat**2a13fv,Z,H,C
5	6	FERROVIÁRIOS	S. Paulo-SP	2 fev - mai	Cia. Paulista	solid/ à S. Paulo Railway		Comissão de Greve			**plat**3fev,Z,H,**BK**
6	7	FERROVIÁRIOS	Recife-PE	[12,13 fev]	PE Tramways	ctra desig/ salários e horário	2.000				**oesp**12,13 fev
7	8	OPS FÁB BISCOITOS	S. Paulo-SP	13 fev	Fáb Duchen	ctra desconto 10% no salário					**plat**13fev, Z,H,C
		PADEIROS (propriets)	Salvador-BA	[22 fev]	categoria						**oesp**19 fev
8	9	TECELÕES	S. Paulo-SP	1 mês 18 fev	Tecg Sedas Ítalo-Brasileira	aum/ sal,ctra aum/ 8 p/ 10 hs de trab, abolição prod forçada	800 2.000	UOFT	vitória: abolição redução salários	polícia,prisões, entrevista com interventor	**oesp**19,20fev,13mar **plat**19,20fEv, Z ,H
9	10	TECELÕES	S. Paulo-SP	19 fev	Fáb Santa Madalena	solidariedade		UOFT		interventor Est	**plat** 19 fev, Z
10	11	GRÁFICOS LINOTIPISTAS	R. Janeiro-RJ	[18 fev]	"Vanguarda"	ctra dispensa ops, aum/ sal, 8 hs:trab diurno-6 h:not		Sindicato			**oesp**20 fev
11	12	GRÁFICOS	Recife-PE	19 fev	Litografia Alemã/ categ			Aliança Trabs Gráficos			**oesp**20,23 25fev,C
12	13	GRÁFICOS	R. Janeiro-RJ	3 dias 27 fev - 29 fev	categoria	ctra atentado *D.Carioca*, indenização desempregs,liberdade imprensa		UTG, UTLJ, Assoc Bras Impr	(vit):indenização, inquérito	chefe Gov Provisório, MT	**oesp**28fev,1,2,10 mar
13	14	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	[27 fev]	FábCalçs Pizzotti	ctra demissão 3 ops e cad trab		UACCA, FOSP		polícia, prisões	**oesp**28fev31mar
14	15	OPS FÁBRS PREGOS	R. Janeiro-RJ	3 mar	Fáb Makuin S. A.	ctra demissão ops/ aum/sal			(entendimento)	polícia	**oesp**4mar15mr,L
15	16	TECELÕES	S. Paulo-SP	[3 dias] 9 mar - 12 mar	Tecg Ítalo-Bras de Sedas	ctra redução sals,manutenção jorn 9a12h,quebra acordo última greve	2.000	UOFT, comissão interna de fábrica	vit:restabelece sals, melhor condição trab	sem intervenção gov: negociação direta	**plat** 10, 11,12 mar, Z
16	17 18	EMPREGS da LIGHT e MARÍTIMOS	Fortaleza-CE	[9 dias] [29 mar]-7 abr	Light and Power					MT	**oesp**6,7,9 abr ,C
17	19	SAPATEIROS	R.Janeiro-RJ	10 abr	Fáb Calçados Mignon	ctra redução 10% nos sals	80				**oesp**10 abr
18	2021	PADEIROS	S. Paulo-SP	13 abr	Pad Charlu,ÍtaloVapor	aum/sal,cond alojam/,ñ demis		SMP		sem intervenção gov	**plat** 13 abr ,Z, H
19	22	TECELÕES	S. Paulo-SP	12 dias[16abr-26abr]	FábTec Felpa Oriente	ctra redução sal,trab c/+ 1tear		UOFT	vitória	MT	**oesp**17,19,27abC
20	23 24	BANCÁRIOS	Santos S. Paulo-SP	2 dias 18 abr-20 abr	Banco ESP (matriz), Rede Bancária Stos	ctra redução sal,gratif semest e qz, pag/ h extra, conds trab		Ass Bancários SP comissão grevistas	(vit):revogação redução sal, comissão	SecretárioFazenda: negociação	**oesp**19,20 abr **plat**18,20abZ,H,C
21	25	TECELÕES	S. Paulo-SP	[19 abr]	Malharia Tabacow	ctra redução de salários					**oesp**19 abr
22	26	TECELÕES	S. Paulo-SP	28 abr	Fáb Tes Felpa Oriente	cump/tab pço trab,readmissão de op		UOFT			**oesp**29 abr
23	27	EMPREGADOS DA LIGHT	R.Janeiro-RJ	23 abr	Light & Power (bondes, ônibus, luz e gás)	reconhecer sind,normas p/admissão, tratamento=estrangeiros/bras,cumpr i/leis sociais,ctra demissão op,8h		Sind Ops e Empgs Light, Centro Ops Empgs Light Cias Assocs		polícia, prisões	**oesp**1mar24,26, 27,29abr,11mai, L
24 24a	28 a 33	GREVE GERAL FERROVIÁRIOS	S.Paulo,Santos, Jundiaí, Alto da Serra,S.Bernardo,S.Caetano-SP	[+ 30 dias] 2 mai - 19 mai	S. Paulo Railway	aumento salarial,readmitir ops, higiene, respeitar leis trabalhistas,semana 48h, despedir chefes Ofs, reconhecer sindicato	+ 1.500	Sind Ferrov ESP, Fed Sindical Regional SP, Sind TrabsSPR, Sind Central Ferov, FOSP	vit parc: readmite op, sem48h, férias, aumento2°estudo,de missões	pol DOPS,prisão, Secr Viação, invasão UTG	**oesp**3a19mai5,6 jul**plat**2a19mai Z, H, C
24b	34	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	35 dias 2 mai -7 jun	categoria 160 fábricas	8h,ctra trab menores 14 a,abolir trab domicílio, aumemto salarial,higiene	10000	UACCA, Comitê Greve, FOSP	vit:25a5% de aumento	polícia (força cavalaria), prisões, DET	**oesp**3a31mai,1a9jun **pleb**4ag24nv34, Z,H
24c	35	VIDREIROS	S. Paulo-SP	[20 dias] 4 mai - [24 mai]	categoria (parcial)	sal mín,jorn 6h vidr,abolir h extra, trab not,reconhecer sind,readmtir op		SOFV, UOFV, FOSP	(acordo): jorn7 hs com sal de 8 h	pol ícia, prisões, DET	**oesp**5a28mai **plat**4a19mai, Z, H
24d	36 a 66	TECELÕES	S. Paulo-SP	17 dias 11 mai - 27 mai	37 fábs	8h,aum/sal,abolir h extra,cód menores, férias,abolir cart prof, reconhecer sind,diária p/ desempgs	±100mil	UOFT, comitê de greve, FOSP	demissões concessões parciais por empresa	prisões,polícia (força caval),DET, interventoria	**oesp**6a29mai 5jun**plat**10a27mai Z, H

GREVES **ANO: 1932 (2.)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
24e	67	Garçons, Empregs em Bares, Rests e Hotéis	Santos-SP	16 dias 7 mai - 23 mai	categoria	descanso semanal,sal mín,aum/ sal, férias,8/7h(dia/not),libertar presos	800		vitória parcial		oesp11,12,13 mai, H, AA
24f	68	OPS DA CONSTRU-ÇÃO CIVIL	Santos-SP	[11,12 mai]	categoria	sal mín,férias,não demitir s/ aviso e indenização,reconhecer deleg sind		Un Benef Constr Civil			oesp11,12mai, Z
24g	69	PADEIROS	Santos-SP	± 2 dias [12 mai] -13 mai	categoria	cumprir leis sociais,tratamento a seco, aum/ sal		Sind Manips Pão, comando de greve		polícia, prisão comando de greve	oesp11,12,13 mai, H, AA
24h	70	MOTORISTAS	Santos-SP	[11 mai]	categoria			[Sind Conduts Veiculos]			oesp11mai
24i	71 a 88	GARÇONS E EMPRS EM HOTÉIS	S. Paulo-SP	± 10 dias 13 mai - 23 mai	categoria 18 hotéis	desc sem,10%sobre consumo,8h trab diur/7h not,recho deleg sind, aum/ sal,ctra Carteira Profissional		Un Benef Emps Hotéis e Sims SP	parcialmente positivo		oesp14a22mai, Z, H
24j	89	EMPRGS FÁB FUMO	S. Paulo-SP	14 mai	Cigarreiras	aum/ sal,melhor cond trab					plat 13, 14 mai Z
24l	90	PADEIROS	S. Paulo-SP	23 dias 15 mai - 7 jun	categoria	hor trab,fim trab a seco,higiene,sal mín, ctra sal em espécie	1.500	SMPAC, comissão de greve, FOSP	vitória parcial	prisões, polícia, fecha sindicato	oesp15a31/5,1a 9/6 plt1a28/5,1a7/6Z,H
24m	91	OP FÁB BOLACHAS	S.Paulo-SP	[17 mai]	Fáb Biscoitos Duchem				solução satisfatória	DET	oesp13,19mai
24n	92	COLONOS	Lins-SP	21 mai				FOSP		prisões	oesp20a24/5,7/6
24o	93	SAPATEIROS	Lins -SP	[22 mai]		aumento salarial					oesp20mai
24p	94	SAPATEIROS	Sorocaba-SP	20 mai		tab de aumento salarial				polícia (negocia)	oesp22mai
24q	95	PADEIROS	Sorocaba-SP	[22 mai]							oesp22mai
25	96 a98	GREVES GERAIS EMPREGS DA LIGHT	R.Janeiro-RJ	7 mai	Light (bonde/Us Gás) ônibusViaç Excelsior)			Centro Ops e Emprgs da Light	acordo (1ª fase), derrota (2° fase)	polícia, prisões, fecha sind	oesp8,10, 11mai, L, C
26	99	SAPATEIROS	R.Janeiro-RJ	6 mai	Fáb Calçados D.N.B.	ctra punição a acusado sabotagem				polícia, MT	oesp7mai
27	100	METALÚRGICOS	Campinas-SP	1/2 dia: 14 mai	Cia. Mac Hardy				vit: atende imediato		oesp14mai
28	101	OPS FÁB LÂMPADAS	R.Janeiro-RJ	[17 mai]	Fáb Lâmpadas Mazda					polícia	oesp17mai
29	102	OPS DE CONS-TRUÇÃO CIVIL	R.Janeiro-RJ	[18 mai]	Firma obras Vila Mal Hermes Instt Previdência		200				oesp20mai
30	103	TRABS FÁB BORRA-CHA	S.Paulo-SP	[mai]	Fáb Artefatos Borracha Renzo Bertelo				solucionada	DET: mediação	RAnt
31	104 105	POPULAÇÃO	Curitiba-PN	[9,15 jun]	Cia de Força e Luz, Cia Telfônica	ctra taxa energia,reformar contratos		comissão popular,FedOps, Leg Revol,Ass Imprensa			oesp9,15jun
32	106	TECELÕES	Recife-PE	[23 jun]	FábTec Pta, Lundgren	ctra reduç h trab e sal,8 hs	5.328				oesp25jun, AA,C
33	107	FERROVIÁRIOS	Recife-PE	horas: 7 jul	Cia Tramways			Sindicato dos Ops	(vit):promessas	MT	oesp8jul
34	108	FERROVIÁRIOS	BA	[18 out]	E.F.Este Brasileiro	ctra redução sal e demissões	2200				plat18out, C
35	109	ESTIVADORES	R.Janeiro-RJ	12 horas : [8 nov]	categoria	ctra lei de sindicalização		Soc Un Ops Estivads			oesp8nov
36	110	CORTADORES de CANA	Recife-PE	[11 nov]				Ctro Plantadores de Cana			oesp11nov
37	111	OPERÁRIOS	R.Janeiro-RJ	[28 nov]	América Fabril						L
38	112	METALÚRGICOS	S. Paulo-SP	[24 nov]	Metalgráfica Aliberti	férias,recho sind,não demitir		UOM X UTG	fracasso		pleb26nov,RAnt
39	113 a15	METALÚRGICOS e [CERAMISTAS]	S. Paulo-SP	± 14 dias 3 dez - 17 dez	Metalúrgica Matarazzo (IRFM)	jorn 8 h,férias,aum/ sal, pag/ quinz		UOM X UTG	vit:paga,ento quinz, 8hs, férias, aum/20%	Força Pública	pleb3,17dez, Z
40	116	TRABS CORTUMES	R.Janeiro-RJ	[8dez]	S.M.A.Cortumes Dick						oesp8dez
41	117	METALÚRGICOS	S.Caetano-SP	[17 dez]	CiaBras Mineração Metalg	[pagamento férias, 8 hs]			vit:8h,paga férias		pleb17dez
42	118	[METALÚRGICOS]	[S.Caetano-SP	[17 dez]	Casa Pirie & Vilares	[pag/ férias / jorn 8 hs]			vit:8h,paga férias		pleb17dez
43	119	VIDREIROS	S. Paulo-SP	17 dez	Vidraria Sta Marina	aumento salarial		[UOFV (FOSP)]			pleb17dez, Z
44	120	TECELÕES	SBernardo-SP	3a4ds[23nov-27nov]	Fábrica Ipiranguinha	aum/ sal,aumentar dias de trab		UnOp local, FOSP	vit:+2d serv,aum/sal	DET, prisão	pleb24dez
45	121	[OPS da CONS-TRUÇÃO CIVIL]	S. Paulo-SP	[13 dias] 31 dez - 13 jan	Fábrica de Pianos Nardelli	pagamento de férias		Liga Op Construção Civil, FOSP	vitória		pleb24,31dez7,14 jan33,Z, RAnt

GREVES **ANO: 1933 (1)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1a 3	TECELÕES	Sorocaba-SP	[1 dia] 2/11 jan - 12 jan	Fábs Votorantin, Fonseca,Sto Antonio	jornada de 8 horas aplicação da Lei de Férias	4.000 ±5000	Sind Ops Fábrs de Tecs de Sorocaba	parcialmente positivo	polícia: negocia. prisão, DET	**oesp**13jan28out**pl eb**21,a25 fev, H
2	4	[SERRALHEIROS]	Avaí-[SP]	4 jan	Indústria Zulian	ctra dispensa gerente serraria					**pleb**14 jan
3	5	VIDREIROS	S. Paulo-SP	33 dias 18 jan - 20 fev	Cristaleria Americana	ctra descontto segundo tab de produção, pagar dias parados			vitória: paga dias parados	MT	**pleb**28jan/14,18, 25 fev,3mar34
4	6	SAPATEIROS	R.Janeiro-RJ	jan (?)	[Casa Olímpia]	ctra burla a nova tab preços		AliançaOps Calçs (FORJ)	vit:nova tab preços		**pleb**28jan
5	7a8	TECELÕES	Sorocaba-SP	2 dias:2-3 fev	Votorantim, N.S.Ponte	aplicar tabela de salários				DET	**APlat**3 fev ,Z ,H
6	9	METALÚRGICOS	S. Caetano-SP	10 dias 27 fev	Cia. Bras. de Mineração e Metalurgia	readmitir ops,jorn 8 hs,aumento salarial, conflito com gerência		UOM, Liga Op S.Caetano, FOSP	vitória	polícia	**pleb**4,11, 25mar H
7	10	ESTIVADORES	Santos-SP	28 fev	Loyde Brasileiro	ctra redução conferentes carga, ctra redução venci/ tripulantes				MT	H
8	11	[MARÍTIMOS] EMBARCADIÇOS	R.Janeiro-RJ	fev		ctra diminção da guarnição a bordo, indicação pelo sind de pessoal		Fed Marítimos			**Plat** 21 jan C
9	12	TECELÕES	B.Horizonte-MG	2 horas: 8 mar	FábTecsCia Industrial	aum/ sal,ctra taxa méd/farmácia			vit:au/sal,abole taxa		**oesp**9mar
10	13	OPS CIA DE AÇÚCAR	Niterói-RJ	[28 mar]	Cia Us Nacs Açúcar	ctra não readmissão operário				polícia	**oesp**29mar
11	14 a16	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	f ev	Casas:Negretti,Viúva Sanches, Armênia	ctra rebaixamento de salários		UACCA (FOSP)			**pleb**4,11 mar, RAnt
12	17	VIDREIROS	R.Janeiro-RJ	[24] mar	Fábrica de Vidros	atraso de pagamento					**JB**24mar L
13	18	VIDREIROS	R.Janeiro-RJ	[11] abr	Fábrica Esberard						**D.O.**11abrL
14	19	TECELÕES	Mariano-MG	1 abr				Sindical TrabsTêxteis x Sindical Mineira		sem MT e Comissão Conciliação	**pleb**12ago
15	20-1		Bauru-SP	[22 abr]	Casa Santinho,Molina			Liga Reg Op Bauru			**Luta**22abr,ER
16	22	ESTIVADORES	Santos-SP	[25 mai] jun (?)	Cia Docas Porto de Santos	aumento salarial		Sind dos Trabs da Cia Docas (oficial)	acordo com algumas vantagens	del reg, DET,Com Mista Arbitrg	**oesp**26,27,28,30 mai **pleb**10jun
17	23	MINEIROS	P.Alegre-RS	[8 jul]	Minas Carvão Recreio	falta pagamento há mais de um ano			ops assumem mina	MT	**oesp**11/7**plb**22/7
18	24	CHAPELEIROS	S.Paulo-SP	13 jul	FábChaps Ramenzoni	recebimento de férias 1932			demite todos ops	MT	**pleb**10jun
19	25	MINEIROS	CampoLargo-PR	[17 ago]	MinasOuroTimbutana	falta de pagamento					**oesp**18ago
20	26	SAPATEIROS	R.Janeiro-RJ	+ 2 dias: [20] out	Fáb Calçs Minerva	contra encarregado					L
21	27	TRABS EM OBRAS DO PORTO	Recife-PE	[nov]		falta pagamento,venda gêneros na empresa acréscimos			polícia		**pleb**9dez
22	28 29	CARPINTEIROS [METALÚRGICOS]	Mococa-SP	1 dia 1 dez	Firma J. Nicola & Irmãos, Cia Mecânica Importadora	demissão de 42 operários por falta de serviço	400		readmissão ops (mar 1934)	polícia: guarda oficinas)	**oesp**3dez,1mar34 H
23	30	TECELÕES	Itu-SP	dez	Fáb Tecs São Pedro	aumento salarial		SindOpsTêxteisItu-oficial	derrota		**pleb**10fev34
24	31	Motorneiros, Condutores e Pessoal do Tráfego	Curitiba-PR	4 dez	Empresa Luz e Força	aumento salarial		Sind Ops Empr Luz e Força-Fed dos Ops		polícia: mantém a ordem	**oesp**6dez
25	32	Motorneiros, Condutores e Pessoal do Tráfego	Curitiba-PR	24 dez	Empresa Luz e Força	contra demissão de operários				polícia estadual: guarda os bondes	**oesp**26dez **pleb**30dez
26	33 a36	TECELÕES	Maceió-AL		FábFernão Velho, UnMercantil,Fáb Alexandrina	ctra demis, prisão de grevistas, expulsão 17 famílias, sol//	2000	Comitê de apoio aos ops, Fed dos Trabrs	[frac]indenizaç 3mes p/ demitidos,+demis	MT, polícia, prisões, deportações	BF

GREVES **ANO: 1934 (1)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1	LEITEIROS	RibeirãoPretoSP	6 jan	categoria	ctra exigênciasDelegacia da Saúde			adia exigência2meses	Prefeitura:negocia,pol	**oesp**7 jan
2	2	TECELÕES	S. Paulo-SP	[3 dias]: [8jan-10jan]	Fáb de Juta Penteado				vit parc:paga ds pards	polícia	**pleb**13jan
3	3 a 14	FERROVIÁRIOS	Sorocaba,Assis, Bauru,Mineiros, Ourinhos,S.Carlos,Bernardino deCampos,Avaré,Botucatu,Dois Córregos,Pederneira,Santos-SP	[6 dias] 19 jan - [24 jan]	categoria (Greve Geral) E.F.Paulista, Sorocabana, Noroeste, SP-Goiás, S. P. Railway	aumento salarial, reconhecer sind oficial, autorizar descontos, férias, jornada 8hs, regulamentar trab a empreitada,sal mínimo,casas ops,50%p/ h extra e not,desc dominical e folgas	250 (Botucatu)	Sind Ferrovs, FOSP, Sind FerrovsE.F.Sorocabana, Coligação Ass Prolets Santos, Fed Sind Regional, Sinds Ops EFESP(oficial)	entendimentos com gov atrvés de deputado classista, promessa de atendimento	prisão: forças ests e feds F. Pública, pol civil e militar, DOPS: fecha sind, inquéritos sobre depredações, MT	**oesp**19,20,21,23, 24,25,31jan17,27 fev **pleb**27 jan
4	15	TRABRS DA LIGHT	S. Paulo-SP	4 dias: jan	Cia LIght	direito de férias		UTL	vitória		**OTrbLigjt**1mai
5	16 a18	Marítimos, Motorneiros, Condutores,OpsOficinas	Niterói-RJ	[3 dias] 2 fev - 5 fev	Cia Cantareira: bondes,oficinas e barcas	aumento salarial		"Comitê Secreto" à revelia do sindicato	vitória: aumento salarial	polícia, intervenção federal, MT	**oesp**3,4,6,8fev **pleb**10fev, C
6	19	VIDREIROS	S. Paulo-SP	2meses[3fev-31mar]	Cristaleria Americana	melhorar condição de trabalho		SOFV,UOVidreiros	tenta demitir ops	polícia,DOPS,prisão	**pleb**3,31 mar
7	20	Ops em NAVEGAÇÃO	R.Janeiro-RJ	[2 dias]:5 fev-7 fev	Cia NavegCosteira(of)	pagamento salários atrasados			promessa pagar		**oesp**6,7,8 fev
8	21 a 29	MOTORISTAS, CARROCEIROS, DONOS JARDINEIRAS, CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS E ÔNIBUS	MonteAzul,Catanduva,Mundo Novo, Itajobi, Bauru,Pindorama, Araçatuba, Ibirá,Lins-SP	[4 dias] 3 fev - 7 fev (Monte Azul)	categoria	ctra decr n. 6.255 de 30 dez 33: imposto de viação de 20% sobre o transporte		Assoc Comercial de Catanduva, comissão de greve,Centro Motoristas de Araçatuba		polícia mata grevista, delegacia regional negocia	**oesp**7,8,9,10,11, 13 fev **pleb**10 fev
9	30		[Recife]-PE	[mar]				Sindicato	trabs abandonam cid	sind fechado,prisões	**pleb**31 mar
10	31 32	MARÍTIMOS	R. Janeiro-RJ	6 abr	Lloyd Brasileiro, Cia Costeira	ctra reforma IAP Maríts: perda admnistração p/ patrões, aposentadoria 35a, IAP p/ outras categorias		Fed e Sind Marítimos, Grêm Comissários, Mar Mercante,UñMarít,Ctra-Mestres		presid Gov Prov Ministro do Trabalho, 382 presos	**oesp**7,8,17abr, C
11	33 a37	FERROVIÁRIOS	[Niterói]-RJ	[2 dias] 7 abr - 8 abr	Leopoldina Railway (DF,RJ,ES e MG)	aum/ sal,regularização hs trab,h extra,problemas classificação cargos	32000	comissão de greve X [Sind oficial]	promes: contbilidade Leop, reclas:au/sal	MT,chefe polícia: negocia	**oesp**7a19ab2,12 jun**pleb**14ab21jul
12	38	TECELÕES	S. Paulo-SP	[16 abr]	FábTecsJuta Sant'Ana					polícia	**oesp**17 abr
13	39	FERROVIÁRIOS	R.Janeiro-RJ	2 horas [10 abr]	E.F.Central do Brasil	aumento salarial			vit: aumento salarial	prisões e tiroteios	**C**
14	40	COMERCIANTES	Amparo-SP	[2 dias]:14mai-16mai	categoria	ctra fiscal imposto consumo		Ass Comercial Amparo	saída do fiscal		**oesp**15,16,17mai
15	41	PADEIROS	Natal-RN	mai	[categoria]	aumento salarial / 8 hs trab		Sind OpsPanifcadores			**pleb**26mai
16	42	TRABCONSTR CIVIL	Aracaju-SE	[1 jun]	[gov] Canal Sta Maria	ctra atraso 5 meses pag/					**oesp**2 jun
17	43	TANOEIROS, MARINHEIROS, FOGUISTAS	P. Alegre-RS	[6 jun]	[categoria]	jorn 8 horas					**oesp**7 jun
18	44 A 47	FERROVIÁRIOS e COMERCIANTES	Divinópolis,Ribeirão Vermelho, B.Horizonte, Lavras-MG	3 dias 18 jun - 21 jun	Rede Mineira de Viação, EF Oeste Minas, sold// comercio e indústria de Divinópolis	equiparação salarial à Central do Brasil, volta à admnistração federal na Estrada Oeste de Minas		Sindicato dos Ferroviários da Oeste de Minas	compromisso do gov: remodelar quadro funcional, tabela Noroete Br	comissão arbitral, regimento cavalaria, Força Pública	**oesp**19,20,21,22,2 6 jun5,18 jul **pleb**23jun
19	48	OPS CONSTR NAVAL	R.Janeiro-RJ	26 jun	Cia Comércioe Naveg			Sind Constr Civil: alheio			**oesp**27 jun
20	49 a50	MARÍTIMOS	R.Janeiro-RJ Santos-SP Salvador-BA	[2 dias] 5jul - 6 jul	Lloyd Brasileiro, Cia Costeira	afastar presidente IAPMarítimos, volta conselho admnistrativo anterior, devassa do IAP		Federação dos Marítimos	vit: sai presidente IAPM,eleição de conselho	presidente da Rep, MT, Min° Viação	**oesp**6,7,8,10,25,2 7 jul**pleb**21 jul

GREVES **ANO: 1934 (2)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
21	52 A 54	**BANCÁRIOS**	R. Janeiro-RJ S. Paulo Santos-SP	2 dias 6 jul - 9 jul	categoria (c/ exceção do Banco do Brasil)	IAPBancários:contribuição 3% da renda dos bancos, 1a p/efetivação, aposentadoria 50a ou 30 de serviço	SP 1078 40%	SindBrasBancs,AssBancs SP,ColigaçãoSinds Prolets,SindBancáriosStos	decretoIAPBs,paga 9%sobre sals,efetivação com 2 anos	Polícia Especial, pol militar,DOPS, Min Fazenda	**oesp**9a27mai2a29jun4a11jul,10a21ag7a 23 st13,28o**tplb**21jul
22	55	**ESCREVENTES DE CARTÓRIOS**	R. Janeiro-RJ	2 dias 7 jul - 9 jul	categoria	CAP dos servidores Justiça, estabilidade no cargo			promessas de estudos	Ministro da Justiça	**oesp**8,10 jul
23	56 57	**OPS LUZ E FORÇA E "CHAUFFEURS"**	B.Horizote-MG	[8 d]:9-17jul: ops [2 d: 12]-14jul: cfs	Cia Força e Luz (bondes)	aum/sal,readmitir ops,reorganizar hor serviço, férias, dispensa fiscal	100	Sind.Fed Trabrs Minas X Centro Chauffeurs	demissões, acordo	MT:comissão mista conciliação,pol,prisão	**oesp**10,14,15,17,18 jul**ALant**26jun
24	58	**PADEIROS**	Campinas-SP	[9 jul]	categoria	trabalho diurno		SindOpsPanif e Confs	8h,7h not, higiene	polícia, Prefeitura	**oesp**10a18jul 4ag
25	59 a 71	**EMPREGADOS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**	Belém-PA,J.Pessoa-PB,FortalezaCE,NatalRN, BHorizonteMG, Salvador-BA, Terezina-PI, P.Alegre-RS, S.PauloSP,CampoGrande-MT, SLuiz-MA,Recife-PE,AM,AC	5 dias 12 jul - 17 jul	categoria	aumento salarial, pela demissão do chefe de tráfego da PB		Assoc Beneficente dos Carteiros e Estafetas dos Telégrafos do Br [Sind oficial] x ação direta	crédito para pagar diaristas com comissão para distribuição, nomeado novo diretor PB	polícia, fuzileiros navais	**oesp**13,14,15,18, 22,24,25jul,9,14 ago1,18,22 set,3, 30out**pleb**21jul ,C
	72-3	**Gráficos e Motorneiros**	B.Horizonte-MG	[12 jul]	categoria						**oesp**
26	74	**OPERÁRIOS em CONSTRUÇÃO CIVIL**	Santos-SP	[81 dias] [13 jul - 2 out]	categoria	aum/ sal,regularizar pag/,libertar op,reconhecer sind como fornecedor empregs,pag/ quinz,sal mín		Sind Ops Constr Civis, FOSP	preferência op sindicalizado,sal mín,não demissão	pol F.Públ,prisões, comissão arbitragem, DOPS, MT	**oesp**14a31jul,1a 31 ago2,4,9set2out**pleb** 21jul,4,18ag,1,15st
27	75	**EMPREGS em HOTÉIS, RESTS, CAFÉS**	Santos-SP	[50 dias] [18 jul - 8 set]	categoria	readmitir trabs,reconhecer sind,sal mín,indenizar desempregs,pag/qz		SindEmpsHots,Rests, Cafés Sims, FOSP	vitória: todas reivindicações	DET	**oesp**idem anterior C
28	76	**PADEIROS**	Santos-SP	2 meses [24 jul - 28 ago]	categoria	recho sind,reintegrar ops,férias,dormir fora estb/,aum/sal,lib/presos,8h		SindTrabsPads Confs Comitê Greve, FOSP	acordo	DET	**oesp**id**pleb**21jul4, 18ago1,15 set, C
29	77	**ESTIVADORES DE BANANAS**	Santos-SP	[10 dias] [9 ago - 19 ago]	categoria	exclusividade da estiva em lugar de empreiteira		Sindicato dos Estivadores	instalação Deleg Trab Marítim		**oesp**idem **pleb**idem
30	78	**Condutores de Veículos**	Santos-SP	[28 jul]	categoria	(aumento salarial)		Sind EmpCiaMelhoram/s			**oesp**id **pleb**id
31	79 80	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[6 a 27 jul]	Fáb Tecs Mariângela, Fáb Tecs de Juta	aum/sal,readmitir ops,ctra gerentes,férias,pag/quinz	3.000	[Sind oficial] x ação direta	vit: demissão de delegs ops	polícia, força de cavalaria, prisões	**oesp**18,20,21, 26 jul**pleb**21jul, C
32	81	**Professores Livre-Docentes**	R.Janeiro-RJ	[8 dias]: 18 jul	Faculdade de Medicina	ctra nomeação s/ concurso 2 profs					**oesp**20 jul
33	82	**Fornecedores de Cana**	Salvador-BA	23 jul	Empresa Amada Bahia						**oesp**24 jul
34	83	**GARÇONS de TREM**	R.Janeiro-RJ	[1 dia] [27 jul- 28 jul]	Concessionária de serviços restaurante Central do Br			União Emps Hotéis, Rests e Congêneres	readmite ops,aum/sal, 8h,transfere diaristas	Procuradoria Geral do Trabalho	**oesp**28,29jul
35	84	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	30 jul	Metalúrgica Norchese					DOPS	**oesp**31 jul
36	85	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	[jul]	Metalúrgica Paulista	recuperar desconto 20%desde1931					**C**
37	86	**METALÚRGICOS**	Niterói-RJ	[3 ago]	Firma Pereira Carneiro & Cia.			Sind Metalúrgicos, Sind Caldeireiros de Ferro		prisões	**oesp**3ago
38	87 88	**ESTIVADORES E MOTORNEIROS**	Pelotas-RS	[7 ago]	categoria			Sind dos Estivadores			**oesp**8ago
39	89	**PADEIROS**	JuizdeFora-MG	[11 ago]	categoria						**oesp**11ago
40	90	**OPS DE ÁGUA E LUZ**	Petrópolis-RJ	11 ago	Prefeitura	atraso pagamento				Exército	**oesp**12ago

GREVES **ANO: 1934 (3)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
41	91	PADEIROS	Piracicaba-SP	20 ago	categoria						oesp21ago
42	92 93	ESCREVENTES DE CARTÓRIO	S. Paulo Santos-SP	1 dia 21 ago - 22 ago	Governo Estadual	estabilidade cargo,aposentadoria e montepio do Est, férias, sal mín		Assoc dos Funcionários de Cartórios	promete atender reiv em 10d,regula/profis	polícia	oesp22,23ago 27set
43	94 95	Condutores,Marinheiros, Maquinistas, Mestres	Niterói-RJ	[3 dias] 25 ago - [28 ago]	Cia Cantareira, Viação Fluminense	não demitir grevistas,respeitar acordos,cumprir leis trabs	1380	Sind Ops da Cantareira e Viação Fluminense	não pune grevistas, estuda reivindicações	pol, Marinha, MT, Gov Est	oesp26,28,29,30 ago,19set , C
44	96 97	PADEIROS	R. Janeiro Niterói RJ	1 semana 26 ago	categoria	aplicar leis sociais:férias,aviso prév, aposentadoria,sal min,sol// marits		Sind [União] dos Trabs em Padarias		Pol Especial, invasão de sindicato	oesp28,29ago pleb15set , C
45	98	MARCENEIROS	RJaneiroRJ	[29 ago]	categoria			Sind Trabs MacensClsAx			oesp29ago
46	99	METALÚRGICOS	R.Janeiro -RJ	[ago]	Cias Costeiras DF	soli// à greve dos marítimos					C
47	100 101	EMPGS DE BONDES e ENERGIA ELÉTRICA	Salvador-BA	26 ago	Cia Linha Circular, Cia Energia Elétrica	aumento salarial			repressão	intervenção federal: negocia,MT,prisões	oesp29,30ago1,14 set ,C
48	102	FERROVIÁRIOS	R.Janeiro-RJ	5 set	E.F.Central do Brasil	[contra redução salarial], descanso semanal, 8hs, férias		Sind Unitivo Ferroviário Central do Brasil	demissão de 57 ops	pol,MT,DNT, prisões,fecha sind	oesp6a23set2a7 out ,C
49	103	TECELÕES	R.Janeiro-RJ	[2 horas]: 11set	Fáb de Tecs de Bangu						oesp12,15 set
	104			[29dias]18set-[17out]	FábFiaçãoTec Aliança	aumento salarial			entendimento		oesp19 set18 out
	105			25 set	CiaProgresso Ind Bangu	aumento salarial	2500	Ufi Ops Fábs Tecidos		polícia,DOS,MT	oesp26,27set14ot
	106			9 out	Fábrica Mavillis	aumento salarial	2000	Sind dos Empregados		polícia	oesp10,18 out
	107			4 dias: 13 out-17 out	Cia Deodoro Industrial		2500		acordo: aumento sal		oesp13,17,18,20ot
	108			[19 out]	Fábrica Bomfim			Sind dos Empregados			oesp18out
	109			[19 out]	FábTec de Sapopemba				aumento salarial		oesp20out
	110				Moinho Inglês						oesp21out
50	111 112	Motorneiros, Condutores,Empgs Força eLuz	B.Horizonte-MG	11 dias 13 set - 24 set	Cia Força e Luz de MG			Sind dos Empregados da Cia Força e Luz	demissão,inquérito ops c/ +10 anos serv	pol, prisões,comisão mista conciliação	oesp14,15,16,20,22,23, 25 set
51	113	PADEIROS		2 dias: 22 set-24 set	categoria	apoio à greve da Força e Luz					oesp23,25 set
52	114	OPS CONSTR CIVIL		22 set	categoria			Sind Ops Contr Civil		fecha sindicato	oesp23,25 set
53	115	SAPATEIROS		[set]		apoio à greve da Força e Luz					oesp23,25 set
54	116	MOTORNEIROS	Belém -PA	[3dias]: 16set-[19set] [20 d dp nova greve]	Cia Força e Luz Pará Eletric (Cia Bondes)	nova tabela de salários		Sind Ops dos Servs de Força e Luz	vit: tab sals [fi cumprido]	MT:junta conciliação e julgamento,pol Civil	oesp16,18,19, 20 set, C
55	117	TELEFONISTAS		16 set	Cia Telefônica PA				demissões		oesp18set
56	118	AÇOUGUEIROS		[17 set]	categoria						oesp19set
57	119	Empgs em Hotéis, Rests		[18 set]	categoria						oesp19 set
58	120	TRABS CAIS PORTO	cidades vizinhas		categoria						oesp19 set
59	121	PADEIROS	Campinas SP	17 set	categoria	trab diurno, 8h, férias, reconhecer sind,aumento sal, tratamento a seco		Sind Ops Panificadores e Confeiteiros	vit:7h not,diun 2 periodos,au/sal,demissões	del pol:negocia, DET,pol, prisões	oesp18a30set3a7 outpleb29set
60	122a 124	TRABS DA LIGHT	SPaulo,Cubatão [Capivari]-SP	2 dias [18 set - 20 set]	Cia. Light Obras da Light	aum/ sal,ctra demissão 60 ops	1500	Sindicato	acordo demissão 10 emps	prisão, polícia	C, JF
61	125	OPS DE PEDREIRAS	Sto Amaro-SP	7 dias 20 set - 27 set	Pedreira da Light	ctra demissão de 40 a 50 ops	700	comissão,UTL,Sind Ops Constr Civil e Pedreiras	acordo	DOPS,polícia, prisões	oesp21,23,25, 28 setpleb29set
62	126 a130	PADEIROS	S. Paulo-SP	20 set	Pads:Avenida, Crystal, Fidalga,Primor,UfiPlta	sal mín,regime a seco, 8 hs, pequeno aumento salarial		SMPCS / fil FOSP	vitória	DOPS, prisões	oesp21,23 set pleb29set,13out
63	131 a48	MARCENEIROS E CARPINTEIROS	S.Bernardo-SP	1 mês: 22 ago-21 set 2 dias: 26 set-27 set	18 Fábricas (todas) Fáb S.A.Borges	aumento salarial, contra redução taxa paga por peças	+1000	Sind Marceneiros e Carpinteiros (oficial)	vit: contra trab 1a, promessas de patrões	polícia: delegado auxiliar negocia	oesp25,29 set pleb29set, C, JF
64	149	Ops Constr Naval	R.Janeiro-RJ	[27 set]	Lloyd Brasileiro	atraso no pagamento					oesp27 set
65	150	ESTIVADORES	Cabedelo-PB	1 dia: 27 set		questões horário de trabalho		Sind dos Estivadores		Inspetoria Reg Trab	oesp28 set
66	151	TECELÕES	Sto André-SP	1 dia: fim set	Fáb Tecs Ipiranguinha					polícia reprime	JF

GREVES **ANO: 1934 (4.)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	nºgrevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
67	152	OPS CONSTR CIVIL	Marília-SP	[set]						polícia	pleb29set
68	153	Trabrs Limpeza Canais	Santos - SP	[set]	E.F.São Paulo Railway						C
69	154 155	ESTIVADORES e CARVOEIROS	R. Janeiro-RJ	1 out	Firma Lage & Irmãos (Ilha do Viana)	aumento salarial, 50% a mais no trab noturno					oesp2out31ago
70	156 a 159	FERROVIÁRIOS e OPS de OFICINAS	Ponta Grossa Curitiba PR,SC,RS	6 dias 5 out - 11 out	E.F. Rede Viação Paraná-SCatarina, E.F.SP-Rio Grande	aum/ sal, reconhecer sind, férias, abolir empreitada,abolir multa por disciplina,desc dom,Lei acids trab	7000	Sind dos Ferroviários Federação Operária	vitória aumento 10%	secretário Fazenda PN,polícia,MT e Ministro da Viação	oesp6,7,9,10 12 out, C
71	160 161	ESTIVADORES	Paranaguá Antonina-PR	5 out	categoria	(solidariedade aos ferroviários)		SindTráfMarít,UñOpArmazéns eTrapiches Antonina,SindEstvadsParanagua			oesp6,9out
72	162	OPS FÁB CIGARROS	S. Paulo-SP	16 out	Cia Souza Cruz	ctra demissão de um operário				polícia, DOPS	oesp17out
73	163	OPS MINAS CARVÃO	SJerônimo-RS	17 out	Minas de Carvão					inspetor reg do trab	oesp18out
74	164	MARCENEIROS	S.BernardoSP	[18 out]				SindMarceneiros,Carpints		delegado polícia	oesp19out
75	165	Empgs Correios,Telégrafos	Cruz Alta-RS	[22 out]	Correios e Telégrafos	pelo afastamento chefe secção					oesp23out
76	166	SAPATEIROS	S. Paulo-SP	[24 out]	Casa Orion	ctra demissão de ops		UACCA, FOSP		polícia, prisões	pleb24nov,8dez
77	167	METALÚRGICOS	Santo André-SP	6 dias 27 out - 2 nov	Pirelli	aum/sal,8h,respeito Lei acidentes trab,ctra tratam/ autoritário,abolir multas,reconhecer sind	500	Sindicato dos Metalúrgicos (oficial) [com] [greve espontânea]	fracasso: algum aumento salarial, demissões	agente DOPS intimida grevistas	JF
78	168	[TECELÕES]	S. Paulo-SP	[out]	Fábrica Penteado	férias, aumento de salário					C
79	169	SERRALHEIROS	R.JaneiroRJ	[9 nov]							L
80	170	POPULAÇÃO	Uberaba-MG	[10 nov]	Prefeitura de Uberaba	não pag/ imps ctra estado sanit cid//					oesp11nov
81	171	TRABS EM ESTRADAS DE RODAGEM	SantoAntonio da Platina-PN	[13 nov]	Construção Estr Rodagem p/ Bandeirantes	ctra aum/ hs trab sem remuneração			demissão		oesp14nov
82	172	OPS MINAS CARVÃO	Butiá-RS	[13 dez]	Cia Cantareira Rdense	pela demiss enfermeiro CAP	1000			inspetor reg trab,pol	oesp14dez
83	173	MARMORISTAS	R. Janeiro-RJ	[15 dez]	categoria	salário mínimo, não demissão		Sindicato dos Operários Marmoristas	vitória: convenção coletiva de trabalho	DNT	oesp16dez
84	174	SAPATEIROS	Recife-PE	15 dias: dez					vitória		pleb5jan35
85	175	METALÚGICOS	S. Paulo-SP	dez	MetalgMatarazzoAliberti	pelo pagamento de férias			vitória: férias	sem MT	pleb5jan35
86	176 a 181	EMPREGADOS DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS	RJaneiro,Niterói S.Paulo,Santos, Jaboticabal, Campinas-SP	26 dez	Departamento dos Correios e Telégrafos	reajustamento de salários		Comitê de Greve apoio FOSP	[vit]:compromisso de aumento, demite comitê de greve	polícia,DOPS,Exército< Ministro da Viação, Gov ESP	oesp27,28,29, 30 dezpleb5jan35 C
87	182	OPS OFICS NAVAIS	R.Janeiro-RJ	[5 d]: 26dez-[31dez]	Lloyd Brasileiro	atraso pagamento 3 quinzenas	300/927		comissão p/ discussão	fuzileiros navais	oesp27,29dz1ja35
88	183	POLICIAIS	RibPreto-SP			ctra atraso de pagamento					BK

GREVES **ANO: 1935 (1)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
1	1a3	**POPULAÇÃO**	Petrópolis-RJ	[3 dias] 31dez34-[3jan]	Fábs, comércio e motoristas de taxi	contra retirada do Prefeito		Comissão Pró-Defesa de Petrópolis	2 mortos nos conflitos	força militar para posse novoPrefeito	**oesp**1,2,3jan
2	4 a 10	**MARÍTIMOS (pilotos, taifeiros e rádio-telegrafs)**	R.Janeiro,Niterói-RJ,Santos,S.Paulo-SP,Recife-PE, P.Alegre-RS	[11 dias] 1 jan - [12 jan]	Lloyd Bras,Cia Carbonífera RGdense,EmpCom eNaveg, Lloyd Nacional, Cia Navg Costeira,Cia Serras, CiaBrasCabotag.,Cia Cantareira	aumento das soldadas	40000	Federação dos Marítimos com 10 sindicatos	vitória: aumento sal	Prefeito, MT, prisões DOPS, fuzileiros navais, sem comissão de arbitragem	**oesp**2a6,8,9,12,13 jan **pleb**5jan C
	11 12	**Foguistas, Maquinistas e Motorneiros**		[7 dias] [4 jan - 12 jan	Cantareira	aumento salarial			vitória		
3	13	**TECELÃS**	Campinas-SP	2 jan	Indústria Nacional de Sedas	férias,aum/sal,cumprir hor estabelecido, melhores tratos	900	comissão de greve	férias	DET	**oesp**4,6,9,12jan
4	14 15	**Marítimos Motorneiros,Motoristas**	Niterói-RJ	[8 dias] [4 jan] - 16 jan	Cantareira(barcas,bondes),ônibs,carros praça	aumento salarial		Sind dos Empregados da Cia Cantareira	readmissão de grevistas, menos2	min Marinha e do Trab (não aceitos)	**oesp**4,6,8a10,13,17,20jan13fev
5	16	**ESTIVADORES E PORTUÁRIOS**	Angra dos Reis-RJ	[7 jan]						Batalhão Naval	**oesp**8jan
6	17 18	**MOTORISTAS ("CHAUFFEURS") de Praça e Ônibus**	S. Paulo-SP	2 semanas 11 jan - 23 fev	carros de praça Particulares e Cia de Ônibus	baixar pço gas,abolir 5% licenças, ctra cobrar estacionamento,reduzir multas,8h,descanso sem, criar IAP		Sind ProfsVolante, Sind Cond Veics, Soc IntBenef Cfrs, Centro Mots,CGT	vitória parcial: estacionamento sem taxa, estudos	Prefeito, DOPS, Interventor,pol,prisões	**oesp**12,13,15a20, 22,23jan **pleb**19jan, H
7	19 a22	**TECELÕES E METALÚRGICOS**	P.Alegre-RS	[9 dias] [12jan] - [21jan]	3 fábricas de tecidos	T-50% de aumento M- 20 a 50% aumento	±1000	comissão greve, Federação Operária		prisões, negociação,fecha Fed Op	**oesp**13,15,17,18,20,22jan
8	23 a25	**MOTORISTAS MARINHA MERCANTE**	Santos-SP	[10 dias] 22 jan - [1fev]	emprs naveg,Cia Santense Naveg, ferry-boatGuarujá	tabela de salários		Sind Motoristas Marinha Mercante,comitê de greve	negociações	polícia	**oesp**22,23,25,27,30,31jan,1fev
9	26 a28	**OPERÁRIOS EM FRIGORÍFICOS**	S. Paulo Osasco-SP	15 a 20 dias 22 jan - [5fev]	Frigoríficos Armour e Continental (sol//)	demissão capataz,readmissão op, aum/ sal,reconhecer sind	A-1400 C-1000	Sind Trabs em Frigoríficos,comissão greve	frac/vit:readmite op, contrata novos ops	queixa do sindicato ao DET, polícia	**oesp**23a31jan,1a5fev **pleb**2,16fev ,H,C
			S. Paulo-SP	± 15 dias: 25 jan	Frigorífico Wilson	apoio à Armour	1000	SindTrabs em Frigoríficos		DET	H
10	29 a 47	**GREVE GERAL CONTRA LSN**	R.Janeiro-RJ	[29 jan]	gráficos, bancários	Protesto contra Lei de Segurança Nacional Contra violência policial		comitê de greve, UTLJ, Sind Bancs	derrota	polícia, DOPS, prisão	**oesp**23,29,30jan,1a28fev3mar, H, C
			S. Paulo-SP	29 jan 29-30jan (2dias)	alfaiates,malharias,costura,constr civil, carrocs,tintureiros,bancários,gráficos			União dos Alfaites e Anexos		prisões	**pleb**2fev,16mar
			Santos-SP	29 jan (1 dia)	estivs,bancs,gráfs,carrocs,tinturs,trabcafés,tecels			Frente Única Popular e Sindical de Santos	fracasso	polícia	
			Recife-PE	11 fev (1 dia)	greve geral			União Geral Constr Civil			BF
11	48	**Tripulantes de Navegação Fluvial**	B.Horizonte-MG	[12 dias] 1 fev - [13 mar]	Empresa de Navegação Mineira (estatal)	ctra demissão de companheiro					**oesp**1,13,15mar
12	49	**TECELÕES**	SJCamposSP	[6 dias]: [6fev-12fev]	Tecg Paraíba S.A.	contra suspenssão de funcionários	±1000			DOPS, MT	**oesp**7,9,10,13fev
13	50	**BANCÁRIOS**	R.Janeiro-RJ	[9 fev]						prisão líderes	C
14	51	**EMPGS CIA FORÇA E LUZ**	Natal-RN	[7 dias] [14 fev] - 21 fev	Cia Força e Luz (bondes, luz, água)	aumento salarial, mudar médico da Cia			acordo	MT	**oesp**15,16,22fev
15	52 53	**MOTORNEIROS E GRÁFICOS**	Recife-PE	3 dias 16 fev - 19 fev	Tramway (bondes)					proibição de comícios e reuniões	**oesp**16,19,20fev
16	54	**MARÍTIMOS (foguistas, maquinistas)**	R.Janeiro-RJ	[3 dias] [25 fev - 28 fev]	Marinha Mercante(lancha, tranporte combustível)	aumento salarial, horário de trabalho					**oesp**26,27fev

GREVES **ANO: 1935 (2)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
17	55	MARMORISTAS	R.Janeiro-RJ	dias: [20 mar]	todas marmorarias					MT	oesp27mar
18	56 57	FERROVIÁRIOS	Salvador-BA B.Horizonte-MG	[3 dias] [27 mar] - 30 mar	Cia Ferroviária Este Brasileiro	contra reintegração de posse da admnistração francesa		SindFerrovs,AssEmpViaç Férrea Fed Leste Bras			oesp28,30,31mar2 ,16abr
19	58a60	MOTORISTAS (ônibus)	R.Janeiro-RJ	9 abr	3 empresas de ônibus	protesto ctra prisão motorista					oesp10abr
20	61	AÇOUGUEIROS	Santos-SP	16 abr	Cia Frigorifica	ctra peso abaixo do comprado		SocBenfRetalhistasCarne		Prefeitura	oesp18abr,5mai
21	62	MOTORISTAS (praça)	S.Luiz-MA	1 dia: 20 abr-21abr	categoria	ctra aumento de gasolina		assoc de classe	acordo com prefeito	Prefeitura	oesp21,23abr
22	63	OPERÁRIOS	Magé-RJ	[25 abr]						polícia	oesp26abr
23	64	OPS DE USINAS	Fortaleza-CE	[3 dias: 8-11 mai]	Usina Ceará	aumento salarial	700		aumento salarial	polícia, inspetor Trab	oesp8,10,11mai
24	65	TECELÕES	S. Paulo-SP	14 mai	Fáb Tec Santo Elias - Grupo Calfat	aumento salarial, jorn 8 hs, contra fios de má qualidade				DOPS	oesp15mai6,7a30j un3a19jul,10ago
	66			16 mai	Fáb Tec Morad & Cia				estudos		
	67			50 dias 5 jun - 18 jul	Tecelagem de Sedas Ítalo-Brasileira (Fco Matarazzo Jr)	ctra aumento 8 p/ 9hs trab, ctra demissão de operário, pagar horas extras	1800 1500	comis ops,SOFT,UnSinds SP,Fed Prol Inds,FOSP, ANL,Un Sinds Prolets	fracasso:tab sals e férias, demissões	DET e governador procurados por comissão, prisões	pleb8,22,jun6,20 jul,30ago,H ,C
	68			jun-11 jun	Cotonifício Crespi	ctra demissão de 1 operário	100		vitória		
	69			18 jul	Lanifício Felipo						
	70			18 jul	Lanifício Armênia		25				
	71			18 jul	Estamparia Matarazzo		221				
	72			18 jul	Metalúrgica Matarazzo		500				
	73			4 dias: 13jun-17jun	FábMeiasMousseline	férias, ctra sal segundo a prod		SOFT	vitória		oesp13,15jun, H
25	74	TECELÕES	S. Paulo-SP	16 jul	vários	[ctra fechamento da ANL]		solidariedade da ANL		sem intervenção	H
26	75	MOTORISTAS e cobradores de ônibus	S. Paulo-SP	22 mai	Linha de auto-ônibus Parada Inglesa	5 dias descanso por mês,serviço de lavagem por outros				DOPS	oesp22mai
27	76	GARÇONS CARROS-RESTAURANTE EFCB	R.Janeiro-RJ	[23 mai]	E.F.Central do Brasil						L
28	77	TECELÕES	BHorizonte-MG	31mai	Fáb Malhas Minas Fabril	aumento salarial	30				oesp1jun
29	78 a81	VÁRIOS	Petrópolis, Magé - RJ	11 dias 10 jun - 21 jun	inds,comércio, bancos oficinas da Leopoldina	protesto ctra morte de op em manifestação ANL X AIB					oesp11a15,18,19, 21jun
30	82	MARCENEIROS	S. Paulo-SP	2dias:12/13jun-15jun	Marcen. Nicola Tarriconi	ctra contra-mestre	20		vitória	DET	oesp13,15jun, H
31	83	LEITEIROS	Curitiba-PR	20 jun	categoria	ctra exame leite pela Saúde Pública		Sindicato de classe			oesp21jun
32	84 85	Marítimos,Condutores, Motorneiros	Niterói-RJ	16 d [22 jun] - 8 jul	Cia Cantareira	pagamento segundo tabelas, descanso semanal		FedMarítimos,SindEmps Cantareira,FedProlERJ		MT,prisões,Exército e Fpúbl,interdição sind	oesp22,25a27,30 jun4,9jul
33	86 87	PORTUÁRIOS METALÚRGICOS	R.Janeiro-RJ	[jul]		aumento salarial					C
34	88 a 93	Ops Força Elétrica, motoristas praça, marítimos, estivadores,empgs hotéis,ferroviários	Vitória-ES	9 dias 3 jul - 12 jul	Cia Central de Força Elétrica	aumento salarial					oesp4,13jul
35	94 95	MARÍTIMOS	Rio Grande RS	4jul	navegfluvCEFSJerônimo, CiaCarbonífera Riogdense					governo estadual	oesp5jul
36	96	MARÍTIMOS	Salvador-BA	[12 dias: 4jul]-16 jul	Cia Navegação Baiana	aumento salarial		Fed Trabs Marítimos RJ			oesp5a16jul
37	97 98	[FERROVIÁRIOS]	Mossoró, Açu - RN	[10 dias] [9 jul - 19 jul]	E.F.Mossoró	contra nova prisão de operário				prisões	oesp11jul20,21 ago ,C

GREVES **ANO: 1935 (3.)**

		CATEGORIA	LOCAL	DURAÇÃO	EMPRESA/SETOR	REIVINDICAÇÕES	n°grevs	SINDICATO	RESULTADO	INTERV.GOV.	FONTES
38	99	**CARVOEIROS**	R.Janeiro-RJ	[16 jul]	Firma Wilson Sons & Cia	equiparação sal com a Cantareira	160				**oesp**16jul
39	100 101	**METALÚRGICOS**	[S.Caetano]-SP	[3 dias] [13 jul - 16 jul]	Cia Bras de Mineração Metalúrg S.Caetano	contra fechamento da ANL	±500		liberta presos por pressão da multidão	polícia, prisões 20 a 30 ops	H, JF
40	102	**FERROVIÁRIOS**	Bauru,Lins-SP	13 jul[17 jul]	E.F.Noroeste do Br			Sindicato		fecha sind, polícia	**oesp**17jul C
41	1032	**GRÁFICOS**	R.Janeiro-RJ	13 jul	30 estabelecimentos	aumento salarial	+2000	Un Trab Livros, Fed Trab		pol cerca sind,MT	**oesp**18jul C
42	133	**ESTIVADORES**	Maceió-AL	17 jul					feridos	polícia	**oesp**18jul
43	134	**PADEIROS**	S. Paulo-SP	[jul]	1 padaria	solidariedade a padeiro preso		Sind Manipuladores Pão	vit: empregado solto		**oesp**3ago
44	135	**TECELÕES**	R.Janeiro-RJ	2 ago	Fáb Deodoro	aumento salarial				polícia	**oesp**3ago
45	136	**METALÚRGICOS**	S. Paulo-SP	9 ago	Fundição Brasil	férias, aumento sal, jornada 8h		Sind Metalurgicos		DOPS, prisões	**oesp**10ago H
46	137	**CONSUMIDORES**	CruzAlta-RS	[14 ago]	Açougueiros	greve de consumo: aum/pço carne					**oesp**15ago
47	138	**SAPATEIROS**	BHorizonte-MG	[23 ago]	Fáb de Calçados Diva	ctra redução sal e dispensa de ops					**oesp**24ago
48	139 a42	**GREVE GERAL**	RN	[20 ago] [jun-jul]	Serv públ./.partic, salinas, estr ferro, telégr, campo			52 sindicatos ligados à ANL			C BK
49	143	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	27 ago	FábTec Paulo Abreu	hor trab, atraso de pagamento					H
50	144 a47	**MARCENEIROS**	S.Bernardo-SP	3 sems/ ± 10 dias 7 set - [17 set]	3 fábs e apoio de pequenos fabricantes	jorn 8 hs, contra convenção coletiva assinada	420	Sind Ops Marceneiros, Carpinteiros e Anexos	frac:ops fundam fáb cooperativa		H JF
51	148	**MARÍTIMOS**	Belém-PA	[30 set]		ctra diminuição tabela sals					**oesp**1out
52	149	**OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**	Santos-SP	[80 dias] [28 set - 19 nov]	Empreiteiras[Centro dos Construtores e Industriais]	aumento salarial, pagamento quinzenal ,reconhecer sind	6000	SindOpCCivil,UnTrabConstCiv,UnSindProletStos	vit:estudos MT, prisões, sind fechado	DET, polícia, fecha sind	**oesp**2a16out**pleb**12, 26out,23nov HC
53	105	**GRÁFICOS**	Santos-SP	6 dias: 5out-[11out]	categoria	aumento salarial		Sind Trabs Gráficos	vitória		H
54	1512	**OPS em MOINHOS**	Santos-SP	±10ds: 8out-[19out]	Moinhos Santista, Paulista	aumento sal , 25% hs extras					**oesp**9,16out H C
55	153	**PADEIROS**	Recife-PE	[30 out]	Firma Renda Priori+categ		+350	Sindicatos			**oesp**30out
56	154	**TECELÕES**	S. Paulo-SP	[out]	Fáb Tecidos Jaffet						C
57	155 a 159	**Metalúrgicos, Tecelões, Ops Constr Civil, Químicos, Ceramistas**	Sto André SP	[out]	Pirelli				derrota		JF
58	160 a62	**BANCÁRIOS**	Salvador,J.Pessoa, [Belém]	4 nov	categoria	aum/ sal,ctra demissão trabr, ctra discussão do sal mín na Câmara		Fed Bras Bancária (21 sinds)			**oesp**6,7,10,12nov
59	163	**METALÚRGICOS**	R.Janeiro-RJ	17 dias [6 nov - 23 nov]	categoria indústrias de fundição	aumento salarial, 50%: 2 hs extras e 100% mais hs	18000	Un Trabrs Metalurgicos	[vit:decisãoMT,aumento salarial,adicional	ministro do Trab, Comissão Mista	**oesp**7a22nov**pleb** 23nov**BMT**dez, C
60	164	**GARÇONS**	Salvador-BA	[6 nov] [8 nov]	categoria (Hotéis)	recusa servir integralistas q realizam congr na ci//		Sind Empregados em Hotéis	vitória: não admissão de integralistas		**oesp**10,12nov **pleb**9nov
61	1657	**FERROVIÁRIOS**	RN -[PE]-PB	[3 dias: 9nov-12nov]	Great Western	aumento salarial			vit: aumento sals		oesp10,14nov, C
62	168	**VÁRIOS**	RN	1 mês: 15out-15nov			150mil				BK
63	169 a 174	**TRABALHADORES E SOLDADOS**	Natal,AreiaBranca,Mossoró-RN João Pessoa, Salvador, Recife	24 nov - 27 nov 24-26 nov	Greves gerais	protesto, apoio aos sublevados de Natal, greve de solidariedade		ANL	derrota		BK
64	1756	**ESTIVADORES**	SFco,ItajaiSC	[24/28 nov]	categoria (portos)				acordo		**oesp**26,27,29nov
65	177 a 181	**OpsConstrCivil,FabCigarro,FábÓleo/sabão, Telefônicos,Estivadores**	João Pessoa-PB	3 dias [4 nov-7nov]	Constr Civil, Fab Cigarro, Fáb Óleo, sabão, Telefonia, Estiva	[aumento salarial]					BF